

**RELATÓRIO  
DE GESTÃO**  
ANO ECONÓMICO DE 2013

## Índice

Mensagem do Presidente do Órgão Executivo	5
1 - Conjuntura	8
<b><u>1.1 – Economia Mundial</u></b>	8
<b><u>1.2 – União Europeia e Zona Euro</u></b>	10
<b><u>1.3 – Nacional</u></b>	11
1.3.1 – Evolução Político-legal	11
1.3.2 – Enquadramento macroeconómico	15
1.3.3 – Portugal no contexto global	22
<b><u>1.4 – Conjuntura na área do Município</u></b>	24
1.4.1 – Caracterização do Município	25
1.4.2 – Análise SWOT	26
1.4.2.1 – Pontos Fortes	26
1.4.2.2 – Oportunidades	26
1.4.2.3 – Pontos Fracos	27
1.4.2.4 - Ameaças	28
1.4.3 – Indicadores relativos à área do Município	28
<b>2 – Enquadramento Interno</b>	44
<b><u>2.1 – Alteração no órgão executivo</u></b>	44
<b><u>2.2 – Política de recursos humanos adoptada</u></b>	46
2.2.1 – Estrutura orgânica e quadro de pessoal	46
2.2.2 – Evolução dos Recursos Humanos	46
<b><u>2.3 – Actividades desenvolvidas</u></b>	52
2.3.1 – Departamento de administração e Planeamento	52
2.3.1.1 – Divisão de Gestão Financeira	56
2.3.1.2 – Divisão de Recursos Humanos, Planeamento e Administração	69
2.3.2 – Departamento do Território	80
2.3.2.1 – Divisão de Ambiente	80
2.3.2.2 – Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território	102
2.3.2.3 – Divisão de Estudos e Projectos	112
2.3.2.4 – Divisão de Obras Municipais	120
2.3.3 – Departamento de Cidadania	122
2.3.3.1 – Divisão de Educação, e Acção Social	122
2.3.3.2 – Divisão de Acção Cultural	155
2.3.4 Divisão de Gestão Urbanística	165
2.3.5 – Divisão de Tecnologias da Informação e Comunicação	169
2.3.6 – Serviço Municipal de Protecção Civil	177

<b>3 – Análise Orçamental</b>	189
<b><u>3.1 – Evolução do Orçamento da receita por classificação económica</u></b>	189
<b><u>3.2 – Evolução do Orçamento da despesa por classificação económica</u></b>	196
<b><u>3.3 – Evolução e estrutura das GOP's por objectivos e programas</u></b>	204
3.3.1 – Evolução das GOP's	204
3.3.2 – Estrutura das GOP's	211
<b><u>3.4 – Evolução da execução orçamental</u></b>	213
3.4.1 – Orçamento da Receita	213
3.4.2 – Orçamento da Despesa	214
3.4.3 – Grandes Opções do Plano	215
<b><u>3.5 – Compromissos assumidos para anos seguintes</u></b>	217
<b><u>3.6 – Evolução dos resultados orçamentais</u></b>	218
3.6.1 – Resultado corrente	218
3.6.2 – Resultado Orçamental	219
<b>4 – Fontes de Financiamento</b>	221
<b><u>4.1 – Receitas Próprias</u></b>	221
4.1.1 – Estrutura das Receitas Próprias	221
4.1.2 – Evolução das Receitas Próprias	222
4.1.3 – Indicadores	222
<b><u>4.2 – Outros Financiamentos</u></b>	223
4.2.1 – Estrutura dos Outros Financiamentos	223
4.2.2 – Evolução dos Outros Financiamentos	223
4.2.3 – Participação do município nos Impostos do Estado	224
4.2.3.1 – Estrutura dos Fundos Municipais	226
4.2.3.2 – Evolução dos Fundos Municipais	227
4.2.4 – Cooperação Técnica e Financeira	227
4.2.5 – Fundos Comunitários	227
4.2.6 – Endividamento Municipal	228
4.2.6.1 – Curto Prazo	228
4.2.6.2 – Médio e Longo Prazo	228
4.2.7 – Indicadores	228
<b>5 – Aplicação dos Recursos Financeiros</b>	231
<b><u>5.1 – Despesas de Funcionamento</u></b>	231
5.1.1 – Estrutura das despesas de funcionamento	231
5.1.2 – Evolução das despesas de funcionamento	232
5.1.3 – Indicadores	232
<b><u>5.2 – Despesas com o pessoal</u></b>	233
5.2.1 – Evolução das despesas com pessoal	233

5.2.2 – Indicadores	233
<b>5.3 – Aquisição de bens e serviços</b>	233
5.3.1 – Evolução das despesas relativas à aquisição de bens e serviços	233
5.3.2 - Indicadores	234
<b>5.4 – Serviço da Dívida</b>	234
5.4.1 – Evolução do serviço da dívida	234
5.4.2 - Indicadores	235
<b>5.5 – Apoios concedidos a terceiros</b>	235
5.5.1 – Estrutura dos apoios concedidos a terceiros	235
5.5.2 – Evolução dos apoios concedidos a terceiros	236
5.5.3 – Indicadores	236
<b>5.6 – Investimento Municipal</b>	237
5.6.1 – Investimento directo	237
5.6.1.1 – Evolução do investimento directo	237
5.6.1.2 – Indicadores	237
5.6.2 – Investimento total (directo e indirecto)	238
5.6.2.1 – Evolução do investimento total	238
5.6.2.2 – Indicadores	238
5.6.3 – O investimento municipal e as suas principais fontes de financiamento	239
<b>6 – Cumprimento legais da despesa</b>	240
<b>6.1 – Cumprimento dos limites legais das despesas municipais com o pessoal</b>	240
<b>6.2 – Cumprimento do limite da capacidade de endividamento</b>	240
<b>6.3 – Cumprimento dos limites legais no volume de pagamentos em atraso</b>	253
<b>7 – Análise da Situação Económica</b>	255
<b>7.1 – Análise da situação Económica</b>	255
7.1.1 – Condições Económicas	255
7.1.2 - Proveitos	257
7.1.2.1 – Estrutura de proveitos	257
7.1.2.2 – Evolução dos proveitos	258
7.1.3 - Custos	263
7.1.3.1 – Estrutura de custos	263
7.1.3.2 – Evolução dos custos	264
7.1.4 – Resultados	270
7.1.4.1 – Resultado operacional	270
7.1.4.2 – Resultado financeiro	270
7.1.4.3 – Resultado corrente	271
7.1.4.4 – Resultado líquido do exercício	271
<b>7.2 – Análise da Situação Financeira</b>	273

7.2.1 – Condições Financeiras	273
7.2.2 – Dívidas de terceiros	276
7.2.3 – Dívidas a terceiros	277
<b>8 – Contabilidade de Custos</b>	<b>280</b>
<b>9 – Monitorização do Plano de Ajustamento Financeiro</b>	<b>290</b>
<b>10 – Consolidação das contas do município com o grupo autárquico municipal</b>	<b>299</b>
<b>11 – Outras disposições</b>	<b>300</b>
<b><u>11.1 – Proposta de aplicação de resultados</u></b>	<b>300</b>
<b><u>11.2 – Evolução previsível da actividade</u></b>	<b>300</b>
<b><u>11.3 – Factos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício</u></b>	<b>300</b>

## Mensagem do Presidente do Órgão Executivo

Exma(o)s. Munícipes,

Em 2013 terminámos um mandato de 4 anos, marcado pela gestão diária de um passivo conhecido de todos, agravado pelas dificuldades económicas mundiais e estrangulado por uma legislação míope de um governo que corta no indispensável a nível local, e mantém o dispensável nas estruturas governativas.

Cumprimos, até ao último dia do mandato para o qual estávamos investidos, com todos os procedimentos normativos, no estreito cumprimento das leis do Estado, e com reconhecido mérito evidenciado pela DGAL.

Mesmo em ano de eleições autárquicas evitámos a tentação de outros tempos. Contratámos e garantimos o fundamental para uma gestão municipal que se encontrava asfixiada pela Lei dos Compromissos, condicionada às prestações do PREDE e limitada no estabelecido do PAEL, garantindo, simultaneamente, o normal funcionamento das estruturas de ensino, educação, transportes, iluminação pública, salubridade e saneamento, entre as múltiplas responsabilidades da nossa autarquia.

Não caímos no desespero de outros anos eleitorais, onde avançaram com obras e prestação de serviços sem contratos e respetivo cabimento financeiro.

Chegámos ao fim do mandato em setembro de 2013 sem alguns projetos concluídos, e que se impunham pela habitual contagem do número de votos. Mas, imperando o bom senso, o cumprimento da lei, a estabilização das finanças da Câmara, e na definição de uma estratégia de intervenção territorial a curto e médio prazo, valorizámos os fundos comunitários e implementámos uma política de requalificação, reabilitação e redefinição dos objetivos inerentes às estruturas existentes.

Iniciámos um novo mandato, ainda em 2013, com a mesma postura, com o mesmo desiderato, seguindo o plano de recuperação financeira, com redução da despesa em algumas áreas, para novos, prioritários e estruturantes investimentos no concelho.

A captação de fundos comunitários permitiu-nos a conclusão de mais três Centros Escolares, a concretização da requalificação da Avenida D. José Alves Correia da Silva, investimentos em várias áreas e a realização de obras em todas as freguesias de Ourém, de braço dado com todos os autarcas.

Continuámos a desenvolver o apoio e o incentivo ao empreendedorismo, à criação de emprego e à atividade económica, através dos processos de internacionalização, através da marca Fátima e na aposta da dinamização turística do nosso território.

Direcionámos todas as energias para a superação das dificuldades das empresas, das famílias e dos serviços descentralizados do estado que solicitaram ajuda à Câmara Municipal. Apoiámos, dentro das nossas possibilidades e recursos, todos, de forma positiva e na defesa da continuidade destes e de outros serviços que o governo teima em desprezar, e até extinguir, num processo de suicídio geracional passível de ser auferido dentro de pouco tempo.

Registámos em 2013 a quebra no Imposto sobre Transmissões Onerosas, em 30,6%, que em termos absolutos representou uma diminuição de 406,3 mil €, ao que acresceu na vertente das Transferências de Capital do Estado numa diminuição de -1,5 milhões €.

Ainda que a instabilidade económica esteja a condicionar o desenvolvimento transversal do nosso concelho, ainda que o decréscimo das receitas próprias e externas nos tenha limitado uma ambição de mais investimento, estamos conscientes que aplicámos cada euro, cada recurso humano e material da melhor forma, no sentido mais correto e possível de desenvolver.

Sabemos que poderá existir uma tendência política para apontar o aumento em 7,3% com as despesas de pessoal, no valor de 464,6 mil €, como um aspeto negativo. Todavia, importa ter consciência do processo que em 2012 resultou na redução remuneratória e nos cortes do subsídio de férias e de natal, em virtude da inconstitucionalidade deliberada pelo Tribunal Constitucional, com efeitos em 2013. Assim, e para que fique claro, em 2013 não procedemos ao aumento do número de funcionários. Bem pelo contrário. Com a merecida reforma de muitos profissionais desta casa, a quem agradeço o empenho e a dedicação de uma vida, continuámos a reduzir o número de funcionários no Município e Empresas Municipais.

No mesmo sentido, e de acordo com a aquisição de bens, no ano económico transato, registámos um decréscimo de despesas em 31,8%, em áreas como: combustíveis e lubrificantes (-17,4%), material de escritório (-37,3%), alimentação (-26,2%) e material de transporte/peças (-26,5%). Também ao nível das despesas relativas à conservação de bens alcançámos uma redução na ordem dos 28,1%, nas áreas das comunicações (-24,3%), seguros (-27,6%), estudos, pareceres, projetos e consultadoria (-25,8%), publicidade (-89,3%) e assistência técnica (-40,4%).

Muitas outras rubricas podem ser apontadas pela positiva ou pela negativa, consoante a vontade política de cada um. Todavia, e porque estamos na gestão pública deste Município com rigor, determinação e clareza, destacamos os resultados obtidos no âmbito da evolução

das Dívidas a Terceiros que passou de 32.830.933€ em 2012 para 23.302.582€ em 2013, representando uma redução superior a 9,5 milhões €.

Anotamos ainda o valor do Fundo de Maneio que passou de um valor negativo de 4,9 milhões € para um valor positivo de 1,5 milhões €, alcançando assim a disponibilidade de meios por parte da autarquia, para fazer face ao exigível a curto prazo, e ainda a diminuição dos encargos com juros em 452 mil €.

Relativamente ao Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores passámos de um registo de 209 dias em 2012, para 103 dias a 31 de dezembro de 2013. Importa sublinhar que no que concerne a estes prazos, só não apresentamos um valor ainda mais positivo, pela influência negativa decorrente de faturas assumidas da SUMA (com juros moratórios de valor materialmente relevante sobre faturas dos últimos 5 anos).

Presentemente, e ao invés do que existia em 2009, o Município de Ourém apresenta um valor final da dívida a terceiros de 23,3 milhões de euros.

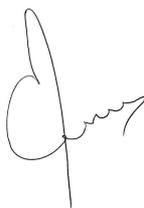
Acreditamos estar no caminho certo, passíveis de proceder a ajustamentos e a contribuições de todas as forças políticas com representatividade nos órgãos municipais. Defendemos até essa partilha, esse empenho pelo que de positivo, a bem do concelho e das populações, resulte numa melhoria, num aperfeiçoamento, da administração camarária.

Vamos continuar a honrar os compromissos, olhando para os bons resultados económicos e financeiros de 2013 como um guia para a gestão corrente e futura, que se deseja real e coincidente entre as parcelas das receitas e das despesas, na concretização paralela de obras, aquisição de serviços e do regular funcionamento do Município de Ourém.

Mantemo-nos resistentes e estabilizados financeiramente, ao invés de muitos municípios deste país, numa posição de racionalidade, ambição e responsabilidade que deixamos ao presente e para o futuro, enquanto política do atual executivo.

Ourém, abril de 2014

O Presidente da Câmara Municipal



(Paulo Fonseca)

## 1. Conjuntura

### 1.1 Economia mundial

---

A economia mundial continuou a atravessar um período de particular incerteza e de riscos sistémicos, assistindo-se a uma alteração dos principais impulsionadores. Apesar das melhorias, aparentemente observadas nas condições inerentes aos mercados financeiros e numa redução dos riscos de curto prazo, a economia mundial continuou a expandir-se a um ritmo manifestamente moderado.

Depois da marcada desaceleração que se verificou nos últimos anos, segundo as Nações Unidas, a atividade económica mundial deverá ter assinalado um abrandamento no segundo semestre de 2013.

Destaque para um fraco crescimento das economias avançadas e para um menor dinamismo dos países emergentes e em desenvolvimento.

Refletindo uma gradual melhoria da atividade económica ao longo do segundo semestre de 2013, o comércio mundial de mercadorias reforçou o seu crescimento neste período em resultado, sobretudo, da aceleração das exportações mundiais.

A economia dos EUA manteve-se no centro das atenções, com melhorias na procura privada, apesar do crescimento ter sido prejudicado, no decurso de 2013, pela excessiva consolidação orçamental.

No ano em análise, na larga maioria dos países das economias mais avançadas assistiu-se à implementação de políticas de consolidação orçamental, circunstância que influenciou um enfraquecimento dos níveis de procura, não permitindo que esta se constituísse como um importante catalisador do crescimento económico mundial.

Os sistemas financeiros apresentaram-se enfraquecidos e sem eficiente funcionamento. Em muitos países os bancos assinalaram débeis condições financeiras, circunstância que agravada pelos reduzidos níveis de crescimento económico, derivaram na existência de fortes restrições ao crédito, motivando os

diversos bancos centrais a continuar a promover taxas de juro baixas, procurando auxiliar algumas categorias de credores.

Deste modo, segundo o FMI (Fundo Monetário Internacional)<sup>1</sup>, 2013 deverá ter apresentado um crescimento económico mundial na ordem dos 3% (3,1% em 2012). Neste contexto, as economias emergentes continuaram a denotar um crescimento mais forte do que o apresentado pelas economias avançadas, ou seja, denotando diferentes dinâmicas da economia global (crescimento de 1,3% nas economias avançadas e de 4,7% nas economias emergentes). Note-se que nas economias dos países mais avançados a procura interna tem vindo a desacelerar e a recuperação do consumo privado tem sido frágil, pautando-se com elevados níveis de desemprego e com uma necessidade premente de consolidação orçamental.

Apesar da desaceleração verificada no crescimento económico, as transações comerciais de bens e serviços mantiveram um aumento ao nível do verificado em 2012 (2,7%).

Relativamente à taxa de desemprego, segundo a OCDE e para a respetiva área, este indicador deverá ter-se situado, em 2013, nos 8,1%, taxas manifestamente superiores na Euro área (12,1%). Efetivamente, os problemas inerentes ao desemprego permaneceram como um aspeto marcante num conjunto largo de países, particularmente onde se verificou uma contração da atividade económica associada à implementação de políticas fiscais austeras, circunstância particularmente premente na Euro área.

Depois do abrandamento do comércio mundial verificado em 2012, este deverá ter aumentado 3,6% em 2013.

Em dezembro de 2013, a cotação média do spot do petróleo (dólares/barril de Brent), foi de 110,59 USD. A cotação média situou-se em 108,63 USD.

Após uma depreciação do euro face às principais dívidas internacionais registada no primeiro trimestre de 2013, verificou-se uma apreciação gradual no restante período

---

<sup>1</sup> International Monetary Found, *World Economic Outlook* – January 2014

do ano, assinalando-se uma taxa de câmbio câmbio Eur/USD, no final de dezembro de 2013, em 1,379 (1,319 no final de dezembro de 2012).

## 1.2 União Europeia e Zona Euro

### União Europeia

Quadro – Indicadores Avançados para a UE27

Indicador	Unidade	Fonte	2012	2013	I T 13	II T 13	III T 13	IV T 13
União Europeia (EU-28) - PIB Real	VH	Eurostat	-0,3	0,1	-0,7	-0,1	0,2	1,0
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	90,7	95,9	91,6	91,2	98,2	102,7
Área do Euro (AE-17) - PIB Real	VH	Eurostat	-0,5	-0,5	-1,2	-0,6	-0,3	0,5
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	90,2	93,8	90,5	90,2	95,3	99,1
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	-2,3	-0,7	-2,2	-0,9	-1,1	1,4
Índice de Vendas a Retalho	VH Real	Eurostat	-1,7	-0,9	-2,1	-1,0	-0,6	-0,1
Taxa de Desemprego	%	Eurostat	11,4	12,1	12,0	12,1	12,1	12,0
IHPC	VH	Eurostat	2,5	1,4	1,9	1,4	1,3	0,8

Em 2013, o PIB da União Europeia (EU-28) apresentou um ligeiríssimo crescimento, em termos homólogos reais de 0,1% (quebra de 0,3% em 2012), ou seja denotando uma inversão de sentido, face à recessão verificada no ano anterior. A melhoria da economia europeia estendeu-se à generalidade dos países, significando uma recuperação da atividade económica.

O indicador de sentimento económico na UE28 denotou uma tendência para uma melhoria do seu índice ao longo do período em análise.

Ao nível do IHPC (Índice de Harmonizado de Preços do Consumidor), a variação homóloga foi de 1,4, tendo o último trimestre apresentado o valor mais reduzido (0,8). A taxa de desemprego aumentou para 12,1% (11,8% em 2012).

### Área Euro

O PIB da Área do Euro a (AE-17) apresentou uma atividade económica negativa em 0,4%, ou seja, denotando sentido inverso ao apurado para a toda a área da UE-28,

embora denotando um ligeiro abrandamento da recessão, se efetuada comparação com a quebra registada em 2012 (-0,5).

Em 2 de maio de 2013, o Banco Central Europeu deliberou reduzir a taxa de refinanciamento bancário (*main refinancing operations*), de 0,750% para 0,500%. Em 7 de novembro deliberou nova redução da mencionada taxa, alterando-a para 0,250%.

## 1.3 Nacional

---

### 1.3.1 Evolução político-legal

#### Eleições

No decurso de 2013 verificaram-se eleições autárquicas a 29 de setembro. Em resultado das referidas eleições verificou-se a seguinte distribuição de mandatos, no que concerne ao Município de Ourém.

- Câmara Municipal:
  - Presidente e 2 vereadores (PS);
  - 3 vereadores (coligação PSD e CDS);
  - 1 vereador (movimento INDEP IV).
- Assembleia Municipal:
  - 10 membros (coligação PSD e CDS);
  - 8 membros (PS);
  - 2 membros (movimento INDEP IV)
  - 1 membro (PCP – PEV)
  - 13 Presidentes de Freguesia:
    - 7 Presidentes (PS)
    - 6 Presidentes (coligação PSD e CDS).

#### Alterações legislativas

Apresenta-se quadro resumo das alterações legislativas ocorridas em 2013, consideradas mais relevantes, com incidência nas autarquias locais e consequentemente, com condicionalismos na gestão municipal.

Quadro – Legislação do ano 2013 mais relevante, com impacto nas autarquias

Data	Referência	Resumo
17-01	Portaria n.º 16/2013	Regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública
18-01	Declaração de Retificação 4/2013	Retifica o Decreto-Lei n.º 248/2012, de 21 de novembro
18-01	Declaração de Retificação 4-A/2013	Retifica a Declaração de Retificação n.º 3/2013, de 18 de janeiro
18-01	Declaração de Retificação 3/2013	Retifica o Decreto-Lei n.º 249/2012, de 21 de novembro
28-01	Lei 11-A/2013	Reorganização administrativa do território das freguesias
27-02	Portaria n.º 85/2013	Altera a portaria n.º 701-F/2008, de 29 de julho
28-02	Declaração de Retificação 11/2013	Retifica a Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro
11-03	Decreto-Lei 36/2013	Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2013
28-03	Declaração de Retificação 11/2013	Declaração de retificação à Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro
05-04	Decreto-Lei 47/2013	Aprova o regime jurídico-laboral dos trabalhadores dos serviços periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, incluindo os trabalhadores das residências oficiais do Estado.

22-04	Acórdão 187/2013	Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma do artigo 29.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro; declara a inconstitucionalidade consequencial da norma do artigo 31.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, na medida em que manda aplicar o disposto no artigo 29.º dessa Lei aos contratos de docência e de investigação; declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma do artigo 77.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro; declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma do artigo 117.º, n.º 1, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro; não declara a inconstitucionalidade das normas dos artigos 27.º, 45.º, 78.º, 186.º (na parte em que altera os artigos 68.º, 78.º e 85.º e adita o artigo 68.º-A do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) e 187.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2013)
10-05	Declaração de Retificação 25/2013	Retifica o Decreto-Lei n.º 36/2013, de 11 de março.
30-05	Despacho 6991/2013	O Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, delega, com a faculdade de subdelegação, vários poderes no Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Luís Miguel Poiães Pessoa Maduro
11-06	Lei 35/2013	Altera a Lei n.º 88-A/97, de 25 de julho.
09-07	Despacho 8915/2013	O Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Luís Miguel Poiães Pessoa Maduro subdelega no Secretário de Estado da Administração Local, António Egrejas Leitão Amaro, as competências relativas a assuntos e à prática de atos respeitantes à Direção-Geral das Autarquias Locais, com a faculdade de subdelegação
11-07	Decreto-Lei 92/2013	Define o regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos.
24-07	Lei 51/2013	Altera a Lei n.º 28/2012, de 31 de julho. Altera a Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2013) e outros diplomas.
16-08	Despacho 10628/2013	O Secretário de Estado da Administração Local, António Egrejas Leitão Amaro, subdelega várias competências na diretora-geral das Autarquias Locais, Lucília Maria Samoreno Ferra, com a faculdade de subdelegação

21-08	Decreto-Lei 120/2013	Aprova o regime excecional de extensão de prazos previstos para a execução de obras, a caducidade de licença ou admissão de comunicação prévia e a apresentação de requerimento do respetivo alvará de licenciamento ou de autorização de utilização, previstos nos artigos 58.º, 59.º, 71.º e 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro.
23-08	Lei 59/2013	Estabelece um regime de prestação de informação sobre remunerações, suplementos e outras componentes remuneratórias dos trabalhadores de entidades públicas, com vista à sua análise, caracterização e determinação de medidas adequadas de política remuneratória
29-08	Lei 68/2013	Estabelece a duração do período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas e altera a Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, e outros diplomas.
03-09	Lei 73/2013	Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.
12-09	Lei 75/2013	Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.
03-10	Decreto-Lei 133/2013	Aprova o novo regime jurídico do setor público empresarial.
01-11	Declaração de Retificação 46-C/2013	Declaração de retificação à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
01-11	Declaração de Retificação 46-B/2013	Declaração de retificação à Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.
11-11	Declaração de Retificação 50-A/2013	Declaração de retificação à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
28-11	Lei 80/2013	Altera o Decreto- Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, e outros diplomas
06-12	Lei 81/2013	Transição das freguesias no âmbito da reorganização administrativa operada pelas Leis n.os 56/2012, de 8 de novembro, e 11-A/2013, de 28 de janeiro.

09-12	Lei 83/2013	Altera a Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2013) e outros diplomas.
31-12	Lei 83-C/2013	Orçamento do Estado para 2014

### 1.3.2 Enquadramento macroeconómico

#### Evolução

Desde o início deste século que Portugal tem vindo a registar um débil crescimento económico, sempre inferior à média da área do euro. Esta circunstância tem-se caracterizado por uma persistente baixa produtividade, por uma deterioração da competitividade, pelo crescimento do desemprego e por um considerável défice externo.

Segundo a CE (Comissão Europeia), a atual crise veio exacerbar as fraquezas já existentes, sendo de referir que alguns destes desequilíbrios apenas têm vindo a ser corrigidos de forma lenta e parcial. Efetivamente, com o crescimento dos níveis de incerteza e de aversão ao risco, observou-se uma queda abrupta e marcada das expectativas dos agentes, da atividade económica e do comércio internacional, pelo que os referidos choques adversos se propagaram, rapidamente, ao conjunto das economias integradas globalmente em termos reais e financeiros, incluindo Portugal, e amplificaram a dinâmica de desaceleração já presente em várias economias, nomeadamente, as que observavam correções significativas nos mercados imobiliários.

Deste modo, o PIB começou a retrair-se no final de 2008. No contexto da crise da dívida soberana na área do euro, a economia portuguesa agravou o inadiável processo de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo dos últimos anos, os quais se tinham traduzido em necessidades de financiamento externo persistentes e elevados, e, conseqüentemente, numa trajetória insustentável da posição de investimento internacional.

Face às fortes tensões existentes nos mercados financeiros internacionais, estes desequilíbrios constituíram-se numa vulnerabilidade adicional para a economia portuguesa, contribuindo para uma perda de acesso do setor público (e consequentemente do setor bancário), ao mercado de financiamento em condições regulares. Deste modo, o Estado português solicitou assistência financeira junto do FMI (Fundo Monetário Internacional) e da UE (União Europeia), ato formalizado através do PAEF (Programa de Assistência Económica e Financeira), no qual o Governo se comprometeu a adotar medidas de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos e de carácter estrutural, tendo como objetivo assegurar condições indispensáveis ao aumento do potencial de crescimento da economia portuguesa, e permitir um padrão de crescimento sustentável face ao novo quadro de funcionamento dos mercados financeiros internacionais mas que, inevitavelmente, têm um efeito contracionista no curto prazo.

A estimativa rápida das Contas Nacionais Trimestrais aponta para que, em termos anuais, 2013 assinale uma diminuição do PIB em volume de 1,4% (-3,2% em 2012). Nestes âmbitos será de reportar que o 4.º trimestre de 2013 aponta para uma variação homóloga de 1,6% do PIB, circunstância que se deveu a uma recuperação da procura interna, com o primeiro contributo positivo deste o 4.º trimestre de 2010, bem como a um reforço do efeito positivo gerado pela procura externa líquida.

Note-se que também no 4.º trimestre de 2013 se registou uma aceleração expressiva do Indicador de Atividade Económica do INE que se ficou no valor mais elevado desde outubro de 2010, reforçando assim a tendência de recuperação que tem registado desde o 2.º trimestre de 2012.

Ao nível do consumo privado será de salientar que no 4.º trimestre de 2013 o índice do volume de negócios do comércio a retalho, analisado através de médias-móveis trimestrais melhorou 1,2% relativamente ao período homólogo, sendo a primeira vez que tal acontece desde junho de 2010.

Relativamente ao mercado de trabalho e de acordo com os elementos publicados pelo INE, a taxa de desemprego foi diminuindo ao longo de 2013, atingindo no quarto trimestre 15,3% (16,3%, a média anual de 2013).

No que concerne aos preços, o ano de 2013 denota uma variação do IHPC em 0,4% (2,8% em 2012), tendo-se situado inferior em 0,9 pontos base face ao índice apurado para a área do Euro.

Em 2013, o saldo conjunto das balanças corrente e de capital aumentou 3.754,6M€ face a igual período do ano anterior, situando-se em 4.293,4M€. Esta evolução refletiu o aumento do saldo da balança corrente que tramitou de um défice de 3.331,5M€ para um excedente de 880,9M€, circunstância que compensou a diminuição do excedente da balança de capital (em 457,9M€). Para o aumento do saldo da balança corrente contribuíram todas as suas principais componentes, destacando-se a redução dos défices das balanças de bens e de rendimentos e o aumento do excedente da balança de serviços.

De acordo com os dados provisórios divulgados na Síntese da Execução Orçamental da Direção Geral do Orçamento, o défice das administrações públicas na ótica da contabilidade pública situou-se em 8.371M€, valor inferior em 2.263M€ ao estimado no Relatório do Orçamento de Estado para 2014. O défice das administrações públicas na ótica da contabilidade pública relevante para o critério de desempenho estabelecido no Programa de Assistência Económica e Financeira (7.152M€) ficou igualmente aquém do limite fixado (8.900M€).

A execução orçamental do Estado, face a 2012, caracterizou-se por:

- Um crescimento da receita fiscal, em 13,1% ou de 9,9% se excluirmos a receita obtida com o regime de regularização excecional de dívidas fiscais. Esta evolução deve-se ao aumento do IRS (35,5%), do IRC (18,8%), em consequência do crescimento da tributação sobre as grandes empresas, do IVA (3,5%), justificado pela recuperação da economia e pela maior eficácia no combate à evasão e fraude fiscal, e do imposto único de circulação (29,2%).

Os restantes impostos, com exceção dos impostos sobre o álcool e bebidas alcoólicas e de selo, apresentaram decréscimos. A receita não fiscal registou uma diminuição de 36,9%, refletindo essencialmente o efeito das medidas pontuais. Excluindo esses efeitos, a receita não fiscal aumentou 10,7% devido ao crescimento do pagamento de dividendos pelo Banco de Portugal e dos juros de obrigações de capital contingente.

- Um ligeiro aumento da despesa total e da despesa primária, em 0,2% e 0,4%, respetivamente. Esta evolução reflete comportamentos diferenciados entre a despesa corrente (2,8%) e de capital (-41,6%). O aumento da despesa corrente deve-se ao aumento da transferência para a Segurança Social, CGA e União Europeia, assim como das despesas com pessoal, em resultado do aumento das contribuições para a Segurança Social e CGA das entidades públicas e do pagamento do subsídio de férias e de Natal. Em sentido contrário, salienta-se a diminuição dos encargos com juros da dívida pública (-0,5%) e da despesa com a aquisição de bens e serviços (-2,6%). O decréscimo da despesa de capital justifica-se pela diminuição do investimento para a Parque Escolar, E.P.E. e REFER, no âmbito da gestão de infraestruturas integrantes da rede ferroviária nacional, atenuado pelo aumento da despesa com concessões rodoviárias e ainda pelo efeito base relativo à aquisição ao Município de Lisboa dos terrenos do Aeroporto de Lisboa.

Os Serviços e Fundos Autónomos (SFA), incluindo as empresas públicas reclassificadas apresentam um défice provisório de 654,7M€ que compara com um excedente de 847,3M€ obtido no ano anterior.

O SNS (Serviço Nacional de Saúde) apresenta em 2013 uma execução financeira consolidada que indica um excedente de 8M€, correspondendo a uma diminuição em 1.849,6M€ face ao período homólogo. Excluindo a transferência do Orçamento do Estado em 2012 para a regularização extraordinária de dívidas, o saldo do SNS apresentou uma melhoria de 82,4M€.

Em 2013, o excedente da Segurança Social foi de 478,6M€ o que representa uma melhoria de 47,1M€ face ao volume verificado em 2012. Já no que concerne ao saldo

acumulado da CGA, este sofreu uma diminuição em 614,1Me, face ao volume verificado no ano anterior, tendo-se apurado um saldo de 62,7M€.

A Administração Regional apresenta um défice orçamental de 825,3M€, o que corresponde a um défice de 819,7M€ na Região Autónoma da Madeira (RAM), fortemente influenciado pelo pagamento de dívidas a fornecedores de anos anteriores, e de 5,6M€ na Região Autónoma dos Açores (RAA). Exduindo-se o efeito do pagamento de dívidas de anos anteriores, o saldo da RAM foi de 72,2M€ (-207,9M€ em 2012) e a RAA diminuiu o seu défice em 5,8M€.

Relativamente à Administração Local, o saldo acumulado provisório da execução orçamental passou de um excedente de 748,6M€, em 2012, para um défice de 42,1M€, em 2013. Este resultado é influenciado pela regularização de dívidas a fornecedores no âmbito do PAEL, sem as quais este subsector teria um excedente de 365,7M€ correspondendo a uma diminuição de 396,1M€ face ao período homólogo anterior. A execução orçamental da Administração Local, face ao ano anterior, caracterizou-se por:

- Um decréscimo da receita total em 7,0%, em resultado da diminuição da receita de capital, dado que a receita corrente aumentou 5,0%. A receita corrente encontra-se influenciada pelo aumento das transferências correntes no âmbito da Lei das Finanças Locais, em 16,4%, refletindo o aumento da dotação do Fundo de Equilíbrio Financeiro face a 2012 e pelo comportamento da receita fiscal que apresenta uma variação positiva de 1,5% devido ao aumento da receita do imposto municipal sobre imóveis e do imposto único de circulação.
- Um aumento da despesa total em 4,0% que traduz, fundamentalmente, a variação positiva a despesa corrente (5,9%), fortemente influenciada pelo pagamento de dívidas de anos anteriores no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL).

## **Síntese de indicadores económicos nacionais**

- Atividade Económica Nacional

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2011	2012	2013
PIB - CN Trimestrais (2013 - estimativa)	INE	VH (Real)	-1,6	-3,8	-1,4
Indicador de Clima Económico	INE	SRE-VE	-2,7	-4	-3
Indicador de Confiança da Indústria	INE	SRE-VCS	-15,7	-20,6	-15,5
Indicador de Confiança do Comércio	INE	SRE-VCS	-16,7	-19,2	-12,8
Indicador de Construção dos Serviços	INE	SRE-VCS	-19,2	-34,3	-24,0
Indicador de Construção da Construção	INE	SRE-VCS	-57,2	-70,4	-60,4
Índice de Produção Industrial - Ind. Transf.	INE	VH	0,5	-1,1	1,3
Índice de Volume de Negócios - Ind. Transf.	INE	VH	7,4	-2,0	0,0
Índice de Volume de Negócios - Serviços	INE	VH	-2,3	-7,0	-4,5

- Consumo Privado

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2011	2012	2013
Indicador de Confiança dos Consumidores	INE	SRE-VE	-52	-59,8	-48,7
Volume de Vendas no Comércio a Retalho	INE	VH	-34	-54,5	-29,1
Índice de Vol. De Negócios no Comércio a Retalho	INE	VH	-6,8	-5,9	-1,8
Bens alimentares	INE	VH	-2,7	-4,4	0,0
Bens não alimentares	INE	VH	-10,5	-7,0	-3,1
Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros	ACAP	VH	-31,4	-30,3	11,1
Importação de Bens de Consumo (excl. mat. transp.)	INE	VH	-2,1	-4,2	-6,1

- Investimento

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2011	2012	2013
Indicador de FBCF	INE	SRE-VE	-9,0	-16,2	-9,2
Vendas de Cimento	Cimpor/Secil	VH	-11,1	-29,1	-22,8
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	ACAP	VH	-23,6	-52,5	13,7
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	ACAP	VH	-16,9	7,9	17,1
Volume de Vendas de Bens de Investimento	INE	SRE-VE	-42,0	-47,5	-21,2
Licença de Construção de Fogos	INE	VH	-32,1	-39,9	-32,3
Importação de Bens de Capital	INE	VH	-10,0	2,0	0,0
Índice Vol. Neg. da IT de Bens. De Investimento	INE	VH	-6,1	-11,4	-4,8

- Indicadores de Contas Externas

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2011	2012	2013
Importações (B&S) - CN Trimestrais	INE	VH (real)	7,2	-6,6	:
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	INE	VH (real)	-5,9	3,2	:
Saldo de bens e serviços	INE	%PIB	-4,4	-0,6	:
Necessid. De financiamento da economia	INE	%PIB	0,0	-0,1	:
Saídas de mercadorias	INE	VH (nominal)	16,6	5,7	4,6
Entradas de mercadorias	INE	VH (nominal)	3,8	-5,2	0,8
Saldo Balança Corrente e de Capital	BP	10 <sup>6</sup> Euro	-9.859	539	4.269
Saldo Balança de Bens	BP	10 <sup>6</sup> Euro	-14.205	-8.835	-7.116
Saldo Balança de Serviços	BP	10 <sup>6</sup> Euro	7.697	8.687	9.905
Saldo Balança de Rendimentos	BP	10 <sup>6</sup> Euro	-8.464	-6.938	-5.903
Saldo Balança de Transf. Correntes	BP	10 <sup>6</sup> Euro	2.990	3.754	3.970

- Mercado de trabalho

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2011	2012	2013
Taxa de Desemprego	INE	%	12,7	16,9	16,3
Emprego Total	INE	VH	-2,8	-4,3	-4,4
Desemprego Registado (fim de período)	IEFP	VH	11,7	17,4	-2,8
Desempregados Inscritos (ao longo do período)	IEFP	VH	5,3	-1,3	6,4
Ofertas de Emprego (ao longo do período)	IEFP	VH	-20,1	16,2	49,1
Contratação Colectiva	MTSS	VHA	1,5	1,4	1,0
Índice do Custo do Trabalho	INE	VH	-0,3	-7,3	-0,5

- Preços

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2011	2012	2013
Índice de Preços no Consumidor	INE	VM12	3,7	3,3	1,3
IPC - Bens	INE	VH	4,4	2,5	0,0
IPC - Serviços	INE	VH	2,5	3,1	0,7
IPC - excl. aliment. não transf. e energéticos	INE	VH	2,3	1,5	0,2
Índice de Preços na Produção Industrial	INE	VH	5,8	3,8	0,1
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor	INE	VH	3,6	2,8	0,4
Diferencial IHPC vs Área do Euro (VH)	Eurostat	p.p	0,8	0,3	-0,9

- Indicadores Monetários e Financeiros

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2011	2012	2013
Yield OT 10 anos - Portugal (fim de período)	IGCP	%	12,9	6,9	6,0
Yield OT 10 anos - Spread-vis-à-vis Alemanha	IGCP	p.b.	1111	556	408
PSI 20	CMVM	VC	-27,6	2,9	16,0
Empréstimos a particulares: - para consumo	BP	V.Anual	-6,7	-3,6	-7,2
Empréstimos a particulares: - para habitação	BP	V.Anual	-1,6	-9,4	-3,8
Empréstimos a empresas	BP	V.Anual	-2,7	-6,5	-4,7
Taxas de juro de empréstimos p/habitação	BP	%	2,73	1,59	1,47
Taxas de juro de empréstimos p/empresas	BP	%	5,12	4,51	4,35

### 1.3.3 Portugal no contexto global

#### Remoção de obstáculos ao crescimento económico

Segundo o relatório do Banco Mundial “*Doing Business 2014: Doing Business 2014 report*”, o qual cobre o período de junho de 2012 a junho de 2013, Portugal piorou a sua posição, figurando na 31.<sup>a</sup> posição do ranking mundial no que concerne ao ambiente de negócios. Este índice é apresentado como um ranking que compara 189 economias (+ 4 do que no ano anterior).

Nesta análise são considerados dez requisitos relacionados com facilidade/dificuldade em fazer negócios.

Os dados do Banco Mundial demonstram que os melhores indicadores respeitantes a Portugal respeitam à resolução de insolvências (23.<sup>a</sup> posição), execução de contratos (24.<sup>a</sup> posição), comércio entre fronteiras (25.<sup>a</sup> posição) e registo de propriedades (30.<sup>a</sup> posição).

As posições menos favoráveis relacionam-se com os seguintes requisitos: obtenção de crédito (109.<sup>a</sup> posição), pagamento de impostos (81.<sup>a</sup> posição) e obtenção de alvarás de construção (76.<sup>a</sup> posição).

#### Quadro – Ranking e indicadores do *Doing Business 2014*

Indicadores	2014	2013	2012
Abertura de Negócio	32	31	23
Obtenção de alvarás de construção	76	78	114
Obtenção de electricidade	36	35	35
Registo de propriedades	30	30	30
Obtenção de crédito	109	104	97
Proteção de investidores	52	49	46
Pagamento de impostos	81	77	75
Comércio entre fronteiras	25	17	24
Execução de contratos	24	22	23
Resolução de insolvências	23	23	24
<b>Ranking "Doing Business"</b>	<b>31</b>	<b>30</b>	<b>30</b>

Fonte: Banco Mundial

### Índice de Desenvolvimento Humano – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros fatores padronizados de modo a permitir a avaliação do bem-estar de uma população. Este índice foi

desenvolvido em 1990 pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, sendo utilizado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no seu relatório anual.

Considerando que apenas ainda não está disponível o Relatório de Desenvolvimento Humano 2014, tem-se como referência o IDH apresentado em 2013 no relatório das Nações Unidas (dados relativos a 2012), Portugal surge em 43.º lugar, descendo 3 lugares face à posição que ocupava no relatório anterior, persistindo uma perda de posições no ranking.

Com 0,816 pontos, Portugal integra os 47 países com IDH muito elevado, mas abaixo da média dos países dessa categoria e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), apresentando uma pontuação sensivelmente idêntica há três anos (0,817 em 2010 e 2011), uma diferença que não é estatisticamente significativa, de acordo com as Nações Unidas, mas que indicia uma tendência de estagnação depois do sustentado progresso registado desde 1980, que levou a uma subida de 27% do IDH.

É nos indicadores económicos que é notório o retrocesso nos últimos anos. O Produto Interno Bruto (PIB) per capita dos portugueses está em queda desde 2005 e, no ano de 2012 foi inferior ao registado em 2000.

Em relação ao rendimento nacional bruto per capita, Portugal apresenta um valor de 19.907 USD (Alemanha 35.431USD; Irlanda 28.681USD; Espanha 25.947USD e Grécia (20.511 USD).

A média de anos de escolaridade em Portugal, situa-se em 7,7 anos, em oposição com os 12,2 anos da Alemanha, 11,6 anos da Irlanda, 10,4 anos de Espanha e 10,1 anos da Grécia.

No que concerne à esperança média de vida, Portugal situa-se nos 79,7 anos, enquanto a Alemanha atingia os 80,6 anos, a Irlanda 80,7 anos, Espanha 81,6 anos e a Grécia 80 anos.

#### **1.4 Conjuntura na área do Município**

---

#### 1.4.1 Caracterização do Município

Ourém, cidade e sede de concelho do distrito de Santarém, situa-se no centro do país, na área do Vale do Tejo, a cerca de 40Km da costa atlântica e posiciona-se entre a latitude 39° 30' N e 39° 50' e a longitude 8° 30'W e 8° 40'W. A área afeta a este município desenvolve-se entre a vertente norte da Serra de Aire, a plataforma de Fátima a oeste e o Rio Nabão a leste e abrange uma área de cerca de 416,1Km<sup>2</sup>. Fica ainda encravado pelos concelhos de Pombal, a Norte, Alvaiázere, Ferreira do Zêzere e Tomar a nascente, Torres Novas e Alcanena a sul e a poente pelos concelhos da Batalha e Leiria.<sup>2</sup>

O povoamento é caracterizado por ser disperso, com uma acentuada tendência para a diminuição do número de habitantes das zonas rurais, ou dos lugares de pequena dimensão, em detrimento de um aumento dos núcleos urbanos, nomeadamente as cidades de Ourém e Fátima e as vilas de Caxarias, Freixianda, Vilar dos Prazeres, e Olival, registando em 2011 (dados censitários provisórios), uma população na ordem dos 46 mil habitantes distribuídos por 13 freguesias.

No que concerne a infraestruturas relacionadas com os transportes, as acessibilidades externas ficam essencialmente caracterizadas pelo acesso rodoviário à A1, através do nó de Fátima, e o acesso ferroviário à linha do norte, onde tem particular relevo a estação da vila de Caxarias, sendo de referir, a disponibilização recente de uma via complementar de importância regional, o IC9.

O tecido empresarial é essencialmente constituído por pequenas e médias empresas, com particular incidência na indústria transformadora, construção e obras públicas, comércio e hotelaria, concentrando o setor terciário a maior proporção de população empregada (55%), seguido do setor secundário (42%) e por fim o setor primário (3%).

O turismo, e em particular o de cariz religioso, detém um papel fundamental no desenvolvimento económico do concelho, visto que se estima um volume turístico anual próximo dos 6 milhões de visitantes.

---

<sup>2</sup> Roteiro Turístico de Ourém (2004), pág. 9

## 1.4.2 – Análise SWOT

### 1.4.2.1 – Pontos Fortes

- Centralidade geográfica relativamente ao contexto nacional;
- Abundância de alguns recursos naturais;
- Proximidade face aos eixos de desenvolvimento do litoral;
- Proximidade à autoestrada A1 e à linha ferroviária do norte;
- Assinalável dinamismo empresarial (em particular a indústria hoteleira, e do setor da madeira e do mobiliário), com alguma diversidade do tecido económico;
- Importância do setor da construção civil no contexto regional e nacional;
- Taxa de desemprego que embora esteja em crescimento se mantém inferior à verificada na generalidade dos Municípios da região;
- Capacidade de atração de imigrantes;
- Presença de equipamentos sociais de apoio à população de elevado nível e alcance supramunicipal (orfanatos, lares, unidades de recuperação infantil, centros de dia e apoio domiciliário);
- Existência de uma escola profissional de qualidade e com elevada capacidade de integração dos seus formandos com pólos nas duas cidades;
- Serviços de administração religiosa de influência nacional e internacional;
- Fluxos turísticos de grande dimensão com potencial para estimular a atividade industrial, de construção civil, o comércio e outros serviços especializados;
- Equipamentos e locais de interesse histórico-cultural (Pegadas dos Dinossáurios, Santuário, Museus, Castelo, ...).

### 1.4.2.2 – Oportunidades

- Papel de charneira do Município face a dois importantes subsistemas territoriais: Pinhal Litoral e Médio Tejo;
- Dinâmica dos dois principais centros urbanos (Ourém e Fátima) que deverão reforçar a sua coesão e complementaridade;

- Importância internacional de Fátima, enquanto espaço de peregrinação ou visita religiosa, que poderá constituir-se como uma âncora para a região;
- Basílica da Santíssima Trindade como pólo de atratividade de peregrinos;
- Desenvolvimento do Parque de Negócios de Ourém-Fátima;
- A proximidade à A1 e à linha ferroviária do Norte, bem como o IC9, constituem importantes acessibilidades para o desenvolvimento do município;
- A valorização do setor vitivinícola, reconhecendo a tradicional importância deste setor na área deste município;
- Papel de charneira entre elementos do arco patrimonial – Património da Humanidade.

#### **1.4.2.3 – Pontos Fracos**

- Excessiva dispersão do povoamento;
- Recessão demográfica de algumas freguesias (denominação das Freguesias aquando dos censos 2011): Alburitel, Casal dos Bernardos, Formigais, Ribeira do Fárrio, Seiça e Urqueira;
- Progressivo envelhecimento da populacional, reflexo da quebra de natalidade registada durante a década de 80;
- Dificuldade em se esboçar uma verdadeira centralidade na área territorial do município, como consequência na sua infraestruturização e dinamização cultural;
- Agricultura denotando um subaproveitamento das potencialidades florestais;
- Propriedade agrícola fragmentada;
- Solo urbano fragmentado – dificuldade de encontrar pontos de urbanização (habitação e indústria)
- Insuficiente valorização do núcleo medieval acastelado de Ourém;
- Reduzido aproveitamento turístico da sede de município face à proximidade de Fátima;
- Deficientes acessibilidades transversais;
- Baixa qualidade e valorização do serviço ferroviário;
- Centralidade do município dividida em dois núcleos com necessidades que se duplicam;
- Sazonalidade da atividade turística, embora com tendências em se esbater;

- Sistema fiscal deficiente (isenções fiscais respeitantes a Fátima, prédios rústicos com baixa tributação dentro das áreas urbanas).
- Excessiva dispersão de equipamentos e infraestruturas induzindo elevados custos de exploração e manutenção.

#### **1.4.2.4 – Ameaças**

- Excessiva dispersão do povoamento, com consequências na sua infra-estruturação;
- Complementaridades insuficientes no eixo Ourém/Fátima;
- Dependência funcional de Ourém face a outros centros urbanos (sobretudo Leiria);
- Integração do município no sistema de saúde do Médio Tejo (com três hospitais), dificultando a concretização de investimentos adequados à realidade existente na área do Município e das duas cidades;
- A reforma judicial tende o encerramento de tribunais e transferência de valências, circunstância que afetará a proximidade dos munícipes deste território aos serviços de referência;
- Extensão de área florestal, muito sujeita a ocorrência de incêndios, situação agravada pela existência de uma propriedade florestal fragmentada;
- Tecido económico fortemente fustigado pela adversa conjuntura económica nacional e perceção da existência de reduzidos níveis de confiança dos empresários.

#### **1.4.3 – Indicadores relativos à área do Município**

Desde a primeira metade dos anos 90 que o Instituto Nacional de Estatística promove a publicação de anuários estatísticos regionais, os quais disponibilizam informação estatística à escala regional e municipal.

Em dezembro de 2013 foi divulgado o Anuário Estatístico da Região Centro – 2012, no qual se engloba informação referente à área do Município de Ourém e cujo âmbito temporal é, fundamentalmente, referente a 2011 e 2012.

Tendo por base o documento anteriormente referenciado, apresenta-se, seguidamente, um quadro que contém os elementos estatísticos mais significativos referentes à área do Município de Ourém.

#### Quadro – Informação Estatística 2011 e 2012 referente à área do Município de Ourém

(Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro, publicado em dezembro de 2013 pelo INE)

<b>1. - TERRITÓRIO</b>	
1.1 - Área, Perímetro e Altitude	
1.1.1 - Área (Km <sup>2</sup> )	416,68
1.1.2 - Perímetro (Km)	128
1.1.3 - Altitude máxima (m)	677
1.1.4 - Altitude mínima (m)	95
1.2 - Ordenamento do território	
1.2.1 - Usos do solo identificados nos PMOT (ha)	
1.2.1.1 - Urbano	6.227,3
1.2.1.2 - Equipamentos e parques urbanos	345,7
1.2.1.3 - Industrial	1.197,6
1.2.1.4 - Turismo	49,3
1.3 - Estrutura territorial	
1.3.1 - Lugares	244
1.3.2 - Vilas	4
1.3.3 - Cidades	2
1.3.4 - Freguesias	13
1.4 - Qualidade das águas para consumo humano	
1.4.1 - Análises regulamentares obrigatórias (milhares de m <sup>3</sup> )	2036
1.4.2 - Análises realizadas obrigatórias (milhares de m <sup>3</sup> )	2061
1.4.3 - Análises em falta (milhares de m <sup>3</sup> )	0
1.4.4 - Análises realizadas com valor paramédico	
1.4.4.1 - Em incumprimento do valor paramédico	0
1.4.4.2 - Total	1.603
1.4.5 - Água segura (%)	100
<b>2. - POPULAÇÃO</b>	
2.1 - Densidade populacional (hab/km <sup>2</sup> )	109,5
2.2 - Taxa de crescimento efetivo (%)	-0,54
2.3 - Taxa de crescimento natural (%)	-0,54

2.4 - Taxa bruta de natalidade (%)	7,2
2.5 - Taxa bruta de mortalidade (%)	12,6
2.6 - Taxa bruta de nupcialidade (%)	3,6
2.7 - Taxa bruta de divórcio (%)	1,9
2.8 - Taxa bruta de fecundidade geral	31,0
2.9 - Nados vivos fora do casamento (%)	35,0
2.10 - Proporção de casamentos católicos (%)	64,1
2.11 - Índice de envelhecimento	150,4
2.12 - Índice de dependência de idosos	33,1
2.13 - Índice de longevidade	54,3
2.14 - População estrangeira que solicitou estatuto de residente por 100 hab.	0,26
2.15 - População residente por sexo	
2.15.1 - Homens	21.510
2.15.2 - Mulheres	24.168
2.15.3 - Total	45.638
2.16 - População residente segundo grandes grupos etários	
2.16.1 - Dos 0 a 14 anos	6.477
2.16.2 - Dos 15 a 24 anos	5.254
2.16.3 - Dos 25 a 64 anos	24.168
2.16.4 - 65 e mais anos	9.739
2.16.5 - 75 e mais anos	5.290
<b>3. - EDUCAÇÃO</b>	
3.1 - Indicadores de educação	
3.1.1 - Taxa de pré-escolarização (%)	105,3
3.1.2 - Taxa bruta de escolarização (%)	
3.1.2.1 - Ensino Básico	121,1
3.1.2.2 - Ensino Secundário	147,8
3.2 - Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%)	
3.2.1 - 1º Ciclo	2,6
3.2.2 - 2º Ciclo	6,7
3.2.3 - 3º Ciclo	7,6
3.2.4 - Total	82,1
3.3 - Taxa de transição/conclusão do ensino secundário (%)	
3.3.1 - Cursos gerais/científico-humanísticos	79,5
3.3.2 - Cursos vocacionais	85,1
3.3.3 - Total	82,1
3.4 - Instituições de educação por nível e natureza	
3.4.1 - Educação Pré-Escolar	

3.4.1.1 - Público	30
3.4.1.2 - Privado	5
3.4.2 - 1º Ciclo	
3.4.2.1 - Público	30
3.4.2.2 - Privado	1
3.4.2.3 - Dos quais com menos de 21 alunos	1
3.4.3 - 2º Ciclo	
3.4.3.1 - Público	4
3.4.3.2 - Privado	3
3.4.4 - 3º Ciclo	
3.4.4.1 - Público	4
3.4.4.2 - Privado	3
3.4.5 - Secundário	
3.4.5.1 - Público	1
3.4.5.2 - Privado	4
3.5 - Alunos matriculados, segundo o nível de ensino ministrado	
3.5.1 - Educação Pré-Escolar	1.249
3.5.2 - 1º Ciclo	1.877
3.5.3 - 2º Ciclo	1.258
3.5.4 - 3º Ciclo	2.145
3.5.5 - Secundário	2.297
3.6 - Pessoal docente, segundo o nível de ensino ministrado	
3.6.1 - Educação Pré-Escolar	80
3.6.2 - 1º Ciclo	125
3.6.3 - 2º Ciclo	137
3.6.4 - 3º Ciclo e ensino secundário	374
3.6.5 - Formadores(escolas profissionais)	60
3.7 - Pessoal não docente do ensino não superior	428
<b>4. - CULTURA E DESPORTO</b>	
4.1 - Espetáculos ao vivo	
4.1.1 - espectadores por habitante	0,2
4.1.2 - Valor médio dos bilhete vendidos (em euros)	10,0
4.2 - Publicações periódicas por município	
4.2.1 - Publicações	27
4.2.2 - Edições	229
4.2.3 - Circulação Total	
4.2.3.1 - Total	2.065.707
4.2.3.2 - Jornais	1.186.226

4.2.3.3 - Revistas	395.681
4.2.4 - Exemplares vendidos	
4.2.4.1 - Total	617.535
4.2.4.2 - Jornais	193.570
4.2.4.3 - Revistas	334.022
4.3 - Recintos de espetáculos e espetáculos ao vivo	
4.3.1 Recintos utilizados	2
4.3.2 Espetáculos ao vivo	72
4.4 - Museus e galerias de arte	
4.4.1 - Museus	2
4.4.2 - Galerias	3
<b>5. - SAÚDE</b>	
5.1 - Indicadores de saúde	
5.1.1 - Enfermeiros por 1000 habitantes	2,3
5.1.2 - Médicos por 1000 habitantes	1,1
5.1.3 - Farmácias e postos de medicamentos por 1000 habitantes	0,4
5.1.4 - Consultas por habitante	3,0
5.1.5 - Taxa quinquenal de mortalidade infantil (2008/2012)	0,6
5.1.6 - Taxa quinquenal de mortalidade neonatal (2008/2012)	0,6
5.1.7 - Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório	3,8
5.1.8 - Taxa de mortalidade por tumores malignos	2,8
5.2 - Hospitais	
5.2.1 - Número	0
5.3 - Centros de Saúde e suas extensões	
5.3.1 - Total	2
5.3.2 - Com internamento	0
5.3.3 - Sem internamento	2
5.4 - Consultas médicas	
5.4.1 - Total	120.510
5.4.2 - Medicina geral e familiar/clínica geral	103.673
5.4.3 - Planeamento familiar	3.399
5.4.4 - Saúde do recém-nascido da criança e do adolescente	11.694
5.4.5 - Saúde materna	1.666
5.4.5 - Outras especialidades	78
5.5 - Farmácias e postos farmacêuticos móveis	
5.5.1 - Farmácias	15
5.5.2 - Postos farmacêuticos móveis	4
5.5.3 - Farmacêuticos de oficina	33

5.5.4 - Profissionais de farmácia	23
5.5.5 - Médicos com residência na área do município	48
<b>6. - MERCADO DE TRABALHO</b>	
6.1 - Indicadores do mercado de trabalho	
6.1.1 - Taxa de TCO em estabelecimentos com < 10 trabalhadores (%)	29,3
6.1.2 - Taxa de TCO em estabelecimentos com > 250 trabalhadores (%)	12
6.1.3 - Ganho médio mensal (em euros)	889,55
6.1.4 - Disparidade no ganho médio mensal por sexo (%)	9,9
6.1.5 - Disparidade no ganho médio mensal por escalão de empresa (%)	18,4
6.1.6 - Disparidade do ganho médio mensal por setor de atividade (%)	2,9
6.1.7 - Disparidade no ganho médio mensal por nível de habitações (%)	19,9
6.2 - Trabalhadores por conta de outrem, segundo o setor de atividade	
6.2.1 - Primário (CAE: A)	83
6.2.2 - Secundário (CAE: B - F)	3.109
6.2.3 - Terciário (CAE: G - U)	7.248
6.3 - Ganho médio mensal dos trab. por conta de outrem, por setor de atividade	
6.3.1 - Primário (CAE: A) (em euros)	702,80
6.3.2 - Secundário (CAE: B - F) (em euros)	918,28
6.3.3 - Terciário (CAE: G - U) (em euros)	876,15
6.4 - Trabalhadores por conta de outrem, segundo o nível de habilitações	
6.4.1 - Inferior ao 1º ciclo do ensino básico	138
6.4.2 - 1º ciclo do ensino básico	2.080
6.4.3 - 2º ciclo do ensino básico	2.167
6.4.4 - 3º ciclo do ensino básico	3.012
6.4.5 - Ensino secundário	2.464
6.4.6 - Bacharelato	182
6.4.7 - Licenciatura	1.129
6.4.8 - Mestrado	53
6.5 - Ganho méd. mensal dos trab. por conta de outrem, segundo o nível de habilit.	
6.5.1 - Inferior ao 1º ciclo do ensino básico (em euros)	707,00
6.5.2 - 1º ciclo do ensino básico (em euros)	828,56
6.5.3 - 2º ciclo do ensino básico (em euros)	802,28
6.5.4 - 3º ciclo do ensino básico (em euros)	804,82
6.5.5 - Ensino secundário (em euros)	872,92
6.5.6 - Bacharelato (em euros)	1.269,47
6.5.7 - Licenciatura (em euros)	1.374,99
6.5.8 - Mestrado (em euros)	1.284,55
<b>7. - PROTEÇÃO SOCIAL</b>	

7.1 - Indicadores de proteção social	
7.1.1 - Valor médio anual das pensões (em euros)	
7.1.1.1 - Invalidez	4.272
7.1.1.2 - Velhice	4.273
7.1.1.3 - Sobrevivência	2.346
7.1.2 - Valor médio do subsídio de desemprego (em euros)	3.207
7.1.3 - Número médio de dias de subsídio de desemprego	197
7.1.4 - Valor médio de subsídio de doença (em euros)	915
7.1.5 - Número médio de dias de subsídio de doença	58
7.2 - Pensionistas por invalidez, velhice e sobrevivência	
7.2.1 - Invalidez	6.327
7.2.2 - Velhice	34.885
7.2.3 - Sobrevivência	7.457
7.3 - Beneficiários de subsídio de desemprego, segundo a idade	
7.3.1 - Menos de 25 anos	136
7.3.2 - 25 a 29 anos	289
7.3.3 - 30 a 39 anos	671
7.3.4 - 40 a 49 anos	559
7.3.5 - 50 a 54 anos	258
7.3.6 - 55 e mais anos	366
7.4 - Prestações familiares	
7.4.1 - Total de beneficiários	3.526
7.4.2 - Descendentes ou equiparados	6.004
7.5 - Subsídio por doença	
7.5.1 - Total de beneficiários	2.352
7.5.2 - Dias processados	136.532
7.6 - Subsídio parental	
7.6.1 - Total de beneficiários	698
7.6.2 - Valor processado (milhares de euros)	1.167
7.7 - Total de beneficiários do rendimento social de inserção	512
<b>8. - ATIVIDADE ECONÓMICA</b>	
8.1 - Indicadores das empresas	
8.1.1 - Densidade de empresas (N.º/Km2)	12,7
8.1.2 - Proporção de empresas individuais (%)	64
8.1.3 - Proporção de empresas com menos de 250 pessoas ao serviço (%)	100
8.1.4 - Proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço (%)	94,5
8.1.5 - Pessoal ao serviço da empresa	3,1
8.1.6 - Volume de negócios por empresa (milhares de euros)	256,2

8.1.7 - Indicador de concentração do volume de negócios das 4 maiores empresas (%)	21,27
8.1.8 - Indicador de concentração do valor acrescentado bruto das 4 maiores empresas (%)	11,51
8.2 - Volume de negócios das empresas segundo a CAE (em milhares de euros)	
8.2.1 - A + B	25.755
8.2.2 - C	297.996
8.2.3 - D	'''
8.2.4 - E	'''
8.2.5 - F	168.329
8.2.6 - G	596.936
8.2.7 - H	71.362
8.2.8 - I	52.067
8.2.9 - J	'''
8.2.10 - L a S	128.942
8.3 - Comércio internacional declarado de mercadorias	
8.3.1 - Importações	72.017
8.3.2 - Exportações	65.033
8.4 - Agricultura e floresta	
8.4.1 - Produção vinícola declarada expressa em mosto (hl)	
8.4.2 - Vinho licoroso com DOP	0
8.4.3 - Vinho com DOP	
8.4.3.1 - Branco	230
8.4.3.2 - Tinto/Rosado	608
8.4.4 - Vinho com IGP	
8.4.4.1 - Branco	810
8.4.4.2 - Tinto/Rosado	1605
8.4.5 - Vinho sem certificação	
8.4.5.1 Branco	1051
8.4.5.2 Tinto/Rosado	5202
8.5 - Árvores de fruto e oliveiras vendidas pelos viveiristas	
8.5.1 - Ameixieiras	696
8.5.2 - Cerejeiras	579
8.5.3 - Damasqueiros	396
8.5.4 - Diospereiros	290
8.5.5 - Laranjeiras	1.280
8.5.6 - Limoeiros	713
8.5.7 - Macieiras	336
8.5.8 - Nogueiras	180
8.5.9 - Pereiras	498

8.5.10 - Pessegueiros	724
8.5.11 - Tangerineiras	308
8.5.12 - Oliveiras	1.398
8.5.13 - Amendoeiras	261
8.5.14 - Castanheiros	387
8.5.15 - Kiwi	550
8.6 - Incêndios florestais e bombeiros	
8.6.1 - Ocorrência de incêndios florestais	85
8.6.2 - Área ardida (ha)	
8.6.2.1 - Total	4.378
8.6.2.2 - Povoamentos florestais	3.154
8.6.2.3 - Matos	1.225
8.6.2.4 - Corporações de bombeiros	3
8.6.2.5 - Número total de bombeiros	242
8.7 - Energia	
8.7.1 - Consumo de energia eléctrica por consumidor (kWh)	
8.7.1.1 - Total	5.384,8
8.7.1.2 - Doméstico	2.225,1
8.7.1.3 - Agricultura	4.229,9
8.7.1.4 - Indústria	65.797,7
8.7.2 - Consumo doméstico de energia eléctrica por habitante (kWh)	1.240,5
8.7.3 - Vendas de combustíveis para consumo (t)	
8.7.3.1 - Gás	
8.7.3.1.1 - Butano	677
8.7.3.1.2 - Propano	1.669
8.7.3.1.3 - Gás auto (GPL)	34
8.7.3.2 - Gasolina	
8.7.3.2.1 - Sem chumbo 95	3.989
8.7.3.2.2 - Sem Chumbo 98	878
8.7.3.3 - Petróleo	15
8.7.3.4 - Gasóleo rodoviário	62.060
8.7.3.5 - Gasóleo colorido	3.988
8.7.3.6 - Gasóleo para aquecimento	492
8.7.3.7 - Fuel	4.409
8.8 - Construção e Habitação	
8.8.1 - Indicadores de construção e habitação	
8.8.1.1 - Licenciamento de construções novas para habitação familiar	
8.8.1.1.1 - Pavimentos por edifício	1,8

8.8.1.1.2 - Fogos por pavimento	0,6
8.8.1.1.3 - Divisões por fogo	5,4
8.8.1.1.4 - Superfície média habitável das divisões (m2)	21,1
8.8.1.2 - Conclusão de construções novas para habitação familiar	
8.8.1.2.1 - Pavimentos por edifício	2,3
8.8.1.2.2 - Fogos por pavimento	0,8
8.8.1.2.3 - Divisões por fogo	5,0
8.8.1.2.4 - Superfície média habitável das divisões (m2)	22,3
8.8.1.3 - Valor médio dos prédios (em euros)	
8.8.1.3.1 - Urbanos transacionados, em propriedade horizontal	76.045
8.8.1.3.2 - Urbanos transacionados, total	75.476
8.8.1.3.3 - Rústicos transacionados	11.567
8.8.1.3.4 - Urbanos hipotecados, em propriedade horizontal	73.553
8.8.1.3.5 - Urbanos hipotecados, total	86.526
8.8.1.3.6 - Rústicos hipotecados	8.750
8.8.1.4 - Crédito hipotecário concedido a pessoas singulares p/habitante (em euros)	151
8.8.2 - Edifícios licenciados para construção	
8.8.2.1 - Construções novas	
8.8.2.1.1 - Edifícios para habitação familiar	52
8.8.2.1.2 - Edifícios, total	100
8.8.2.1.3 - Fogos para habitação familiar	54
8.8.2.2 - Ampliações, Alterações e Reconstruções	
8.8.2.2.1 - Edifícios para habitação familiar	37
8.8.2.2.2 - Edifícios, total	86
8.8.3 - Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar	
8.8.3.1 - Entidade promotora	
8.8.3.1.1 - Pessoa singular	54
8.8.3.1.2 - Empresa privada	0
8.8.3.1.3 - Outras entidades	0
8.8.3.2 - Tipologia	
8.8.3.2.1 - T0 ou T1	0
8.8.3.2.2 - T2	6
8.8.3.2.3 - T3	37
8.8.3.2.4 - T4 ou mais	11
8.8.4 - Edifícios concluídos em construções novas	
8.8.4.1 - Construções novas	
8.8.4.1.1 - Edifícios para habitação familiar	
8.8.4.1.1.1 - Apartamentos	7

8.8.4.1.1.2 - Moradias	99
8.8.4.1.2 - Edifícios, total	106
8.8.4.1.3 - Fogos para habitação familiar	203
8.8.4.2 - Ampliações, Alterações e Reconstruções	
8.8.4.2 - Edifícios para habitação familiar	53
8.8.4.3 - Edifícios, total	102
8.8.5 - Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar	
8.8.5.1 - Entidade promotora	
8.8.5.1.1 - Pessoa singular	118
8.8.5.1.2 - Empresa privada	85
8.8.5.1.3 - Outras entidades	0
8.8.5.2 - Tipologia	
8.8.5.2.1 - T0 ou T1	20
8.8.5.2.2 - T2	49
8.8.5.2.3 - T3	84
8.8.5.2.4 - T4 ou mais	50
8.8.5 - Estimativas do parque habitacional	
8.8.5.1 - Edifícios de habitação familiar clássica	23.893
8.8.5.2 - Alojamentos familiares clássicos	29.325
8.8.6 - Habitação Social	
8.8.6.1 - Edifícios para habitação social	
8.8.6.1.1 - Objeto de obras de conservação no último ano	0
8.8.6.2 - Fogos de habitação social	
8.8.6.2.1 - Arrendados	1
8.8.6.2.2 - Objeto de obras de reabilitação no último ano	0
8.8.6.3 - Contratos de arrendamento efetuados no último ano	0
8.9 - Transportes	
8.9.1 - Indicadores de transportes	
8.9.1.1 - Veículos automóveis novos vendidos e registados por 1000 habitantes	6
8.9.1.2 - Índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas	4,37
8.9.1.3 - Proporção de acidentes de viação com vítimas nas autoestradas (%)	4,4
8.9.2 - Veículos automóveis registados	
8.9.2.1 - Total	274
8.9.2.2 - Ligeiros de passageiros	169
8.9.2.3 - Ligeiros de mercadorias	61
8.9.2.4 - Pesados de passageiros	1
8.9.2.5 - Pesados de mercadorias	2
8.9.2.6 - Pesados, tratores de espécie diversa	16

8.9.2.7 - Tratores agrícolas	25
8.9.3 - Acidentes de viação e vítimas	
8.9.3.1 - Total de acidentes de viação com vítimas	183
8.9.3.2 - Vítimas	
8.9.3.2.1 - Total	242
8.9.3.2.2 - Mortos	8
8.9.3.2.3 - Feridos graves	31
8.9.3.2.4 - Feridos ligeiros	203
8.10 - Comunicações	
8.10.1 - Indicadores de comunicações	
8.10.1.1 - Acessos telefónicos por 100 habitantes	26,01
8.10.1.2 - Postos telefónicos residenciais por 100 habitantes	17,12
8.10.1.3 - Postos telefónicos públicos por 1000 habitantes	2,94
8.10.1.4 - Estações de correio por 100 000 habitantes	10,96
8.10.1.5 - Postos de correio por 100 000 habitantes	19,72
8.10.2 - Postos telefónicos	
8.10.2.1 - Total de acessos telefónicos	11.869
8.10.2.2 - Total de acessos telefónicos analógicos	10.077
8.10.2.3 - Total de acessos telefónicos digitais	1.792
8.10.3 - Estações e postos de correio	
8.10.3.1 - Estações de correio	
8.10.3.1.1 - Total	5
8.10.3.1.2 - Estações fixas	5
8.10.3.1.3 - Estações móveis	0
8.10.3.2 - Postos de correio	9
8.11 - Turismo	
8.11.1 - Indicadores de hotelaria	
8.11.1.1 - Estada média de hóspedes estrangeiros (número de noites)	2
8.11.1.2 - Capacidade de alojamento por 1000 habitantes	137,7
8.11.1.3 - Hóspedes por habitante	7,1
8.11.1.4 - Proporção de hóspedes estrangeiros (%)	64,7
8.11.1.5 - Proporção de dormidas entre Julho-Setembro (%)	34,8
8.11.1.6 - Dormidas em estab. hoteleiros por 100 habitantes	1255,2
8.11.2 - Estabelecimentos e capacidade de alojamento	
8.11.2.1 - Estabelecimentos	
8.11.2.1.1 - Total	46
8.11.2.1.2 - Hotéis	38
8.11.2.1.3 - Pensões	6

8.11.2.1.4 - Outros	2
8.11.2.2 - Capacidade de alojamento	
8.11.2.2.1 - Total	6.285
8.11.2.2.2 - Hotéis	5.348
8.11.2.2.3 - Pensões	'''
8.11.2.2.4 - Outros	'''
8.11.3 - Dormidas, hóspedes e proveitos de aposento nos estabelecimentos hoteleiros	
8.11.3.1 - Número total de dormidas	572.861
8.11.3.2 - Número total de hóspedes	323.536
8.11.3.3 - Total de proveitos de aposento (milhares de euros)	13.402
8.11.4 - Dormidas nos estab. hoteleiros, segundo o país de residência habitual	
8.11.4.1 - Total	572.861
8.11.4.2 - UE 27	469.641
8.11.4.3 - UE 25	468.681
8.11.4.4 - Portugal	157.345
8.11.4.5 - Alemanha	14.623
8.11.4.6 - Espanha	134.910
8.11.4.7 - França	26.751
8.11.4.8 - Itália	60.169
8.11.4.9 - Países Baixos	5.046
8.11.4.10 - Reino Unido	7.577
8.11.4.11 - E.U.A.	22.178
8.11.5 - Hóspedes nos estab. hoteleiros, segundo o país de residência habitual	
8.11.5.1 - Total	323.536
8.11.5.2 - UE 27	255.287
8.11.5.3 - UE 25	254.734
8.11.5.4 - Portugal	114.318
8.11.5.5 - Alemanha	6.526
8.11.5.6 - Espanha	59.091
8.11.5.7 - França	15.161
8.11.5.8 - Itália	29.180
8.11.5.9 - Países Baixos	2.852
8.11.5.10 - Reino Unido	2.132
8.11.5.11 - E.U.A.	11.388
8.12 - Setor Monetário e Financeiro	
8.12.1 - Indicadores do setor monetário e financeiro	
8.12.1.1 - Estabelecimentos de bancos e similares por 10 000 habitantes	8,1
8.12.1.2 - Taxa de depósitos de emigrantes (%)	9,02

8.12.1.3 - Taxa de crédito à habitação (%)	56,61
8.12.1.4 - Crédito à habitação por habitante (em euros)	7.592
8.12.1.5 - Prémios brutos emitidos pelas empresas de seguros, por hab. (em euros)	23
8.12.1.6 - Rede nacional de Multibanco	
8.12.1.6.1 - Caixas automáticas Multibanco por 10 000 habitantes	13,6
8.12.1.6.2 - Operações por habitante	71
8.12.1.6.3 - Levantamentos nacionais por habitante (em euros)	2.238
8.12.1.6.4 - Compras através de terminais de pag. automático por hab (em euros)	1.573
8.12.2 - Estabelecimentos de outra intermediação monetária	
8.12.2.1 - Bancos e caixas económicas	
8.12.2.1.1 - Número de estabelecimentos	32
8.12.2.1.2 - Pessoal ao serviço	174
8.12.2.2 - Caixas de crédito agrícola mútuo	
8.12.2.2.1 - Número de estabelecimentos	5
8.12.2.2.2 - Pessoal ao serviço	14
8.12.3 - Movimentos dos estabelecimentos de outra intermediação monetária	
8.12.3.1 - Depósitos	
8.12.3.1.1 - Total (milhares de euros)	959.145
8.12.3.1.2 - De Emigrantes (milhares de euros)	86.547
8.12.3.2 - Crédito concedido	
8.12.3.2.1 - Total (em milhares de euros)	613.673
8.12.3.2.2 - Para habitação (em milhares de euros)	347.424
<b>9. - JUSTIÇA</b>	
9.1 Indicadores de Justiça	
9.1.1 - Duração média dos processos findos nos tribunais judiciais de 1ª instância	
9.1.1.1 - Cíveis (meses)	25
9.1.1.2 - Penais (meses)	5
9.1.1.3 - Trabalho (meses)	0
9.1.2 - Evolução anual dos processos nos tribunais judiciais de 1ª instância (%)	4,1
9.1.3 - Proporção de arguidos condenados nos tribunais de 1ª instância (%)	69,3
9.1.4 - Proporção de não condenados por desistência de queixa (%)	39,6
9.1.5 - Proporção de não condenados por absolvição/carência de prova (%)	42,3
9.1.6 - Taxa de criminalidade por categoria de crimes (%)	
9.1.6.1 - Crimes contra a integridade física	3,8
9.1.6.2 - Furto/roubo por esticção e na via pública	0,4
9.1.6.3 - Furto de veículo e em veículo motorizado	1,9
9.1.6.4 - Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l	2,7
9.1.6.5 - Condução sem habilitação legal	1,2

9.2 - Movimento de processos de 1ª instrância (%)	
9.2.1 - Processos Cíveis	
9.2.1.1 - Pendente a 31 de dezembro	4.404
9.2.1.2 - Entrados	2.023
9.2.1.3 - Findos	1.822
9.2.2 - Processos Penais	
9.2.2.1 - Pendente a 31 de dezembro	206
9.2.2.2 - Entrados	376
9.2.2.3 - Findos	393
9.2.3 - Processos tutelares	
9.2.3.1 - Pendente a 31 de dezembro	100
9.2.3.2 - Entrados	155
9.2.3.3 - Findos	153
9.3 - Principais atos notariais celebrados por escritura pública	
9.3.1 - Total de escrituras	1.403
9.3.2 - Compra e venda de imóveis	412
9.3.3 - Constituição de propriedade horizontal	22
9.3.4 - Constituição de sociedades com. e civis	...
9.3.5 - Doação	146
9.3.6 - Habilitação	245
9.3.7 - Hipoteca	20
9.3.8 - Justificação	287
9.3.9 - Mútuo	33
9.3.10 - Partilha	139
9.4 - Crimes registados pelas autoridades policiais	
9.4.1 - Total	1.476
9.4.2 - Contra as pessoas	
9.4.2.1 - Total	277
9.4.2.2 - Contra a integridade física	174
9.4.3 - Contra o património	
9.4.3.1 - Total	752
9.4.3.2 - Furto/roubo por esticão e na via pública	16
9.4.3.3 - Furto de veículo e em veículo motorizado	88
9.4.4 - Contra a vida em sociedade	
9.4.4.1 - Total	293
9.4.4.2 - Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l	121
9.4.5 - Contra o Estado	13
9.4.6 - Legislação avulsa	

9.4.6.1 - Total	141
9.4.6.2 - Condução sem habilitação legal	53
<b>10. - PARTICIPAÇÃO POLÍTICA (apuramento geral referente às eleições de 29/09/2013)</b>	
10.1 - Indicadores da participação política	
10.1.1 - Eleição para as Câmaras	
10.1.1.1 - Taxa de abstenção	45,7
10.1.1.2 - Proporção de votos em branco	4,7
10.1.1.3 - Proporção de votos nulos	3,5
10.1.1.4 - Proporção de votos do partido/coligação mais votado	38,9
10.1.1.5 - Partido/coligação mais votado	PS
10.1.2 - Eleição para a Assembleia Municipal	
10.1.2.1 - Taxa de abstenção	45,7
10.1.2.2 - Proporção de votos em branco	5
10.1.2.3 - Proporção de votos nulos	4
10.1.2.4 - Proporção de votos do partido/coligação mais votado	51,3
10.1.3 - Eleição para a Assembleia de Freguesia	
10.1.3.1 - Taxa de abstenção	45,7
10.1.3.2 - Proporção de votos em branco	4,2
10.1.3.3 - Proporção de votos nulos	3,9
10.1.3.4 - Proporção de votos do partido/coligação mais votado	51,3
10.2 - Resultados na eleição para a Câmara Municipal	
10.2.1 - Mandatos	
10.2.1.1 - PS	3
10.2.1.2 - PPD/PSD - CDS/PP	3
10.2.1.3 - Independente IV	1
10.3 - Resultados na eleição para a Assembleia Municipal	
10.3.1 - Mandatos	
10.3.1.1 - PPD/PSD - CDS/PP	10
10.3.1.2 - PS	8
10.3.1.3 - Independente IV	2
10.3.1.4 - PCP/PEV	1
10.4 - Resultados na eleição para as Assembleias de Freguesias	
10.3.1 - Presidências de Juntas de Freguesias	
9.3.1.1 - PS	7
9.3.1.2 - PPD/PSD - CDS/PP	6

## 2. Enquadramento interno

### 2.1 Alterações no órgão executivo

No decurso de 2013, em resultado das eleições autárquicas ocorridas em 29 de setembro, verificaram-se alterações na composição e na distribuição de funções gerais do Órgão Executivo.

Quadro – Composição dos membros do Órgão Executivo e funções atribuídas

Nome	Situação	Período	Funções atribuídas
Paulo Alexandre de Oliveira Fonseca	Presidente	01/01 a 21/10	Coordenação geral
			Desenvolvimento Económico
			Segurança e Proteção Civil
			Estudos e Projetos
			Relações Externas/Internacionais
			Apoio ao Investimento
			Apoio às Freguesias
			Relações Públicas/Imagem
			Prospetiva e Planeamento / Fundos Comunitários
			Gestão Financeira (exceto taxas e licenças)
		22/10 a 31/12	Coordenação geral
			Gestão Financeira (DGF)
			Assuntos Sociais e Educação (DEAS)
			Recursos humanos (área da Educação)
			Ação Cultural, Desporto e Lazer (DAC)
			Desenvolvimento e apoio ao Investimento (GAPAE)
			Segurança e Proteção Civil (SMPC)
			Relações Externas/Internacionais (GAPAE, turismo)
			Acompanhamento Ourémviva
Desenvolvimento Rural e Florestas			
Prospetiva e Planeamento / Fundos Comunitários			
José Manuel Pereira Alho	Vice-Presidente	01/01 a 18/10	Ambiente
			Planeamento e Ordenamento do Território
			Desenvolvimento Rural e Florestas
			Educação e Ação Social
			Ação Cultural
Nazareno José Menitra do Carmo	Vereador a Tempo Inteiro	01/01 a 21/10	Representação da C.M. (no território de Fátima)
			Relacionamento institucional
			Acompanhamento das políticas setoriais

			Desenvolvimento económico
			Obras municipais
			Licenciamento e autorização de operações urbanísticas
			Taxas e Licenças
			Fiscalização
			Contraordenações
	Vice- Presidente	22/10 a 31/12	Representação e Relacionamento Institucional
			Licenciamento e autorização de operações urbanísticas em Fátima (DGU)
			Taxas e Licenças em Fátima
			Ambiente (DA)
			Planeamento e Ordenamento do Território (DPOT)
			Planeamento Administrativo (DAP)
			Fiscalização e Contencioso
Maria Lucília Martins Vieira	Vereadora a Tempo Inteiro	01/01 a 21/10	Administração e Planeamento
			Recursos Humanos
			Planeamento estratégico
			Licenciamento e Autorização de Operações Urbanísticas (exceto p/ território da Freguesia de Fátima)
			Taxas e Licenças (exceto p/ território da Freguesia de Fátima)
			Apoio jurídico
			Contraordenações (exceto p/ território da Freguesia de Fátima)
			Fiscalização (exceto p/ território da Freguesia de Fátima)
			Modernização Administrativa
		Tecnologias da Informação e Comunicação	
		22/10 a 31/12	Licenciamento Autorização de Operações Urbanísticas (DGU)
			Recursos Humanos (DRHP)
			Tecnologias da Informação e Comunicação (DTIC)
Modernização administrativa			
			Obras Municipais (DOM)
			Estudos e Projetos (DEP)
			Taxas e Licenças (exceto p/ território da Freguesia de Fátima)
			Apoio às Freguesias
			Planeamento estratégico
			Saúde Pública (Veterinário Municipal)
Vitor Manuel de Jesus Frazão	Vereador	01/01 a 31/12	--

Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque	Vereador	01/01 a 31/12	--
Maria Agripina Ferreira Carriço Lopes Vieira	Vereadora	01/01 a 05/03	--
Humberto Luís Ferraz Antunes	Vereador	05/03 a 18/10	
Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa	Vereadora	18/10 a 31/12	--
José Manuel Dias Poças das Neves	Vereador	18/10 a 31/12	--

## 2.2 Política de recursos humanos adotada

### 2.2.1 – Estrutura orgânica e quadro de pessoal

Em 2011 foi aprovada uma nova estrutura orgânica, com publicação em Diário da República, 2ª Série, n.º 123, em 29 de junho de 2011 (Despacho n.º 8742-A/2011).

A referida estrutura orgânica está adequada ao disposto no artigo 25.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, não tendo ocorrido qualquer alteração à estrutura vigente no decurso de 2013 (Aviso n.º 4801/2013, publicado no DR II Série em 09/04/2013).

### 2.2.2 – Evolução dos recursos humanos

#### Pessoal segundo o grupo profissional

## Quadro – Evolução do Pessoal segundo o grupo profissional

Designação	2011	2012	Var. Abs.	Var. (%)	2013	Var. Abs.	Var. (%)
Pessoal Dirigente	11	11	0	0,00	11	0	0,00
Técnico Superior	48	50	2	4,17	50	0	0,00
Informática	3	4	1	33,33	3	-1	-25,00
Assistente Técnico	101	97	-4	-3,96	95	-2	-2,06
Assistente Operacional	254	239	-15	-5,91	230	-9	-3,77
Outros Grupos	8	7	-1	-12,50	8	1	14,29
<b>Total</b>	<b>425</b>	<b>408</b>	<b>-17</b>	<b>-4,00</b>	<b>397</b>	<b>-11</b>	<b>-2,70</b>
Grau de Tecnicidade Superior	13,88	14,95	1,07	7,70	15,37	0,41	2,77
Grau de Tecnicidade Geral	38,35	39,71	1,35	3,53	40,05	0,34	0,87

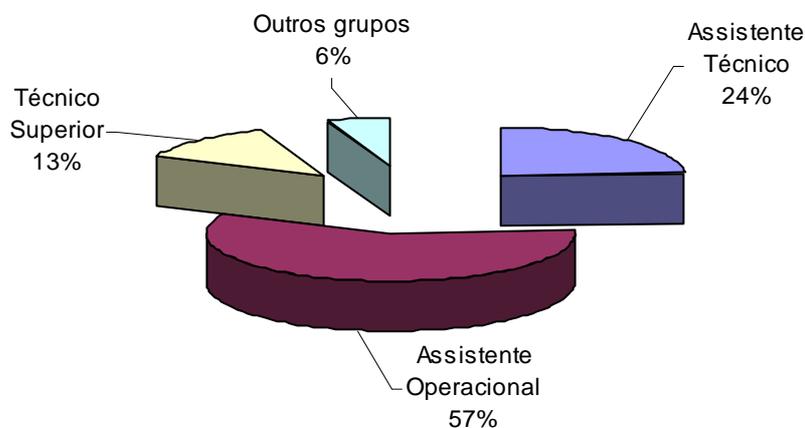
O ano de 2013 demonstra uma variação negativa do número de funcionários da autarquia, na ordem de 2,7%, que, em termos absolutos, significou uma diminuição em 11 funcionários. A variação ocorrida foi influenciada, essencialmente, pelo decréscimo verificado ao nível do pessoal de informática (-1) assistente técnico (-2) e assistente operacional (-9).

Em sentido inverso, verificou-se um aumento no que concerne aos outros grupos (grupo profissional residual), tendo sofrido uma variação absoluta positiva em 1 trabalhador.

No final do período em análise, o grau de tecnicidade geral dos recursos humanos afetos ao Município foi de 40,1 ou seja, cerca de 40% dos trabalhadores do Município, enquadravam-se no grupo de pessoal técnico superior, informática e assistente técnico. O grau de tecnicidade superior situou-se ligeiramente superior a 15%.

A estrutura do pessoal, segundo o grupo profissional, caracteriza-se pela predominância do pessoal assistente operacional (57%), assistente técnico (24%) e técnico superior (13%).

Gráfico – Estrutura do pessoal segundo o grupo profissional



### Escalão etário e sexo

Quadro – Evolução segundo o escalão etário e sexo

Designação	2011	2012	Var. Abs.	Var. (%)	2013	Var. Abs.	Var. (%)
Até aos 20 anos	0	0	0	--	0	0	--
20-24	5	1	-4	-80,00	0	-1	-100,00
25-29	11	6	-5	-45,45	3	-3	-50,00
30-39	117	112	-5	-4,27	99	-13	-11,61
40-49	120	114	-6	-5,00	112	-2	-1,75
50-59	143	141	-2	-1,40	148	7	4,96
60-69	28	33	5	17,86	34	1	3,03
70 ou mais	1	1	0	0,00	1	0	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>425</b>	<b>408</b>	<b>-17</b>	<b>-4,00</b>	<b>397</b>	<b>-11</b>	<b>-2,70</b>
Número de Homens	150	140	-10	-6,67	137	-3	-2,14
Número de Mulheres	275	268	-7	-2,55	260	-8	-2,99

Na estrutura dos recursos humanos existentes, o número de mulheres manifesta uma dominância, significando estas cerca de 65,5% do total dos recursos humanos disponíveis.

O escalão etário dos 50-59 é o mais representativo com 148 funcionários, com uma variação absoluta positiva, relativa ao ano anterior, em 7 trabalhadores.

Analisando o escalão etário segundo o grupo profissional, verifica-se que a predominância das idades mais baixas está adstrita ao pessoal de informática e técnico superior. Em oposição, a predominância escalões etários mais elevados ocorrem no pessoal assistente operacional.

Importa realçar que 183 funcionários têm mais de 50 anos. Destes, 34 têm idades compreendidas entre os 60 e os 69 anos.

## Absentismo

Quadro – Evolução do Absentismo

Designação	uni: dias						
	2011	2012	Var. Abs.	Var. (%)	2013	Var. Abs.	Var. (%)
Casamento	35	30	-5	-14,29	0	-30	-100,00
Protecção na Parentalidade	2018	1430	-588	-29,14	806	-624	-43,64
Falecimento Familiar	148	160	12	8,11	122	-38	-23,75
Doença	4846	5478	632	13,04	5268	-210	-3,83
Doença Prolongada	0	0	0	--	0	0	--
Assistência a Familiares	194	156	-38	-19,59	167	11	7,05
Trabalhador Estudante	314,5	202	-112,5	-35,77	169	-33	-16,34
Cumprimento - Pena Disciplinar	0	0	0	--	0	0	--
Injustificadas	0	0	0	--	0	0	--
Outras	40	0	-40	-100,00	0	0	--
<b>TOTAL (dias de ausência)</b>	<b>7595,5</b>	<b>7456</b>	<b>-139,5</b>	<b>-1,84</b>	<b>6532</b>	<b>-924</b>	<b>-12,39</b>
<b>Dias de ausência (per capita)</b>	<b>17,87</b>	<b>18,27</b>	<b>0,40</b>	<b>2,25</b>	<b>16,45</b>	<b>-1,82</b>	<b>-9,97</b>

Face a 2012, o ano de 2013 regista um decréscimo do número de dias de ausência global, na ordem de 12,4%, apresentando uma variação absoluta negativa de 924 dias.

Relativamente ao valor apurado *per capita*, verifica-se uma diminuição em 1,8 dias, pelo que o número de ausência *per capita* se situou próximo de 16,5 dias.

Com um peso representativo preponderante, surgem as faltas relativas a doença, as quais totalizaram 5.268 dias (representam 80,1% do total do absentismo) e a de

proteção na parentalidade com um total de 806 dias (representam 12,3% do total do absentismo).

Desta forma, o número total de dias de ausência situou-se em 6.532 dias em detrimento dos 7.456 dias ocorridos em 2012.

### Acidentes ocorridos em serviço

O ano de 2012 demonstra um aumento do número de acidentes (+7), verificando-se um total de 23.

O número de dias perdidos com baixa sofreu um decréscimo absoluto em 56 dias, face ao verificado no ano anterior. Deste modo, verificou-se um total de 960 dias perdidos com baixa resultante de acidentes ocorridos no local de trabalho ou no percurso para o respetivo local.

Quadro – Evolução dos acidentes ocorridos em serviço

Designação	2011	2012	Var. Abs.	Var. (%)	2013	Var. Abs.	Var. (%)
Número total de acidentes							
1 a 3 dias de baixa	2	0	-2	-100,00	2	2	--
4 a 30 dias de baixa	6	17	11	183,33	13	-4	-23,53
Superior a 30 dias de baixa	8	6	-2	-25,00	1	-5	-83,33
Mortais	0	0	0	--	0	0	--
<b>Total parcial (a)</b>	<b>16</b>	<b>23</b>	<b>7</b>	<b>43,75</b>	<b>16</b>	<b>-7</b>	<b>-30,43</b>
Número de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano							
1 a 3 dias de baixa	3	0	-3	-100,00	6	6	--
4 a 30 dias de baixa	101	262	161	159,41	155	-107	-40,84
Superior a 30 dias de baixa	700	276	-424	-60,57	65	-211	-76,45
Mortais	0	0	0	--	0	0	--
Número de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores							
1 a 3 dias de baixa	0	3	3	--	0	-3	-100,00
4 a 30 dias de baixa	0	27	27	--	0	-27	-100,00
Superior a 30 dias de baixa	212	392	180	84,91	172	-220	-56,12
Mortais	0	0	0	--	0	0	--
<b>Total parcial (a1)</b>	<b>1016</b>	<b>960</b>	<b>-56</b>	<b>-5,51</b>	<b>398</b>	<b>-562</b>	<b>-58,54</b>

## Quadro – Evolução dos acidentes ocorridos em serviço (continuação)

Designação	2011	2012	Var. Abs.	Var. (%)	2013	Var. Abs.	Var. (%)
Número total de Acidentes "in itinere"							
1 a 3 dias de baixa	0	0	0	--	1	1	--
4 a 30 dias de baixa	0	2	2	--	0	-2	-100,00
Superior a 30 dias de baixa	0	1	1	--	2	1	100,00
Mortais	0	0	0	--	0	0	--
<b>Total parcial (b)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>--</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>--</b>
Número de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano							
1 a 3 dias de baixa	0	0	0	--	1	1	--
4 a 30 dias de baixa	11	27	16	145,45	0	-27	-100,00
Superior a 30 dias de baixa	0	54	54	--	137	83	153,70
Mortais	0	0	0	--	0	0	--
<b>Total parcial (b1)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>--</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>--</b>
<b>N.º Total de acidentes (a) + (b)</b>	<b>16</b>	<b>23</b>	<b>7</b>	<b>--</b>	<b>16</b>	<b>-7</b>	<b>--</b>
<b>N.º de dias perdidos com baixa (a1)+(b1)</b>	<b>1016</b>	<b>960</b>	<b>-56</b>	<b>-5,51</b>	<b>398</b>	<b>403,51181</b>	<b>42,03</b>

## Concursos de pessoal

No decurso de 2013 não se verificou qualquer procedimento concursal de pessoal.

## Quadro – Abertura de concursos

Designação	Qt.
inexistentes	

## Quadro – Concursos internos

Designação	Qt.
inexistentes	

## 2.3 Atividades desenvolvidas

### 2.3.1 – Departamento de Administração e Planeamento

No decurso de 2013, as funções gerais administrativas estiveram sujeitas, essencialmente, ao Departamento de Administração e Planeamento, o qual é constituído Secção de Contencioso, Secção de Fiscalização, pela Divisão de Recursos Humanos, Planeamento e Administração e Divisão de Gestão Financeira.

No Quadro abaixo é apresentado o resumo das atividades da secção de Contencioso e Secção de Fiscalização.

Quadro – Resumo das atividades da Secção de Fiscalização

Tarefas	Quantidade
Número de informações efetuadas pela secção de Fiscalização	472
Número de autos de notícia levantados para instrução de processos de contra ordenação.	46
Instrução de processos de regularização (Reposição da legalidade urbanística)	22
Numero de obras implantadas	83
Numero de obras visitadas	458
Número de operações urbanísticas. Embargadas	7
Numero de demolições / reposições executadas coercivamente pelos serviços da CMO	0

## Quadro – Resumo das atividades desenvolvidas

Tipologia de trabalho	Quantidade	Observações
Informações elaboradas e registadas em sistema informático SGD e SPO (inclui pareceres técnico-jurídicos e informações administrativas)	193	67 – Dr. <sup>a</sup> Paula Faustino 116 – Dr. João Monteiro 10 – Jael Simões
Processos de contraordenação instaurados pela CMO contra terceiros	186	Por infrações de diversas leis e regulamentos
Processos de contraordenação decididos	351	227 – Dr. <sup>a</sup> Paula Faustino 124 – Dr. João Monteiro
Processos de contraordenação impugnados judicialmente	14	Visto o arguido ter recorrido judicialmente da decisão
Processos de contraordenação remetidos a Tribunal para execução	71	Para executar a coima e/ou custas aplicadas pela CMO
Processos de contraordenação remetidos a Tribunal para deduzir acusação	3	Por serem simultaneamente contraordenação e crime
Emissão de guias de pagamento / faturas	238	Pagamento de coimas, custas e pagamentos de prestações
Importâncias cobradas em processos de contraordenação	€44.782,47	Coima e/ou custas pagas em processos de contraordenação
Pessoas inquiridas	28	Autos de declaração de testemunhas em processos de contraordenação 8 – Dr. <sup>a</sup> Paula Faustino 20 – Dr. João Monteiro
Notas de ilicitude elaboradas	85	Por estarem incompletos os autos ou participações 14 – Dr. <sup>a</sup> Paula Faustino 71 – Dr. João Monteiro

Organização e acompanhamento dos processos judiciais em que é parte o Município (como réu e como autor)	17 novas  No total de 46	Em 2013 foram colocadas 17 novas ações.
Elaboração de lista de processos judiciais com eventuais situações de indemnizações / pagamentos		Para elaboração do orçamento
Apresentação de contestação de ações judiciais em que o Município é réu	Diversas	Dr. João Monteiro
Participações ao Ministério Público pela CMO contra terceiros	Diversos	Dr. João Monteiro
Atendimento presencial e telefónico, reuniões com mandatários de requerentes e de arguidos em processos de contraordenação, com colegas de vários serviços (DA, DGU, SMPC, DEP, DPOT, DGF), com dirigentes da CMO e representantes de várias entidades externas (LCA, MP)	Não contabilizados	São prestadas colaboração e esclarecimentos, explicações na consulta de processos, informações e consultoria jurídica
Visitas a obras ou outras situações, e desenvolvimento de diligências junto de outras entidades	Diversos	Para conhecimento dos factos e recolha de prova com vista a informação / decisão técnica dos processos
Elaboração de informações técnicas em vários processos de execução judicial	Diversas	Dr. João Monteiro
Elaboração e organização das minutas de todos os documentos a colocar no novo programa informático das contraordenações	Diversas	Organização de todos os documentos a colocar no programa

(SGC)		
Introdução de vários elementos no SGC (tendo em conta que o programa vinha completamente vazio de qualquer conteúdo)	Diversas	Infrações, fases processuais, estado de processos, responsáveis, legislação, tipo de participações
Elaboração de várias minutas novas	Diversas	Ofícios de notificação de testemunhas, termo de entrega de material apreendido, requerimento de pagamento de coima em prestações
Processo de contraordenação findos	Diversos	Organização e remessa ao arquivo
Elaboração de várias listas com os processos de contraordenação e várias divisões feitas pelos juristas		Os processos de contraordenação foram divididos pela Dr. <sup>a</sup> Paula Faustino e pelo Dr. João Monteiro
Divulgação e análise de legislação	Diversos	Visto o DR diariamente e divulgado, alguns diplomas com índices e notas interpretativas elaboradas
Elaboração de notificações diversas e sua expedição documentada; entrega de procs. em Tribunal; elaboração de relatórios; gestão dos sistemas informáticos de processos de contraordenações e seus formulários; organização dos procs., junção de documentos aos autos, contagem de prazos e sua calendarização p/ decisão; pesquisas.	Diversos	

Participação em grupos e trabalho com outros colegas de outras unidades orgânicas para análise de legislação e produção de documentos de apoio para o Município		Dr. João Monteiro
Participação em grupo de trabalho para elaboração de regulamento sobre canídeos		Dr. João Monteiro

### 2.3.1.1 – Divisão de Gestão Financeira

#### Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA)

A Administração Pública Local está hoje sujeita a um dilema funcional e conceptual que percorre transversalmente todo o setor público.

Por um lado, verificam-se fortes constrangimentos financeiros, induzidos pelo memorando de entendimento com a Troika, ou mesmo pela crise conjuntural e estrutural que devasta e caracteriza o espectro económico nacional. Noutro sentido, deparamo-nos com uma sociedade civil cada vez mais ávida de mais e melhores serviços públicos, e, especialmente atenta ao binómio custo/benefício, impelindo a maximização do denominado “*value for money*”, em estreita observância pelo retorno legítimo e espectável, que os cidadãos relacionam ao tributo dos seus impostos.

Neste sentido, no primeiro semestre de 2012 surgiu a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, a qual veio agravar um enleado complexo, vasto e desarticulado de uma legislação que tornam a administração pública particularmente burocratizante, obstaculizando a criatividade e impedindo uma correta gestão dos

meios materiais e dos recursos humanos, potenciando o risco do cometimento de irregularidades.

Não obstante se reconhecer que o contexto burocrático é um requisito essencial ao regular funcionamento das organizações nos Estados de Direito Democrático, sendo fundamental na definição do relacionamento estabelecido entre os cidadãos e a Administração, ou mesmo no adequado funcionamento das Instituições, circunstâncias que impelem a premência em se definirem e implementarem mecanismos de controlo interno, a LCPA veio induzir um “espartilho” abrupto e nada gradualista, onde o simples e inevitável desenvolvimento de ações que visem um excecional interesse público ou a salvaguarda da vida humana, está particularmente condicionada.

Apesar do disposto, o Município de Ourém cumpriu integralmente o disposto na LCPA, não constando na listagem de entidades públicas em incumprimento divulgada no website da DGTF (Direção Geral do Tesouro e Finanças).

#### **Auditoria Externa – Inspeção Geral de Finanças**

No decurso de 2013 ocorreu uma auditoria da IGF ao Município de Ourém, enquadrada no projeto designado de “Controlo do endividamento e da situação financeira da Administração Local”.

Relativamente à mencionada auditoria, a IGF remeteu um projeto de relatório, tendo esta autarquia, conforme resulta dos trâmites legais adjacentes, apresentado subjacente contraditório.

Atualmente, aguarda-se que a IGF remeta relatório final, tornando-se nesse momento um documento público a dispor aos órgãos do município e no website oficial.

#### **Controlo externo e estatístico**

A área financeira está hoje fortemente assolada por diferentes mecanismos de controlo externo e estatístico, num reporte sistemático e crescente de elementos para entidades externas, designadamente, Tribunal de Contas, Inspeção Geral de Finanças, Direção Geral das Autarquias Locais, Direção Geral do Orçamento e

Instituto Nacional de Estatística. Manifesta-se a incompreensibilidade da ausência de partilha de informação entre os diversos organismos públicos, ou ainda a adoção de critérios e conceitos técnicos díspares.

### **Transparência e divulgação de dados inerentes à área financeira**

Neste contexto, assinalam-se inúmeras exigências legais de divulgação de elementos de índole financeira, designadamente no contexto virtual da internet, seja no website do município ou ainda em plataformas públicas nacionais constituídas para o efeito, na qual se destaca o base.gov (divulgação de contratos públicos).

Esta circunstância aumenta não só o nível de transparência das políticas públicas, particularmente no que respeita à utilização dos recursos públicos, incrementando a proximidade e grau de informação dos cidadãos.

### **Atendimento de serviços**

No decurso de 2013, permaneceram as regras iniciadas em 2011, no que concerne ao atendimento presencial ou telefónico a fornecedores, estabelecendo-se a quarta-feira no período da tarde e a sexta-feira no período da manhã, para o efeito. Esta circunstância permitiu induzir ganhos operacionais significativos, dada a inexistência de constantes interrupções no desenvolvimento das atividades regulares desenvolvidas pelo serviço em referência.

### **Pagamento de taxas – referência multibanco**

Um dos desafios atuais da Administração Pública, deriva da necessidade em se encontrarem novas formas de relacionamento com o cidadão, indo ao encontro das crescentes exigências e expectativas por estes constituídas.

Neste contexto, iniciou-se, em 2011, a implementação de um pagamento de serviços pelos munícipes (taxas) com recurso a uma rede multibanco, através da adesão a um serviço criado pela SIBS, tendo por intermediário uma instituição financeira (a SIBS não contratualiza diretamente o serviço em causa aos potenciais clientes).

Deste modo, o munícipe possuidor de um cartão bancário, passou a poder pagar determinadas taxas municipal, na rede multibanco (ex. caixas automáticas, terminais de pagamento automático, programa de acesso ao multibanco, ...).

Em 2013, esta implementação esteve plenamente instituída, na subunidade piloto “Taxas e Licenças” da Divisão de Gestão Financeira, sendo esperado que, brevemente, se possa alargar esta valência para todas as áreas do município.

### Protocolos

A Divisão de Gestão Financeira promoveu/acompanhou a elaboração de um conjunto de protocolos ou contratos-programa conforme o quadro que abaixo se apresenta.

Quadro – Protocolos e Contratos-Programa elaborados em 2013

Natureza do Contrato	Entidade	Designação	Apoio Financeiro	Obs.
Protocolo - Apoio ao Investimento	Freguesia de Casal dos Bernardos	Apoio à Recuperação do Parque de Merendas em Casal dos Bernardos	35.000,00 €	
Protocolo - Apoio ao Investimento	Freguesia de Cercal	Apoio à Reparação da Envolvente e Acesso ao Cemitério de Cercal	25.000,00 €	
Protocolo - Apoio ao Investimento	Freguesia de Formigais	Apoio à Reparação da Envolvente à Sede da Junta de Freguesia de Formigais	17.500,00 €	
Protocolo - Delegação de Competências	Freguesia de Alburitel	Requalificação da Rede Viária (C.M. 1051 e 1052) - Fontainhas/Seiça ao entroncamento com a E.N. 113/Alburitel	145.776,18 €	
Protocolo - Delegação de Competências	Freguesia de Freixianda	Requalificação Urbana da Envolvente ao Centro Escolar de Freixianda	39.707,36 €	
Protocolo - Delegação de Competências	Freguesia de Olival	Requalificação Urbana da Envolvente ao Centro Escolar de Olival	129.827,77 €	
Protocolo - Delegação de Competências	Freguesia de Seiça	Requalificação Urbana da Envolvente ao Centro Escolar de Ourém Nascente	25.261,23 €	
Protocolo - Delegação de Competências	Freguesia de Seiça	Requalificação da Rede Viária (C.M. 1050) - Fontainhas/Seiça até ao entroncamento com a E.N. 113/1	129.108,00 €	

## Contabilidade

Este setor tem como principal missão abranger todas as operações relativas à arrecadação das receitas e processamento de despesas, compreendendo um conjunto de tarefas e operações como meio de manter a informação financeira atualizada envolvendo a identificação, a agregação, a análise, o cálculo, a classificação, o lançamento nas contas, o resumo e o relato das várias operações e acontecimentos.

Procedimentos mais relevantes implementados em 2013:

- Implementação do novo módulo de apoio à elaboração da Declaração Mensal de Remunerações (DMR). O cálculo a efetuar para a DMR é baseado na conta corrente de vencimentos do SGP, na recolha de valores das ordens de pagamento do SCA e possibilita a manutenção manual para eventuais acertos. Geração automática do ficheiro a abrir na aplicação off-line da AT.
- Operacionalização das adaptações necessárias nas declarações anexas de regularização de IVA, de acordo com a portaria 255/2013 de 12 de agosto.
- Implementação do sistema integrado de receita, SGF – Sistema de Gestão de Faturação. Esta aplicação confere a centralidade, a um sistema integrado de aplicações emissoras de receita (ARM - Gestão de Uso e Porte de Arma; CAC - Gestão de Caça; CEM - Gestão de Cemitérios; GUI - Gestão de Receita; LIC - Gestão de Licenças de Condução; MDV - Máquinas de Diversão; MER - Gestão de Mercados e Feiras; PUB - Gestão de Publicidade; SCA - Sistema de Contabilidade Autárquica; SEF - Sistema de Execuções Fiscais; SPO - Sistema Particular de Obras, TAX - Sistema de Taxas e Licenças; TAX - Sistema de Taxas e Licenças; VEI - Gestão de Veículos).

Principais funcionalidades do SGF:

- Emissão de Receita integrada entre as diversas aplicações;
- Possibilidade de definição de diversas áreas de faturação, com atribuições por utilizador e serviços emissores;

- Gestão do cadastro de clientes e clientes por área de faturação;
  - Definição de planos de pagamento;
  - Definição de contas patrimoniais e classificações económicas da receita atribuídas a cada artigo de receita;
  - Definição de tipo de penalizações a aplicar de forma automática;
  - Possibilidade de envio da receita para débito ao tesoureiro e para execução fiscal;
  - Possibilidade de utilização da certificação de faturação nos documentos emitidos;
  - Possibilidade de definição de débitos diretos.
  - Toda a faturação emitida a partir das aplicações anteriormente descritas será integrada no SGF.
- Operacionalização do modelo 10 de acordo com as disposições legislativas da Portaria nº 363/2013, de 20 de dezembro. Deste modo são excluídos todos os rendimentos, com origem na Conta Corrente de vencimentos, que tenham o campo Tipo de Rendimento DMR dos códigos de remuneração preenchido.
- Com a entrada em vigor, em 1 de fevereiro de 2014, da Área Única de Pagamentos em Euros (SEPA – Single Euro Payments Area), está desde já operacionalizado a criação dos ficheiros através do ERP Financeiro do Município de Ourém para as entidades bancárias de acordo com o formato SEPA.

Além do trabalho diário desenvolvido relacionado com a missão da Contabilidade, também é assegurada a administração das aplicações informáticas relacionadas com a produção de informação financeira para o Município, nomeadamente, Sistema de Contabilidade Autárquica (Contabilidade), Sistema de Gestão de Tesouraria (Tesouraria), Sistema de Gestão de Faturação (Postos Emissores de Faturas: Taxas e Licenças, Fiscalização, Reprografia, DOT, DECAS e Balcão de Atendimento) e Gestão de Obras por Administração Direta.

Complementarmente será de referir a gestão, parametrização, controlo e operação, identificar anomalias e desencadear as ações de regularização requeridas, no que concerne às aplicações informática do ERP AIRC 2000 (SCA – Contabilidade; SGT – Tesouraria; GES – Gestão Stock; OAD – Obras Administração Direta; SCE (Empreitadas) e SGF (Sistema de Gestão de Faturação) que contribuem para a produção de informação contabilística;

### **Contratação Pública**

A realização de despesa por entidades privadas quando objeto de financiamento público está vinculada ao cumprimento do Código dos Contratos Públicos (CCP), pelo que esta subunidade orgânica colaborou com diversas associações e as freguesias existentes na área do Município de Ourém, no cumprimento do CCP.

Relativamente a procedimentos internos, no ano de 2013 foram desenvolvidos 55 procedimentos de ajuste direto em regime simplificado, 46 procedimentos de ajuste direto (valor superior a 5 mil euros) e 4 concursos públicos.

Com a entrada em vigor do Decreto-lei que permite a libertação parcial das garantias bancárias nas empreitadas (DL n.º 190/2012 de 22/8) o expediente veio aumentar de forma significativa, nomeadamente as informações, ofícios enviados às entidades bancárias a solicitar a libertação total ou parcial de garantias, comunicações às empresas com o envio dos respetivos comprovativos, entre outros.

Quadro – Procedimentos desenvolvidos no decurso de 2013

<b>TIPO DE PROCEDIMENTO:</b>	<b>N.º DE PROCEDIMENTOS:</b>
Ajuste Direto em Regime Simplificado	55
Ajuste Direto (valor superior a 5.000,00 €)	46*
Concurso Público	4

\* 14 destes Ajustes diretos foram anulados

## Quadro – Proced. Desenvolvidos (excluindo o ajuste direto – regime simplificado)

Entidade Adjudicatária	Fundamentação da Escolha do Procedimento	Designação (n.º sequência do proc. / designação / n.º do cabimento)	Preço Base (€)	Preço Contratual s/ IVA (€)
António Lorena de Sêves	alínea b) n.º 1 do 27.º do CCP	P001/2013 - Contrato de Prestação de Serviço de Patrocínio Judiciário em Regime de Avença para o ano de 2013	55.003,44 €	55.003,44 €
PELECTRI - Gabinete de Projetos de Eletricidade, Lda.	alínea a) n.º 1 do 20.º do CCP	P002/2013 - Contrato de Prestação de Serviço referente à responsabilidade pela exploração das instalações elétricas da Autarquia para o ano de 2013	9.696,60 €	9.696,60 €
Alpeso - Construções, S.A.	alínea a) n.º 1 do 19.º do CCP	P003/2013 - Construção do Centro Escolar de Freixianda - Sistema de AVAC	84.022,43 €	84.021,43 €
Tecnorém - Engenharia e Construções, S.A.	alínea a) n.º 1 do 19.º do CCP	P004/2013 - Construção do Centro Escolar de Olival - Sistema de AVAC	39.590,79 €	39.590,79 €
Alpeso - Construções, S.A.	alínea a) n.º 1 do 19.º do CCP	P005/2013 - Construção do Centro Escolar de Ourém Nascente - Sistema de AVAC	50.530,92 €	50.530,85 €
Alpeso - Construções, S.A.	alínea a) n.º 1 do 19.º do CCP	P006/2013 - Construção Centro Escolar de Nossa Senhora das Misericórdias – Construção do muro de Suporte e de vedação (CABIMENTO n.º 14294/2013)	115.893,46 €	115.878,20 €
Ecofrade - Construções, Lda.	alínea e) do art. 24.º do CCP	P07/2013 - Centro Escolar Cova de Iria - Construção de Muro de Vedação e Arranjos na Rua Colégio São Miguel (Cabimento n.º 9229/2013)	126.017,02 €	123.729,60 €
Tecnorém - Engenharia e Construções, S.A.	alínea a) n.º 1 do 19.º do CCP	P008/2013 - Centro Escolar da Caridade - Trabalhos diversos (Cabimento 10773 de 11/02/2013)	65.395,00 €	65.393,32 €
Major, Santos & Filhos, Lda.	alínea a) n.º 1 do 19.º do CCP	P014/2013 - Plano de recuperação de danos públicos provocados pelas catástrofes naturais - Reabilitação da Rede Viária do Concelho – Rua das Passadeiras - Freguesia de Nossa Senhora da Piedade	40.050,30 €	39.846,25 €
Major, Santos & Filhos, Lda.	alínea a) n.º 1 do 19.º do CCP	P015/2013 - Plano de recuperação de danos públicos provocados pelas catástrofes naturais - Reabilitação do Acesso à Escola Profissional	37.225,30 €	37.013,49 €

Matos & Neves, Lda.	alínea a) n.º 1 do 19.º do CCP	P016/2013 - Plano de recuperação de danos públicos provocados pelas catástrofes naturais - Reabilitação de Vias de Comunicação - Cardeais a Santarem dos Tojos - Freguesia de Gondemaria	110.340,81 €	107.000,00 €
Major, Santos & Filhos, Lda.	alínea a) n.º 1 do 19.º do CCP	P017/2013 - Plano de recuperação de danos públicos provocados pelas catástrofes naturais - Reabilitação da Rede Viária do Concelho – Rua Vale Covo - Freguesia da Freixianda	81.000,00 €	80.876,00 €
Plenavia - Construção e Conservação de Vias e Valorização Ambiental, Lda.	alínea a) n.º 1 do 19.º do CCP	P018/2013 - Plano de recuperação de danos públicos provocados pelas catástrofes naturais - Reabilitação da Rede Viária do Concelho - Estrada da Ramalheira - Freguesia da Freixianda	149.000,00 €	148.606,65 €
Fernando Major - Construções Unipessoal, Lda.	alínea a) n.º 1 do 19.º do CCP	P19/2013 - Plano de recuperação de danos públicos provocados pelas catástrofes naturais - Construção do Pontão da Escaravelha - Freguesia de Ribeira do Fárrio	24.230,79 €	23.631,60 €
Major, Santos & Filhos, Lda.	alínea a) n.º 1 do 19.º do CCP	P020/2013 - Plano de recuperação de danos públicos provocados pelas catástrofes naturais - Construção do Pontão dos Andrés - Freguesia de Caxarias	149.500,30 €	149.237,10 €
Desarfate - Desaterros de Fátima, Lda.	alínea a) n.º 1 do 19.º do CCP	P021/2013 - Plano de recuperação de danos públicos provocados pelas catástrofes naturais - Reabilitação de Vias de Comunicação - Estrada principal de Fátima - Freguesia de Fátima	120.580,30 €	117.519,80 €
Bripealtos - Agregados e Construções, Lda.	alínea a) n.º 1 do 20.º do CCP	P022/2013 - Plano de recuperação de danos públicos provocados pelas catástrofes naturais - Fornecimento de massas betuminosas a aplicar na área do concelho de Ourém até 31/12/2013	59.502,25 €	59.298,23 €
Colum - Sociedade de Construção Civil, Lda.	alínea a) n.º 1 do 20.º do CCP	P023/2013 - Plano de recuperação de danos públicos provocados pelas catástrofes naturais - Fornecimento de diversos tipo de calçada a aplicar na área do concelho de Ourém até 31/12/2013	29.062,50 €	27.181,50 €
Antobetão - Betão Pronto, S.A.	alínea a) n.º 1 do 20.º do CCP	P024/2013 - Plano de recuperação de danos públicos provocados pelas catástrofes naturais - Fornecimento de betão C16/20 a aplicar na área do concelho de Ourém até 31/12/2013	28.260,00 €	26.690,00 €
Gaspe - Combustiveis, Lda.	alínea a) n.º 1 do 20.º do CCP	P028/2013 - Plano de recuperação de danos públicos provocados pelas catástrofes naturais - Fornecimento de gasoleo rodoviário até 54.855,00 € para as viaturas afetas à Administração Direta para consumir até 31/12/2013	54.855,00 €	54.855,00 €

Construções António Leal, S.A.	alínea a) n.º 1 do 19.º do CCP	P029/2013 - Plano de recuperação de danos públicos provocados pelas catástrofes naturais - Reabilitação da Rede Viária do Concelho: Rua do Casal (Tomareis); Rua do Vale D' Água; Rua do Laranjal e Rua do Vale do Freixo - Freguesia do Olival	232.613,05 €	139.567,84 €
Viamarca - Pintura de Vias Rodoviárias, Lda.	alínea a) n.º 1 do 20.º do CCP	P030/2013 - Plano de recuperação de danos públicos provocados pelas catástrofes naturais - Aquisição de sinais de trânsito durante o ano de 2013	8.537,60 €	6.720,20 €
Lena - Agregados, S.A.	alínea a) n.º 1 do 20.º do CCP	P034/2013 - Fornecimento contínuo de 555 TN de massas betuminosas a frio durante o ano de 2013	26.362,50 €	26.085,00 €
Verdasca & Verdasca, S.A.	alínea a) n.º 1 do 20.º do CCP	P035/2013 - Plano de Recuperação de danos públicos provocados pelas catástrofes naturais - Fornecimento de vários tipos de materiais de construção para aplicar na área do concelho de Ourém até 31-12-2013	21.211,50 €	14.106,15 €
Deloitte & Associados, SROC S.A.	alínea a) n.º 1 do 20.º do CCP	P037/2013 - Prestação de serviços de consultoria para recuperação do IVA incorrido nas aquisições efetuadas	74.000,00 €	74.000,00 €
Polidiagnóstico, Lda.	alínea a) n.º 1 do 20.º do CCP	P038/2013- Prestação de serviços de medicina no trabalho para o ano de 2014	17.200,00 €	16.403,40 €
SABSEG – Mediação de Seguros, S.A.	alínea b) n.º 1 do 20.º do CCP	P039/2013 - Aquisição de serviços de seguros para os anos de 2014 e 2015	170.000,00 €	150.050,27 €
Abalada Matos, Lorena de Sêves & Associados, RL	alínea b) n.º 1 do 27.º do CCP	P040/2013 - Contrato de Prestação de Serviço de Patrocínio Judiciário em Regime de Avença para o ano de 2014	55.003,44 €	55.003,44 €
LCA - Leal Carreira & Associados, SROC	alínea b) n.º 1 do 27.º do CCP	P041/2013 - Aquisição de Serviços de Auditoria Externa das Contas do Município, para os anos 2014 a 2017	28.000,00 €	28.000,00 €
Gaspe - Combustíveis, Lda.	alínea b) n.º 1 do 20.º do CCP	P042/2013 - Fornecimento com transporte de gasóleo rodoviário para garantir a operacionalidade das viaturas e equipamentos municipais até 31 de dezembro de 2014 e até ao limite de 196.000,00 €	196.000,00 €	31.700,00 €
Petrogal - Petroleos de Poirtugal, S.A.	alínea b) n.º 1 do 20.º do CCP	P043/2013 - Fornecimento com transporte de gasóleo de aquecimento para garantir o aquecimento dos estabelecimentos de ensino da área do Município até 31 de dezembro de 2014 até ao limite de 31.700,00€	31.700,00 €	31.700,00 €
Ouripneus, Lda.	alínea b) n.º 1 do 20.º do CCP	P044/2013 - Fornecimento e montagem de pneumáticos e serviços complementares, em regime de fornecimento contínuo durante o ano de 2014	24.300,00 €	24.300,00 €
Zon Tv Cabo Portugal S.A.	alínea a) n.º 1 do 20.º do CCP	P046/2013 - Fornecimento de um acesso à internet no datacenter municipal, durante 36 meses	18.350,00 €	18.317,16 €

Verdasca & Verdasca, S.A.	alínea a) n.º 1 do 20.º do CCP	P047/2013 - Fornecimento de diversos tipos de material de construção para aplicar na area do concelho de Ourém até 31/12/2014	6.296,16 €	4.749,00 €
Construções JJR & Filhos, S.A.	alínea a) n.º 1 do 20.º do CCP	P049/2013 - Fornecimento de diversos tipos de betuminoso para aplicar na area do concelho de Ourém até 31/12/2014	48.540,40 €	38.910,00 €
Lena - Agregados, S.A.	alínea a) n.º 1 do 20.º do CCP	P050/2013 - Fornecimento contínuo de 120 TN de massas betuminosas a frio para o ano de 2014"	5.640,00 €	5.520,00 €

## Taxas e Licenças

No que respeita a taxas e licenças gerais, apresenta-se quadro de caracterização dos processos, o qual foi objeto de levantamento no ano em análise.

Quadro – Caracterização dos processos reportados às Taxas e Licenças

Tipo de Receita	Quantidade	Receita
Casa Mortuária	41	6.590,80 €
Cemitério – Inumação/Exumação	49	4.535,70 €
Cemitério - Terreno	24	17.334,50 €
Colocação de Publicidade Temporária	1	104,70 €
Concessão Circuito Turístico	12	3.506,76 €
Concessão de Carta de Caçador	10	106,92 €
Contraordenação	238	44.782,47 €
Elevadores - Empresas	161	17.940,30 €
Elevadores - Particulares	8	731,40 €
Exame – Carta de Caçador	2	115,78 €
Feira de Santa Iria	1	2.000,00 €
Guarda Noturno	4	97,00 €
Horário de Funcionamento	64	1.720,70 €
Licença de Arraial	80	3.185,60 €
Licença de espetáculo e divertimentos públicos	1	29,90 €
Licença de Representação ( espetáculos)	21	369,60 €
Licença Especial de Ruído	81	913,14 €
Mercado Semanal	4	2.589,00 €
Ocupação da Via Pública	8	522,76 €
Certidões Expediente	16	404,10 €

Ocupação temporária	2	200,00 €
Provas Desportivas – Licenciamento	14	341,60 €
Rendas Habitacionais e não Habitacionais	57	4.002,62 €
Rendas – Lojas Mercados e quiosques	37	18.429,90 €
Rendas – Antenas de Telecomunicações c/iva	23	10.360,59 €
Rendas – Antenas de Telecomunicações s/iva	10	6.594,90 €
Renovação de Carta de Caçador – Dentro do Prazo	74	814,83 €
Renovação de Carta de Caçador – Fora do Prazo	40	824,58 €
Segunda Via – Carta de Caçador	2	22,04 €
Substituição/alteração dados carta de caçador	49	276,26 €
Terrado - Empresas	958	33.194,42 €
Terrado Particulares	2464	61.011,96 €
Vistoria Viaturas Vendedores Ambulantes	3	211,20 €
Guia de Emissão de Cartão de Vendedor Ambulante	1	15,80 €
Cedência temporária de habitação - Equip. social	5	420,00 €
Guia Publicidade	4	3.466,40 €
Guia de Licença de Publicidade	753	72.241,61 €
Guia de Licença de Publicidade - DF	2	140,60 €
Guia de Renovação de Cartão de Vend. Ambulante	7	107,10 €
Guia em Branco	3	329,50 €
Serviços de restauração e bebidas ocasional	1	24,50 €
	<b>TOTAL</b>	<b>320.611,54 €</b>

## Património

Neste contexto, atendendo a que os Documentos de Prestação de Contas dispõem de detalhe pormenorizado sobre o inventário municipal, documento complementado pelas notas ao balanço à demonstração de resultados, não se dispõem elementos adicionais.

## Notariado

No âmbito da atividade desenvolvida no Notariado, destacam-se os seguintes elementos:

- 2 contratos de arrendamento;
- 26 contratos avulso:
  - 15 contratos de empreitadas;
  - 8 contratos de fornecimento;
  - 2 contratos de prestação de serviços;
  - 1 contrato de concessão.

Será ainda reportar as seguintes ações:

- Remessa do Tribunal de Contas dos contratos-programa celebrados com a empresa municipal Ourémviva, Gestão de Eventos, Serviços e Equipamentos, E.M. S.A.
- Envio mensal via internet à Autoridade Tributária da relação dos atos praticados no Notário Privativo do Município, nos termos da Portaria n.º 975/2004, de 3 agosto;
- Apoio na organização do processo de expropriação das parcelas de terreno, necessárias à obra de “EN 113-1 – Beneficiação do troço entre a Olaia e Estremadouro (limite do Concelho)”.

## Metrologia

Quadro – Verificações efetuadas pelo serviço de metrologia municipal

Instrumentos de peso e medida	2012	2013	Varição absoluta	variação %
Verificados em serviço interno	246	205	-41	-16,67
Verificados em serviço externo	312	382	70	22,44
<b>Total</b>	<b>558</b>	<b>587</b>	<b>29</b>	<b>5,20</b>

No decurso do ano em análise, o serviço de metrologia municipal efetuou a verificação de 587 instrumentos de peso e medida, denotando um acréscimo absoluto em 29, circunstância que representa uma variação percentual próxima de 5,2%.

Importa referir que 382 verificações foram efetuadas em serviço externo, ou seja aproximadamente 65% do total do serviço desenvolvido é efetuado nas instalações do utente, derivando na cobrança de uma taxa de deslocação.

### **2.3.1.2 – Divisão de Recursos Humanos, Planeamento e Administração**

#### **Recursos Humanos**

Neste âmbito destacam-se as seguintes ações:

- Elaboração do mapa de pessoal e respetivo mapa de encargos para o ano 2014;
- Descrição dos postos de trabalho no âmbito do mapa de pessoal previsto para 2014;
- Processamento de salários e tratamento dos mapas de entrega de descontos;
- Tratamento de documentos de despesas com saúde e respetivas participações da ADSE;
- Manutenção da condição de beneficiário titular e dependente da ADSE e inscrição de novos beneficiários;
- Elaboração de notas biográficas com fim a aposentação e juntas médicas de trabalhadores;
- Tratamento de penhoras judiciais;
- Elaboração e acompanhamento de processos de acidentes em serviço;
- Recolha e emissão de mapas de registo de assiduidade;
- Recolha e tratamento das declarações de rendimentos e composição do agregado familiar, para efeitos de atribuição de escalão de abono de família no ano de 2014;
- Parametrização de dados e elaboração do mapa trimestral e semestral, pessoal ao serviço e recursos humanos - Orçamento de Estado, na plataforma do SIIAL;
- Renovação de mobilidades intercarreiras ou categorias;

- Várias publicações em Diário da República;
- Elaboração e distribuição de declarações de rendimentos do ano de 2012, para efeitos de IRS;
- Elaboração de planos de segurança (19 planos) e elaboração da avaliação de riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores do Município (6 edifícios);
- Coordenação de Segurança em Obra de obras públicas;
- Visita a obras por administração direta na área de SHST;
- Continuidade do serviço de Medicina no Trabalho (136 trabalhadores consultados);
- Elaboração e distribuição de panfletos de sensibilização de trabalhadores, na área de higiene e segurança e saúde no trabalho;
- Apuramento e comunicação, aos trabalhadores, de pontos obtidos em resultado da avaliação de desempenho.
- Elaboração do Balanço Social 2012;
- Promoção e coordenação de ações de formação para os trabalhadores (57 de ações de formação e 166 de participantes);
- Coordenação do processo relativo ao Sistema de Avaliação de Desempenho de 2012 e 2013/2014.

### **Expediente, reprografia e arquivo**

Relativamente a estas funções reportam-se os seguintes elementos estatísticos.

- Elaboração de 27 agendas/atas das reuniões camarárias e respetivas convocatórias;
- Registo, classificação e digitalização da correspondência entrada diariamente (22.726 registos);
- Emissão de 227 Certidões;
- Emissão de fotocópias simples e autenticadas de processos arquivados;
- Emissão de licenças, averbamentos e transferências de licenças de táxis;
- Registo de cidadãos da União Europeia;
- Elaboração de 88 editais e seu registo;
- Reencaminhamento do e-mail geral do Município, registando uma média diária de 100 e-mails;

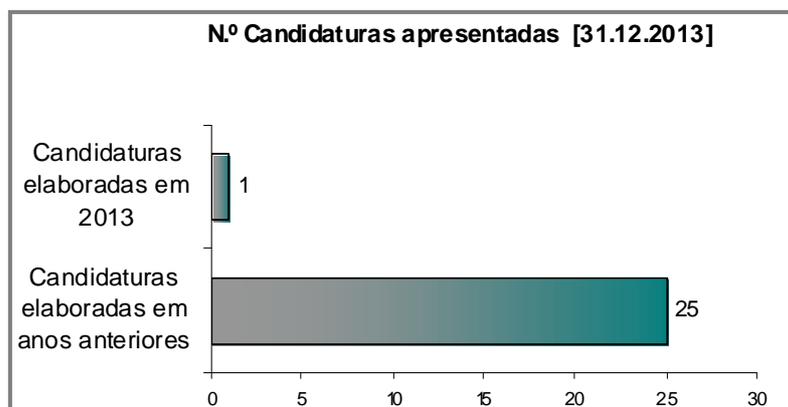
- Atendimento telefónico, registando uma média diária de 120 telefonemas do exterior.
- Correio Expedido (CTT): 12.082;
- Reprodução de fotocópias e impressões na Reprografia: 242.145 (fotocópias) e 40.104 (impressões)
- Outras tarefas:
  - Digitalização de todos os assuntos agendados, incluindo a agenda, que são remetidos via e-mail a todos os vereadores e dirigentes;
  - Reencaminhamento dos processos e emissão de certidões de deliberação;
  - Indexação das deliberações respeitantes aos processos de obras particulares no Sistema de Processo de Obras (SPO);
  - Indexação das deliberações respeitantes aos restantes processos no Sistema de Gestão Documental (SGD);
  - Movimentação dos registos de entrada com despacho do Diretor do DAP;
  - Manutenção do arquivo da secção;
  - Execução do expediente geral da secção (referente a despachos do Presidente da Câmara, Vereadores a tempo inteiro bem como de deliberações camarárias);
  - Execução e envio de correspondência à Assembleia Municipal;
  - Organização de todo o processo referente aos Regulamentos Municipais e à atualização de taxas de acordo com o índice de inflação;
  - Organização de processos de concurso para atribuição de licenças de veículo de aluguer para transporte de passageiros – táxis;
  - Organização dos processos de empréstimos de curto prazo e de longo prazo;
  - Organização do processo do Dia da Defesa Nacional (Serviço Militar);
  - Receção e envio de faxes;
  - Organização de processos de florestação;
  - Organização dos processos de protocolos referentes à Delegação de Competências da Câmara nas Juntas de Freguesia;

- Organização de ficheiro de todos os protocolos elaborados pelos diversos serviços camarários;
- Organização do dossier dos autarcas;
- Registo de Cidadãos da União Europeia;
- Organização e acompanhamento de processos de expropriação;
- Envio de publicações para o Diário da República;
- Envio de publicações para a imprensa local e em Diário da República;
- Acompanhamento do processo eleitoral (Autárquicas 2013).

### Gestão de candidaturas

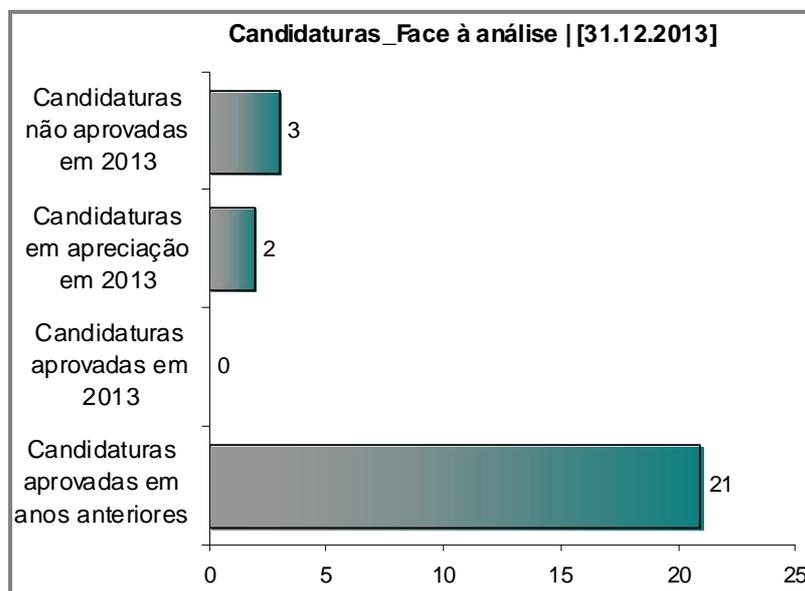
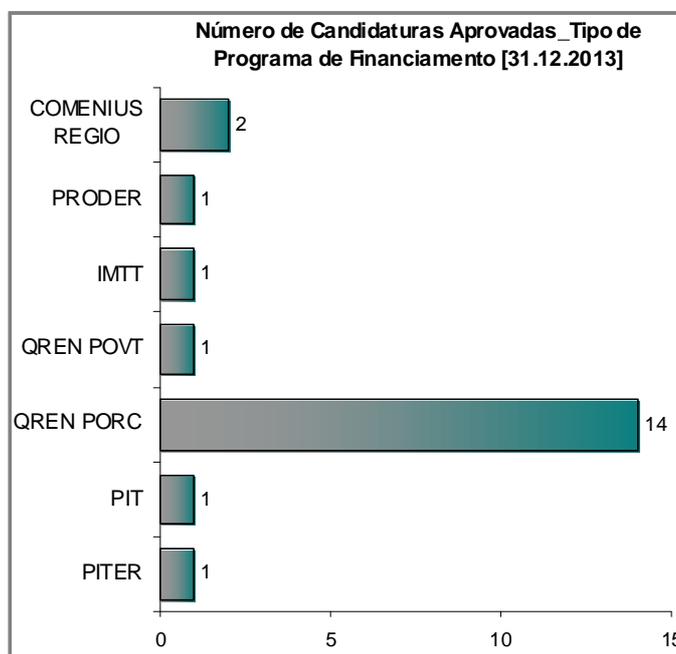
Em 2013, procedeu-se à elaboração de 1 candidatura, a qual acresceu a execução física e financeira de 25 já elaboradas em anos anteriores.

Neste âmbito destacam-se as seguintes ações:



No que concerne ao tipo de financiamento, destacam-se o QREN/PORC com 14 candidaturas, surgindo ainda o COMENIUS REGIO com 2.

Face à situação das candidaturas, em sede de análise, em 2013, não se verificou a aprovação nenhuma candidatura, tendo duas permanecido em fase de apreciação e havendo três candidatura não aprovadas.





Ano de Início	Ano de Término	Programa	Nº Processo	Nº Projeto	Designação do projeto	Entidade promotora	Situação em 31/12/2013	Investimento Previsto	Investimento Realizado	Tx. Comp.	Montante de Financiamento	Deposito Judicial	Área de Aterragem justificada	Mecanismo Pop. de Apoio Administrativo	Comp. Revisões aos anteriores	Financiamento coberto outubro 2013	Total Recebido	Financiamento por Receber por Realizar justificada	Situação em termos de Execução									
2004	2007	PTER	---	---	Unifarm 2005 - Regio do planoamento comercial de Fátima	Tx. Turismo de Póvoa do Varzim	Delimitada	1.511.852,34 €	1.021.933,78 €	13%	132.736,89 €	1.021.933,78 €	132.736,89 €	-	19.394,57 €	119.349,21 €	13.352,42 €	Execução Parcialmente										
2008	2008	OREN - PORC - Regulamento Específico Regularização de Rede Escolar do T.CEB e P.N. Escolar	07/08/PORC/2/26	ID 728	Centro Escolar de Ourém (Candeias)	CCZRC	Delimitada	2.344.463,08 €	1.926.897,49 €	85%	1.637.863,34 €	1.756.039,25 €	1.492.864,38 €	-	1.421.268,66 €	-	1.421.268,66 €	71.415,70 €	Execução Parcialmente									
2008	2008	OREN - PORC - Regulamento Específico Regularização de Rede Escolar do T.CEB e P.N. Escolar	08/08/PORC/2/26	ID 734	Centro Escolar Bruto Novo	CCZRC	Delimitada	1.981.852,22 €	1.942.288,23 €	85%	1.565.948,27 €	1.733.170,28 €	1.473.198,86 €	-	1.422.888,75 €	-	1.422.888,75 €	311,10 €	Execução Parcialmente									
2008	2008	OREN - PORC - Regulamento Específico Regularização de Rede Escolar do T.CEB e P.N. Escolar	08/08/PORC/2/26	ID 735	Ampliação de Escola do T.CEB de Cova da Iria	CCZRC	Delimitada	3.017.299,79 €	1.533.524,51 €	85%	1.277.956,66 €	1.497.197,70 €	1.195.110,16 €	22.880,04 €	11.462.923,14 €	-	11.462.923,14 €	70.165,61 €	Execução Parcialmente									
2008	2008	OREN - PORC - Regulamento Específico Regularização de Rede Escolar do T.CEB e P.N. Escolar	10/08/PORC/7/48	ID 744	Centro Escolar Nossa Senhora das Menerdeiras	CCZRC	Delimitada	2.497.445,45 €	2.103.444,89 €	85%	1.791.924,24 €	1.990.745,10 €	1.692.133,34 €	1.698.870,18 €	1.698.870,18 €	-	1.698.870,18 €	89.265,16 €	Execução Parcialmente									
2008	2009	OREN - POVT - Apoio Inovador para o Desenvolvimento Urbano	11/08/POVT/5/25	POVT-08-099-000011	Gestão Integrada da Mobilidade da Cova da Iria	DOOTDU/POVT	Delimitada	1.250.400,24 €	1.246.440,00 €	70%	872.504,00 €	254.130,18 €	177.891,13 €	1.076,26 €	108.450,39 €	25.795,47 €	134.245,83 €	41.721,55 €	Em execução									
2008	2009	OREN - PORC - Regulamento Específico Valorização e Qualificação Anterior	17/08/PORC/5/25	ID 1314	Requalificação de Aguiar	CCZRC/CMT	Delimitada	1.485.154,88 €	1.483.730,89 €	80%	1.191.894,72 €	1.360.454,85 €	1.088.338,62 €	-	1.039.922,17 €	-	1.039.922,17 €	54.174,45 €	Execução Parcialmente									
2008	2009	OREN - PORC - Regulamento Específico Prevenção e gestão de riscos tecnológicos - ações materiais	18/08/PORC/5/25	ID 3496	Centro Municipal de Proteção Civil	CCZRC/CMT/POVT	Delimitada	274.958,03 €	274.278,69 €	85%	233.136,81 €	274.176,50 €	233.050,00 €	-	221.397,53 €	-	221.397,53 €	11.652,50 €	Execução Parcialmente									
2008	2010	PT - Programa de Intervenção no Turismo	19/08/PT/5/25	07/PT-109	Gestão da Mobilidade da Cova da Iria	Turismo de Póvoa	Delimitada	1.543.950,00 €	716.441,69 €	35%	250.754,56 €	80.105,30 €	28.098,86 €	75.296,26 €	109.756,48 €	-	109.756,48 €	2.507,75 €	Em execução									
2008	2009	OREN - PORC - Regulamento Específico "Mobilidade Turística" - Regeneração Urbana	20/08/PORC/2/26	ID 1412	Requalificação de EN 1131	CCZRC/CMT	Delimitada	906.033,00 €	934.973,34 €	85%	794.727,34 €	888.339,17 €	783.598,28 €	-	637.946,43 €	117.643,98 €	764.880,42 €	49.232,00 €	Em execução									
2008	2010	OREN - PORC - Regulamento Específico Precisa para Regeneração Urbana	21/08/PORC/5/25	ID 234	Congresso Póvoa 2009	CCZRC	Delimitada	66.144,28 €	62.899,61 €	85%	53.524,17 €	46.920,00 €	33.883,89 €	-	37.985,69 €	-	37.985,69 €	1.932,20 €	Execução Parcialmente									
2008	2009	PRODER	25/08/PRODER/5/25	75/PT-08/25	Rede de Pontos de Água do Concelho de Ourém	PRODER	Delimitada	94.126,80 €	82.782,89 €	70%	57.947,49 €	36.411,30 €	25.484,26 €	-	7.749,40 €	12.189,28 €	19.954,28 €	5.530,00 €	Execução Parcialmente									
2008	2009	Instituto de Mobilidade e dos Transportes Terrestres	25/08/INT/2/26	---	Construção do Terminal Rodoviário	MIT	Delimitada	1.628.894,24 €	1.628.894,24 €	85%	801.134,33 €	-	-	-	-	-	-	-	A executar									
2010	2011	OREN - PORC - Regulamento Específico Precisa para Regeneração Urbana	03/10/PORC/5/25	ID 267	Requalificação de Av. D. José Alves Correa da Silva - PARTE B	CCZRC	Delimitada	7.572.273,16 €	6.106.624,66 €	85%	5.199.630,85 €	5.854.505,86 €	4.783.850,86 €	277.241,26 €	3.899.072,24 €	1.042.037,69 €	4.511.099,41 €	110.198,14 €	Em execução									
2010	2011	OREN - PORC - Regulamento Específico Regularização de Rede Escolar do T.CEB e P.N. Escolar	04/10/PORC/5/25	ID 328	Centro Escolar de Fátima	CCZRC	Delimitada	1.744.126,07 €	1.740.777,28 €	85%	1.478.660,72 €	1.459.791,29 €	1.239.864,34 €	33.813,29 €	668.870,48 €	699.807,23 €	1.273.777,72 €	-	Em execução									
2010	2011	OREN - PORC - Regulamento Específico Regularização de Rede Escolar do T.CEB e P.N. Escolar	05/10/PORC/5/25	ID 330	Centro Escolar Ourém Nascente	CCZRC	Delimitada	1.714.272,55 €	1.516.214,89 €	85%	1.268.762,67 €	1.306.514,25 €	1.110.937,11 €	35.880,28 €	871.258,68 €	275.134,37 €	1.146.429,03 €	-	Em execução									
2010	2011	OREN - PORC - Regulamento Específico Causado Local	06/10/PORC/5/25	ID 3415	Requalificação da Casa do Administrador a Naxoso Museológico	CCZRC/CMT	Delimitada	623.344,95 €	624.161,88 €	85%	360.937,58 €	424.161,88 €	360.937,58 €	-	294.468,03 €	-	294.468,03 €	60.073,49 €	Execução Parcialmente									
2010	2011	OREN - PORC - Regulamento Específico Regularização de Rede Escolar do T.CEB e P.N. Escolar	07/10/PORC/5/25	ID 3429	Centro Escolar de Oival	CCZRC	Delimitada	1.956.674,94 €	1.429.956,25 €	85%	1.215.576,07 €	1.209.380,72 €	1.027.979,71 €	59.297,29 €	649.975,43 €	237.403,25 €	1.097.279,68 €	-	Em execução									
2010	2011	OREN - PORC - Regulamento Específico Apoio de Valorização do Qualidade Ambiental	08/10/PORC/7/48	ID 3823	Requalificação de Aguiar - 2ª fase	CCZRC/CMT	Delimitada	332.203,24 €	331.832,18 €	85%	282.007,34 €	301.880,15 €	286.608,03 €	16.656,10 €	223.746,13 €	44.207,69 €	267.953,72 €	5.300,00 €	Em execução									
2010	2010	OREN - PORC - Regulamento Específico Causado Local	09/10/PORC/5/25	ID 3889	Pavilhão Desportivo do Oival	CCZRC/CMT	Em execução	-	2.218.025,24 €	80%	1.774.420,00 €	-	-	-	-	-	-	-	Em execução									
2010	2010	OREN - PORC - Regulamento Específico Causado Local	10/10/PORC/5/25	ID 3898	Renovação do Arco Edifício das Peças do Concelho	CCZRC/CMT	Em apreciação	-	977.250,88 €	80%	791.852,30 €	-	-	-	-	-	-	-	Em execução									
2011	2011	Comunidade Regio	13/11/PRAV/5/25	2011-001-COMU13-19/17/2	Comunidade Regio - Ourém e Póvoa	PROALY	Delimitada	25.000,00 €	25.000,00 €	85%	23.750,00 €	15.221,44 €	21.170,00 €	-	19.000,00 €	2.170,00 €	21.170,00 €	-	Execução Parcialmente									
2012	2012	Comunidade Regio	11/2/PROALY/5/25	2012-1/PT1-COMU11-19/17/2	Comunidade Regio - Ourém e Póvoa	PROALY	Delimitada	25.000,00 €	25.000,00 €	85%	23.750,00 €	-	-	19.000,00 €	19.000,00 €	-	19.000,00 €	-	Em execução									
2012	2012	OREN - POVT - Ciclo Urbano da Água	2/12/POVT/5/25	---	Ampliação de Sistema de Saneamento de Aguiar - 1ª fase	POVT	Indefinida	5.895.158,12 €	4.871.833,12 €	70%	3.410.261,19 €	-	-	-	-	-	-	-	Em execução									
2012	2013	OREN - POVT - Ciclo Urbano da Água	3/12/POVT/5/25	POVT-09-099-000011	Ampliação de Sistema de Saneamento de Aguiar - 2ª fase	POVT	Indefinida	24.977.293,23 €	23.226.489,25 €	70%	16.258.542,20 €	-	-	-	-	-	-	-	Em execução									
2013	2013	OREN - PORC - Regulamento Específico Causado Local	11/3/PORC/7/48	POVT-0011887	Reabilitação de Município de Ourém - Mobilidade Verticalizada	CCZRC	Indefinida	644.173,17 €	647.879,19 €	85%	568.783,31 €	-	-	-	-	-	-	-	Em execução									
<b>TOTAL</b>																			<b>62.193.316,00 €</b>	<b>59.749.857,90 €</b>	<b>43.451.963,26 €</b>	<b>21.179.250,25 €</b>	<b>17.163.780,00 €</b>	<b>51.649,89 €</b>	<b>14.681.754,68 €</b>	<b>2.425.882,82 €</b>	<b>17.107.617,58 €</b>	<b>597.410,18 €</b>

LEGENDA:  
█ Delimitada  
█ Em apreciação  
█ Em execução

## GIP – Gabinete De Inserção Profissional

### Quadro – Atividades realizadas pelo GIP

Atividades realizadas pelo GIP	
1	Sessões de informação sobre medidas de apoio ao emprego, de qualificação profissional e de reconhecimento, validação e certificação de competências
2	Sessões de Técnicas de Procura de Emprego
3	Registo de Ofertas de Emprego
4	Apresentação de Desempregados a Ofertas
5	Colocação de Desempregados em Ofertas
6	Integração em ações de formação em entidades externas ao IIEFP
7	Controlo de apresentação periódica de beneficiários das prestações de desemprego
8	Candidaturas a Medidas Estágio Profissional
9	Candidaturas a Contratos Emprego Inserção/ Património Ativo
10	Estudos de Empregabilidade
11	Medidas de Apoio Estímulo 2013/TSU
12	Divulgação em jornais
13	Atendimento Diário
14	Divulgação redes sociais

### Quadro – Estatísticas do GIP

N.º de Inscritos à Procura de Emprego	2013	2012	2011	Var (2013/2012)
<u>Por sexo:</u>				
H	120	383	182	-69%
M	328	655	515	-50%
<b>T</b>	<b>448</b>	<b>1038</b>	<b>697</b>	<b>-57%</b>
<u>Por faixa etária:</u>				
16-23	107	264	189	-59%
24-30	148	254	162	-42%
31-54	184	419	283	-56%
>55	9	101	63	-91%
<b>T</b>	<b>448</b>	<b>1038</b>	<b>697</b>	<b>49%</b>
<u>Por habilitação literária:</u>				
<6º ano	17	78	15	-78%
entre o 6º e <9º ano	32	136	30	-76%
9º<12º	118	233	144	-49%
12º ano e licenciatura	281	591	508	-52%
<b>T</b>	<b>448</b>	<b>1038</b>	<b>697</b>	<b>49%</b>

Em observância ao quadro apresentado conclui-se:

- Em 2013, dos utentes inscritos, em 73% são mulheres e os restantes 27% são homens;

- Analisando o número de inscritos por faixa etária, verifica-se que a maioria dos inscritos têm idades compreendidas entre os 31 e 54 anos;
- Da análise dos inscritos à procura de emprego, verifica-se nos três anos, que na sua maioria possuem o 12º ano de escolaridade/licenciatura, seguido de 9º ano de escolaridade;
- Consideram-se inscritos à procura de emprego, utentes desempregados que não são beneficiários de prestações de desemprego, pelo que, se tem verificado que o aumento do número de desempregados beneficiários de prestações de desemprego, tem contribuído desta forma, para uma relação direta no sentido inverso, para a redução do número de utentes inscritos à procura de emprego. Isto porque, os beneficiários de prestações de desemprego deslocam-se ao GIP, para efeitos de controlo da apresentação periódica dos beneficiários das prestações de desemprego, e não diretamente e expressamente para a inscrição de procura de emprego. Assim, em termos gerais, atualmente verifica-se uma tendência decrescente relativa ao número de inscritos de procura de emprego registados no GIP, cerca de menos 57% face ao ano anterior, circunstancia esta, ocasionada pelo seguinte:
  - Aumento do número de desempregados beneficiários de prestações de desemprego;
  - Forte emigração da população do concelho;
  - Tendência natural para a estabilização do nível de emprego.

#### Quadro – Sessões de orientação profissional realizadas

Orientação Profissional	2013	2012	2011	Var (2013/2012)
N.º de pessoas	100	164	164	-39%

## Quadro – Atendimentos no âmbito da prestação de esclarecimentos diversos

Total de Atendimentos	2013	2012	2011	Var (2013/2012)
N.º Atendimentos*	5040	4072	4669	24%

\*Média de atendimento diário (média anual)

Do total de atendimentos efetuados diariamente pelo gabinete regista-se um atendimento médio diário de 20 utentes, dos quais cerca de 50% correspondem a pedidos de controlo da apresentação periódica dos beneficiários das prestações de desemprego, 20% pretende a inscrição para efeitos de procura de emprego, 20% pretende informação sobre os apoios à contratação e 10% procura esclarecimentos diversos.

## Quadro – Caracterização das ofertas de emprego e colocação de pessoas no mercado de trabalho

Ofertas de Emprego	2013	2012	2011	Var (2013/2012)
N.º Total de Ofertas de Emprego:	84	206	268	-59%
Por área de actividades:				
<b>Serviços</b>	3	17	39	-82%
<b>Construção Civil</b>	15	26	81	-42%
<b>Restauração e Hotelaria</b>	36	72	46	-50%
<b>Operários Fabris</b>	19	41	35	-54%
<b>Téc. e Técnicos Superiores</b>	5	17	31	-71%
<b>Outros</b>	6	33	36	-82%
<b>T</b>	<b>84</b>	<b>206</b>	<b>268</b>	<b>-59%</b>

Relativamente às ofertas de emprego, verifica-se uma expressiva diminuição (-59%), face ao volume verificado no ano anterior, sendo a área da restauração e hotelaria a mais representativa no total das ofertas de emprego.

O GIP colaborou com empresas na realização de algumas candidaturas a Estágios Profissionais, nomeadamente à Medida Passaporte Emprego e Estágio Emprego. Os Estágios Emprego são estágios com a duração de 12 meses, não prorrogáveis, financiados pelo IEFP. Foram submetidas 36 candidaturas com a colaboração do GIP, colocando 37 jovens em Estágio.

O Programa de Emprego Inserção consiste na realização, por desempregados subsidiados, de atividades socialmente úteis que satisfaçam necessidades sociais ou coletivas temporárias, no âmbito de projetos promovidos por entidades coletivas públicas ou privadas sem fins lucrativos, durante um período máximo de 12 meses.

O Programa Património Ativo teve um especial ênfase durante o ano 2013, cujo objetivo principal é apoiar a conservação e manutenção do património natural, cultural e urbanístico enquadrando pessoas desempregadas em atividades que satisfaçam necessidades sociais ou coletivas temporárias, potenciando a sua reconversão profissional, tendo em vista a melhoria do seu perfil de empregabilidade e uma futura integração no mercado de trabalho.

Em 2013 foram realizadas 23 candidaturas a estas medidas, resultando uma colocação de 52 pessoas.

Por fim, e em parceria com diversos estabelecimentos escolares, foram integrados cerca de 21 alunos no Município de Ourém, a fim de realizarem um estágio curricular integrado no planos de formação previstos nos respetivos cursos.

#### Quadro – Caracterização do apoio prestado à realização de Estágios Profissionais e Contratos de Emprego-Inserção

Estágios Profissionais/ Curriculares e Contratos Emprego Inserção	2013	2012	2011
N.º Estágios Profissionais:	36	0	9
N.º Contratos Emprego Inserção	23	6	17
N.º Estágios Curriculares:	21	28	20

#### GIAC – Gabinete de Informação Autárquica ao Consumidor

A Lei n.º 24/96 de 31 de julho estabelece o regime aplicável à defesa dos consumidores e estatui a competência do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais na proteção do consumidor (art. 1º). Consequentemente, dando

expressão às competências dos municípios, estabelecidas na Lei n.º 159/99 de 14 de setembro, e particularmente em observância à Lei n.º 24/96, o Município de Ourém estabeleceu um protocolo de cooperação com a DECO, em 10 de abril de 2006, dada a sua grande expressão nacional no que se refere à defesa do consumidor.

#### Quadro – Caracterização estatística do GIAC

Total de Atendimentos		2013	2012	2011
Por sexo:				
	<b>H</b>	36	161	168
	<b>M</b>	34	156	161
	<b>T</b>	<b>70</b>	<b>317</b>	<b>329</b>
Por modalidade de atendimento:				
	<b>Presencial</b>	65	317	323
	<b>Telefone</b>	5	0	5
	<b>Email</b>	0	0	1
	<b>T</b>	<b>70</b>	<b>317</b>	<b>329</b>
Por faixa etária:				
	<b>18/25</b>	5	11	18
	<b>26/45</b>	11	96	138
	<b>46/65</b>	30	130	138
	<b>+ 65</b>	24	80	35
	<b>T</b>	<b>70</b>	<b>317</b>	<b>329</b>
	N.º Pedidos de Informação	67	314	286
	N.º Total de Processos Mediados iniciados no ano	3	28	43
Situação do Pedido/ Processo:				
	<b>Encerrado com sucesso</b>	2	14	17
	<b>Encerrado</b>	0	0	0
	<b>Encerrado sem sucesso</b>	0	12	12
	<b>Em curso</b>	1	2	14

Analisando o quadro anterior, observa-se o seguinte:

- Ao longo dos 3 anos em observação, o número de atendimentos decresceu, consequência da reestruturação do próprio serviço;
- Os utentes são maioritariamente do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 46 e 65 anos;
- O atendimento é realizado normalmente de forma presencial;

- Do número de atendimentos efetuados, 96% referem-se a pedidos de informação, que são respondidos no imediato, e 4% reportam-se a processos de mediação;
- Dos 3 processos de medição, ocorridos em 2013, 2 foram encerrados com sucesso, ou seja favoravelmente ao consumidor e 1 encontra-se em curso.

## **2.3.2 – Departamento de Ambiente, Ordenamento do Território e Obras**

### **2.3.2.1 – Divisão de Ambiente**

#### **Fiscalização Ambiental**

A Fiscalização Ambiental tem por objetivo a proteção do meio ambiente, através da promoção das políticas ambientais do Município, sensibilizando, constantemente, os munícipes para práticas ambientais adequadas ao meio ambiente. Sempre que o comportamento exceda o bom senso e o previamente legislado, esta equipa tem competências para sensibilizar à sua correção ou levantar autos de notícia, se for caso disso.

Em 2013 verificou-se um aumento do número de processos em 154, destacando-se as reclamações relacionadas com águas residuais e pluviais (77), flora (26), resíduos (19) e ocupação da via pública (13).

Quadro – Enquadramento dos processos por assunto e ano

Tipo		Processos 2013	Processos 2012	Processos 2011	Processos 2010	Processos 2009	
Águas	Águas residuais	45	77	3	3	10	8
	Águas pluviais	32					
Qualidade	Ar	2	3	3	2	0	
Emissão	Ruído	3	1	1	2	1	
Resíduos	Diversos	9	19	4	6	12	6
Atividades Económicas	Oficinas	3	11	0	0	3	5
	Pecuária	1					
	Pedreiras	1					
	Outras	6					
Edificado	Edificado	9					
Equipamentos	Equipamentos	4					
Via Pública	Ocupação	13	1	0	0	1	
Flora	Vegetação	26	4	0	4	0	
Fauna	Animais	11	5	7	2	0	
<b>Total</b>		<b>175</b>	<b>21</b>	<b>20</b>	<b>35</b>	<b>21</b>	

### Sistema de Abastecimento Público de Água

- Gestão do sistema de abastecimento de água

Na área do Município de Ourém, o abastecimento de água está concessionado à empresa CGE(P) desde 1996. Em 2005, verificou-se um aditamento ao contrato inicial, o qual prorrogou por mais 5 anos o período da concessão, transferindo-se

simultaneamente para a concessionária responsabilidades em matéria de investimento, num montante total de 15 milhões de euros, atualizáveis, anualmente, em janeiro de cada ano, com base na variação do IPC. Complementarmente, caso se verifique que a concessionária realizou, num determinado ano, Investimento Produtivo, esta deverá ainda assumir a responsabilidade de um investimento adicional de 3% do referido Investimento Produtivo, em acréscimo à atualização ordinária baseada no IPC. Para além da remodelação de infraestruturas, o Plano de Investimentos previa uma pequena verba para ser dispendida em ampliações de redes de água, no valor de 245 mil euros. Este aditamento ao contrato veio responsabilizar a concessionária pela realização de obras de remodelação dos sistemas de abastecimento de água do concelho de Ourém, através de um Plano de Investimentos, onde está discriminado o montante de investimentos a realizar pela concessionária e o respetivo calendário. Será de referir que o atual contrato de concessão vigora até 2027.

No ano de 2013 destaca-se a renegociação do contrato de água, que só teve mais desenvolvimentos no final do ano, a auditoria do Tribunal de Contas ao contrato de concessão da água, na medida em que foram clarificadas algumas situações, fundamentais para a condução da renegociação do contrato de concessão, bem como o esforço feito pela Divisão de Ambiente, junto da concessionária, para que esta assumisse ampliações urgentes.

- Plano de Investimentos

Consultando o quadro que se apresenta na página seguinte, verifica-se que no final de 2013 o Plano de investimentos apresentava um saldo negativo no valor de 2.744.101,51€ a preços correntes de 2004.

A este valor ainda acresce a respetiva atualização, assim como o montante de 3% a considerar nos casos do investimento produtivo.

A concessionária justifica o atraso verificado este ano devido ao processo de venda da Veolia em Portugal, que decorreu no primeiro semestre de 2013, tendo sido suspensos vários trabalhos.

Contudo apenas foram realizados 75.270,00€ de investimento, cerca de metade na rede de Seiça cuja via está em remodelação pela autarquia e a outra metade em ampliações da rede de água.

#### Quadro Ponto de Situação do Plano de Investimentos

Plano de Investimentos		2005	2006	2007	2008	2009
Previsto (€)	Redes	1.064.000,00	1.677.000,00	415.000,00	319.000,00	319.000,00
	Capacidade de Reserva	653.000,00	1.858.000,00	762.000,00	67.000,00	67.000,00
	Captações e Eq. Eletromecânico	98.000,00	638.000,00	127.000,00	20.000,00	20.000,00
	<b>Total</b>	<b>1.815.000,00</b>	<b>4.173.000,00</b>	<b>1.304.000,00</b>	<b>405.631,58</b>	<b>405.631,58</b>
Executado (€)	Redes - Ampliações	-	10.780,00	-	70.012,62	40.232,18
	Redes - Remodelações	-	292.836,94	1.281.434,93	742.409,05	1.831.297,99
	Capacidade de Reserva	-	-	7.192,00	323.008,23	434.453,63
	Captações e Eq. Eletromecânico	-	-	9.100,00	18.989,85	-
	<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>303.616,94</b>	<b>1.297.726,93</b>	<b>1.154.419,75</b>	<b>2.305.983,80</b>

Plano de Investimentos		2010	2011	2012	2013
Previsto (€)	Redes	319.000,00	319.000,00	319.000,00	319.000,00
	Capacidade de Reserva	67.000,00	67.000,00	67.000,00	67.000,00
	Captações e Eq. Eletromecânico	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
	<b>Total</b>	<b>405.631,58</b>	<b>405.631,58</b>	<b>405.631,58</b>	<b>405.631,58</b>
Executado (€)	Redes - Ampliações	27.021,48	152.710,49	6.015,80	36.664,00
	Redes - Remodelações	325.220,38	253.725,14	63.852,86	34.606,41
	Capacidade de Reserva	75.578,12	296.478,00	437.604,34	-
	Captações e Eq. Eletromecânico	5.552,50	122.197,46	78.713,56	4.000,00
	<b>Total</b>	<b>433.372,48</b>	<b>825.111,09</b>	<b>586.186,56</b>	<b>75.270,41</b>

## Quadro - Obras realizadas em 2013

Empreitada	Adjudicatário	Local	Valor Fat. (2013)
Remodelação da rede de distribuição da zona Seiça - Olaia Estremadouro	Construções Júlio Lopes	Alburitel	34.606
Delimitação Perímetros Proteção Captações II	Ecointegral	Vários	4.000
Ampliação Rede - Tv Charneca - Vale Travesso	CMR	Vários	3.941
Ampliação Rede - R Barrancão - Casa Velha	CMR	Vários	4.937
Ampliação Rede - R Pocinho - Matas	CMR	Vários	4.586
Ampliação Rede - Estrada Vale - Canhardo	CMR	Vários	5.664
Ampliação Rede - R Arroiteia - Lagoa Furadouro	CMR	Vários	4.139
Ampliação Rede - R Lapa - Toucinhos	CMR	Vários	2.722
Ampliação Rede - R Outeiro - Gondemaria	CMR	Vários	2.619
Ampliação Rede - R Casal Abreu - Fonte Catarina	CMR	Vários	3.575
Ampliação Rede - R Covões - Montelo	CMR	Vários	4.482
<b>Total</b>			<b>75.270</b>

- Sistema em alta

O sistema de abastecimento de água na área do Município de Ourém possui cerca de 101 Km de rede para Adução (rede que se destina a abastecer os reservatórios, após ter sido submetida ao tratamento adequado nas ETAs).

#### Captações

O Município dispõe atualmente de 24 captações de água subterrânea ativas, das quais 20 são exploradas pela concessionária para consumo público e as restantes são utilizadas pelo Município para rega ou uso industrial.

#### Armazenagem – Reservatórios

O sistema é constituído por 64 reservatórios, com uma capacidade total de 15.035 m<sup>3</sup>.

Tendo em vista reforçar a capacidade do sistema de abastecimento público de água do Município de Ourém, impelindo-se um aumento de eficiência e independência o Plano de Investimentos contempla novos reservatórios a executar.

### Qualidade da Água

O programa de controlo operacional visa assegurar a melhoria contínua e permanente da qualidade da água fornecida ao concelho desde a origem, reservatórios até aos pontos de finais de rede, com objetivo de detetar e corrigir, em tempo útil, as alterações que eventualmente ocorram na qualidade da água.

Nesse sentido, esta entidade gestora, tem vindo a promover as seguintes ações:

- Controlo/monitorização da água bruta, com a realização de análise à água, várias vezes ao ano;
- Manutenção e gestão das estações de tratamento de água (ETA), que inclui operações de reposição de reagentes para o tratamento da água, verificação/calibração dos equipamentos de monitorização e de medida, verificação do funcionamento de todo o sistema de doseamento de reagentes, limpeza das instalações e manutenção dos equipamentos de higiene e segurança coletiva;
- Controlo e monitorização de água para consumo humano, através de recolhas de água analisadas em laboratório, como frequência semanal e recolhas de água analisadas pelos técnicos da concessionária, com o recurso a equipamentos portáteis com frequência diária;
- Manutenção de um plano de purga que permite renovar a água em locais de baixo consumo;
- Planos de limpeza e higienização de reservatórios.

Este programa permite não só prevenir situações de risco para a saúde humana, como reduzir significativamente a ocorrência de incumprimentos aos valores paramétricos (VP) e recomendados (VR) no âmbito do programa de controlo da qualidade da água (PCQA).

A Concessionária realizou durante o ano de 2013, 150 determinações em pontos da rede em alta, tendo efetuado a totalidade das análises regulamentares obrigatórias e obtido zero incumprimentos.

De acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 306/2007 de 27 de agosto, esta entidade gestora, submete anualmente à aprovação da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos), os respetivos Programas de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) do ano seguinte.

O PCQA, tem como objetivo analisar a qualidade da água para consumo humano distribuída. A frequência de amostragem é determinada, tendo como base a população servida e o volume diário distribuído. Os parâmetros a analisar são definidos no referido Decreto-Lei e estão divididos em três grupos, cuja constituição varia consoante a origem da água: Controlo de Rotina 1 (CR1); Controlo de Rotina 2 (CR2); Controlo de Inspeção (CI).

O PCQA divide-se em dois planos de análises:

- PCQA em Baixa que inclui as análises realizadas nas torneiras dos consumidores finais do concelho de Ourém;
- PCQA em Alta que integra os pontos de entrega aos utilizadores em Alta (PEA), Câmara Municipal de Pombal e SMAS de Leiria.

Conforme o estabelecido no Decreto-lei n.º 306/2007 de 27 de agosto, a concessionária elabora trimestralmente um mapa de divulgação de resultados da qualidade da água, que envia para as seguintes entidades: Câmara Municipal de Ourém, Juntas de Freguesia e Centro de Saúde. Este mapa está também disponível nos serviços de atendimento ao público e é disponibilizado no site da Autarquia.

Durante o ano de 2013, a concessionária realizou as colheitas e controlos que se apresentam no quadro disposto na página seguinte.

Quadro – Tipo de controlos da qualidade da água realizados em 2013

Tipo de controlo	Baixa		Alta
	N.º colheitas	N.º Controlos	N.º colheitas
CR1	130	192	-
CR2	48	62	3
CI	14	14	2

Reclamações e interrupções do serviço de águas

Em 2013 houve um total de 50 reclamações, das quais apenas 12% foram consideradas com fundamento, de acordo com o quadro que se segue.

Quadro – Reclamações (2010 a 2013)

Por Alojamento	2010		2011		2012		2013	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Ped. abast água	1	1,49%	-		-		-	
Ramal	2	2,99%	-		-		-	
Contratos	0	-	-		-		-	
Faturação	35	52,24%	32	63,08%	82	63,08%	23	46%
Interrupções no Abastecimento	0	-	21	15,38%	20	15,38%	14	28%
Má prestação do serviço	12	17,91%	19	10,77%	14	10,77%	6	12%
Uso abusivo	2	2,99%	-		-		-	
Outros	7	10,45%	-		-		-	
Qualidade água	3	4,48%	2	4,62%	6	4,62%	3	6%
Avaria na rede	4	5,97%	-		-		-	
Sinistros	1	1,49%	1	0,77%	1	0,77%	3	6%
Totalizador	0	-	-		-		-	
Atendimento	-		3	5,38%	7	5,38%	1	2%
Sugestões	-		-		-		-	
<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>100%</b>	<b>78</b>	<b>100%</b>	<b>130</b>	<b>100%</b>	<b>50</b>	<b>100%</b>

Em relação às interrupções, antes do PI (2005) existiam 1600. No ano de 2009, ocorreram 51 programadas e 850 não programadas e em 2010, 62 programadas e 652

não programadas. Em 2011 ocorreram 485 avarias não programadas, 197 avarias programadas, 70 avarias provocadas não programadas e 37 interrupções programadas. Esta redução nas não programadas é devida principalmente às obras do Plano de Investimentos. No ano de 2012 e 2013 ocorreram as seguintes interrupções:

**Quadro – Interrupções em 2012 e 2013**

INDICADORES DE CONTINUIDADE DE SERVIÇO	2012	2013
Número de interrupções da distribuição da água não programadas (contêm avarias provocadas + avarias normais)	858	844
Número de avarias provocadas	87	61
Número de interrupções da distribuição da água programadas	38	23
<b>Total</b>	<b>896</b>	<b>867</b>

- Sistema em baixa

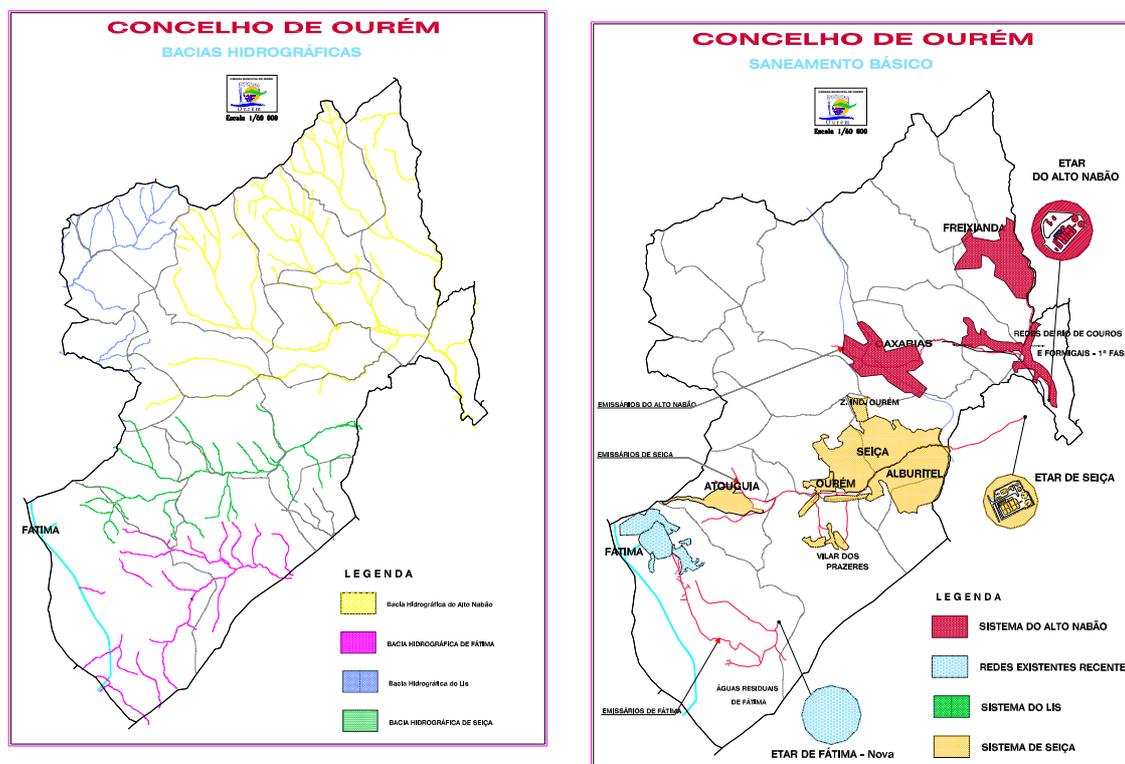
A rede total do sistema em baixa estende-se por cerca de 856 Km de distribuição. A taxa de cobertura é de aproximadamente 100%, estando disponível o acesso à rede de água em todas as povoações existentes na área do Município.

### **Saneamento e Águas Residuais**

A área do Município de Ourém é constituída, basicamente, por quatro bacias (regiões ou zonas em que as linhas de água convergem todas para o mesmo lugar ou linha de água mãe): Bacia Hidrográfica do Alto Nabão; Bacia Hidrográfica de Fátima; Bacia Hidrográfica do Lis e Bacia Hidrográfica de Seiça.

Os sistemas de saneamento são geridos pela autarquia, desde a análise de pedidos de ampliação da rede, de ligação de esgotos domésticos e industriais e de despejo nas ETAR's, até à elaboração de projetos, fiscalização das obras e entrega das mesmas.

## Mapa – Bacias Hidrográficas



Para completar a gestão dos sistemas existem duas empresas que efetuam serviços complementares, nomeadamente:

- A OurémViva que através do contrato de gestão efetua a manutenção e exploração das ETAR's, a manutenção das redes de saneamento e a limpeza e despejo de fossas.;
- A SIMLIS que através da concessão efetua a gestão do sistema multimunicipal em alta no Concelho de Ourém (Sistema em Alta de Fátima e do Lis, abrangendo as Freguesias de Fátima, Cercal, Espite e Matas).

No ano de 2013 destacam-se as atividades relacionadas com o concurso de concessão do serviço de saneamento do concelho de Ourém, as candidaturas ao POVT e a avaliação de serviços pela ERSAR. De salientar que qualquer um dos três itens de destaque não teve um bom desfecho em 2013, uma vez que: o concurso de

concessão apresenta limitações no seu desenvolvimento; as candidaturas não foram aprovadas e por fim, a avaliação da ERSAR não é positiva, devido a vários fatores, em que a gestão do sistema é o que se destaca mais.

Em relação aos processos de ramais, o quadro seguinte indica o seu n.º por ano:

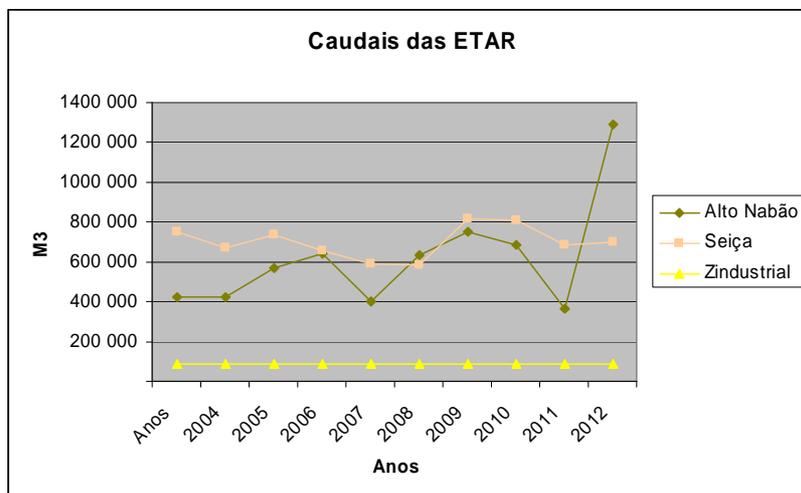
Quadro – N.º de Processo por Anos

Anos	N.º de Processos
Até 2002	Não quantificados
2003	411
2004	262
2005	411
2006	707
2007	755
2008	430
2009	315
2010	172
2011	315
2012	358
2013	128
<b>Total</b>	<b>4.264</b>

No ano de 2013 os processos de ramais caracterizaram-se por: 113 de ligações ao coletor doméstico; 9 de ligação ao coletor pluvial; 0 reclamações de ramais; 4 isenções de ligação; 2 ligações de águas industriais.

As ETAR's cumprem as normas de qualidade da água à saída do tratamento, não se tendo verificado problemas relevantes neste ponto. O principal dilema deriva da chegada de águas pluviais, que ingressam nas redes e emissários, provocando um aumento do caudal nas ETAR, com consequências a nível dos custos com o tratamento de água limpa e com a destabilização da comunidade microbiológica local.

Quadro - Caudais de Entrada na ETAR



- Redes de águas pluviais

As redes de águas pluviais em zonas urbanas são praticamente inexistentes. À exceção das redes de Ourém e Fátima, as redes de Caxarias e Freixianda são de reduzida dimensão.

Numa parte significativa das redes constata-se problemas de escoamento, resultantes, essencialmente, do facto de terem sido construídos imóveis e muros, sobre linhas de água.

Em Fátima o problema é mais complexo, pois o túnel existente já não suporta mais caudal de águas pluviais. Para estudar a remodelação desta rede foi adjudicado ao consórcio de empresas Atkins e Hidra o “Projeto de Águas Pluviais de Fátima” pelo valor de 218.137,00 €. Durante o ano de 2010 o estudo prévio foi analisado com a SRU e foram também feitos contactos com a ARH do Tejo para o licenciamento da descarga.

Em 2011, o estudo prévio foi aprovado pela ARH do Tejo, não tendo sido feitos novos desenvolvimentos.

No ano de 2012, o projeto de águas pluviais de Fátima ficou atrasado devido à falta de telas finais relativas à obra da requalificação da Avenida D.J.A.C.S. Sem estas telas não é possível avançar.

Em 2013, parte do projeto de água pluviais de Fátima foi apresentado, embora ainda não tenha sido analisado.

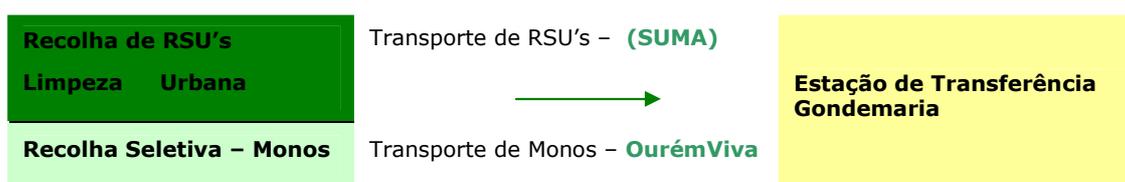
## Resíduos e Limpeza

- Gestão do Sistema de Recolha, Transporte e Tratamento de RSU's Indiferenciáveis e Recicláveis e Limpeza Urbana

Esquematização dos sistemas:

### ➤ Sistema em Baixa

A limpeza urbana, recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos (RSU's) até à Estação de Transferência de Gondemaria (ETG) é efetuada pela empresa STL – Sociedade de Transportes e Limpezas, Lda., atualmente, SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. A recolha e transporte de resíduos de grandes dimensões (monstros/monos) até ao Ecocentros de Gondemaria é desenvolvido pela OurémViva.



No decorrer dos anos, a área de limpeza urbana tem vindo a aumentar, em resultado da expansão dos núcleos urbanos.

No ano de 2008 foi alterado o horário de limpeza urbana, o qual se configurou do seguinte modo:

- 6:00 às 12:45 horas (Segunda, Terça, Quarta, Sexta e Sábado);

- 7.30 às 12:15 e das 14:00 às 17:00 horas (Quinta).

➤ **Sistema em Alta**

O transporte e tratamento de RSU's desde a ETG até ao Aterro Sanitário em Leiria é efetuado pela Valorlis – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.



➤ **Sistema da Recolha Seletiva**

A recolha, transporte e valorização dos resíduos recicláveis até à Estação de Triagem de Leiria está a cargo da Valorlis, S.A.



Periodicidade de Recolhas

Nos centros urbanos de Ourém e Fátima a recolha é efetuada diariamente, excluindo os domingos e feriados no que concerne a Ourém. Nos restantes pontos do Município a recolha é efetuada, em regra, duas vezes por semana.

Recolha de recicláveis

A VALORLIS é responsável pela recolha seletiva, tal como está estabelecido no n.º 2., do Contrato de Entrega, podendo visualizar-se a evolução desta recolha na tabela e gráfico seguintes.

Em 2013 verificou-se uma diminuição de recolha em todas as fileiras, sendo que no vidro as variações entre os quantitativos recolhidos entre 2012 e 2013 apresentam menores oscilações.

#### Quadro - Evolução na recolha seletiva

Ano	Papel/Cartão		Vidro		Embalagens Plásticas e Metálicas	
	Quant. (ton)	Evolução Anual (%)	Quant. (ton)	Evolução Anual (%)	Quant. (ton)	Evolução Anual (%)
2004	320,00	-	355,00	-	76,80	-
2005	408,00	21,57	419,00	15,27	106,00	27,55
2006	464,00	12,07	473,00	11,42	136,00	22,06
2007	598,00	22,41	574,00	17,60	190,00	28,42
2008	619,91	3,53	649,46	11,62	244,93	22,43
2009	632,38	1,97	1.027,21	36,77	314,48	22,12
2010	613,00	-3,16	1.044,00	1,61	339,00	7,23
2011	555,00	-9,46	1.023,00	-2,0%	340,00	0,29
2012	593,80*	6,53	701,30	-45,87	345,70	1,65
<b>2013</b>	<b>527,59</b>		<b>679,27</b>	<b>-3,1</b>	<b>335,67</b>	<b>-2,9</b>

\* Inclui as 43 ton recolhidas nos contentores de grandes dimensões

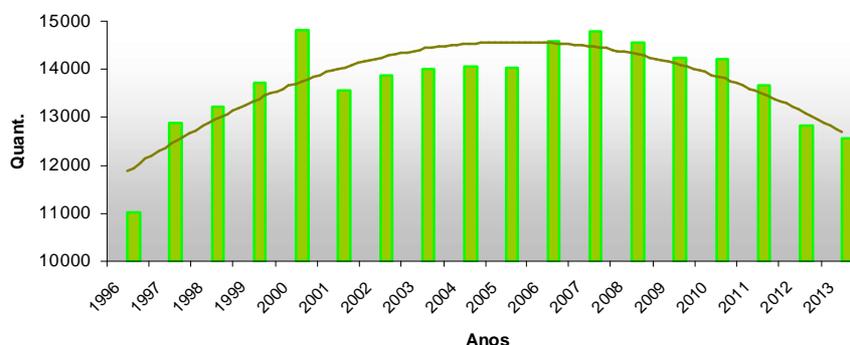
Em relação à periodicidade das recolhas, esta é efetuada em conformidade com o seguinte quadro:

#### Quadro – Periodicidade da recolha de resíduos recicláveis

	Papel/Cartão		Embalagens		Vidro
	Periodicidade	Dias	Periodicidade	Dias	Periodicidade
Ourém	3 vezes/semana	2. <sup>a</sup> , 4. <sup>a</sup> e 6. <sup>a</sup> feiras	2 vezes/semana	3. <sup>a</sup> e 6. <sup>a</sup> feiras	3 em 3 semanas
Fátima	3 vezes/semana	2. <sup>a</sup> , 4. <sup>a</sup> e 6. <sup>a</sup> feiras	2 vezes/semana	3. <sup>a</sup> e 6. <sup>a</sup> feiras	15 em 15 dias
		+ reforço 5. <sup>a</sup> feira		+ reforço 5. <sup>a</sup> feira	
Resto da área do Município	1 vez/semana	5. <sup>a</sup> feira	1 vez/semana	5. <sup>a</sup> feira	3 em 3 semanas
		+ reforço 3. <sup>a</sup> feira (Caxarias)			

#### Evolução na recolha de RSU's indierenciados

Recolha de RSU's - Sistema Público (SUMA)



Durante o ano de 2013, a quantidade de RSU's depositada na ETG foi inferior em 243,78 ton relativamente ao ano de 2012. O decréscimo registado em 2013 representa uma diminuição de 1,8%. Relativamente ao total de resíduos recolhidos pela Suma verificou-se uma diminuição de 248,26 ton relativamente ao ano anterior.

#### Fornecimento/manutenção de contentores

Quadro – Evolução do N.º de Contentores por Anos

Anos	Quantidade e Tipologia dos Contentores							TOTAL
	1000 L	800 L	600 L	500 L	240 L	110 L	3000 L	
2007	827	1066	116	123	13	382	23	2527
2008	685	1307	164	95	17	252	27	2547
2009	648	1382	164	104	26	235	32	2593
2010	676	1441	159	105	24	220	35	2660
2011	676	1467	159	107	24	221	35	2689
2012	674	1483	159	105	24	221	37	2703
<b>2013</b>	<b>674</b>	<b>1495</b>	<b>159</b>	<b>105</b>	<b>25</b>	<b>221</b>	<b>47</b>	<b>2726</b>

Neste contexto, verifica-se uma tendência para a colocação de contentores de 800lt., em substituição dos de 1.000lt., por serem mais fáceis de manusear e não obstante serem menos estáveis com o vento e de reduzirem a capacidade própria em 110lts. Em 2013 entraram em funcionamento as dez ilhas ecológicas da Av. José Alves

Correia da Silva com os 10 contentores de 3000 l destinados a resíduos sólidos urbanos indiferenciados, a Suma procedeu ainda à colocação de 13 contentores novos contentores no sistema público, tendo substituído 233 contentores por se encontrarem danificados.

### Avaliação dos serviços pela ERSAR – Resíduos

#### Ficha de avaliação da qualidade do serviço:

Indicador	Avaliação 2012	Valor do indicador (valor de referência)	Fiabilidade dos dados	Histórico 2011 - 2012	Observações
<b>ADEQUAÇÃO DA INTERFACE COM O UTILIZADOR</b>					
RU 01 - Acessibilidade física do serviço		95 % [90,100]	***		
RU 02 - Acessibilidade do serviço de recolha seletiva		32 % [70,100]	***		A entidade gestora em alta, responsável atividade de recolha seletiva, deve melhorar acesso a este serviço.
RU 03 - Acessibilidade económica do serviço		0,13 % [0,0,50]	***		
RU 04 - Lavagem de contentores		14,9 (-) [12,0,24,0]	***		
RU 05 - Resposta a reclamações e sugestões		28 % [0]	***		
<b>SUSTENTABILIDADE DA GESTÃO DO SERVIÇO</b>					
RU 06 - Cobertura dos gastos totais		0,3 (-) [1,0,1,1]	***		
RU 07 - Reciclagem de resíduos de embalagem		100 % [>= 95]	***		A responsabilidade pela atividade de seletiva de resíduos de embalagem é da entidade gestora em alta.
RU 11 - Renovação do parque de viaturas		427,236 kmViatura [0,200000]	***		
RU 12 - Rentabilização do parque de viaturas		424 kg/m3 [>=60]	***		
RU 13 - Adequação dos recursos humanos		2,2 n.º110h [1,8,3,0]	*		
<b>SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</b>					
RU 14 - Utilização de recursos energéticos		6 kgp/h [0,0]	***		
RU 16 - Emissão de gases com efeito de estufa		17 kg CO2/t [0,14]	***		

Avaliação: qualidade de serviço boa; qualidade de serviço mediana; qualidade de serviço insatisfatória; alerta; NA não aplicável; NR não respondido

Fiabilidade dos dados: a menor fiabilidade e a maior fiabilidade

Relativamente à gestão de resíduos existe apenas um indicador com qualidade insatisfatória que depende diretamente dos serviços o RU 05 – Resposta a reclamações e sugestões, a otimizar.

No que concerne ao indicador RU 02 – Acessibilidade do serviço de recolha seletiva, apesar da entidade gestora em alta, Valorlis SA, ser a responsável pela atividade de recolha seletiva, considera-se que uma distancia máxima de 200 metros, entre os alojamentos e o equipamento de recolha seletiva de resíduos, é demasiado ambiciosa para o concelho de Ourém em resultado da sua dispersão.

Os indicadores RU 06 – cobertura de gastos totais e RU 11 – renovação do parque de viaturas, com qualidade dos serviço insatisfatória e os RU 12 – Rentabilização do

parque de viaturas e RU 16 – emissão de gases com efeito de estufa, com avaliação mediana, dependem exclusivamente do contrato de prestação de serviços efetuado com a Suma SA.

Em relação ao ano de 2012 o indicador RU 12 – Rentabilização do parque de viaturas – baixou a sua classificação passando de qualidade satisfatória para mediana. Situação que vem alertar para a necessidade de otimização da gestão do serviço em termos infraestruturais, no que respeita à rentabilização do parque de viaturas, de forma a otimizar a capacidade das viaturas de recolha.

### Sensibilização ambiental

Ao longo do ano 2013 decorreram algumas campanhas de sensibilização previstas no Plano Estratégico de Intervenção, destacando-se:

- SUMINHOS

	<p>Abrangeu 5 Estabelecimentos de Ensino <b>Pré-escolar (privados)</b>, num total de 395 alunos.</p> <p><u>Datas:</u> 2 dias em março de 2013</p> <p><u>Material:</u> 250 Jogo dominó “Suminhos”</p> <p><u>Valor da intervenção:</u> 566,00 euros (<b>Nota:</b> Intervenção efetuada o ano passado nos estabelecimentos de Educação pré-escolar públicos)</p>
--	---

Esta campanha foi desenvolvida em 2012 nos jardins de infância públicos e em 2013, tendo em conta o interesse da mesma, foi realizada nos jardins de infância privados do Concelho.

A campanha “SUMINHOS®” assenta a sua estratégia na exploração de um jogo de Dominó com diversas atividades lúdico-pedagógicas, “DOMINÓ SUMINHOS®”, a ser trabalhado pelos Educadores na sala de aula. Através da associação de cada número a um conceito relacionado com os Resíduos – 1, Reciclar; 2, Reutilizar; 3, Prevenir; 4, Reduzir; e 5, Respeitar e Responsabilizar, exploram-se regras ambientais de Sustentabilidade.

Esta ação foi desenvolvida em contexto sala de aula, através de um jogo simbólico e teve a duração de 30 minutos. No final de cada sessão cada turma ficou com um jogo para ser trabalhado em conjunto por todos os discentes.

- Eco-Rabisca

Esta campanha foi desenvolvida no ano de 2012 nos jardins de infância públicos. Considerando que sobrou material didático e tendo em conta o interesse da mesma, a campanha de sensibilização “Eco-Rabisca” desenvolveu-se, em 2013, nos jardins de infância privados existentes na área do Município de Ourém.

A política dos 5 R’s e o acondicionamento e deposição de pequenos lixos foram algumas das temáticas abordadas neste caderno.

Esta ação foi desenvolvida em contexto sala de aula, através de um jogo simbólico e teve a duração de 30 minutos. No final de cada sessão cada aluno ficou com um caderno de atividades para pintar e para ser trabalhado em conjunto por todos na sala de aula ou em casa.



A campanha decorreu durante 6 dias nos Estabelecimentos de Ensino **Pré-escolar**, num total de 960 alunos.

Datas: 08 a 19 de abril de 2013

Material: 960 livros “Eco-Rabisca”

Valor da intervenção: 3.205,20 euros

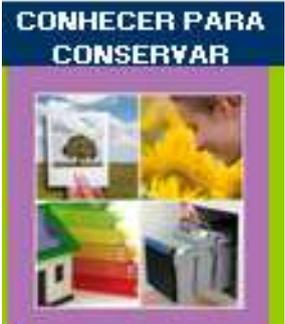
- Produzindo com lixo

Esta campanha destinada a sensibilizar os alunos do 1.º ciclo para práticas de redução na produção de resíduos, assim como para as regras de triagem, acondicionamento e deposição dos resíduos. A Redução, Reciclagem e Reutilização são as palavras de ordem.

	<p>A campanha dirigida à comunidade escolar do 1.º ciclo Estabelecimentos Públicos de Ensino <b>do 1.º Ciclo</b>, num total de aproximadamente 1700 alunas</p> <p><u>Datas:</u> 22 de janeiro a 5 de fevereiro de 2013</p> <p><u>Material:</u> 5000 folhetos</p> <p><u>Valor da intervenção:</u> 4.762,00 euros</p>
---	---

- Conhecer para conservar

A campanha de educação e sensibilização “CONHECER PARA CONSERVAR”, baseia-se numa apresentação interativa e dinâmica que visa sensibilizar os alunos do 2.º ciclo para práticas de redução na produção de resíduos, assim como para as regras de triagem, acondicionamento e deposição dos resíduos.

	<p>A campanha decorreu durante 3 dias e abrangeu os 34 Estabelecimentos Públicos de Ensino <b>do 2.º Ciclo</b>, num total de aprox. 500 alunos.</p> <p><u>Datas:</u> 25,26,27 de março de 2013</p> <p><u>Material:</u> 500 folhetos</p> <p><u>Valor da intervenção:</u> 1.354,00 euros</p>
---	--

- Procure não sujar

No ano de 2013 destaca-se a campanha realizada no Agroal “Procure não Sujar”.

Esta campanha tem como principal objetivo a deposição e acondicionamento de pequenos lixos, através de comportamentos de cidadania ativa (heterofiscalização). Destina-se à população em geral e foi desenvolvida na praia fluvial do Agroal, local onde se juntam muitos veraneantes, principalmente no mês de agosto.

Permaneceu no recinto um mastro com uma bandeira de praia a alertar para “Procure não Sujar”

	<p>A campanha decorreu durante 1 dia na praia fluvial do Agroal, destinada à população em geral, veraneantes.</p> <p><b>Datas:</b> 2 meio-dia em agosto de 2013</p> <p><b>Material:</b> 150 cinzeiros de praia e 150 sacos de praia folhetos; mastro+bandeira de praia</p> <p><b>Valor da intervenção:</b> 1.490,00 euros</p>
---	---

### **Espaços Verdes, Cemitério e Canil**

Os espaços verdes são mantidos por uma empresa municipal OurémViva. No decurso de 2010, os espaços verdes de Fátima passaram a ser geridos pela SRU Fátima.

Em 2013, a Ouremviva procedeu ao arranjo dos seguintes espaços:

- Envolvência do Edifício da Piscina de Caxarias;
- Urbcom Ourém – Praça da República e Praça Dr. Agostinho Albano de Almeida;
- Memorial Padre Flores - Espaço Envolvente à Sé Colegiada – Castelo;
- Fonte do Povo – Urqueira;
- Centro Escolar da Caridade – Ourém;
- Centro Escolar das Misericórdias – Vilar dos Prazeres

A manutenção do cemitério municipal é efetuada pela empresa municipal OurémViva, no âmbito de contrato de gestão estabelecido e a limpeza do recinto é da responsabilidade da SUMA.

Apesar de alguns melhoramentos já efetuados ao longo de 2011 e 2012, designadamente, pintura de muros e colocação de plantas de embelezamento nas

datas festivas, o cemitério necessita, nomeadamente, de um sistema de drenagem de águas pluviais e de melhoramentos em termos de acessibilidades e ampliação.

A gestão desta infraestrutura foi efetuada pela subunidade Taxas e Licenças da Divisão de Gestão Financeira,

## Ar, Ruído e Energia

- Ar

No ano de 2013 ocorreu uma reclamação em Fátima, sobre tóxicos produzidos por uma indústria, que provocavam incómodo num apartamento.

Em relação à qualidade do ar no concelho não existem dados de 2013. Consultando os dados on-line disponíveis na APA pode-se verificar que a qualidade do ar por zonas, sendo que a estação mais próxima de Ourém localiza-se na Chamusca, com boa qualidade.

- Ruído

Todos os processos relativos ao ruído são analisados sempre que necessário recorrendo a medições de ruído para avaliação da incomodidade causada por atividades ruidosas e elaboração os relatórios de avaliação acústica.

Em 2013 foram analisados 9 processos e elaboradas 17 informações internas sobre esta temática, de acordo com o quadro seguinte:

Quadro – Processos de Ruído

N.º	Fontes de Incomodidade	Morada	Ponto de situação
<b>Processo de 2013</b>			
1	Funcionamento Nakas bar	Rua N.ª Sr.ª das Vitórias	Notificado o proprietário a regularizar a situação
2	Marsefal – licença especial de ruído	Fátima	Resolvido
3	Funcionamento de Gerador - Telecom	Ourem	Aguarda visita conjunta ao local
4	Funcionamento de restaurante "Ritual dos Sabores"	Cova de Iria – Fátima	Estabelecimento encerrado (Resolvido)
5	Funcionamento de Frutaria – Frubaça Ida	Cova de Iria – Fátima	Notificado pela 2.ª vez o

			proprietário/arrendatária a regularizar a situação
6	Funcionamento de Restaurante “Aquário” (Esplanada)	Estrada de Minde – Fátima	Notificado o proprietário a regularizar a situação
7	Funcionamento de Casinha Bar	Urqueira	Processo de licenciamento a decorrer
8	Funcionamento de Ginásio O2	Ourém	Notificado proprietário a regularizar a situação
9	EIA – Fábrica de Cal - Microlime	Fátima	Resolvido
<b>Processo anteriores</b>			
1	Pastelaria vida Nova II	Caxarias	Resolvido
2	Bombas de captação pública de água	Valada	Processo a decorrer em tribunal
3	Ruído provocado por aerogerador	Bairro – N.ª Sr.ª das Misericórdias	Solicitação de informação ao tribunal
4	Plaza Bar	Ourém	Processo de licenciamento do estabelecimento
5	Estabelecimento Industrial Sousas & Sousas, Lda	Gondemaria	Notificar requerente a proceder à execução da barreira acústica
6	Elevador no Edifício João Paulo II	Fátima	Resultado da medição revela que o equipamento está conforme requisito acústico. Informou-se o reclamante.
7	Gerador de energia – Hotel 4 Estações	Fátima	Resolvido
8	Oficina Batista & Graça Lda	Ourém	Processo de regularização da oficina

As situações acústicas reclamadas são referentes, na sua maioria, a atividades ruidosas permanentes de diversão noturnas e a atividades temporárias.

- Energia

Em 2013 não ocorreram atividades de destaque promovidas pela Divisão de Ambiente ao nível da **Energia**.

### 2.3.2.2 – Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território

O Sistema de Informação Geográfica (SIG), Apresenta-se como uma ferramenta essencial e transversal a outros serviços do Município, pois agrega a informação geográfica do território, possibilitando a análise do mesmo em gabinete para o apoio quer ao desenvolvimento dos diversos projetos das divisões que desta carecem para o seu trabalho, quer para a tomada de decisão, tendo em consideração que tudo é passível de ser georeferenciado e caracterizado.

A aposta continua:

- i. no desenvolvimento e funcionamento do SIG transversal à CM, disponibilizando informação geográfica de território municipal, quer internamente, quer externamente para os munícipes e população em geral.
- ii. na melhoria da prestação dos serviços ao cidadão;
- iii. na criação e melhoria de sites geográficos
  - a. no âmbito da revisão e discussão pública dos planos municipais de ordenamento de território, contribuindo para uma abordagem acessível e transparente de todo processo;
  - b. na disponibilização de informação interna aos diversos serviços, contribuindo para a sua autonomização, no que diz respeito a retirar a informação do seu interesse da base de dados geográfica, sem ter de recorrer pessoalmente ao SIG, designadamente para impressão de plantas ou procura de informação acerca de requerentes, processos, ou de algum tema mais específico (RSU, infraestruturas, ocupação do solo, geologia, ...);
- iv. na capacidade e conhecimento dos técnicos do município, tanto no que concerne à atualização da Base de Dados Geográfica Central do Município, como também no que diz respeito à colaboração no âmbito dos PMOT, contribuindo para a diminuição das despesas do Município, tendo em conta o aproveitamento dos seus recurso técnicos internos especializados e conhecedores do território, sem ter de recorrer constantemente a serviços externos.

### **Integração de tratamento de dados de base em SIG**

Em termos de integração e tratamento de dados de base em SIG, em 2013, resumem-se alguns trabalhos em quadro resumo que se apresenta na página seguinte.

### Quadro – Integração de dados de base em SIG (2013)

Números de Polícia		Placas Toponímicas	Topónimos
Atribuídos	Geo-referenciados	Geo-referenciadas	Atualização / Geo-referenciação
185	1 124	320	196
Vias Públicas / Privadas	Edifício	Certidão de Morada	Alvarás de Construção
Informações	Atualização	Informações	Geo-referenciação
13	300	10	92
Processos Obras Particulares		Loteamentos	Plantas de Localização
Integrados e Enquadrados face aos IGT		Geo-referenciação	Elaboração
231		66	-

De um modo geral, os trabalhos associados à atribuição de números de polícia, validação de topónimos ou de moradas, carecem de deslocações ao terreno para confirmar localizações efetuadas nos requerimentos ou para o levantamento de informação e atualização da base de dados geográfica.

No âmbito da recolha de dados para a georreferenciação de moradas que permitem, através do SIG, a realização de pesquisas por moradas e cuja resposta retribuída pelo sistema é a respetiva localização geográfica. Efetuou-se o levantamento de mais duas freguesias, e receberam-se os contributos da Divisão de Ambiente, através de dados recolhidos no âmbito dos seus trabalhos efetuados no terreno. Este processo manteve continuidade tendo-se revelado essencial quanto à emissão de faturas por parte do Município, contribuindo para uma maior eficiência na cobrança de receita, através da correção das moradas de envio das faturas.

#### **Informatização do Cadastro Geométrico de Propriedade Rústica**

O Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica (CGPR) contempla a vetorização, controlo de qualidade e integração em SIG, dos prédios e parcelas do CGPR, entre outra informação conforme as especificações técnicas estabelecidas, de acordo com o protocolo estabelecido com o Instituto Geográfico Português, atual Direção Geral do Território, para o efeito. De um total de 396 secções faltam concluir 10.

## Quadro – Informatização do Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica

FREGUESIA	SECÇÕES CONCLUÍDAS				SESSÕES EM FALTA	PRÉDIOS CONCLUÍDOS				Parcelas e Estremas de Prédio	Estremas de Prédios	Controlo de Qualidade	Integrado em SIG
	2010	2011	2012	2013		2010	2011	2012	2013				
Alburitel	13	?	?	?	0	4085	?	?	?	X		Sim	Sim
Atougua	19	?	?	?	0	5743	?	?	?	X		Sim	Sim
Casal dos Bernardos	20	?	?	?	0	12955	?	?	?	X		Sim	Sim
Caxarias	21	?	?	?	0	4621	?	?	?	X		Sim	Sim
Cercal	11	?	?	?	0	1579	?	?	?	X		Sim	Sim
Espite	18	?	?	?	0	6890	?	?	?	X		Sim	Sim
Fátima	20	5	18	17	0	5755	953	4276	3149	X		Sim	Sim
Formigães	6	8	?	?	0	1385	1818	?	?	X		Sim	Sim
Freixianda	?	14	16	?	0	?	6532	8427	?	X (14)	X (16)	Sim	Sim
Gondemaria	?	8	?	?	0	?	2565	?	?	X		Sim	Sim
Matas	?	13	?	?	0	?	4291	?	?	X		Sim	Sim
Nossa Senhora das Misericórdias	?	32	?	?	0	?	7587	?	?		X	Sim	Sim
Nossa Senhora da Piedade	?	4	17	?	0	?	991	2600	?		X	Sim	Sim
Olival	?	?	23	?	0	?	?	6252	?		X	Sim	Sim
Ribeira do Fátro	?	?	20	?	0	?	?	5680	?		X	Sim	Sim
Rio de Couros	?	?	7	12	0	?	?	3214	5830		X	Sim	Sim
Seiça	?	?	27	?	0	?	?	6588	?		X	Sim	Sim
Urqueira	?	?	?	16	10	?	?	?	8813	?	X	Sim	Sim (9)
<b>Total</b>	<b>128</b>	<b>84</b>	<b>128</b>	<b>45</b>	<b>10</b>	<b>43013</b>	<b>24737</b>	<b>37087</b>	<b>17792</b>				
<b>Total de Secções</b>	<b>396</b>												

**Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT)**Revisão do PDM

No âmbito da revisão do PDM foram desenvolvidos os seguintes trabalhos:

- Correções aos estudos de caracterização e diagnóstico em curso, em conformidade com os pareceres das Entidades que compõem a CA;
- Correções finais no RFCD;
- Análise dos Processos Pendentes com o objetivo de serem tidos em conta, sempre que possível, em sede de Revisão do PDM;
- Análise das sugestões apresentadas no âmbito da Participação Pública;

e) Proposta de Plano em Desenvolvimento:

- Áreas Edificadas:
  - Foi dada continuidade à delimitação em bruto dos perímetros dos diferentes aglomerados, de acordo com uma metodologia estabelecida, e com vista à sua posterior classificação e qualificação;
  - Realizaram-se reuniões na CCDR para apresentar os resultados e redefinir a metodologia;
  - Elaborou-se um documento que escalpelizava a metodologia e os resultados obtidos no âmbito da delimitação as áreas edificadas, o qual serviu de base aos diversos atendimentos realizados e às sessões com os Presidentes de Junta;
  - Realizaram-se de reuniões com alguns Presidentes de Junta (Matas, Nossa Senhora das Misericórdias, Espite, Fátima, Alburitel, Cercal e Seiça), na sequência do convite que lhes foi dirigido para conhecerem o trabalho desenvolvido até ao momento;
  - Relativamente à definição das áreas edificadas, a classificar como solo urbano ou solo rural (aglomerados rurais e edificação dispersa), iniciaram-se os trabalhos de campo, tendo sido percorridas e avaliadas as delimitações dos aglomerados das freguesias de Alburitel, Cercal, Matas, Espite, Urqueira e Caxarias.
- Áreas para atividades Económicas, Recursos Geológicos e Pecuárias:
  - Foi efetuado o levantamento e análise de todos os Espaços industriais, das indústrias de relevo existentes no município bem como de todas as pecuárias. No âmbito das pecuárias receberam-se os Presidentes de Junta, para que estes pudessem verificar as informações obtidas no terreno pela equipa do município e apresentar contributos. Este trabalho foi desenvolvido em parceria com a Divisão de Ambiente;
  - Trabalhou-se a proposta preliminar da delimitação dos espaços destinados a Atividades Económicas e Recursos Geológicos;
  - Realização de reuniões com alguns Presidentes de Junta (Matas, Nossa Senhora das Misericórdias, Espite, Fátima, Alburitel, Cercal e Seiça), na sequência do convite que lhes foi dirigido para conhecerem o trabalho desenvolvido até ao momento;

- Elaborou-se um relatório de apoio e fundamentação das opções tomadas na fase preliminar.
- REN:
  - Áreas Estratégicas de Recarga de Aquíferos (AEPRA) – Aplicação da metodologia EPIK, IS e Recarga Efetiva. Procedeu-se à elaboração de um documento justificativo da aplicação da metodologia EPIK para o Cársico e da Recarga efetiva para o resto do Concelho no âmbito da proposta preliminar da AEPRA. Foi ainda elaborada a proposta preliminar de Área Estratégica de Recarga de Aquíferos e envio da Memória Descritiva para a Agência Portuguesa do Ambiente de modo a ser avaliada;
  - Domínio Hídrico – efetuou-se a seleção das linhas de água com uma bacia hidrográfica superior a 3,5 km<sup>2</sup> e/ou em que foram registadas cheias, tendo ainda sido efetuado um zonamento de 10m em relação ao leito das referidas linhas de água. Foram realizadas algumas correções na hidrografia da cartografia 1:10000. Realizou-se trabalho de campo referente às linhas de água presentes na plataforma de Fátima, segundo as orientações da Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Elaboração da Memória descritiva e envio para a APA;
  - Áreas de instabilidade de vertentes – Foi iniciado um estudo de identificação de instabilidades de vertente tendo como base o método do valor informativo;
  - Zonas ameaçadas por Cheias – Foram realizadas pequenas alterações ao trabalho que já vinha sendo feito, tendo em conta a informação providenciada pelos Presidentes de Junta de Freguesia durante a apresentação dos estado dos trabalhos da delimitação da RAN e REN Bruta. Foi ainda elaborada a Memória Descritiva.
  - Riscos – Continuação da elaboração da carta de riscos de erosão hídrica do solo. Iniciou-se o levantamento de edifícios degradados no centro histórico, conjuntos arquitetónicos e centros populacionais no concelho, de forma a elaborar a carta de suscetibilidade de risco de colapso.
- RAN:

- Após duas reuniões com a DRAP Lisboa e Vale do Tejo procederam-se a correções e alterações tendo em conta as orientações definidas por esta entidade;
- Esta entidade emitiu parecer favorável à proposta de delimitação da RAN Bruta.
- Regulamento: Representando um dos pilares fundamentais na tríade que suporta a estrutura do Plano Diretor Municipal, procedeu-se às seguintes tarefas:
  - sistematização da sua estrutura;
  - ponderação dos regimes de uso, ocupação e transformação do solo, admissíveis nalgumas categorias funcionais do solo urbano e rural;
  - análise e ponderação, relativamente à implementação das ações preconizadas pelo Plano;
  - pesquisa/leitura e análise de diversos instrumentos de planeamento, independentemente do seu âmbito territorial, sendo que, a nossa atenção se centrou essencialmente em Planos Regionais de Ordenamento do Território já em vigor e nos Planos Diretores Municipais;
  - Apresentação da Proposta Preliminar da Revisão do PDM aos membros da Assembleia Municipal e Câmara Municipal em julho de 2013.

Decorrido o período de participação preventiva em 2010, têm vindo a registar-se em SIG, até à data, as participações/sugestões no âmbito da Revisão do PDM, que dão entrada por via mail, via CTT ou mediante atendimento presencial ao munícipe que se dirige aos serviços da DPOT, registando se no ano de 2013, 36 participações presenciais.

#### Alteração do PDM para o sítio de Pias longas

Concluiu-se a alteração do PDM para o Sítio de Pias Longas, conforme publicação do Aviso n.º 4800/2013, de 9 de abril. Procedeu-se à alteração da Carta da REN, para a realocação do espaço para equipamento, tendo a mesma sido igualmente publicada, nesse dia, através do Aviso n.º 4735/2013.

Foi elaborada a Declaração Ambiental, aprovada em reunião de Câmara de 16 de abril de 2013, a qual foi remetida à APA e divulgada no site do Município.

Na sequência da publicação em Diário da República da aprovação da alteração do PDM, em cumprimento do disposto no RJIGT, nomeadamente com o estabelecido no n.º 2 e n.º 3 do artigo 149º, procedeu-se à organização do procedimento e pedidos de orçamentos aos jornais, emissão de requisições para publicitação do aviso através da comunicação social, o qual não foi efetuado nessa altura por falta de fundos disponíveis do Município.

#### Plano de Pormenor da Tapada

No âmbito do procedimento do PP da Tapada, durante o período de concertação com as entidades que emitiram parecer em sede de conferência de serviços, procedeu-se à alteração da carta de perigosidade de incêndio florestal do PMDFCI, com a colaboração do SMPC. Concluídas as correções da fase de concertação com sete entidades, a Câmara Municipal deliberou, em reunião de 14 de fevereiro de 2013, proceder à abertura do período de discussão pública por um período de 22 dias, com início 5 dias após a publicação do Aviso nº 4511/2013, publicado em 02/04/2013 na 2ª Série do D.R. nº 64. Após esse período foram analisadas as participações recebidas, e elaborado o respetivo relatório de ponderação, tendo sido ainda redigidas e enviadas as respostas aos autores das participações recebidas.

A Assembleia Municipal deliberou aprovar a versão final da proposta de Plano de Pormenor da Tapada na sua sessão pública de 28/06/2013, a qual foi publicada através do Aviso nº 12171/2013, em Diário da República, 2ª série – nº 189 de 1 de outubro de 2013;

A carta da REN foi alterada para o local tendo a mesma sido publicada pela CCDRLVT, no Diário da República, 2ª série – nº 236 de 5 de dezembro de 2013 – Aviso nº 14918/2013 (publicação efetuada com incorreções nomeadamente quanto às portarias identificadas). De acordo com a indicação da CCDRLVT o mesmo será alvo de declaração de retificação.

No âmbito da execução do PP foi efetuado o enquadramento do alcance do contrato para planeamento celebrado entre a CM e o promotor da unidade hospitalar (Clinifátima, Lda), tendo sido preparada uma proposta de contrato de urbanização a celebrar entre a CM e o mencionado promotor, cujo objetivo é delimitar as ações que as partes assumirão na execução do plano designadamente em domínio público municipal.

#### Alteração do Plano de Urbanização de Fátima (PUF)

No que concerne ao procedimento de alteração do PUF, foram analisados os pareceres das entidades emitidos em sede de conferência de serviços, tendo sido efetuada a correção à proposta de Plano.

No âmbito da fase de concertação as correções à proposta foram submetidas, respetivamente, à apreciação de 5 entidades: ANPC, ICNF, DRELVT, DGAE e DGPC.

Salienta-se, que, no sentido de ultrapassar os constrangimentos atualmente existentes no PUF relativo à instalação de estabelecimentos de comércio a retalho na área do Plano, realizámos, em colaboração com a sociedade de advogados LCA, a memória descritiva e justificativa para apreciação das entidades com interesse na matéria, em concreto, a Direção Geral das Atividades Económicas (DGAE) e à Direção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo (DRELVT).

Foram elaborados os elementos para o procedimento da correção material do PUF – correção material do Plano de Urbanização de Fátima (Valinhos), publicada em Diário da República, 2ª série – nº 131 de 10 de julho de 2013 – Aviso nº 8788/2013

#### Elaboração do PP do Parque de Negócios de Fátima

No âmbito do procedimento de elaboração do plano, e na sequência da conferência de serviços, reuniram-se os serviços técnicos da DPOT, Fatiparques e ARSLVT, de forma a ultrapassar o parecer negativo emitido por essa entidade. Formam recolhidos os contributos/pareceres da DA e da Ba Water.

### Plano de Urbanização de Ourém (PUO)

No âmbito do procedimento de elaboração do Plano de Urbanização de Ourém trabalhou-se a planta de zonamento, e concluiu-se o levantamento funcional dos edifícios e números de pisos, atualizando-se a base de dados geográfica para apoio ao procedimento de planeamento em curso.

### Interpretação do N.º1 do Artigo 46.º do Regulamento do PDM de Ourém

Atendendo à existência de algumas dúvidas relativas à aplicação do artigo 46.º, designadamente quanto ao seu alcance, produziu-se uma argumentação sobre os objetivos do PDM, da evolução da técnica urbanística do zonamento, tendo-se apontado um sentido para a decisão. Tratou-se de uma justificação alicerçada na nossa área de formação e de especialidade profissional, pelo que a mesma foi ainda alvo de complemento no domínio do Direito, por parte da sociedade de advogados, LCA.

### Reabilitação Urbana

Atendendo a prioridades definidas, desenvolveu-se, em colaboração com a DEP, um estudo de enquadramento centrado essencialmente na definição do regime jurídico mais adequado à concretização de uma estratégia de reabilitação urbana na localidade de Aljustrel. Neste âmbito, foi desenvolvida uma fundamentação de suporte à decisão superior, entre o Regime Jurídico da Reabilitação urbana e o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

### Parque Natural do Agroal

Foi elaborada a memória descritiva e justificativa para instrução do pedido de autorização de utilização de solos em RAN para o Parque de Estacionamento do Parque Natureza do Agroal, bem como a submissão do processo da entidade regional (ERRALVT) e devida concertação.

### Sites geográficos internos e externo

Os sites geográficos, uma das ferramentas que se tem revelado imprescindível no âmbito da interação com os restantes serviços do Município, tanto para a disponibilização de informação para uma simples consulta, como para a integração e edição de dados no SIG, têm vindo a ser melhorados de forma progressiva, adequando às necessidades dos respetivos utilizadores. Assim, os sites geográficos contribuíram, decisivamente, para a melhoria da prestação de serviços ao município.

Ainda no âmbito dos sites geográficos, deu-se início ao projeto WEBSIG, desenvolvido em soluções open source, projeto este, já há muito, por nós ambicionado. Importa salientar o facto deste projeto estar a ser implementado com a colaboração da DTIC.

### **2.3.2.3 – Divisão de Estudos e Projetos**

Esta divisão, tem como principal missão realizar ou acompanhar o desenvolvimento por equipas exteriores aos serviços da autarquia, de estudos e projetos em consonância com o interesse do município.

#### Arquitetura e Desenho Urbano:

- Requalificação da Avenida Dom Nuno Álvares Pereira;
- Requalificação do largo na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro;
- Requalificação da Rua Dr. Joaquim Francisco Alves;
- Projeto da semicircular do Olival;
- Construção de Rotunda na EN113- do Cruzamento de Seiça;
- Construção de Passeios na EN 113-Troço e Alburitel;
- Requalificação da Rede Viária (CM1050)- Fontainhas/Seiça até ao Entroncamento com a EN113-1;
- Construção de Muro de Vedação e Arranjos na Rua do Colégio de São Miguel;
- Construção do Muro de Suporte de Terras e de Vedação junto ao Centro Escolar N<sup>o</sup> Sr.<sup>a</sup> das Misericórdias; Vilar dos Prazeres;
- Trabalhos Diversos junto ao Centro Escolar da Caridade;
- Reversão da Escola de Alqueidão em Equipamento Social;
- Construção do Ponto de Água na Ameixoeira; Casal dos Bernardos;

- Melhoria do Complexo Desportivo e de Lazer da Caridade; Ourém;
- Alteração ao Loteamento 1/1991;
- Requalificação da envolvente do Cemitério do Cercal;
- Construção de Arrumos Junto ao Cemitério do Cercal;
- Requalificação da Travessa do Colégio de São Miguel;
- Melhoramentos nos Centros Escolares de Fátima;
- Reversão da antiga EB1 de Alburitel em sede da Junta de Freguesia;
- Reversão do jardim de infância de Atouguia em Centro Escolar;
- Alteração do projeto Cruzamento de Santo Amaro;
- Alteração do projeto Arranjo da Capela de Santo Amaro;
- Requalificação da envolvente do Cemitério do Outeiro das Matas;
- Alteração do loteamento Fernão Lopes; alvará n.º 1/2005;
- Envolvente do Centro Escolar de Ourém Nascente;
- Ampliação do Cemitério do Casal Branco;
- Alteração de loteamento em Freixianda (Processo 7/1990);
- Reversão da antiga escola EB1 Olival em Centro de Saúde;
- Remodelação do Antigo Edifício dos Paços do Concelho;
- Loteamento das Matas;
- Reversão do Antigo Jardim Infantil de Gondemaria em espaço social;
- Apoio à DAC nos processos de recuperação das capelas da Perucha e de S. Sebastião;
- Requalificação do largo da antiga Junta de Freguesia de Formigais;
- Requalificação da fonte em Santarém dos Tojos;
- Requalificação da Rua nos Arneiros na Gondemaria;
- Requalificação da Rua do Casal em Tomareis;
- Requalificação da Rua do Vale Freixo no Olival;
- Requalificação da Rua do Laranjal na Ventilharia;
- Requalificação da Rua Vale Água em Óbidos;
- Requalificação da estrada que liga o CM 1050 em Fontainhas e a EN 113-1 em Seiça;
- Requalificação da Estrada dos Cardais em Santarém dos Tojos;
- Requalificação da Estrada da Ramalheira em Freixianda;

- Requalificação da Rua do Vale Colvo em Freixianda;
- Requalificação da Estrada Principal de Fátima em Fátima;
- Reabilitação do Acesso à Escola Profissional de Ourém;
- Reabilitação da Rua das Passadeiras em Ourém;
- Reabilitação da Rua Vale D' Água em Olival;
- Reabilitação da Rua do Vale do Freixo em Olival;
- Reabilitação da Rua do Laranjal em Olival;
- Reabilitação da Rua do Casal em Olival;
- Reabilitação da Estrada dos Cardais a Santarém dos Tojos, Gondemaria;
- Reabilitação da Estrada da Ramalheira (Rua Cidade de Ourém), Freixianda;
- Reabilitação da Rua do vale Covo, Freixianda;
- Reabilitação da Estrada Principal de Fátima.

#### Acompanhamento de obras:

- Centro Escolar do Olival;
- Centro Escolar de Freixianda;
- Centro Escolar Ourém Nascente;
- Envolvente do Centro Escolar do Olival;
- Envolvente do Centro Escolar de Freixianda;
- Envolvente do Centro Escolar Ourém Nascente;
- Reabilitação do Acesso à Escola Profissional de Ourém;
- Participação nas vistorias da Divisão de Gestão Urbanística.

#### Levantamentos Topográfico:

- Terreno para o ponto de Água na Ameixoeira em Casal dos Bernardos;
- Conclusão do levantamento da Avenida Dom Nuno Álvares Pereira;
- Estrada da Ramila entre N. Sr<sup>a</sup>. Das Misericórdias e Fátima;
- Ponto de água – Ameixoeira / Casal dos Bernardos;
- Terreno contíguo á escola de Atouguia;
- Centro escolar Ourém Nascente (arranjos exteriores); Alburitel / Seiça;

- Loteamento das Matas (saneamento: execução de Projeto de Drenagem; de Águas Pluviais; levantamento das infraestruturas elétricas existentes);
- Centro escolar da Freixianda (arranjos exteriores); Freixianda;
- Rua Joaquim Francisco Alves; Ourém;
- Travessa de São Miguel; Fátima;
- Iniciação do levantamento topográfico da estrada Matas / Espite;
- Pontão; Amieira / Urqueira;
- Entrada Nascente de Ourém; Lagarinho;
- Zona envolvente à Sé Colegial; Castelo de Ourém;
- Rua dos Arneiros; Gondemaria;
- Loteamento do Ribeirinho; N<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Piedade;
- Acesso tardoz ao Centro Social da Gondemaria (Ligação à rede pública de esgotos);
- Serventia rural; Olival (para marcação de extremas);
- Cemitério do Outeiro das Matas; N<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> das Misericórdias;
- Escola da Gondemaria;
- Escola de Alburitel;
- Zona envolvente à Rodoviária Nacional; Fátima;
- Serventia rural; Boieiro; Olival;
- Encosta da Fazarga; Fátima;
- Cruzamento junto à Igreja; Espite;
- Laranjeiras; troço de estrada; N<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> das Misericórdias;
- Terreno para futuro parque de lazer; Ribeira do Fárrio;
- Limites do Centro Escolar da Cova de Iria; Fátima;
- Lotes 31; 32 da Zona Industrial Casal dos Frades; Seiça;
- Rua do Zambujeiro; Urqueira;
- Pontão; Casal dos Bernardos;
- Avenida D. Nuno Álvares Pereira; Ourém;
- Lotes no Loteamento Fonte da Moura; Freixianda.

Implantações:

- Lancil na rua Joaquim Francisco Alves; Ourém;

- Lancil na rua Santa Teresa; Ourém;
- Muro do centro escolar da Freixianda;
- Alteração às telas finais do centro escolar; N<sup>a</sup> Sra. Das Misericórdias;
- Fonte do Povo; arranjo urbanístico; Urqueira;
- Serventia rural; Olival;
- Estremas zona envolvente à Rodoviária Nacional – Fátima;
- Beneficiação de arruamento: Rua dos Arneiros - Gondemaria;
- Muro na estrada da Caridade – Ourém ;
- Marco de freguesia – Seiça / Alburitel.

#### Estudos Viários:

- Semi Circular do Olival;
- Estrada Fontainhas / Seiça;
- Estudo arruamento Travessa São Miguel – Fátima;
- Projetos para Criação de passeios;
- Entrada Nascente de Ourém; Lagarinho;
- Beneficiação da Estrada da Ramila;
- Criação de passeios junto à Escola do Cidral, Gondemaria.

#### Paragem de autocarros / abrigos de passageiros

- Pedido de solução relacionada com a paragem de autocarros frente ao loteamento Fernão Lopes – Ourém;
- Mudança de paragem de autocarro de junto aos bombeiros para junto da Medicourém, Ourém.
- Informação sobre paragens de autocarro na freguesia de Nossa Senhora da Piedade;
- Pedido de colocação de paragem de autocarro da rodoviária na Rua São João de Deus ou proximidades, Fátima;
- Proposta de colocação de sinalização de paragem de autocarro na EM559-1 e em Vale do Porto, Atouguia e N.<sup>a</sup>S.<sup>a</sup> Misericórdias;
- Pedido de colocação de paragem, de autocarro da rodoviária na Rua São João de Deus ou proximidades, Fátima;

- Pedido de realocação de paragem, de autocarro, Outeiro das Matas, NS Misericórdias;
- Pedido de afixação de horários nas paragens dos autocarros em Caxarias;
- De paragem dos autocarros da Rodoviária da Beira Litoral na Gare Rodoviária do Tejo SA, Fátima;
- Pedido de criação de paragem de autocarro no entroncamento da Rua do Cruzeiro com a Rua Casal do Aroeiro em Pinheiro;
- Pedido de paragens de autocarro e abrigos no novo percurso pela Rua do Pisão do Oleiro até às Águas Formosas, Caxarias;
- Pedido de passadeira e paragem de autocarro em Freixianda e Fonte Fria, Freixianda;
- Paragem de autocarro da Rodoviária do Tejo em Cacinheira, Casal dos Bernardos;
- Reposição do autocarro da rodoviária do Tejo todas as 5ª feiras às 11h no sentido Ourém, Lavradio;
- Pedido de paragem de autocarro da Rodoviária do Tejo em Cacinheira, Casal dos Bernardos;
- Autorização de paragem dos autocarros de turismo da Ibero Coach Internacional na Central de Camionagem de Ourém;
- Pedido de estudo da localização dos abrigos existentes no Bairro;
- Pedido de remoção de abrigo na Rua Principal, Urqueira;
- Pedido de abrigo para a Rua Principal em Casal dos Bernardos;
- Abrigo na Rua dos Olivais em Toucinhos, Alburitel.

#### Estacionamentos:

- Reserva de lugares para viaturas policiais em Ourém;
- Alterações de trânsito no estacionamento do ALDI em Ourém;
- Lugar para utentes de mobilidade reduzida em frente às Finanças de Ourém;
- Pedido de realocação dos lugares reservados a utentes de mobilidade reduzida em frente à farmácia, Fátima;
- Análise da sinalização dos parques de estacionamento a Norte do Santuário em Fátima;

- Remoção de identificação da matrícula em lugar de estacionamento para deficientes na Rua sinal de STOP no entroncamento das Ruas do Vale com a Casal da Amieira em Amieira, Urqueira;
- 6 lugares de estacionamento reservados à GNR de Fátima na Av. D. José Alves Correia da Silva em Fátima;
- Identificação de matrícula em lugar de estacionamento na Rua Santa Iria em Fátima;
- Solução para evitar o estacionamento de pesados na EM357 em Bairro; N.ª Sr.ª das Misericórdias;
- Pedido de privatização de lugar de estacionamento para deficientes na Rua Jacinta Marto frente à loja da Pastorinha, Fátima;
- Identificação da matrícula em lugar de estacionamento para deficientes na Rua Santa Iria em Fátima;
- Parquímetros ou outra medida para rotatividade no estacionamento na Rotunda Sul em Fátima;
- Problemas relacionados com o estacionamento na Rua dos Monfortinhos, Fátima;
- Sinal de proibição de estacionamento junto do supermercado Pingo Doce na Av. D. José Alves Correia da Silva, Fátima;
- Remoção de lugares reservados para na Rua Augusto Castilho; em Ourém;
- Pedido de reserva de 2 lugares para uso exclusivo dos utentes da Farmácia Figueiredo, Freixianda;
- Pedido de criação de lugares de check-in na Av. D. José Alves Correia da Silva para hotéis, Fátima.

#### Cargas e Descargas:

- Lugar de cargas e descargas em frente ao n.º 42 da Rua Santa Teresa de Ourém em Ourém;
- Lugar de cargas e descargas junto ao estabelecimento Frubaça; CRL na Rua São João de Deus em Fátima;
- Lugares reservados para deficientes e cargas e descargas na Rua Augusto Castilho em Ourém;

- Lugar de cargas e descargas pela Churrasqueira Pimenta Malagueta na Travessa João Paulo II em Fátima;
- Lugar de cargas e descargas na Rua da Olaria em Ourém;
- Lugar de cargas e descargas de passageiros e/ou mercadorias de apoio ao Hotel Génesis, Fátima;
- Lugar de cargas e descargas junto ao alojamento local Ouriense na Av. D. Nuno Alvares Pereira nº 199, Ourém.

#### Passadeiras:

- Pedido de passadeira na Av. D. Afonso Henriques, Sobral, N.ªS.ª Misericórdias;
- Passadeiras elevadas e arranjo da Rua das Passadeiras em Ourém;
- Passadeira na Rua São João de Deus em Fátima;
- Passadeira junto à EB1 do Bairro;
- Passadeira e espelho:em frente à Congregação Religiosas do Amor de Deus na Av. Beato Nuno em Fátima;
- Passadeira elevada na Rua Joaquim Francisco Alves em Ourém;
- Passadeira junto aos Ecopontos na Praceta de Santo António em Fátima;
- Pedido de passadeira para a Rua da Lagoinha junto à Broliveira, Areias, Gondemaria.

#### Sentidos de trânsito:

- Proposta de alteração de sentidos, Fátima;
- Possibilidade de sentido único na Rua Filarmónica 1º de dezembro, Vilar dos Prazeres, N.ª Sra. das Misericórdias;
- Possibilidade de sentido único na Rua D. Afonso, Vilar dos Prazeres, N.ª Sra. Das Misericórdias;
- Reclamação do Hotel Anjo de Portugal sobre sentido único na Rua Imaculado Coração de Maria em Fátima;
- Sinal de via de sentido único para a Rua do Moinho em Cavadinha e de via pública sem saída na Rua dos Leões em Amieira;

- Pedido de informação da srufátima sobre sentido da Rua de Santo António em Fátima.

#### **2.3.2.4 – Divisão de Obras Municipais**

A Divisão de Obras Municipais compreende, o Setor de Apoio Administrativo, o Setor de Fiscalização de Obras, o Setor de Obras por Administração Direta, o Setor de Conservação e Manutenções Diversas, o Setor de Gestão, Manutenção e Reparação do Parque de Máquinas e Viaturas e o Setor de Gestão de Energia.

A estrutura acima referida foi alterada, a partir de junho de 2012, com entrada em funcionamento das BIT (Brigadas de Intervenção Territorial). Assim a estrutura da administração direta, mais concretamente o Setor de Conservação e Manutenções passou a ser desdobrada na BITSUL, BITOESTE e BITNORTE/CENTRO.

#### **Setor de Fiscalização de Obras**

A sua atividade reparte-se nas seguintes áreas:

- Fiscalização das empreitadas promovidas pelo Município e adjudicadas a empreiteiros;
- Realização de projetos relativos a beneficiação de caminhos e estradas municipais, pontões, muros de suporte de terras e de vedação, medições e orçamentos diversos; pareceres sobre projetos de obras públicas realizados por gabinetes projetistas; acompanhamento de obras promovidas por outras entidades, ex. Bewater, Freguesias; acompanhamento de intervenções na via pública Tagusgás, PT, EDP;
- Outras ações: vistorias para análise de anomalias em edifícios, vias de comunicação, obras de arte, infraestruturas de drenagem pluvial;
- Elaboração de relatórios técnicos; despacho de expediente, verificação no terreno de anomalias comunicadas;

#### **Fiscalização**

Empreitadas do Município de Ourém:

- Centro Escolar da Freixianda – Freixianda;
- Centro Escolar do Olival – Olival;
- Centro Escolar Ourém Nascente – Fontainhas;
- Beneficiação da EN 113.1 – Troço entre Olaia e o Estremadouro (limite do Concelho);
- Alteração dos telheiros da EB 2,3 IV Conde de Ourém;
- Escola Básica 2,3 da Freixianda;
- Escola EB 2,3 Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão, Caxarias – Rede Elétrica e Aquecimento;
- Escola EB 2,3 Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão, Caxarias – Trabalhos Diversos;
- Obras na Escola EB 2,3 Dom Afonso IV Conde de Ourém – Trabalhos Diversos;
- Substituição de Cobertura na EB 2,3 IV Conde de Ourém;
- Plano de recuperação de danos públicos provocados pelas catástrofes naturais – Reabilitação do Acesso à Escola Profissional;
- Plano de recuperação de danos públicos provocados pelas catástrofes naturais – Construção do Pontão dos Andrés;
- Plano de recuperação de danos públicos provocados pelas catástrofes naturais – Reabilitação de Vias de Comunicação – Estrada Principal de Fátima;
- Plano de recuperação de danos públicos provocados pelas catástrofes naturais – Reabilitação da Rede Viária do Concelho: Rua do Casal, Rua Vale d'Água, Rua do Laranjal;
- Plano de recuperação de danos públicos provocados pelas catástrofes naturais – Construção do Pontão da Escaravelha;
- Reabilitação da Rede Viária – Estrada da Ramalheira.

Empreitadas promovidas pelas Freguesias:

- Ampliação do Cemitério de Vale Travesso;
- Ampliação do Cemitério de Espite;
- Estrada de Alburitel a Fontainhas;

- Arranjo exterior na envolvente ao centro escolar de Ourém Nascente;
- Arranjo exterior á envolvente do centro escolar da Freixianda;
- Arranjo exterior à envolvente do centro escolar do Olival;
- Fonte do Povo - Urqueira
- Arranjo exterior na envolvente ao cemitério do Cercal;
- Reabilitação da Rua da Escola em Matas.

### **Setor de Gestão de Energia**

A atividade deste serviço reparte-se pelas seguintes áreas:

- Iluminação pública, ramais, baixadas, obras da EDP;
- Gestão de energia;
- Elaboração de planos de racionalização de energia em edifícios públicos;
- Elaboração de planos para aquecimento em escolas;
- Fiscalização de empreitadas na sua componente eletromecânica e de redes de dados;
- Avarias.

### **Obras por administração direta**

Trata esta vertente da ação da Divisão de Obras em que são executados os trabalhos com recurso aos meios humanos, de equipamento e de materiais do município, sendo talvez os trabalhos de beneficiação da rede viária, aqueles que mais visibilidade têm no público em geral, pela comodidade que geram na sua utilização e pela qualidade com que são realizados, dada a experiência que neste domínio tem vindo a ser acumulada ao longo dos anos.

### **2.3.3 – Departamento de Cidadania**

#### **2.3.3.1 – Divisão de Educação e Ação Social**

O trabalho da Divisão de Educação e Assuntos Sociais (DEAS) reflete a operacionalização das atribuições e competências para as autarquias locais, previstas no regime jurídico das autarquias locais, através da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nas quatro principais áreas de intervenção enquadradas nas matérias previstas para a unidade orgânica na estrutura orgânica do Município de Ourém.

Para o efeito, a DEAS tem como principal missão garantir o cumprimento das linhas estratégicas para as áreas da educação, ação social, habitação e saúde, assegurar a realização da política educativa e social e dos objetivos municipais neste domínio, com vista à promoção da educação e da qualidade de vida e bem-estar social dos munícipes.

Em 2013, a DEAS tinha como objetivos melhorar a qualidade de vida dos munícipes, desenvolver parcerias, desenvolver os instrumentos de planeamento social, melhorar a qualidade do serviço prestado ao Município e criar condições favorecedoras da melhoria das condições educativas no Município.

Neste sentido implementaram-se alguns serviços novos como o Clube Aprender e Brincar, melhorou-se o atendimento aos cidadãos, reforçou-se as parcerias locais, aprofundou-se a intervenção no terceiro setor e dinamizaram-se projetos locais e europeus no domínio da intervenção social, designadamente o *Comenius Regio*.

## **Educação**

### Contrato de Execução referente à transferência de competências na área da Educação

Nos termos do Decreto-Lei n.º 144/2008 de 28 de julho, foram transferidas competências em matéria de educação para os municípios. A concretização do processo de transferência de competências no Município de Ourém resultou da aprovação e assinatura do Contrato de Execução (Contrato 473/2009, de 16.11.2009), o qual produziu efeitos a 1 de janeiro de 2010.

O documento define as condições de transferência, para o Município de Ourém, das atribuições a que se referem as alíneas a), c) e d) do art.º 2.º do DL n.º 144/2008, de 28 de julho, designadamente nos domínios:

- a) gestão do pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar: um total de 258 trabalhadores, 55 com relação jurídica ao Município de Ourém e 203 com o ME (cf. lista pessoal – Anexo I do contrato);
- b) atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico: valor acordado na ordem dos 551 mil euros€;
- c) gestão do parque escolar nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico: 60 mil euros. A adenda prevê que o ME-DRELVT transfere o montante global de 702 mil euros, a repartir pelos anos de 2010 a 2012 para realização de intervenções de manutenção em escolas.

Relativamente a esta questão há um problema ao qual o MEC ainda não deu resposta e que se prende com o facto de as alterações introduzidas às AEC's implicarem alterações ao previsto no contrato. Sobre o assunto os serviços ainda aguardam resposta.

#### Gestão do pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar

Uma das atribuições previstas prende-se com a gestão do pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar conforme referido no artigo 2.º. Sobre este assunto o Município entendeu delegar nos órgãos de direção, administração e gestão dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas (ponto 4 do artigo 5.º), as competências da gestão e avaliação do PND, cabendo à DEAS recrutar os RH com a colaboração da unidade orgânica que tem esta responsabilidade, bem como recorrendo à Ourémviva - Gestão de Eventos, Serviços e Equipamentos, E.M., S.A., entidade com a qual a CMO celebrou contrato para efeitos de operacionalização de algumas competências sócio-educativas. Em matéria de avaliação de desempenho a DEAS integra a Seção Autónoma do Conselho Coordenador de Avaliação.

#### Caraterização dos Recursos Humanos por Estabelecimento de Ensino

No Ensino Pré-Escolar Público existem 44 educadores/as e 43 assistentes operacionais. No Ensino Privado e da Rede Solidária, temos 19 recursos humanos não docentes e apenas 17 educadoras. No total, neste concelho, temos 61 educadores/as e 62 recursos humanos não docentes afetos aos equipamentos de ensino pré-escolar.

Em relação aos recursos humanos do 1.º ciclo do ensino básico, verificamos que existem 82 docentes no ensino público, e apenas 4 no ensino privado. Em relação aos recursos humanos não docentes, temos 58 no ensino público e 5 no privado. No total, neste concelho, existem 86 docentes do 1.º ciclo do ensino básico e 63 recursos humanos não docentes.

Para além da competência prevista em matéria de recursos humanos, o Contrato de Execução integra ainda a transferência das Atividades de Enriquecimento Curricular, como iremos clarificar no ponto seguinte.

Neste âmbito, os/as docentes das Atividades de Enriquecimento Curricular do concelho de Ourém são contratados/as pela empresa INSIGNARE para o ensino de Inglês, para a Atividade Física e Desportiva e Animação Sociocultural, e os/as docentes do ensino musical são contratados/as pelas escolas de música Ourearte – Escola de Artes e Musica de Ourém e a Associação - Conservatório de Música de Ourém - Fátima, entidades às quais o Município recorreu para a prestação deste serviço, tendo para o efeito celebrado protocolo. Temos assim 52 docentes a lecionar as aulas de inglês, atividade física e desportiva, animação sociocultural e música.

#### Atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico

No ano letivo 2005/2006 foi proposto pelo Ministério da Educação e implementado pelo Município o programa de generalização do ensino do Inglês do 1º CEB. No primeiro ano foram proporcionadas aos/às alunos/as dos 3.º e 4.º anos as aulas de Ensino do Inglês, alargando-se essas atividades, nos dois anos seguintes, a outras áreas propostas (Ensino da Música e Atividade Física e Desportiva e a áreas alternativas possíveis como a Expressão Plástica e o Movimento e Drama), sempre

em articulação estreita com os agrupamentos de escolas e com outras entidades prestadoras de serviços.

A partir do ano letivo de 2008/2009 e até ao ano letivo 2012/2013, as aulas incluíram a obrigatoriedade de ensino de Inglês também para os 1.º e 2.º anos de escolaridade e, neste Município, foi introduzida a atividade de Animação Sócio-cultural, de forma a preencher duas horas semanais disponíveis, pelo facto de, em todas as outras atividades, ter sido reduzido o horário de 135 minutos para 90 minutos semanais, passando a designar-se Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC'S)

A organização das AEC's sempre se revelou muito complexa, dado o necessário envolvimento de meios humanos, administrativos e outros, para além da dificuldade de alterar hábitos presentes na organização escolar. Decorrente de um trabalho organizativo considerável e da dedicação de muitos/as docentes, foi possível disponibilizar as AEC's a todos/as os/as alunos/as deste Município, que frequentam escolas públicas, facto registado com agrado.

Considerando as alterações ao Despacho n.º 8683/2011, de 28 de junho, pelos Despacho Normativo n.º 7/2013, de 11 de junho, Despacho Normativo n.º 7-A/2013, de 10 de julho, Despacho n.º 9265-B/2013, de 15 de julho, a forma de implementação e o financiamento foram alterados. As AEC's, no caso de promoção por entidade exterior à escola, não poderão exceder, em regra, 5 horas por semana; o valor máximo da comparticipação financeira anual é de 150,00€; quando o agrupamento de escolas dispuser de recursos docentes de quadro para realização de uma ou mais AEC's, estes serão obrigatoriamente afetos às AEC's das entidades promotoras, mediante protocolo e com a entidade promotora, havendo lugar à devolução do montante correspondente, à disponibilização dos referidos recursos humanos no valor a transferir para a entidade promotora em termos a contar do respetivo contrato-programa.

Todos os Agrupamentos de Escolas foram favoráveis à implementação das AEC's na tipologia prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º do Despacho n.º 9265-B/2013, de 15 de julho, ou seja, a Câmara Municipal é a entidade promotora e, por força do n.º 3 deste artigo, com recurso a docentes dos próprios Agrupamentos. Em termos globais

optou-se pela seguinte distribuição de minutos/atividades: o Agrupamento de Escolas de Ourém optou por 120 minutos de Atividades Físicas e Desportivas, 60 minutos de Animação Sócio-Cultural, 60 minutos do ensino/aprendizagem da Língua Inglesa e 60 minutos do ensino/aprendizagem da música; e os Agrupamentos de Escolas de Ourém e Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão optaram por 60 minutos de Atividades Físicas e Desportivas, 60 minutos de Animação Sócio-Cultural, 90 minutos do ensino/aprendizagem da Língua Inglesa e 90 minutos do ensino/aprendizagem da música.

#### Gestão de pedidos das escolas no âmbito da responsabilidade do Município na área da educação

No domínio da gestão de pedidos das escolas podemos referir que existe uma série de tipologias de intervenção que, do ponto de vista organizacional, categorizaremos nos seguintes domínios de intervenção: assistência informática, abastecimento de gasóleo, abastecimento de gás, limpeza das fossas sépticas, aquisição de mobiliário, mudança de material escolar, obras de manutenção e conservação – pequena, média e grande dimensão, transportes escolares, gestão curricular, projetos escolares, equipamento para apetrechar novas salas e troca de mobiliário. A DEAS é responsável pela gestão dos pedidos, fazendo o seu encaminhamento para as diversas unidades orgânicas e Ourémviva - Gestão de Eventos, Serviços e Equipamentos, E.M., SA., com a qual protocolámos a execução de alguns trabalhos desta natureza. Neste âmbito, o Município suporta as despesas correntes dos jardins de infância e escolas do 1.º ciclo do ensino básico no que se refere ao fornecimento de eletricidade, água e aquecimento escolar, recuperação dos edifícios, aquisição material didático, informático, entre outros.

No ano de 2013, foram encaminhados cerca de 262 pedidos de intervenção em escolas.

#### Avaliação-diagnóstico de condições de higiene e segurança alimentar

Quanto aos refeitórios escolares foram realizadas análises de ementas e elaboração dos respetivos relatórios de avaliação nutricional, dos mapas mensais dos Serviços de Apoio à Família e Fornecimento de Refeições Escolares aos/às Alunos/as do 1º CEB.



Elaboração de estatística e proposta de pagamento às entidades gestoras dos serviços de refeição.

#### Conselho Municipal de Educação

Foi iniciado o processo de reinstalação do Conselho Municipal de Educação e elaborado um dossier sobre todos os procedimentos a adotar para o efeito. O Conselho Municipal de Educação de Ourém realizou-se a 17 de maio de 2013 tendo-se abordado os seguintes assuntos: a caracterização da dinâmica escolar, o Contrato de Execução - balanço; a preparação do ano letivo 2013/2014 e o processo de revisão da Carta Educativa.

#### Conselho Gerais das Escolas

A DEAS participou nos trabalhos dos conselhos gerais dos 3 Agrupamentos de escolas do Município, juntamente com os restantes representantes do Município.

#### Carta Educativa

Neste âmbito iniciou-se o processo de atualização da informação no sentido de se rever a Carta Educativa do concelho.

#### Contributos para a Revisão do Plano Diretor Municipal

A DEAS atualizou o Caderno da Educação, bem como os cadernos dos equipamentos sociais, habitação social e saúde para efeitos de revisão do Plano Diretor Municipal.

#### Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições escolares

Considerando o Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, aprovado pelo Ministério da Educação nos termos do regulamento de acesso ao financiamento desse programa, aprovado pelo Despacho n.º 22251/2005, de 25 de outubro, retificado pelo Despacho nº 12037/2007 de 18 de junho, e nos termos do Decreto-Lei nº 55/2009 (conjugado com o despacho da ação social escolar a publicar anualmente), o Município de Ourém celebrou vários protocolos de cooperação com diferentes entidades de âmbito local.

Neste âmbito, no ano letivo 2013/2014, e como resultado da reformulação da rede escolar consequente da construção dos novos Centros Escolares, foi necessário proceder à alteração das condições de fornecimento de refeições escolares, tanto a nível de instalações, como a nível das entidades responsáveis pelo fornecimento de refeições.

Por despacho ministerial foram alterados os conceitos dos serviços associados ao apoio à família. Deste modo a antiga designação Componente de Apoio à Família destinada ao ensino pré-escolar foi substituída pelas Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF). A CAF atualmente destina-se aos alunos do 1.º CEB. Apesar desta alteração entendeu-se não alterar o protocolo em vigor porque a substância não foi alterada.

#### Atividades de Animação e de Apoio à Família

As Atividades de Animação e de Apoio à Família têm uma dupla vertente, a alimentação e o complemento de horário. Integra ainda atividades de animação sócio-educativa dos/das alunos/as do ensino Pré-Escolar.

De forma a regular as condições relativas à participação ativa no Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação pré-escolar de acordo com os princípios consagrados na Lei nº 5/97, de 10 de fevereiro, no Decreto-Lei nº 55/2009, de 2 de março (conjugado com o despacho da ação social escolar a publicar anualmente) e no Decreto-Lei nº 147/97, de 11 de junho, artigo 6.º, pontos 1 e 2, e com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9265-B/2013, de 15 de julho, o Município de Ourém renovou os protocolos celebrados a 20 de setembro de 2012, por deliberação de Câmara de 19 de março de 2013 e celebrou dois novos protocolos com a Ouremviva e o Centro de Apoio Social de Olival, devido à abertura do Centro Escolar de Ourem-nascente e Olival, a 12 de julho de 2013

#### Transportes escolares

Os transportes escolares dos alunos do Pré-Escolar e 1.º ciclo do ensino básico são assegurados na sua maioria por mini-autocarros de 18 ou 26 lugares e carrinhas de 9

lugares municipais, adquiridos em 2000, 2001 e 2008, para garantir o transporte dos alunos de cerca de 80 estabelecimentos de ensino suspensos até à data. Clarifica-se que a suspensão foi realizada por indicação do Ministério da Educação, no âmbito do reordenamento escolar, ou por falta de alunos inscritos nos respetivos estabelecimentos, optando-se, conforme consta do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro, por adotar circuitos especiais, dada a idade dos alunos a transportar, com caráter mais individualizado.

O Município de Ourém possui também um autocarro de 51 lugares a fim de assegurar as deslocações dos alunos do concelho para a realização de visita de estudo anuais, sendo um recurso também potenciado para o apoio ao associativismo, às instituições particulares de solidariedade social e demais atividades de interesse municipal. Para o funcionamento da frota, o Município e a Ourémviva EEM dispõem de 12 motoristas e 16 vigilantes, devidamente credenciados de acordo com a Lei n.º13/2006, de 17 de abril.

Nas freguesias de Atouguia, Cercal, Espite, Fátima e na União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, o transporte dos alunos do Pré-Escolar e 1º Ciclo é assegurado por veículos de transportes escolares (carrinha de 9 lugares ou mini-autocarros) propriedade de entidades públicas ou instituições particulares de solidariedade social, mediante protocolo de cooperação celebrado com o Município de Ourém.

Para o ano 2013/2014, o número de alunos do Pré-Escolar e 1.º ciclo do ensino básico inscritos nos transportes escolares atinge 599 alunos, conforme descrição, o que representa uma diminuição de 21,8% face ao número de 766 alunos transportados no ano letivo 2012/2013.

No que se refere aos alunos dos 2.º, 3.º Ciclos, Secundário e Profissional, os transportes escolares são efetuados em regime de carreiras públicas, pela Rodoviária do Tejo (RT) e Rodoviária da Beira Litoral (RBL), conforme referido no quadro 15, de acordo com o Decreto-lei n.º 299/84, de 5 de setembro.

As infraestruturas de transportes escolares no Município de Ourém estão, na sua quase totalidade, concessionadas pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes

Terrestres (IMTT) à Rodoviária do Tejo, estando apenas a zona norte da Freguesia de Freixianda concessionada à Rodoviária Beira Litoral (RBL ou Transdev).

Os circuitos de transportes públicos assegurados pela Rodoviária do Tejo cobrem a maior parte do território do concelho e permitem incluir os circuitos de transportes escolares, favorecendo assim uma maior oferta a toda a população durante o tempo letivo.

#### Parlamento jovem

Enquanto parceiros, promovemos as sessões distritais do “Parlamento dos Jovens” nos dias 11 e 12 de março que contaram com a participação de mais de uma centena de jovens “deputados” de diversas escolas do distrito. Tratou-se de uma iniciativa da Assembleia da República com a colaboração do IPDJ (Instituto Português do Desporto e Juventude) e DGEstE (Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares). Na sessão do Secundário cujo tema foi “Os Jovens e o emprego: que futuro?” foi aprovado o Projeto de Recomendação a submeter à Sessão Nacional do Parlamento dos Jovens, que decorreu nos dias 27 e 28 de maio na Assembleia da República onde foram eleitos os/as deputados/as que representaram o Círculo Eleitoral do Distrito de Santarém. Na abertura estiveram presentes a deputada da AR Carina João Oliveira (PSD), um representante da DGEstE, o diretor do IPDJ e Paulo Fonseca (Presidente da Câmara).

#### Projeto SIG Educação

O Município de Ourém disponibilizou, desde 1 de junho, um link de acesso ao projeto SIG Educação que permite aos/às cidadãos/cidadãs ter acesso à informação georreferenciada sobre os estabelecimentos escolares do município. Quando o/a cidadão/cidadã procura uma escola para o/a seu/sua filho/a poderá aceder à página [http://sig.cm-ourem.pt/SIG\\_Educacao](http://sig.cm-ourem.pt/SIG_Educacao) e visualizar os diversos equipamentos escolares existentes.

#### Dia Mundial do Ambiente

Conjuntamente com a DA e DAC, preparou-se comemoração do Dia do Ambiente, no dia 5 de junho, iniciativa inserida nas atividades da Festa da Criança, realizada no

Centro de Negócios de Ourém. Teve como objetivo assinalar ações positivas de proteção e preservação do ambiente e alertar as populações e os governos para a necessidade de o preservar. O programa contou com o concurso “Um Rio às Cores”, promovido pela Simlis, através do qual se pretendeu sensibilizar as crianças para a preservação dos recursos hídricos, estimular a descoberta dos rios e da biodiversidade associada, promover o conhecimento ligado à bacia hidrográfica do rio Lis e ainda estimular a criatividade e gosto pela expressão plástica do público infantil. Houve ainda espaço para a exibição de uma peça de teatro e entrega de prémios às escolas do 1º ciclo do ensino básico que participaram no concurso. Decorreu também um atelier sobre a reutilização de embalagens, promovido pela Valorlis que visou sensibilizar para as boas práticas ambientais em termos de gestão de resíduos, realçando a importância da reciclagem e da reutilização de materiais para o ambiente. Esteve ainda patente uma exposição sobre o programa educativo “Há Vida na Serra” preparada pela Quercus e quatro sessões distintas poderá participar na oficina “Descobrir a Floresta” que consistiu na dramatização de um conto de fantoches sobre a floresta.

### Festa da criança

O Município de Ourém e a Ourémviva dedicaram seis dias às crianças do concelho de Ourém. De 31 de maio a 06 junho, o Centro de Negócios de Ourém foi palco de muitas atividades dedicadas aos/às alunos/as do pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico: insufláveis, animação infantil e atividades de prevenção, segurança e ambiente. No dia 01 de junho, sábado, pelas 16h00 realizou-se o espetáculo “Criança a Cantar” na Escola Secundária de Ourém, dinamizado pela Ourearte – Escola de Música e Artes de Ourém. Pelas 17h00, no Cine-teatro Municipal de Ourém, decorreu o II Festival da Canção Tradicional Portuguesa organizado pelo Conservatório de Música de Ourém e Fátima. Ainda neste dia, entre as 17h00 e as 19h00 houve insufláveis no Centro de Negócios. Ao longo dos seis dias estiveram presentes 2.824 crianças de todo o concelho.



31 . MAIO | 3 . 4 . 5 . 6 . JUNHO  
 01 JUNHO  
 02 JUNHO  
 03 JUNHO  
 04 JUNHO  
 05 JUNHO  
 06 JUNHO

#### Ação de formação “Relações Interpessoais” para vigilantes.

Nos dias 26 e 27 de dezembro realizou-se a ação de formação “Relações Interpessoais” destinada às Vigilantes afetas ao Município. Estiveram presentes todas os/as funcionários/as (16).

#### Formação em parceria com o Centro de Formação Os Templários

O Município de Ourém, em parceria com o Centro de Formação Os Templários, promoveu a realização da ação de formação acreditada: “Segurança na escola”, durante a interrupção letiva da Páscoa, nos dias 26 e 27 de março. O principal objetivo foi o de promover a implementação de novos comportamentos e dinâmicas na segurança escolar. A ação de formação contou com a participação de 57 formandos/as.

### **Assuntos Sociais**

#### Atividade corrente da Rede Social

O Núcleo Executivo reuniu periodicamente (6 reuniões) para a emissão de pareceres sobre várias candidaturas, posteriormente abordadas em Plenário (3 reuniões), assim como a adesão de novos parceiros, a apresentação de projetos, entre outros assuntos.

Foram enviados, no ano em apreço, 140 conteúdos aos parceiros da Rede. Foi relançado o convite para que as entidades que ainda não integram a Rede Social possam fazer parte dela, com vista a um trabalho social mais articulado e cada vez mais mobilizador.

#### Comissões Sociais de Freguesia.

As duas Comissões Sociais de Freguesia formalmente constituídas são a de Fátima e de N.ª S.ª da Piedade.

#### Intervenção Social

No âmbito da intervenção social, pretende-se promover melhoria de qualidade de vida dos Municípes numa ótica de trabalho integrado, pluridisciplinar e interinstitucional, apoiar os mais desfavorecidos e desprotegidos, proteger as famílias, as crianças, os jovens e os idosos nas suas diversas problemáticas.

Realizaram-se consultas de psicologia, entrevistas, visitas domiciliárias. Receberam-se pedidos relacionados com a ação social escolar, integração em respostas sociais, intervenção social, tarifas sociais, recuperação habitacional, apoio ao arrendamento e à recuperação habitacional, tarifas sociais, transportes escolares especiais, entre outros. Elaboram-se informações e pareceres técnicos que suportam decisões superiores, tanto internamente como externamente, junto dos tribunais ou outros serviços da administração central.

#### Subsídios escolares

Foram analisadas as candidaturas a subsídios escolares para este ano letivo tendo sido atribuído ao escalão A um subsídio de 45 euros e ao B um de 28,60 euros. O órgão executivo deliberou manter os valores dos subsídios definidos nos anos anteriores devido à conjuntura atual e às limitações financeiras impostas pela Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.

Concluído o processo de análise das 739 candidaturas, apresentamos os seguintes resultados:

Quadro – Montantes globais atribuídos – ano letivo

Resultado da análise das candidaturas	N.º de candidaturas	Valor por escalão (€)	Total (€)
Escalão A	295	45,00 €	13.275,00 €
Escalão B	329	28,60 €	9.409,40 €
Excluídos	0	0 €	0 €
Não Subsidiados	115	0 €	0 €
<b>Total</b>	<b>739</b>	<b>0 €</b>	<b>22.684,40 €</b>

#### Igualdade de Género e Cidadania

Enquadrada no quadro da Estratégia Nacional de Promoção da Igualdade de Género e Cidadania, designadamente no capítulo respeitante à integração da igualdade de género a nível do desenvolvimento local, no âmbito Resolução do Conselho de Ministros”, n.º 39/2010, de 25.05.2010, foi nomeada, pelo presidente da Câmara Municipal, através do Despacho 14783/2010, de 24 de setembro 2010, para o cargo de Conselheira local para o Município de Ourém, a Dr.ª Leonilde Santos Madeira Carreira da Conceição.

#### Protocolo com CRIO: Projeto de Intervenção Precoce

No âmbito do protocolo celebrado com o Centro de Recuperação Infantil Ouriense para a intervenção precoce um dos técnicos participa nas reuniões da equipa, apoia, no âmbito das suas competências, as famílias que beneficiam do projeto e analisa os pedidos de transporte para consultas, sempre que o CRIO não tem disponibilidade para o efeito. No ano 2013 participou em 5 reuniões, e no âmbito do protocolo de parceria estabelecido com a Equipa Local de Intervenção Precoce de Ourém, dinamizou-se a ação de formação intitulada “Desenvolvimento Motor, da Linguagem e Cognitivo-Emocional, Etapas, Conceitos e Sinais de Alerta dos 0 aos 6 anos” realizado no dia 11 de maio de 2013.

#### Centro Comunitário de Voluntariado

Dando expressão ao propósito de construir um Município de Excelência Social, materializou-se numa estrutura física, no edifício onde funcionou o jardim de infância de Ourém, o Centro Comunitário de Voluntariado.

O Centro Comunitário de Voluntariado foi criado em 2011, no âmbito das comemorações do Ano Europeu do Voluntariado. O Centro Comunitário de Voluntariado constitui um equipamento social que visa dar resposta às necessidades da comunidade através da prática do voluntariado e de ações solidárias. Este contempla os seguintes serviços: Acolhimento e Bem-Estar, Banco de Ajudas Técnicas, Banco do Voluntariado de Ourém e Ponto de Partilha (Ajuda Alimentar, Ateliers Ocupacionais e Espaço de Comércio Social).

### Banco de Ajudas Técnicas de Ourém

O Banco de Ajudas Técnicas de Ourém consiste na cedência/empréstimo de ajudas técnicas para pessoas em situação de dependência e/ou dificuldades de mobilidade. No ano 2013 foram concedidas 14 ajudas técnicas.

### Banco do Voluntariado de Ourém

O Banco de Voluntariado de Ourém é um projeto que promove o encontro entre a procura e a oferta de voluntariado, disponibilizando informação, formação e apoios diversos às organizações e aos voluntários. Esta resposta visa desenvolver ações indispensáveis à promoção, coordenação e qualificação do voluntariado. Sendo o voluntariado um conjunto de ações de interesse social e comunitário, realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade.

O voluntariado constituiu-se como um recurso transversal, que pode ser assumido de forma coletiva, mobilizando agentes públicos e privados no desenvolvimento de projetos da mais variada natureza. A mobilização da sociedade civil em torno destes objetivos tem uma expressão diminuta no nosso país pelo que, em tempos de maior fragilidade socioeconómica, é fundamental que o poder local assuma um papel facilitador na estimulação dos agentes locais para a rentabilização dos recursos e para o exercício da sua cidadania.

Nesta matéria, reconhecendo os benefícios sociais do voluntariado, o Município avançou para a criação de um documento regulador da sua atividade nesta matéria, instituindo-se como um local de encontro entre pessoas que expressam a sua disponibilidade e vontade para serem voluntárias e entidades que reúnam condições para integrar voluntários. É um projeto integrado que promove o encontro entre a procura e a oferta de voluntariado. A proposta de Regulamento foi aprovada a 18.10.2011, tendo sido publicada através do Edital 35/2012, publicado em Diário da República a 30.11.2012.

O Centro Comunitário de Voluntariado de Ourém integra um espaço de apoio aos voluntários, no qual já desenvolvem atividades em atelier de pintura e na loja social Ponto de Partilha. Em 2013 estavam inscritos/as 75 voluntários/as.

#### Ponto de Partilha

O Ponto de Partilha integra a Ajuda Alimentar, o Atelier Ocupacional e o Espaço de Comércio Social. Estas respostas fazem parte do Centro Comunitário de Voluntariado de Ourém, equipamento destinado a dar resposta às necessidades das famílias socialmente desfavorecidas do concelho.

O espaço abriu ao público a 21 de junho 2012 e está a ser um sucesso junto da comunidade, funcionando numa lógica coletiva, que resulta de um movimento voluntário por parte dos cidadãos. Por um lado, a comunidade está motivada para oferecer bens, por outro, tem havido bastante procura/recetividade por parte das famílias carenciadas. Desde a abertura o espaço conta com 430 registos de doações e 675 apoios de géneros alimentares, vestuário e calçado e 11 empréstimos de carrinhos de bebé e cadeiras auto.

#### Campanhas e Atividades no Centro Comunitário de Voluntariado

Mensalmente foram divulgadas campanhas de solidariedade na página do Ponto de Partilha e sítio do Município de Ourém, no sentido de sensibilizar a comunidade para angariação de bens necessários às respostas sociais os quais são disponibilizados através do Centro Comunitário de Voluntariado.

#### Apartamento de Emergência Social I

O Apartamento de Emergência Social é uma resposta social, através de um imóvel do Município, situada na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, N° 48, 1º esquerdo, 2490 – 548 Ourém, para fins habitacionais que visa acolher pessoas em situação de emergência ou risco, mediante a caracterização da situação social, económica ou de risco fundamentado pelos serviços técnicos da DEAS. São considerados essencialmente dois tipos de situações:

- Crise – caracteriza-se por uma situação de grave vulnerabilidade e desproteção, resultante de não estarem asseguradas, a breve prazo, as condições mínimas de sobrevivência pelo que se impõe uma intervenção urgente e encaminhamento para os serviços locais de ação social;
- Emergência – caracteriza-se por uma situação de grande vulnerabilidade e desproteção, resultante de não estarem asseguradas, as condições mínimas de sobrevivência e que constituam um perigo real, atual ou iminente, para a integridade física, psíquica e emocional do indivíduo/família, necessitando de intervenção imediata.

Poderão beneficiar deste equipamento social munícipes que revelem vulnerabilidade económica, social, habitacional ou risco, situação devidamente fundamentada pelos serviços técnicos da DEAS. O apoio prestado é de carácter excecional e temporário, tendo sido, em 2013, acolhidos 2 agregados familiares, o que fez um total de 5 pessoas.

#### Apartamento de emergência social II

O Apartamento de Emergência Social II consistiu na criação de uma nova resposta social, através de um imóvel do Município, situado na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, Nº 48, 2º esquerdo, 2490 – 548 Ourém, tendo sido, em 2013 acolhidas 2 famílias (que fez um total de 6 pessoas) por um período temporário de forma gratuita.

#### República Social

A República social (RS) é uma resposta social deste município, que surgiu da necessidade em se criar uma estrutura habitacional de apoio temporário a cidadãos excluídos socialmente, designadamente por se encontrarem sem abrigo, com problemas de alcoolismo, seropositividade ou outras doenças. A RS tem um modelo de funcionamento baseado nas repúblicas académicas dos estudantes universitários.

Deste modo, cada cidadão/cidadã acolhido/a usufrui de uma parte privada, o quarto, e de partes comuns de habitação, casa de banho, cozinha, sala, despensa e espaços exteriores (varanda). Existe um processo de co-habitação onde os espaços comuns

são geridos pelos próprios durante o período de interação. Só beneficiam da RS os/as cidadãos/cidadãs que acolheram um plano de intervenção conducente à melhoria da sua situação de vida, autonomia e interação social. Em 2013, na RS foram acolhidos temporariamente 3 cidadãos que se encontravam em situação de vulnerabilidade, de risco social ou habitacional.

#### Programa de Emergência Alimentar: Cantinas Sociais

O Programa de Emergência Alimentar visa garantir às famílias que mais necessitam o acesso às refeições diárias a título gratuito. No Município de Ourém foram constituídas 4 cantinas sociais dinamizadas por IPSS locais. A implantação da resposta teve em conta a cobertura da resposta de forma integral, ou seja, todas as áreas geográficas serão abrangidas, garantindo-se o princípio da equidade, para o efeito definiram-se 4 territórios de intervenção:



1. Território A: Olival, Espite, Matas, Urqueira, Cercal, Gondemaria e Caxarias.
2. Território B: Freixianda, Ribeira do Fárrio, Rio de Couros, Formigais e Casal dos Bernardos.
3. Território C: Nossa Senhora da Piedade, Seiça, Alburitel e Nossa Senhora das Misericórdias.
4. Território D: Fátima e Atougua.

Com base nos mapas de registos de refeições efetuadas pelas quatro instituições mais diretamente envolvidas neste processo, o número de refeições prestadas nos meses de maio a dezembro de 2012 perfez um total de 38.603 refeições, surgiu assim a necessidade de algum ajustamento aos protocolos vigentes em 2012 para dar resposta às necessidades reais da população concelhia. Tendo sido assim apresentado em Plenário do CLASO a seguinte proposta:

a) O alargamento da capacidade atual das cantinas existentes:

- APAJEFátima, de 65 para 100 refeições diárias
- Centro de Apoio Social de Olival, de 65 para 100 refeições diárias

- Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida, de 65 para 100 refeições diárias

b) A redução da capacidade de resposta:

- Centro Social e Paroquial de Freixianda, de 65 para 40 refeições diárias.

c) A criação de duas novas cantinas:

- APDAF para 65 refeições (iniciou a 1 de fevereiro de 2013)
- Centro Social São João Batista de Espite, para 20 refeições (iniciou em abril de 2013).

#### Apoio às instituições particulares de solidariedade

Foi celebrado protocolo com o Centro de Recuperação Infantil Ouriense, no âmbito da renovação da acreditação do Centro de Recursos para a Inclusão (CRI). O Município de Ourém compromete-se a ceder:

- a) espaços desportivos em função da disponibilidade dos equipamentos e mediante marcação prévia, para o desenvolvimento de atividades como fisioterapia, reabilitação psicomotora e mobilidade e a realização de programas específicos e prática de desporto adaptado;
- b) a utilização do Centro Comunitário de Voluntariado de Ourém, para a dinamização de atividades ocupacionais com os alunos integrados em CRI, com vista à integração em Centros de Emprego e apoio em Centros de Atividades Ocupacionais;
- c) um espaço para a formação (sala ou auditório), tendo por objetivo a formação contínua dos docentes.

Foi ainda estabelecido protocolo com a Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida, instituição de solidariedade social. O contrato-programa para a sua execução, que remonta a 2005, foi reformulado no decurso de 2013. Segundo o documento, a

intervenção contempla, para além da recuperação do imóvel, cuja arquitetura imponente remonta ao séc. XIX, o espaço envolvente, bem como a aquisição de equipamento e material técnico necessário para os fins sociais que se venham a implementar. A par desta intervenção, em estreita articulação entre as duas entidades, que tem vindo a decorrer gradualmente por várias fases (estão concluídas as primeiras obras de manutenção e conservação), realizaram-se obras na Casa da Eira, situada junto à Casa Dr. Alves (Lar de Infância e Juventude), imóvel integrado num conjunto patrimonial que reaviva e preserva o valor dos costumes e tradições.

#### Unidade de Cuidados Continuados

Em articulação com a equipa da unidade de cuidados continuados é efetuada a referenciação de processos e articulados os projetos de intervenção individual ou familiar com a área da saúde. Complementaremente é facultado transporte para familiares de doentes de modo a que estes participem nas sessões da saúde sobre o apoio a doentes.

#### Projeto PIAL - Programa Intermunicipal de Acessibilidade Local Médio Tejo

A Lei de Bases da Prevenção, Habilitação, Reabilitação e Participação de Pessoas com Deficiência n.º 38/2004 de 18 de agosto, estabelece o princípio da não discriminação e reconhece o meio como fator de discriminação ou facilitador de práticas discriminatórias. A forma como as cidades têm sido construídas e estruturadas, tem constituído, muitas vezes, um fator de exclusão dos cidadãos que se encontram em desvantagem no que diz respeito à mobilidade, capacidade de orientação e acesso à informação.

O Município reconhece que é fundamental que os espaços e edifícios públicos das cidades sejam pensados para todos os cidadãos, ou seja, tenham em conta as necessidades e os direitos das pessoas com mobilidade condicionada ou necessidades especiais, cidadãos de pleno direito. Deste modo, entendeu-se proceder à candidatura ao Programa Intermunicipal de Acessibilidade Local Médio Tejo, financiada pelo Programa RAMPA – Regime de Apoio aos Municípios para a Acessibilidade do Programa Operacional Potencial Humano, promovida pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. Para a parceria, o Município convidou a

União das Misericórdias Portuguesas – Centro de Apoio a Deficientes Profundos João Paulo II por ser um parceiro local com uma vasta experiência na problemática da deficiência. Ao longo do ano 2013 foi emitido e aprovado o relatório fase IV – produção da versão final do PIAL.

#### Projeto Médio Tejo + =

O Projeto Médio Tejo + = consiste numa candidatura por parte da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT) ao Programa Operacional Potencial Humano, na tipologia 7.2 – Planos para Igualdade. O projeto tem como intuito promover a efetiva Igualdade de Género na sua região de atuação. Para tal, propõe-se a desenvolver um conjunto de atividades que envolvem a CIMT e os 11 Municípios e seus colaboradores: diagnósticos, ações de sensibilização e de formação, planos de intervenção e sua execução, estratégias de divulgação. Com este projeto pretende-se que sejam desenvolvidas verdadeiras culturas organizacionais para a Igualdade de Género, que a atuação nesta área passe a ser considerada de forma estratégica, concertada, planeada e efetiva. Assim, procura-se inicialmente desenvolver um trabalho de carácter mais interno – atividades exclusivamente dirigidas para os Municípios – e, concluída esta fase, alargar a atuação ao raio de intervenção dos Municípios, apostando numa intervenção mais abrangente. Aqui tenciona-se articular o trabalho programado com entidades das Redes Sociais de modo a que a “abertura” do projeto à comunidade seja ainda mais afetiva. Preconiza-se também o desenvolvimento da parceria. Durante a execução deste projeto ocorreram alguns estrangulamentos, tendo a CIMT, no dia 22 de janeiro, reunido com os/as senhores/as Vereadores/as dos Municípios que integram o projeto para debater a continuidade do mesmo. No dia 25 de janeiro de 2013, o Conselho Executivo da CIMT determina a revogação do projeto à Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) e ao Programa Operacional Potencial Humano (POPH), bem como a resolução do contrato com a empresa Tecnoforma.

#### Projeto Comenius Régio - Pitesi

Este ano concluiu-se o Projeto Comenius Regio cujos principais objetivos eram: 1. Melhorar a colaboração entre as entidades locais (escolas, professores e estudantes); 2. Fazer com que as entidades locais colaborem com a comunidade no sentido da

deteção atempada dos problemas da juventude, designadamente na ares da prevenção e eliminação de riscos sociais; 3. Promover a conhecimento da legislação que enquadra a intervenção na área social nos dois territórios municipais (Pitesti e Ourém); 4. Promover o voluntariado jovem como forma de prevenção das atividades antissociais nas escolas; 5. Realizar cursos de formação nas ONG's sobre o envolvimento dos jovens em atividades sociais de modo a evitar ações criminosas na juventude; 6. Envolver, o máximo, possível, os cidadãos e os meios de comunicação social na prevenção das atividades criminosas na juventude; 7. Divulgação das atividades desenvolvidas e dos resultados do projeto nas duas cidades. O projeto teve como regiões parceiras Ourém (Portugal) e Pitesti (Roménia).

#### Formação em parceria com o Centro de Formação Os Templários

O Município de Ourém, em parceria com o Centro de Formação Os Templários, promoveu a realização da ação de formação acreditada: “Segurança na escola”, durante a interrupção letiva da Páscoa, nos dias 26 e 27 de março. O principal objetivo foi o de promover a implementação de novos comportamentos e dinâmicas na segurança escolar. A mesma foi dirigida ao pessoal não docente, em exercício de funções nos três Agrupamentos de Escolas do concelho, e foi ministrada por elementos do Serviço Municipal de Proteção Civil de Ourém e do Corpo de Bombeiros Voluntários de Caxarias.

#### Cartão Municipal 65 + Social



O Cartão Municipal 65 + social é uma iniciativa da Câmara Municipal de Ourém, lançada a 2 de outubro 2012, que se destina aos/às cidadãos/cidadãs residentes no concelho há mais de dois anos, com idades iguais ou superiores a 65 anos e um rendimento *per capita* líquido inferior a 1,5 do indexante dos apoios sociais (IAS). Este cartão visa apoiar o/a cidadão/cidadã residente no Município através do acesso a bens e serviços a um custo mais reduzido do que o disponibilizado pelo mercado e estimular a responsabilidade social e as sinergias na comunidade local. No decorrente ano, foram

rececionados requerimentos de cartões, analisados os processos, emitidos cartões, rececionados pedidos de adesão ao cartão por parte das entidades.

### Projeto Sig\_social

O projeto Sig\_Social consiste na criação de um site geográfico com a informação de todas as instituições de solidariedade social e privadas com respostas na área social no concelho. No ano 2013 efetuou-se diligências junto das entidades para a criação deste site, nomeadamente contactos telefónicos e expedição de emails. Terminada a inserção dos dados na base, promoveu-se no dia 07.11.2013 uma ação de esclarecimentos com as entidades com respostas sociais, na qual esclareceram os/as presentes sobre o conteúdo do site e os procedimentos para a inserção/atualização dos dados, e entregaram-se as palavras-chave de acesso ao site às respetivas entidades.

### Projeto Rumos

O Município de Ourém promoveu o projeto Rumos que se iniciou no dia 10 de abril de 2013 e terminou a 13 de junho de 2013. Este contou com a participação de 5 jovens da Escola E.B. 2,3 de Freixianda, com idades compreendidas entre os 14 e 16 anos, que frequentam o 3º Ciclo do Ensino Básico com duas ou mais retenções. Este projeto teve o apoio da Insignare e do Agrupamento de Escolas de Ourém. Trata-se de um projeto-piloto que pretende prevenir o abandono escolar precoce e o insucesso escolar, desenvolvendo expectativas positivas dos jovens em relação à escola e a sua integração e reintegração sócio educacionais.



### Clube Aprender e Brincar

No Centro Escolar de Freixianda iniciou-se no dia 1 de setembro de 2013 o Clube Aprender e Brincar. Este é uma resposta social de apoio à família, no qual se dinamizam atividades de animação e de



apoio à família. O clube visa criar um serviço de apoio à família e às crianças que frequentam o Centro Escolar de Freixianda, ocupar os tempos livres das crianças em idade pré-escolar e 1.º CEB, promover o desenvolvimento pessoal e social da criança e proporcionar a cada criança condições de bem-estar, segurança e ocupação extraescolar. Frequentaram o clube 20 crianças.

#### Projeto de Solidariedade “vamos dar as mãos”



Em 2013 promoveu-se o projeto “Vamos dar as mãos”. A atividade consistiu numa ação solidária coletiva que os funcionários do Município de Ourém realizaram no dia 18 de dezembro. Por um dia, os colaboradores trocaram o seu habitual espaço pelo trabalho solidário, com o simples objetivo de ajudar quem mais precisa, beneficiando do bem-estar que estas ações proporcionam. A primeira fase da atividade contou com a participação de cerca de uma centena de colaboradores, distribuídos por vários projetos: melhoria do edifício da APAJEFátima; intervenções na Casa Dr. Alves; recuperação habitacional; recuperação de mobiliário para oferta a famílias e instituições; barraquinhas dos doces de Natal cujas receitas reverterão a favor de uma instituição de apoio a crianças do concelho, o Centro de Acolhimento Temporário da Ribeira do Fárrio; entrega de “Mimos de Natal” às famílias sinalizadas nos serviços.



#### Serviço de Apoio Técnico de Proximidade a Cidadãos Vulneráveis

Foi aprovado o Serviço de Apoio Técnico de Proximidade a Cidadãos Vulneráveis, adiante designado por SATP. O SATP é um serviço tendencialmente gratuito, coordenado pelo Município de Ourém e executado pela Ourémviva. As intervenções deste serviço realizam-se no espaço interior das habitações de cidadãos em situação de vulnerabilidade. Destina-se a cidadãos portadores do cartão 65+ com um rendimento per capita inferior ao IAS; família com um membro portador de deficiência comprovada com grau superior a 60%; família com um membro dependente comprovadamente (com complemento de dependência); beneficiário/a de rendimento social de inserção; famílias acompanhadas pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ourém; famílias sinalizadas pela equipa de intervenção social do Município. Poderão ainda beneficiar deste SATP os cidadãos portadores do cartão 65+, com um rendimento per capita superior ao IAS, nas condições previstas nas normas de funcionamento. Os serviços realizados têm uma natureza social e são executados numa lógica não concorrencial. Visam dar resposta a necessidades de cidadãos que se encontrem numa situação de vulnerabilidade. Abrange três áreas de intervenção: canalização, carpintaria, eletricidade, serralharia, outros, desde que os serviços disponham de capacidade para a sua realização. O princípio é o de que os serviços são tendencialmente gratuitos para os beneficiários, excetuando-se para os cidadãos portadores do cartão 65+, com um rendimento per capita superior ao IAS.

#### Candidatura ao Programa Escolhas 5ª Geração – Projetos Pontuais: Roteiro Jovem E5G

Foi elaborada a candidatura ao Programa Escolhas, com o Projeto intitulado Roteiro Jovem. O público alvo deste projeto são os/as jovens, entre os 16 e os 24 anos, provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, que se encontrem em abandono escolar precoce, desocupação e/ou situação de desemprego. A candidatura apresentada teve os seguintes objetivos: implementação do Centro de Competências para a Promoção da Empregabilidade Jovem (CCPE-J); definição de projetos de vida vocacionais e profissionais com os jovens; prevenção a curto prazo do risco elevado de abandono escolar precoce, desocupação e desemprego; prevenção a médio prazo



de percursos de vida desajustados, desintegrados da sociedade e até delinquentes; desenvolvimento de competências para a empregabilidade através de estratégias criativas e não convencionais; desenvolvimento de uma capacidade empreendedora que permita aos/às jovens adquirir ferramentas essenciais para fazer face à elevada taxa de desemprego jovem e a promoção do envolvimento das empresas ao nível local e distrital, favorecendo a sua relação de proximidade com a escola e os jovens.

A candidatura foi realizada com parcerias locais nomeadamente: ACISO – Associação Empresarial de Ourém - Fátima, Agrupamento de Escolas de Ourém, Agrupamento de Escolas Conde de Ourém, Insignare – Associação de Ensino e Formação, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ourém (CPCJ) e Ourémviva E.M., S.A. Apesar do projeto ter passado a pré-seleção, tendo ficado classificado nos 30 melhores do país, a candidatura acabou por não ser deferida.

### Passeio Sénior 2013



Considerando as atribuições do município em matérias relacionadas com os tempos livres, ação social, cultura e turismo, o Município de Ourém realizou mais uma edição do Passeio Sénior entre os dias 08 a 25 de julho. Esta foi uma iniciativa desenvolvida em parceria com as Freguesias, e visa proporcionar um dia diferente e de convívio aos que pertencem à faixa etária mais sábia da nossa sociedade (os idosos) e tem como objetivos: proporcionar à população idosa do concelho um dia/atividade diferente e valorizar a presença ativa do idoso na comunidade o convívio e conhecimento/visita a outros locais diferentes daquele em que vive; promover a qualidade de vida do cidadão idoso, minimizar o isolamento e solidão e contribuir para a integração social deste grupo etário através da animação, como forma de promoção social e pessoal, potenciando e/ou fomentando redes sociais. Esta edição contou com a participação de 1.946 idosos/as. Privilegiou-se como destino o concelho de Leiria, cujo programa

contemplou a Visita ao Museu Moinho de Papel e ao Agromuseu Municipal Dona Julinha. O almoço e convívio (jogos tradicionais e baile) decorreu no Tronção Parque.

### Dia Internacional do Idoso



O Dia Internacional do Idoso foi assinalado durante 3 dias, a 1, 4 e 7 de outubro. Os idosos estiveram envolvidos em várias atividades que incluíram uma apresentação cinotécnica, espetáculo de variedades, convívio e lanche partilhado, passeios a cavalo e espetáculo de circo. Destacamos a envolvimento das IPSS, de alguns lares privados e a colaboração da Guarda Nacional Republicana. Participaram na iniciativa 681 pessoas.

### Comemoração do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência 2013



O Município de Ourém em colaboração com o Grupo da Diferença, que integra todas as instituições de apoio à deficiência do Concelho (CRIF, CRIO, Centro João Paulo II, Escola Ensino Especial “Os Moinhos” e Casa do Bom Samaritano) e demais entidades, assinalou o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência ente o dia 3 e 6 de dezembro. O programa contemplou uma exposição “À descoberta da ELI de Ourém”, realizada no dia 03/12, no Centro Escolar da Caridade e que contou com a presença de 405 crianças; o lançamento da Campanha “Recolha de Ajudas Técnicas” que decorreu no período de 03/12/2013 a 31/01/2014; e o espetáculo “Criar

Laços...Inclusivos”, dinamizado pelo Grupo Diferença, realizado no dia 06 de dezembro, no Cineteatro de Ourém, onde estiveram presentes cerca de 350 pessoas.

### Dia Mundial de Luta contra a SIDA

Em colaboração com a Unidade de Saúde Pública do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Médio Tejo, organizou-se um vasto programa de atividades que tinham em vista a comemoração do dia Mundial da Luta Contra a SIDA, que se assinalou no dia 1 de dezembro. O objetivo principal era o de sensibilizar a comunidade para o tema da SIDA, tendo a iniciativa culminado com uma largada de balões. Para além da decoração da praça em frente ao edifício dos Paços do Concelho e do Jardim Le Pléssis Trévisse, com balões vermelhos e frases de sensibilização sobre este tema, as comemorações, que iniciaram no dia 29 de dezembro, incluíram um colóquio participado por cerca de uma centena de jovens do ensino secundário subordinado ao tema “Sexualidade: Homem-Mulher”, dinamizado por Vasco Prazeres, coordenador do Núcleo Sobre Género e Equidade em Saúde da Direção-Geral da Saúde. Neste dia teve ainda lugar uma sessão sobre as comemorações em apreço, onde foram discutidas as problemáticas e perspetivas locais de saúde com a participação do Diretor-Geral de Saúde.



### Ação de formação “Políticas Sociais num contexto de crise e (in) segurança”

No âmbito do plano de ação do Núcleo Local de Inserção de Ourém (NLI), realizou-se no dia 14 de junho de 2013, no auditório do edifício Sede do Município de Ourém, a ação de formação “Políticas Sociais num contexto de crise e (in)segurança. A ação de formação teve como objetivos: promover a aquisição de conhecimentos no âmbito das medidas e programas de apoio; proporcionar um momento de reflexão teórico /práticas sobre a aplicação das medidas de apoio nos cidadãos e nos técnicos; desenvolver competências práticas para a prevenção de situações de risco na intervenção social.

Os seus destinatários foram técnicos dos protocolos de RSI; auxiliares de ação direta dos protocolos de RSI; técnicos que integram o NLI, Comissões Sociais de Freguesia; IPSS com intervenção ao nível da ação social direta. Estiveram presentes 70 participantes. Os parceiros do grupo de trabalho do NLI, entendeu realizar um inquérito por questionário, por administração direta, aos participantes da ação de formação “Políticas sociais num contexto de crise e (in) segurança”, fundamentalmente para avaliar o evento, aferir o grau de satisfação dos intervenientes, e conhecer os futuros interesses de temas de formação. Após análise do inquérito por questionário conclui-se que a escolha do tema e a metodologia utilizada foi, de uma forma global, muito interessante, ficando os participantes “muito satisfeitos”.



### Feiras Solidárias



Realização e acompanhamento das diversas edições da Feira Solidária realizadas no recinto do Mercado Municipal Manuel Prazeres Durão. Esta teve como objetivo promover o convívio entre os participantes, reciclar artigos em bom estado e fomentar a troca de bens e serviços a custos reduzidos, mas também, apoiar o Centro Comunitário de Voluntariado na aquisição de ajudas técnicas, nomeadamente cadeiras de rodas, camas articuladas, etc. A primeira Feira Solidária, que ocorreu a 6 de outubro, contou com 18 participantes e a segunda Feira Solidária, realizada a 8 de dezembro, com 24 participantes.

### Balanço de operações e levantamento dos danos causados pelo temporal 2013

As condições climatéricas que se fizeram sentir entre os dias 19 e 20 de janeiro de 2013, caracterizadas fundamentalmente por precipitação e ventos forte, tiveram consequências graves no concelho de Ourém. No decurso da operação foi acionada a equipa psicossocial de emergência social, constituída por técnicos/as de psicologia e serviço social, cujo papel fundamental foi o de apoiar as vítimas no momento de crise, bem como os recursos humanos envolvidos na operação, designadamente bombeiros e forças de segurança.

### Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ourém

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) é uma instituição oficial, não judiciária, que visa proteger e promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar o seu desenvolvimento (Lei nº 147/99 de 1 de setembro).

De acordo com a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, considera-se que a criança ou jovem está em perigo quando, designadamente, se encontra numa das seguintes situações:

- a) está abandonada ou vive entregue a si própria;
- b) sofre maus-tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- c) não recebe cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;
- d) é obrigada a atividade ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- e) está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança e o seu equilíbrio emocional;
- f) assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento

sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de factos lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.

Neste âmbito, considera-se criança ou jovem a pessoa com menos de 18 anos ou a pessoa com menos de 21 anos que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos.

Foi aberto concurso para criar a imagem do Encontro Nacional das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, iniciativa que decorreu nos dias 30 e 31 de maio. O mesmo foi apresentado por elementos da Comissão Nacional, entidade promotora, juntamente com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e o Município de Ourém, a várias turmas de artes e design das escolas secundárias e profissionais do concelho, tendo sido explicada a temática deste ano, que se centra na articulação entre a promoção e proteção, a intervenção tutelar educativa e a atuação tutelar cível que, em conjunto, procuram concretizar em cada criança os seus direitos. Os alunos puderam apresentar as suas candidaturas de forma individual ou coletiva até ao dia 22 de abril. O trabalho vencedor foi o da imagem de identificação do evento sendo-lhe atribuído reconhecimento público num dos momentos do Encontro Nacional, assim como a referência dos seus créditos, atribuído ao jovem Leandro da Escola Profissional de Ourém.



Neste âmbito será ainda de referir que o Município de Ourém recebeu o Encontro Nacional da Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, que se realizou nos dias 30 e 31 de maio, em Fátima, concretizando assim mais um grande passo naquela que é uma das grandes aspirações deste executivo – a excelência social. Estiveram presentes em cada um dos dois dias cerca de 800 pessoas numa grande jornada de discussão que incluiu a avaliação do relatório do trabalho desenvolvido no ano 2012, assim como o debate em torno do tema “O direito da criança a um sistema integrado de promoção e defesa dos seus direitos. Exigências de articulação entre promoção e proteção, intervenção tutelar educativa e atuação tutelar cível”.

Projeto na área do voluntariado docente: “Tempo para ensinar... Tempo para aprender”



No ano 2012 iniciou-se o Projeto “Tempo para ensinar... Tempo para aprender” com o processo de recrutamento de docentes e autorização dos pais das crianças oriundas de meios sócio-educativos desfavorecidos e pouco estimulantes, normalmente identificadas como crianças com dificuldades na aquisição das aprendizagens que irão beneficiar desta ação. Pretende-se com este projeto colmatar as dificuldades acentuadas das crianças na aquisição das aprendizagens inerentes aos processos de leitura e conceitos matemáticos que se vão exacerbando à medida que vão evoluindo no seu percurso escolar, refletindo-se muitas vezes na retenção dos alunos e no insucesso escolar. Pretende-se fomentar e estimular os processos de aprendizagem em alunos do 1.º ciclo do ensino básico, a partir do 2.º ano de escolaridade.



Em 2013, esta edição do projeto teve o seu início em fevereiro e decorreu até ao final do mês de junho, o qual foi finalizado por uma apresentação final feita pelos/as alunos/as aos seus/suas professores/as e encarregados de educação. No âmbito da preparação deste projeto realizaram-se as seguintes atividades: formação da equipa de voluntariado docente; conclusão do manual / guião para as sessões de intervenção; monitorização do projeto.

Semana Aventura 2013

Tendo por base as equipas do Núcleo Local de Inserção e da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Ourém, o Município de Ourém, em parceria com a Segurança Social e o Jardim Infantil de Ourém, realizou a 4.ª Edição da Semana Aventura, dando continuidade ao projeto iniciado em 2010.

Esta ação consiste num programa de atividades dirigido às crianças cujas famílias beneficiam de Rendimento Social de Inserção ou que são acompanhadas pela referida Comissão. O mesmo foi, mais uma vez, focalizado em dinâmicas que permitiram atingir os seguintes objetivos: reduzir a desigualdade de oportunidades de acesso a atividades de lazer das crianças oriundas das classes sociais mais desfavorecidas; promover atividades lúdicas que englobem uma prática pedagógica; desenvolver competências sócio-emocionais; fomentar o desenvolvimento inter e intrapessoal.

As atividades decorreram no Parque Natureza de Agroal, onde 16 crianças, dos 7 aos 13 anos, acamparam de segunda-feira a sábado, sendo que o dia de sexta-feira (dia 9) foi passado na praia de S. Martinho do Porto.

Esta iniciativa contou ainda com a colaboração de diversas entidades e de alguns particulares que se associaram à mesma. Entidades solidárias: Junta de Freguesia de Formigais; Farmácia Verdasca; Pingo Doce -Distribuição Alimentar SA; Recheio Distribuição, Lda; Talho Lourenço e Filhos, Lda; Talho João António Ferreira Coelho, Lda.; Ourémviva, E.M.; Fundo Social dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Ourém; Insignare; Claro Total - Mediação de Seguros; Padaria O Padeiro; Padaria Alfa; Golden Frutos, Lda; Agrupamento de Escuteiros de Alcobertas; Frutaria A Cestinha; Benti Pescados; Pastelaria Veneza; e Guarda Nacional Republicana - Destacamento Territorial de Tomar.



### Visita à Terra dos Sonhos

Neste âmbito foi promovida a ida de cerca de 35 crianças e jovens da Casa Dr. Alves e do Instituto Lopes e Vicunha à Terra dos Sonhos, no dia 19 de dezembro. Estas crianças tiveram uma experiência enriquecedora na época natalícia.

### Música para Crianças dos 0 aos 3 anos



Este projeto visa proporcionar uma atividade em que pudessem participar pais e filhos/as, numa interação de afetividades paterno-infantis, num ambiente de relaxamento; exercitar as capacidades cognitivas das crianças através dos benefícios que a música e jogos musicais exercem sobre elas; e proporcionar momentos de brincadeira através de um ambiente lúdico-musical. Ao longo do ano participaram em média 15 crianças.

#### **2.3.3.2 – Divisão de Ação Cultural**

Os programas trabalhados no decurso de 2013 basearam-se nos objetivos estratégicos do Município, designadamente excelência social; qualidade de vida; pujança empresarial; e projeção para o exterior. Para o efeito tomaram como diretrizes:

- Uma oferta cultural regular ao longo do ano, contrariando um programa de iniciativas esporádicas, não promotoras de hábitos de assiduidade;
- Uma oferta heterogénea nas expressões culturais (música, literatura, artes plásticas e performativas), bem como na área do conhecimento científico e das

representações identitárias do território concelhio, concretizada através de iniciativas de formação e de fruição, com mais valias na formação cívica e intelectual a médio prazo;

- Implementação de medidas que apoiem a prática associativa concelhia e as iniciativas da juventude com autonomia e descentralização territorial;
- Uma política de intervenção e difusão dos patrimónios culturais concelhios através do estudo, da salvaguarda e da promoção, com o envolvimento dos cidadãos, indispensável para a implementação de uma política de turismo de sucesso para o Município;
- Uma linha de atuação menos centrada no apoio financeiro às entidades proprietárias e de tutela dos patrimónios naturais e culturais concelhios (por imposição da Lei dos Compromissos) e mais vocacionada para o apoio técnico e logístico, seja através da conceção e acompanhamento de projetos de intervenção.
- O reforço de medidas de apoio técnico, logístico e de divulgação às coletividades, através da cedência de espaços municipais, do apoio técnico e administrativo na organização de processos, planos de atividades, na apresentação de candidaturas a apoios; na disponibilização de material propriedade do Município.
- Princípio da sustentabilidade. A realização de iniciativas que impliquem despesa (aquisição de materiais para oficinas, pagamento a formadores, artistas, ou outro tipo de pagamentos) tiveram realização condicionada a inscrições pagas e mínimas obrigatórias.
- Articulação interna (outros serviços do Município) e interinstitucional fundamental/incontornável em várias esferas de decisão, nomeadamente nas matérias do património/turismo, da ação cultural/educativa e desportiva, da juventude e do associativismo.
- Perante a conjuntura financeira atual e aplicação da Lei dos Compromissos, com restrições ao nível de despesas mínimas indispensáveis para a realização de um conjunto de iniciativas com outra escala de projeção do Município, optou-se por uma linha programática norteada por iniciativas que não

envolvessem despesas financeiras para o Município, sem descurar o critério de qualidade das mesmas.

### **Associativismo, desporto e Juventude**

- Associativismo 2013 (Apoio técnico, logístico, instalações, equipamentos e divulgação);
- Instalação e gestão do Centro de Marcha e Corrida;
- Gestão dos públicos da Loja “Ponto Já”;
- Implementação e acompanhamento do Conselho Municipal de Juventude de Ourém;
- II Encontro de Mérito Associativo;
- Implementação do Projeto “Mexa-se com a Idade” a dinamiza pelas IPSS e Lares;
- Comemorações do Dia Internacional da Juventude;
- “Passo a Passo” - Programa de caminhadas pelas freguesias;
- Workshops, sessões de música e dança para pais e bebés - Espaço Jovem.

### **Artes e ação cultural**

- Via-sacra ao vivo na Vila Medieval;
- Cenourém 2013 - 15.º Festival de Teatro Amador do Concelho de Ourém;
- Festas do Município (de 14 a 23 de junho);
- “Histórias decantadas” com a ADIRN e o Grupo de Teatro Apollo, na Vila medieval;
- Concerto pela orquestra “Giovani Musicisti Ossolani” e Espetáculo "Queres ser Ministro?" pelo Grupo de Teatro Apollo na Praça Mouzinho de Albuquerque.

### Exposições na sala de exposições dos Paços do Concelho

- Exposição de fotografia “Impressões” de Márcio Morais;
- Exposição de pintura “Movimento de rutura” de Luís Gonçalves;
- Exposição de artes “Entre linhas do tempo” da Ass. de Artistas e Artesão Oureenses;

- Exposição de fotografia “Silêncios” de Feliciano Pipa;
- Exposição de pintura “Details” Projeto AMARTE;
- III Exposição de Modelismo;
- Exposição Educação+Financeira;
- Exposição de Fotografias “Viagens” de Joel Santos;
- 1ª Bienal Fotografia de Ourém;
- Exposição e palestra sobre “Direitos Humanos”;
- Exposição de fotografia “Retina”;
- Exposição de Design e Urbanismo organizada pela Insignare;
- Exposição de pintura “Sentirarte”;
- Exposição de Fotografia “Olha “ por Valter Vinagre e apresentação do livro “Olha/APAV”;
- Exposição “Dentro de momentos” de António M. Catarino e concerto com Miss cat e o rapaz cão;
- Exposição de Artes Decorativas da Universidade Sénior;
- Exposição de Fotografia “Nia-furak” de João Galamba;
- Exposição de pintura “Cores e Emoções – Reflexos” de Cláudio Silva;
- Exposição de pintura “Matin D’Automne” de 1 a 27 de setembro por Emma Henriot.

De referir ainda a colaboração na organização de exposição e festival de curtas-metragens “MIF” com visita de grupos que participaram no meeting, bem como o Workshops de fotografia (luz e fotografia; processamento e edição digital; estúdio; paisagem urbana).

### **Museu Municipal e Património Cultural**

#### Conservação e interpretação:

- Acompanhamento das obras da Capela da Perucha e início dos trabalhos de conservação e restauro das pinturas murais descobertas;
- Sessões de esclarecimento sobre propostas de salvaguarda da Vila Medieval;
- Projeto circuito interpretativo de Alburitel;

- Apoio às obras de reabilitação do antigo Hospital de Santo Agostinho (Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida);
- Projeto de intervenção na rampa de acesso ao Castelo, junto das Portas da Vila;
- Limpeza e registo da Capela de S. Sebastião;
- Protocolo de cooperação para a valorização de moinho da Fazarga;
- Emissão de pareceres técnicos sobre intervenções em imóveis do Município com interesse patrimonial;
- Acompanhamento do Herity - projeto de certificação cultural do castelo de Ourém;
- Conceção do espaço do memorial do P. de Flores – Vila Medieval;
- Abertura do espaço expositivo da Ucharia do Conde, e do projeto “PACAD - Espaços Virtuais” da CIMPT;
- Programação do Espaço memória dedicado aos videntes de Fátima no antigo edifício dos Paços do Concelho;
- Pré-programa do espaço de (e)migração no edifício da antiga escola primária de Zambujal, Atouguia;
- Reforço da loja do museu com produtos de artesãos locais e conceção dos primeiros produtos de artesanato com a marca do MMO;
- Inauguração da exposição “Escola da minha vida” na Casa do Administrador.

#### Galeria Municipal:

- Exposição de Gravura "Strange Advice" Marija Toskovic;
- Exposição "How to make a self portrait" de Sandro Resende e Bruno Pereira;
- Exposição de fotografia "A Vida de Brian" de Nuno Abreu e Pedro Gonçalves;
- Exposição de Fotografia por António Flor;
- Exposição "O Devaneio da Paisagem" de Alexandra Ramires;

- Exposição de Desenho e Gravura “Outras Perspetivas”, por Susana Romão;
- Exposição de Cerâmica “Tempo de Férias”, por Teresa Cortez;
- Exposição de pintura "Paint it Black" por Miguelangelo Veiga;
- Exposição de pintura “Color-flavor” por Paula Alvim;
- Exposição de fotografia "A Casa das Glicínias" por João Galamba de Oliveira.

Serviço educativo e cultural:

- Oficinas lúdico-pedagógicas do Museu (no Museu e em itinerância por escolas e IPSS):
  - n.º de oficinas: 96;
  - n.º de participantes: 3088
- Quintas com música no Museu (edições mensais);
- “Fado no Museu;
- “Jazz no Museu” com Carlos Barreto;
- “Jazz no Museu” com Paulo Bandeira, Afonso Pais e Nelson Cascais;
- “Jazz no Museu” com o Trio de Paulo Bandeira, Afonso Pais e Nelson Cascais;
- Festa de Tributo a Roberto Chichorro – Quintas com música no Museu (rubrica mensal);
- Jornadas Europeias do Património 2013 - Património – LUGARES;
- Apresentação do Livro "A Casa das Glicínias" e inauguração da Exposição de Fotografia de António Lains Galamba;
- Lançamento do livro “Francisco Vieira de Figueiredo: um Ourense no Oriente, mercador e diplomata” da autoria de António Rodrigues Batista e Sérgio Ribeiro;
- “Workshop de introdução aos elixires vibracionais de flores”;
- Tertúlia "Documentário – Sobral, as origens";

- Oficina de conservação preventiva;
- Workshop "Marketing Cultural. Por onde começar?";
- Palestra sobre Direitos Humanos;
- Oficina de Dança e de Consciência do Movimento;
- Atelier de Expressão Dramática para crianças;
- Oficina de Dança e Consciência do Movimento para Seniores;
- Comemoração do Dia Mundial da Água com a realização da Palestra "A Lampreia do Nabão – um património a preservar";
- Oficina de Conservação e Restauro de Livro;
- Formação de Encadernação;
- Implementação do projeto educativo "VIAGEM A OUTROS TEMPOS";
- Workshop: argamassas de cal;
- Workshop de pintura de papel;
- "Noite Faz Conta".

#### Investigação, documentação e difusão:

- Processo de credenciação do Museu Municipal;
- Pesquisa e disponibilização de informações solicitadas pelos cidadãos sobre património;
- Colaboração na revisão do Plano Diretor Municipal (património cultural);
- Participação com a DTIC na criação do programa OUREANA para inventário das coleções do Museu Municipal e carregamento de 800 registos;
- Elaboração de catálogo "Rede do património arquitetónico de Ourém";
- Gestão do Posto de Turismo;
- Plano de promoção da Vila Medieval e reuniões com agências de turismo.

#### Biblioteca Municipal

- Feira do Livro nos dias 23 de abril a 02 de maio (983 participantes nas várias sessões e um número impossível de contabilizar de visitantes);
- Exposições:
  - Exposição "Alves Redol Centenário do seu Nascimento 1911-2011";
  - Exposição "Poemas a cores" (fotografia&poesia) de Carlos Preto e Tertúlia de poesia;
  - Exposição "Bandeiras de Portugal", Rede Municipal de Bibliotecas de Lisboa;
  - Exposição "Anjos + Anjos" de Agostinho M. Bento de Oliveira;
  - Exposição "Novos Super Heróis" dos alunos da EB 2/3 D. Afonso, Conde de Ourém;
  - Exposição "A Magia da Idade" do Clube Sénior da Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida- Exposição "Retratos" por Antero Guerra;
  - Exposição de artesanato "Raíces" do Centro de Apoio Social do Olival;
  - Exposição "Um silêncio no vazio" de Licínio Florêncio;
  - Exposição de aquarelas "Água, Water, Eau, Wasser" dos alunos da escola de artes AMARTE;
  - Exposição de pintura "Alguns momentos" de Anastasiya Zhurzha;
- Fora da Estante: "Alves Redol", "Histórias de Amor", "Poesia", "Astronomia", "Museus", "Santos Populares e outras festividades tradicionais", "A Biblioteca", "Fotografia", "Centenário do Nascimento de Ilse Losa", "Envelhecimento ativo", "Centenário do nascimento de Álvaro Cunhal", Fora da Estante: "Pintura";
- (Con) Tributos:
  - Apresentação do livro "Compêndio de enxertia" de Carlos Frias de Carvalho;
  - Apresentação do livro "O fuzileiro especial" de José Maria Rodrigues Ferreira;
  - Apresentação do livro "Imperfeita Lucidez" de Catarina Carvalho;
  - Apresentação do caderno "Ourém a preto e branco: Anos 50 em sextilhas" de João Batista-Lopes;
  - Apresentação do livro "Fluência na Leitura: Da Avaliação à Intervenção – Guia Pedagógico" de Sandrina Esteves;

- Apresentação do livro de poesia “A noite passada” de Luís Garcia;
- Lançamento do livro “Cancro com humor” (Ed. Livros de Ontem) de Marine Antunes;
- “Bibliomóvel” - Distribuição mensal de livros pelos lares e centros de dia;
- “Histórias com Animais”, no espaço infantil da biblioteca, às quintas-feiras;
- Hora do Conto com Lendas de Portugal (com deslocações aos Centros de Dia e Lares de Idosos, às quartas feiras);
- Campanha de oferta de DVD’s à Biblioteca;
- Tratamento (catalogação no programa Bibliobase) de livros oferecidos à biblioteca e de DVD’s recolhidos no âmbito da campanha “Viciados em Histórias”;
- Tratamento (catalogação no programa Bibliobase) de material não livro da Biblioteca do Centro Escolar de Caridade; e do acervo da Biblioteca Escolar de Cova da Iria;
- Reuniões mensais do Grupo de Trabalho da Rede de Bibliotecas de Ourém;
- Gestão e atualização do inventário das publicações do Município;
- Atelier de Escrita Criativa orientado por Rita Cipriano;
- Participação na organização da atividade “Montras com livros”;
- Acompanhamento do projeto do Fórum Cultural de Ourém no âmbito ao nível da programação dos espaços.

#### Arquivo Municipal

- Pesquisa nos conjuntos documentais (livros de atas, correspondência), transcrição e digitalização dos conteúdos;
- Recenseamento do conjunto documental doado pela família de Artur de Oliveira Santos;
- Apoio ao projeto de Modernização Administrativa do Município e desmaterialização dos procedimentos;
- Revisão do Plano de Classificação Integrado para a Câmara Municipal, em parceria com os respetivos serviços, em colaboração com a DTIC;

- Dinamização do projeto: “Património pela Imagética”, no âmbito do programa OTL, lançado pelo Instituto Português Desporto e Juventude;
- Inventário e catalogação do espólio documental relativo a Fátima, adquirido a António Cabrera.

#### Oficina das Artes

- Apoio ao atelier de Pintura;
- Programação da Peça de teatro “Alfanuí - O eco dos montes” ;
- Curso Prático de Jardim Comestível em Permacultura;
- Oficina de Dança e Consciência do Movimento para Crianças;
- Workshop de Cozinhas Solares;
- Workshop de Soldadura;
- Cursos de formação de “Tinturaria Natural” e “Iniciação às Técnicas de Tecelagem” em parceria com o CEARTE (Centro de Formação Profissional de Artesanato) e com a Associação de Artistas e Artesãos.

#### Elementos estatísticos

Relativos à Biblioteca:

- Número de atendimentos em presença, por idades:
  - Até aos 11 anos – 255;
  - Dos 12 aos 16 anos – 386;
  - A partir dos 17 anos – 1436;
  - Total – 2077
- Leituras de presença registadas – 443;
- Livros requisitados para casa – 3954;

Ocupação do espaço internet:

- Utilização dos computadores, por idades:

- Até aos 11 anos – 286;
- Dos 12 aos 16 anos – 272;
- A partir dos 17 anos – 2763;
- Total – 3321
- Utilização dos computadores, por sexo:
- Masculino – 1740;
- Feminino - 1581

Participação nas atividades de Hora do Conto e Oficinas:

- “A ovelha roda da Dona Rosa” – 254 crianças;
- “Oh, livros para sonhar!” – 147 crianças;
- “O polvo coceguinhas” – 360 crianças;
- “Pinheirinho vaidoso” – 278 crianças;
- Oficina de escrita criativa – 102 crianças;
- Literacia com sabor a magia – 44 crianças.

Arquivo Municipal:

- Total de requisições: 115;
- Total de digitalizações: 17.092

#### **2.3.4 – Divisão de Gestão Urbanística**

A atividade desenvolvida na DGU tem como finalidade principal, o licenciamento/admissão/autorização de operações urbanísticas.

A seguir descrevem-se as principais vertentes desta atividade:

- Apreciação e informação de processos respeitantes a pedidos relativos a controlo prévio de licenciamento, de comunicações prévias e de autorização de utilização. Esta análise é feita, verificando o enquadramento dos processos nos Planos Municipais de Ordenamento do Território, e na legislação e normas em vigor. À análise de processos estão afetos 6 funcionários (técnicos), com as

seguintes formações: Arquitetura, Engenharia Civil, Urbanismo e Condução de Obra;

- Realização de vistorias, com vista à concessão de licenças de utilização, ao abrigo do DL n.º 555/99 de 16 de dezembro com as respetivas alterações;
- A concessão de licenças de utilização pode ainda ser feita ao abrigo de legislação específica, designadamente a relacionada com Estabelecimentos de Restauração e Bebidas, Estabelecimentos de Utilização Turística, de Postos de Abastecimento de Combustíveis, de Estabelecimentos Industriais, etc;
- Análise e informação de Pedidos de Certidões, com vista à certificação (certidões de destaque e de propriedade horizontal);
- Análise e informação de exposições, pedidos de esclarecimentos, área de parcela edificável, reclamações, denúncias, ou outras, relacionadas com assuntos da DGU;
- Emissão de alvarás de licença de obras/utilização.

#### **Atendimentos efetuados pelos colaboradores da DGU:**

Os técnicos da DGU efetuam atendimento diariamente, sendo que os atendimentos com a Chefe de Divisão ocorreram às quintas-feiras de manhã e perfizeram um total aproximado de 1.300 atendimentos.

Alterações no Modo de Funcionamento:

- Desmaterialização dos processos, sendo que o objetivo tem sido o de acabar com o formato analógico e com os desperdícios desnecessários;
- Frequentes visitas ao terreno, melhorando o tempo de análise processual;
- Elucidar os técnicos antes de instruir os projetos de controlo prévio de modo a agilizar procedimentos;
- Aperfeiçoamento da aplicação afeta ao Serviço de Gestão Urbanística (SPO);
- Elaboração de mapa dos processos em Avisos;
- Envio e preenchimento mensal de dados para o Instituto Nacional de Estatística.
- Recolha de casos relevantes a serem contemplados na dinâmica dos planos;
- Satisfação do munícipe;

- Formação;
- Inovação e modernização;
- Redução de prazos para emissão de alvarás de obras e de utilização.

Com vista a atingir estes objetivos, são implementadas periodicamente alterações ou simples ajustamentos no modo de funcionamento dos serviços, visando um melhor desempenho, através de rotatividade de funções.

Quadro – Alvarás emitidos (por tipo)

Alvarás emitidos por tipo	Quantidades		Variação	
	2012	2013	Absoluta	%
Averbamento de combustíveis á Lic. Utilização	0	3	3	100,00
Certidão de destaque - DL 26/2010	11	0	-11	--
Demolição	13	4	-9	-225,00
Especial Acabamentos - Art.º 88.º	4	3	-1	-33,33
Loteamento com Obras Urbanização	0	1	1	100,00
Loteamento sem Obras Urbanização	2	1	-1	-100,00
Obras	221	201	-20	-9,95
Obras de Urbanização	1	0	-1	--
Ocupação da Via Pública	8	10	2	20,00
Combustíveis	1	1	0	0,00
Pedreiras	1	0	-1	--
Título de Exploração - Lic. Industrial	2	4	2	50,00
Título Exp. Lic. Industrial - Leg. Antiga	2	6	4	66,67
Trabalhos de Remodelação Terrenos	4	0	-4	--
Utilização	231	187	-44	-23,53
Aditamento Alvarás de Obras	5	0	-5	--
Comunicações Prévias Emitidas	28	0	-28	--
Aditamento Comunicações Prévias	1	0	-1	--
Aditamento Alvarás de Loteamento	3	0	-3	--

Quadro – Processos (por tipo) recebidos pelos serviços da DGU

Processo por tipo de pedido	Quantidades		Variação	
	2012	2013	Absoluta	%
Pedido de Destaque	5	2	-3	-150,00
Ocupação da Via Pública	9	10	1	10,00
Pedido de Informação Prévia - Edificação	8	15	7	46,67
Pedido de Autorização de Utilização	21	2	-19	-950,00
Pedido de Licenciamento Operações de Loteamento	8	7	-1	-14,29
Pedido de Licenciamento	232	193	-39	-20,21

Pedido Licenciamento Instalação Combustíveis	10	4	-6	-150,00
Pedido da área de Parcela Edificável	4	2	-2	-100,00
Obras de Urbanização	1	0	-1	--
Comunicação Prévia - Obras	33	40	7	17,50
Comunicação Prévia - Demolições/outras	0	1	1	100,00
Remodelação de Terrenos	1	1	0	0,00
Autorização para Execução de Redes e Ramais	5	0	-5	--
Pedidos Vários - Licenciamento Industrial	2	0	-2	--
Registo de Alojamento Local	0	1	1	100,00
Pedido Autorização Localização - Pedreiras	0	2	2	100,00
Pedido de Licenciamento de Pedreiras	0	0	0	--
Pedido Auditoria Empreendimento Turístico	1	0	-1	--
Declaração Prévia - DL 259/07	3	7	4	57,14
Declaração Prévia - Restauração e Bebidas	12	6	-6	-100,00
Pedido Certidão Propriedade Horizontal	2	0	-2	--
Pedido de Vistoria	0	0	0	--
Pedido de Vistoria a Obras Degradadas	0	1	1	100,00
Entrada SGD	0	1	1	100,00
Pedido de Autorização Instalação - Industrias	1	3	2	66,67
Exposição	2	8	6	75,00
Pedido Autorização Alteração de Utilização	9	0	-9	--

Quadro – Requerimentos (por tipo) recebidos pelos serviços da DGU

Requerimento por tipo de pedido	Quantidades		Variação	
	2012	2013	Absoluta	%
Pedido de Destaque	7	2	-5	-250,00
Ocupação da Via Pública	11	12	1	8,33
Pedido de Informação Prévia - Edificação	8	15	7	46,67
Pedido de Autorização de Utilização	229	196	-33	-16,84
Pedido de Licenciamento Operações Loteamento	8	7	-1	-14,29
Pedido de Licenciamento	242	199	-43	-21,61
Projetos de Especialidade	182	149	-33	-22,15
Pedido de Licenciamento Instalação Combustíveis	12	7	-5	-71,43
Pedido de Substituição	53	52	-1	-1,92
Anexação de Elementos ao Projeto	616	548	-68	-12,41
Prorrogação Alvará/Comunicação Prévia	54	45	-9	-20,00
Pedido de Vistoria - Combustíveis	5	3	-2	-66,67
Pedido de Emissão de Alvará de Utilização	228	186	-42	-22,58
Pedido de área de Parcela Edificável	4	2	-2	-100,00
Obras de Urbanização	1	0	-1	--

Comunicação Prévia - Obras	35	42	7	16,67
Comunicação Prévia –Demolições/outras	0	1	1	100,00
Remodelação de Terrenos	2	1	-1	-100,00
Pedido de Emissão de Alvará	265	229	-36	-15,72
Autorização para execução de Redes e Ramais	4	1	-3	-300,00
Autorização para Exploração Redes e Ramais	1	1	0	0,00
Pedido de Averbamento - Combustíveis	2	0	-2	--
Pedidos Vários - Licenciamento Industrial	5	3	-2	-66,67
Pedido de Vistoria - Licenciamento Industrial	3	3	0	0,00
Registo de Alojamento Local	6	10	4	40,00
Pedido Autorização Localização - Pedreiras	0	2	2	--
Pedido de Licenciamento de Pedreiras	0	1	1	--
Pedido Auditoria Empreendimento Turístico	2	0	-2	--
Pareceres Entidades	7	9	2	22,22
Ficha Técnica de Habitação	23	12	-11	-91,67
Declaração Prévia - DL. n.º 259/07	44	53	9	16,98
Declaração Prévia - Restauração e Bebidas	70	54	-16	-29,63
Pedido Certidão Propriedade Horizontal	10	2	-8	-400,00
Pedido de Vistoria	0	1	1	100,00
Pedido de Receção Provisória/Definitiva	1	1	0	0,00
Informação Técnica	0	4	4	100,00
Pedido de vistoria a Obras deparadas	0	1	1	100,00
Declaração de Impacte Ambiental	9	1	-8	-800,00
Declaração de Interesse Público	0	1	1	100,00
Entrada SGD	52	166	114	68,67
Pedido Autorização Instalação - Industrias	5	4	-1	-25,00
Exposição	367	390	23	5,90
Renovação Licença ao abrigo do art.º 72.º	0	1	1	100,00

### 2.3.5 – Divisão de Tecnologias da Informação e Comunicação

No âmbito da atividade desenvolvida pela DTIC merecem particular destaque as seguintes áreas de intervenção:

#### 1. Modernização administrativa:

- No início do ano prepararam-se as candidaturas ao Sistema de Apoios à Modernização Administrativa – SAMA tanto na CIMT como na AMLEI, visando a obtenção de financiamento para tornar os serviços do

município de Ourém mais eficientes e eficazes na relação com o munícipe;

- Entrada em funcionamento do Balcão do Empreendedor – BdE, que ocorreu em junho. Esta plataforma de apoio ao licenciamento zero, embora da responsabilidade da AMA (Agência para a Modernização Administrativa), contém informação referente ao município de Ourém, nomeadamente os custos e os critérios associados a cada serviço, que foi carregada pela DTIC;
- No mês de agosto entrou em funcionamento o Balcão Único de Atendimento do Município, cuja implementação passou pela reorganização dos postos de atendimento, de forma a dar uma resposta mais célere ao munícipe quando este se apresenta nos serviços, passando a existir uma senha única de atendimento;
- Em continuação do trabalho iniciado no ano anterior, em 2013 entrou em funcionamento o MyNet Atendimento como ferramenta de apoio ao Balcão Único de Atendimento. Deste modo, toda a informação e formulários eletrónicos inerentes aos pedidos do Serviço Municipal de Proteção Civil e à Divisão de Ambiente ficaram centralizados numa única plataforma. Assim, todos os pedidos desses serviços, efetuados no Balcão Único, são preenchidos em formato digital, ficando automaticamente registados no Sistema de Gestão Documental, melhorando, desta forma, o tempo de resposta dado aos pedidos dos munícipes.

## 2. Apoio a eventos:

- Disponibilização de equipamento e de um técnico para acompanhar o ‘Encontro Nacional de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens’ ao longo de toda a sua duração;
- Desenvolvimento de um site bilingue, com suporte para tecnologias móveis, para o Workshop de Turismo Religioso 2013, organizado pelo GAPAE;

- Disponibilização de infraestrutura de rede e comunicações para apoiar a organização do Campeonato Nacional de Enduro;

3. Desenvolvimento interno:

- Implementação, em parceria com a DAC, de um sistema para catalogação das peças e coleções do Museu Municipal: o Oureana – Sistema de Inventário e Gestão de Coleções Museológicas. Este sistema foi concebido para possibilitar no futuro a disponibilização dos catálogos no portal do MMO;
- Integração do Sistema de Processos de Obras com a plataforma geográfica MuniSigWEB, facilitando a identificação de uma dada localização, diretamente a partir do processo de obras;

4. Centros Escolares:

- Preparação dos Centros Escolares de Freixianda, Olival e Ourém Nascente, nomeadamente no que respeita aos projetos de infraestrutura de rede, energia e de videovigilância, à instalação de telefones, impressoras, computadores e ligação à internet;

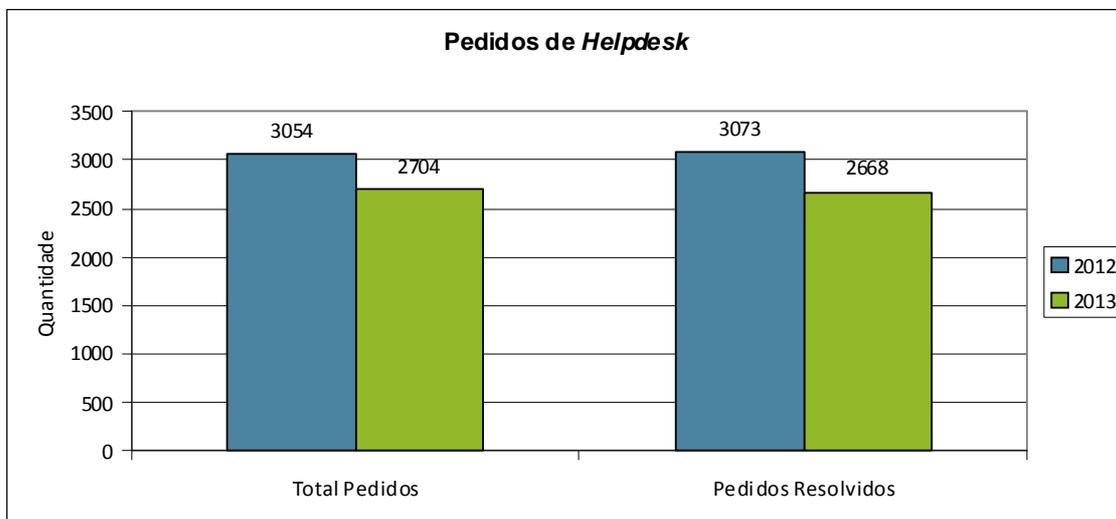
5. Projetos intermunicipais:

- Participação no projeto intermunicipal para implementação conjunta dos sítios da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT) e Municípios associados. Estes ficarão alojados no datacenter da CIMT, localizado em Abrantes, tendo-se implementado a plataforma base que os irá suportar.

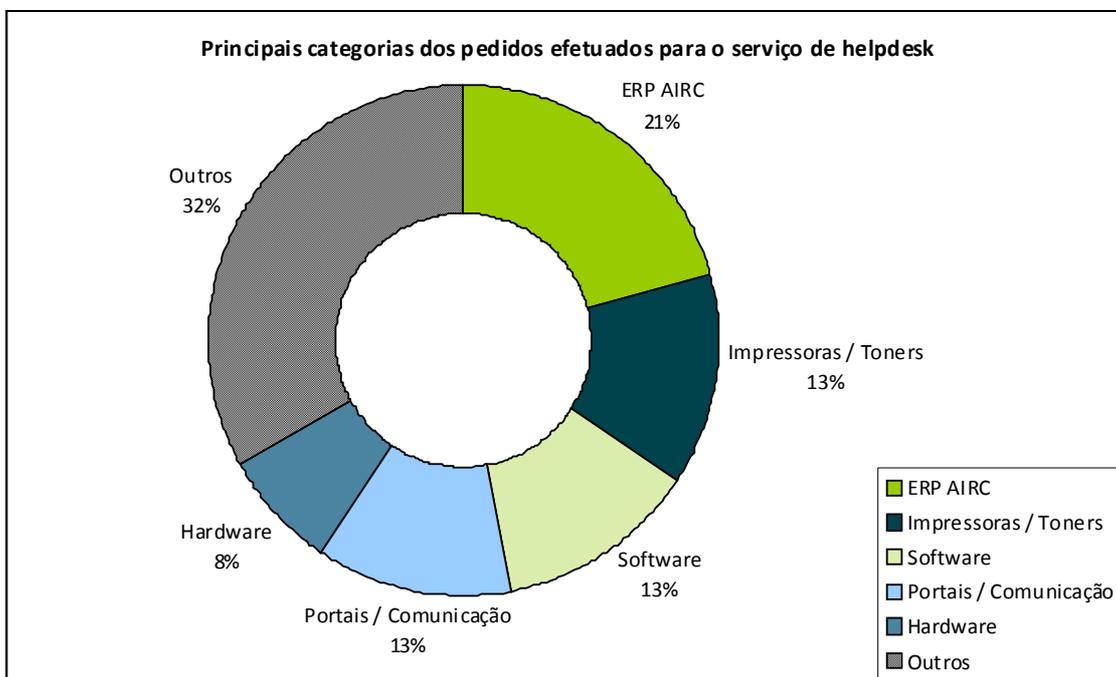
## **Indicadores de Atividade**

### Serviço de Helpdesk

No ano 2013 o número de pedidos de suporte informático efetuados diminuiu cerca de 11% relativamente ao ano anterior enquanto o número de pedidos resolvidos caiu cerca de 13%.



As cinco categorias de pedidos mais frequentes correspondem a 68% dos pedidos e distribuem-se conforme apresentado no gráfico:



A categoria ERP AIRC inclui pedidos relacionados com as aplicações de gestão em uso no município, desde a atualização das aplicações, correções e esclarecimento de dúvidas de utilização.

Os pedidos da categoria impressoras / toners referem-se a pedidos para substituição de consumíveis nas impressoras de rede e resolução de avarias das mesmas.

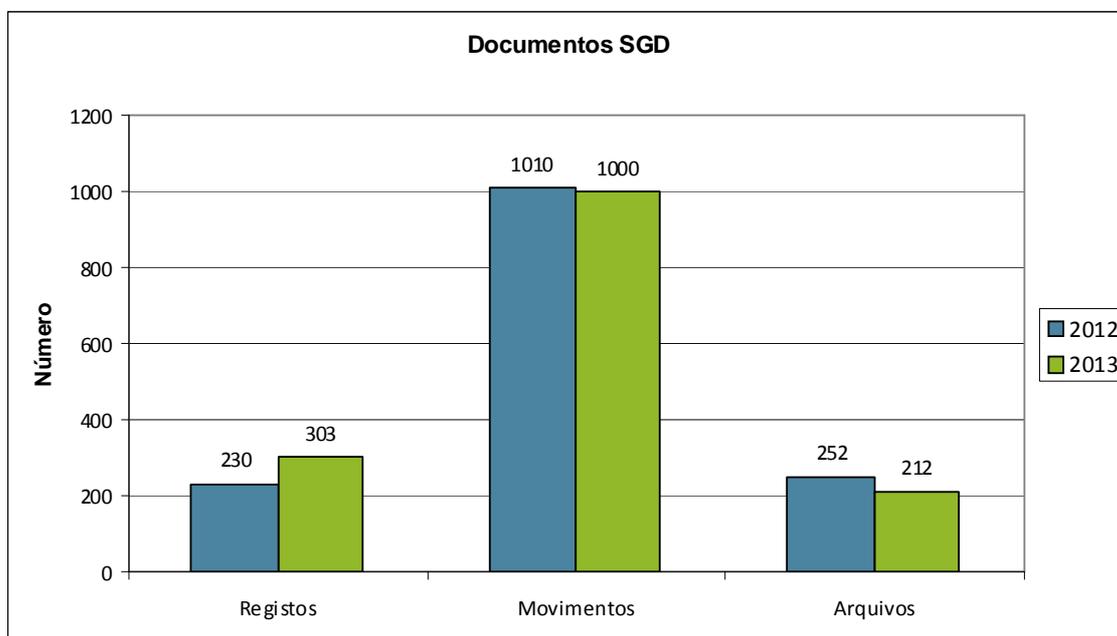
Todos os pedidos de reparação e substituição de equipamento informático (monitor, teclado, rato) bem como os pedidos para atualização e instalação de aplicações inserem-se nas categorias Hardware e Software, respetivamente.

A categoria Portais / Comunicação refere-se aos pedidos de publicação de conteúdos nos diversos portais geridos pela DTIC e ao alojamento temporário de conteúdo para ser descarregado via http.

Os pedidos de permissão de acesso à rede da câmara e aplicações diversas, criação e gestão de contas de e-mail, apoio a eventos, reservas e empréstimos de equipamento informático, telefones, acesso à rede, escolas e jardins de infância, empresas municipais e juntas de freguesia, representam 32% dos pedidos de suporte informático.

### Gestão Documental

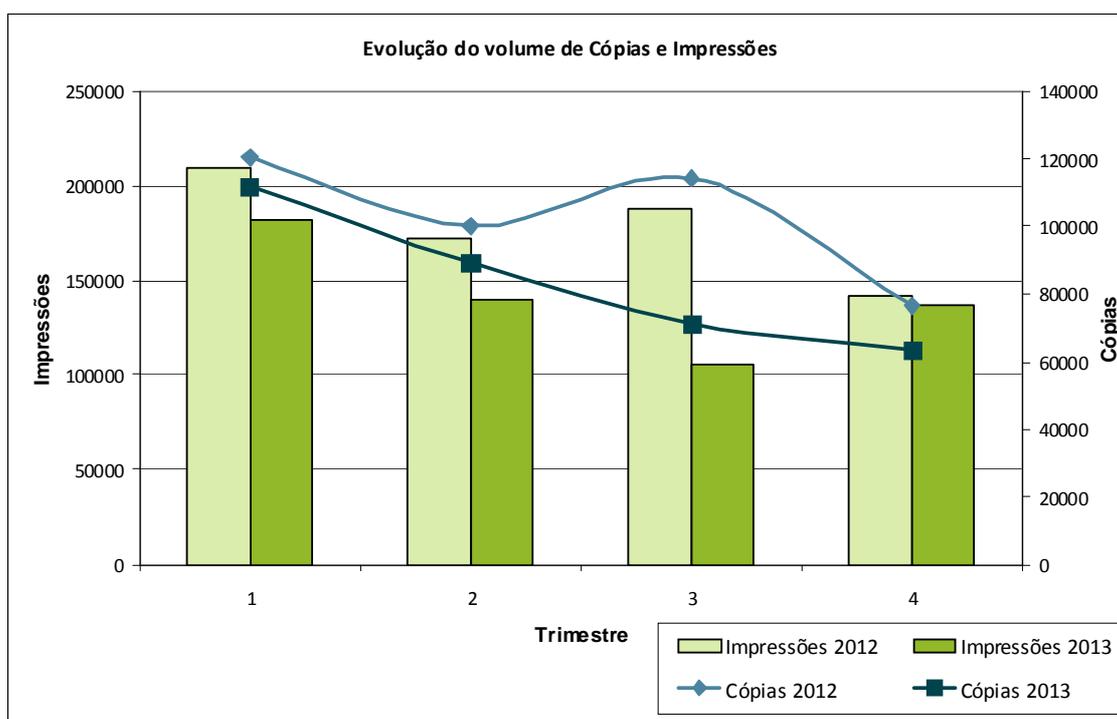
Os dados relativos à Gestão Documental mantiveram-se em linha com o ano anterior.



## Impressões

Comparativamente ao ano anterior, em 2013 nota-se uma diminuição tanto no volume de cópias como no volume de impressões efetuadas no município. A quantidade de cópias tiradas nas impressoras do município caiu 18% enquanto as impressões também sofreram uma diminuição de 21%.

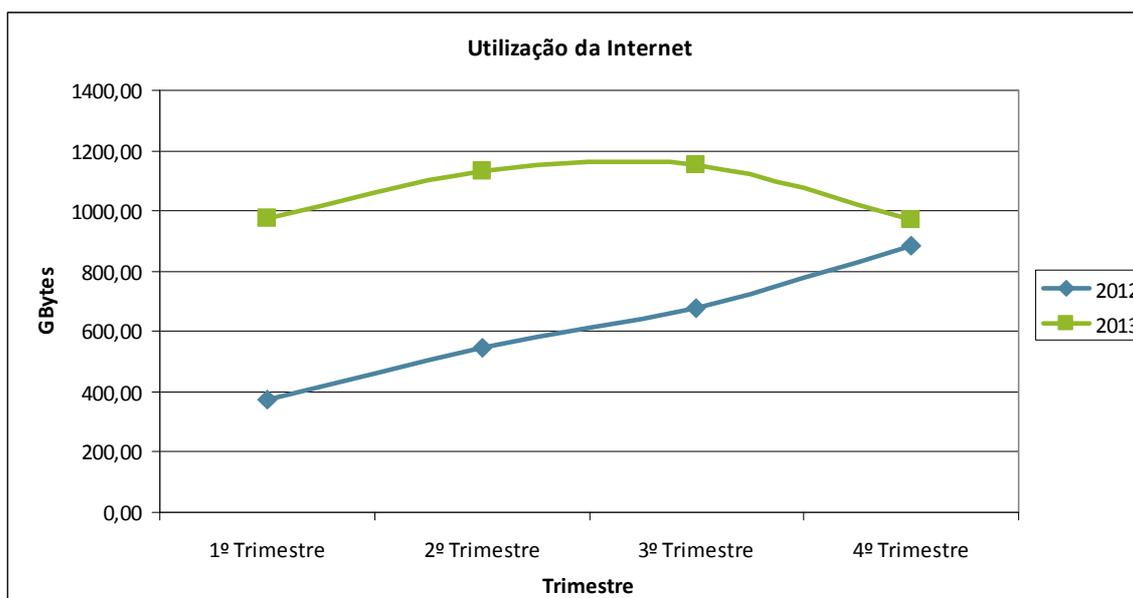
A análise do gráfico revela uma tendência decrescente de cerca de 13% ao trimestre para as cópias e de 9% para as impressões evidenciando que as medidas implementadas no Município de Ourém pela DTIC, no que se refere à redução das impressões, estão a produzir efeitos.



No ano 2013 o tráfego de Internet aumentou em cerca de 70% relativamente ao ano anterior. No entanto, os dados apontam para uma estabilização de consumo em torno dos 350Gb/mês. O aumento registado já se previa em 2012, com a entrada em funcionamento de um novo serviço de acesso à internet que passou a disponibilizar

uma maior largura de banda e uma maior velocidade de acesso, significando uma forte melhoria na qualidade do serviço prestado aos vários serviços municipais, nomeadamente através do desbloqueio de algumas fontes de tráfego.

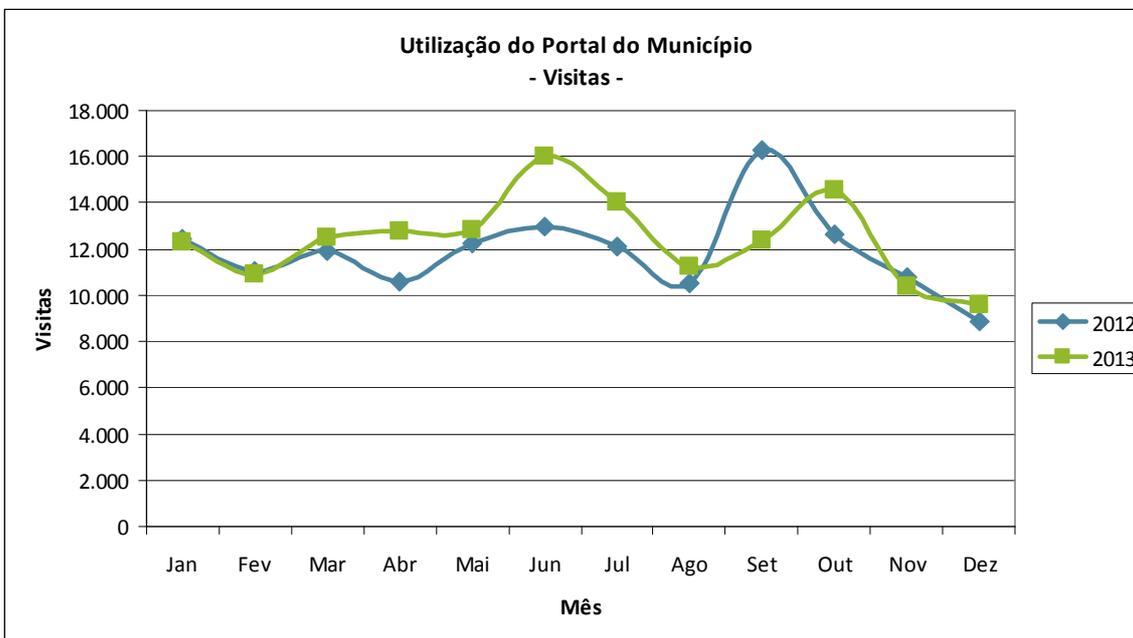
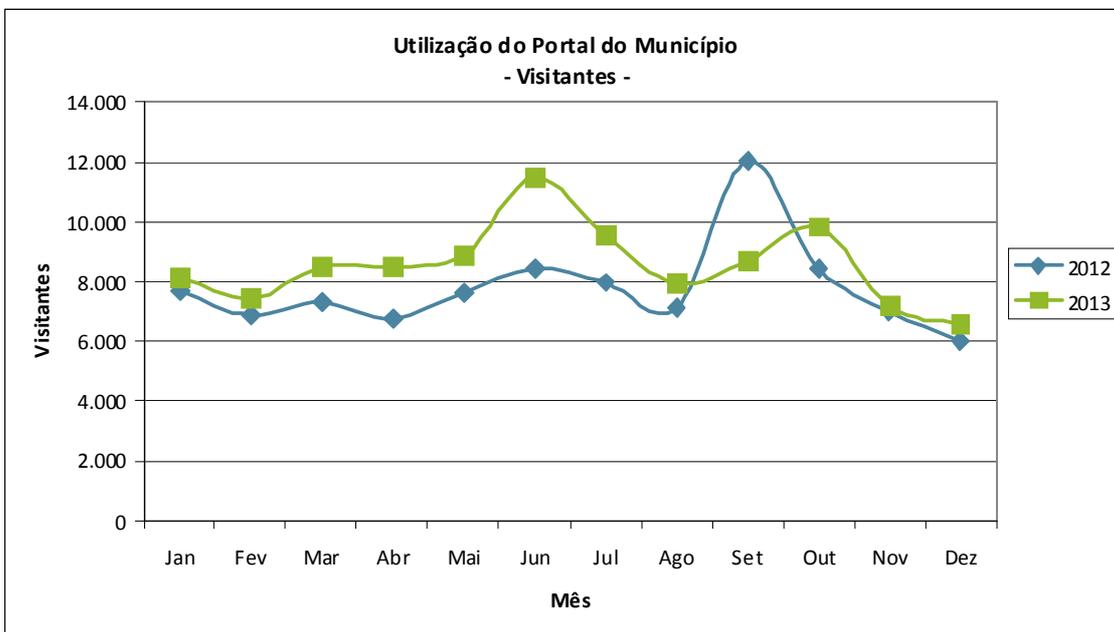
### Tráfego da Internet



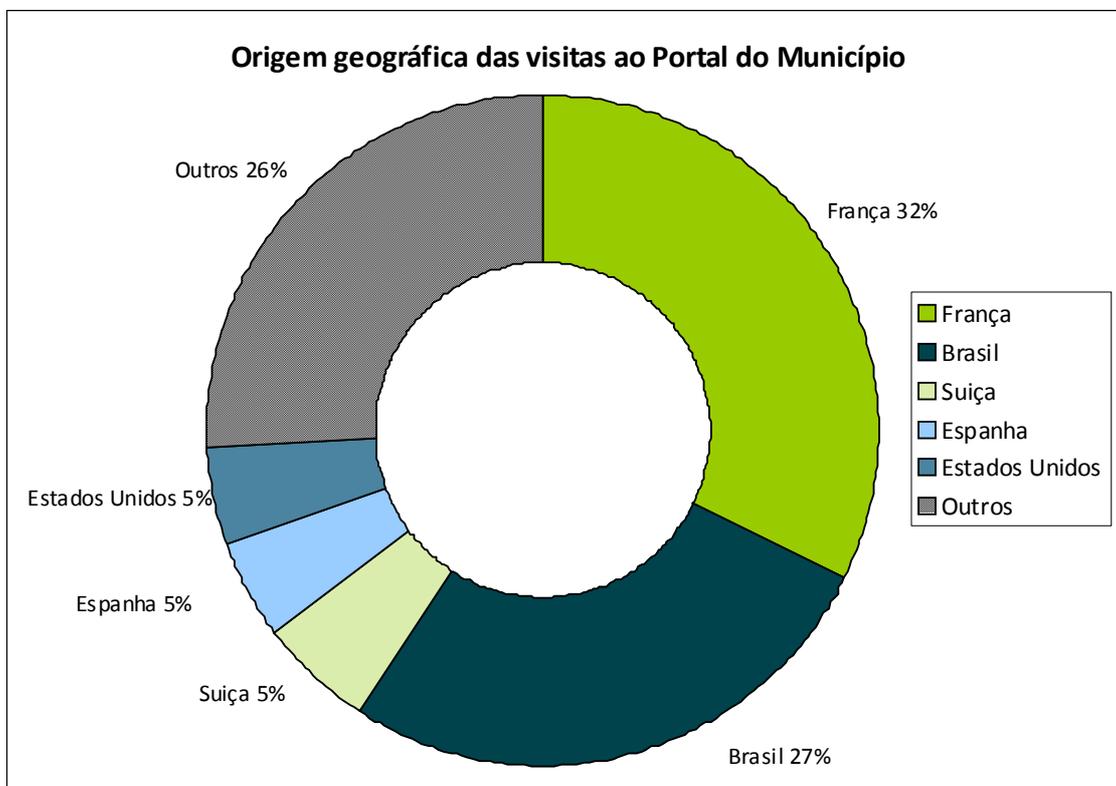
### Portal Municipal

Em termos médios, registou-se em 2013 um aumento de cerca de 10% no número de visitantes do portal municipal. Apesar deste aumento não ser muito expressivo, a realidade é que o número de visitantes ao portal municipal continua a crescer, embora nos últimos meses do ano, esse crescimento tenha sido muito ténuo.

O número de visitas efetuadas ao portal do município apresenta um crescimento mais ligeiro do que o verificado para o número de visitantes, tendo-se registado em 2013 um incremento médio mensal de 5%.



Portugal representa 91% das visitas efetuadas ao portal do município. Os restantes 9% distribuem-se de acordo com o gráfico que seguidamente se apresenta.



### 2.3.6 – Serviço Municipal de Proteção Civil

O concelho de Ourém está sujeito a vários tipos de vulnerabilidades que podem fragilizá-lo, potenciando os seus riscos, decorrentes não só de causas naturais e tecnológicas, como da sua situação sócio-geográfica, da concentração de pessoas, bens e infraestruturas, meios de produção e serviços, entre outros.

Perante esta realidade, e reforçada pelas novas e constantes exigências dos diplomas legais que têm vindo a ser publicados de alguns anos a esta parte, o Município de Ourém considerou que a proteção da vida e integridade física das pessoas e dos seus bens deverá, acima de tudo, ser assegurada permanentemente.

Nesse sentido esta autarquia criou no seu organigrama, o Gabinete de Segurança e Proteção Civil, através do qual tem vindo a desenvolver a sua política municipal de segurança, no âmbito da Proteção Civil.

Reconhece-se aqui o papel preponderante e decisivo das autarquias nesta problemática, através de uma intervenção sistemática ao nível da planificação preventiva e operacional e ainda no pressuposto de que a segurança se constitui como o eixo fundamental do desenvolvimento urbano e ambiental necessário à garantia e melhoria dos padrões de qualidade de vida das populações.

A atuação na luta contra as catástrofes deve ter um cunho eminentemente local, por razões de ordem prática e porque a abordagem espacial restrita propicia um conhecimento mais direto e exato dos cidadãos, do seu grau de preparação face aos riscos a que estão sujeitos e ainda das suas próprias representações sociais, fatores indispensáveis para uma atuação que se pretende eficaz.

Pela imposição legal que resulta da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, foi extinto o Gabinete de Segurança e Proteção Civil e criado o Serviço Municipal de Proteção Civil, com a publicação de um regulamento municipal próprio – Regulamento do Serviço Municipal de Proteção Civil, publicado a 14 de março de 2008, em Diário da República.

Na sequência do acordo realizado entre a Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais e o Município de Ourém, foi criada, no dia 04 de novembro de 2004, a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e posteriormente, em 01 de março de 2005, a entrada em funcionamento o Gabinete Técnico Florestal.

Com a publicação do Regulamento do Serviço Municipal de Proteção Civil, o Gabinete Técnico Florestal foi inteiramente integrado no Serviço Municipal de Proteção Civil.

Em suma, o Município de Ourém tem-se esforçado para levar a cabo um planeamento eficaz e concertado tendo em vista a resposta institucional e operacional o mais atempadamente possível a situações de acidente grave ou

catástrofe, surgindo naturalmente dessa necessidade a implementação de uma dinâmica institucional quer do Serviço Municipal de Proteção Civil, quer do Gabinete Técnico Florestal.

### **Proteção Civil**

De acordo com o artigo 10.º da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, compete ao Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) assegurar o funcionamento de todos os organismos municipais de proteção civil bem como centralizar, tratar e divulgar toda a informação recebida relativa à proteção civil municipal e nacional.

No âmbito dos seus poderes de planeamento e operações, dispõe o SMPC das seguintes competências:

- Acompanhar a elaboração e atualização do plano municipal de emergência e os planos especiais, quando estes existam;
- Assegurar a funcionalidade e a eficácia da estrutura do SMPC;
- Inventariar e atualizar permanentemente os registos dos meios e dos recursos existentes no município, com interesse para o SMPC;
- Realizar estudos técnicos com vista à identificação, análise e consequência dos riscos naturais, tecnológicos e sociais que possam afetar o município, em função da magnitude e do local previsível da sua ocorrência; promover a cartografia do concelho de modo a prevenir, quando possível, as manifestações de risco, avaliar e minimizar os efeitos das suas consequências previsíveis;
- Manter a informação atualizada sobre acidentes graves e catástrofes ocorridas no município, bem como sobre elementos relativos às condições de ocorrência, às medidas adotadas para fazer face às consequências; avaliação da eficácia das ações empreendidas em cada caso;
- Planear o apoio logístico a prestar às vítimas e às forças de socorro em situações de emergência;
- Levantar, organizar e gerir os centros de alojamento a acionar em situações de emergência;

- Elaborar planos prévios de intervenção, preparar e propor a execução de exercícios e simulacros que contribuam para uma atuação eficaz de todas as entidades intervenientes nas ações de proteção civil;
- Estudar as questões de que vier a ser incumbido, propondo as soluções que considere mais adequadas.

Nos domínios da prevenção e segurança, o SMPC é competente para:

- Propor medidas de segurança face aos riscos inventariados;
- Colaborar na elaboração e execução de treinos e simulacros;
- Elaborar projetos de regulamentos de prevenção e segurança;
- Realizar ações de sensibilização para questões de segurança, preparando e organizando as populações face aos riscos e cenários previsíveis;
- Promover campanhas de informação sobre medidas preventivas dirigidas a segmentos específicos de população alvo, ou sobre riscos específicos em cenários prováveis previamente definidos;
- Fomentar o voluntariado em proteção civil;
- Estudar as questões que vier a ser incumbido, propondo as soluções que entenda mais adequadas.

No que se refere à matéria da informação pública, o SMPC dispõe das seguintes responsabilidades:

- Assegurar a pesquisa, análise, seleção e difusão da documentação com importância para a proteção civil;
- Divulgar a missão e estrutura do SMPC;
- Recolher a informação pública emanada das comissões e gabinetes que integram o SMPC destinada à divulgação pública relativa a medidas preventivas ou situações de catástrofe;
- Promover e incentivar ações de divulgação sobre proteção civil junto dos munícipes com vista à adoção de medidas de autoproteção;
- Indicar na iminência de acidentes graves ou catástrofes, nas medidas preventivas e procedimentos a levar a cabo pela população para fazer face à situação;

- Dar seguimento a outros procedimentos, por determinação do presidente da câmara municipal ou vereador com competência delegada.

### **Comissão Municipal de Proteção Civil**

De acordo com o estatuído no n.º 3 do Artigo 3.º da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro as competências da Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC) são as seguintes:

- Acionar a elaboração do plano municipal de emergência remetê-lo para aprovação pela Comissão Nacional de Proteção Civil e acompanhar a sua execução;
- Acompanhar as política diretamente ligadas ao sistema de proteção civil que sejam desenvolvidas por agentes públicos;
- Determinar o acionamento dos planos, quando tal se justifique;
- Garantir que as entidades e instituições que integram a CMPC acionam, ao nível municipal, no âmbito da sua estrutura orgânica e das suas atribuições, os meios necessários ao desenvolvimento das ações de proteção civil;
- Difundir comunicados e avisos às populações e às entidades e instituições, incluindo os órgãos de comunicação social.

A CMPC do Município de Ourém reúne periodicamente, numa média de quatro vezes por ano, assegurando este serviço todos os procedimentos administrativos que daí advêm.

Principais atividades desenvolvidas:

- Plano Municipal de Emergência do concelho de Ourém (em fase de elaboração);
  - Levantamentos de dados no terreno;
  - Tratamento dos dados;
  - Elaboração de mapas;

- Preparação da Base de Dados com a Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território;
- Análise de risco.
- Participação no Plano de Emergência Distrital, no preenchimento de bases de dados relativas ao alojamento, alimentação espaços abertos, postos de combustíveis;
- Elaboração de relatórios de campo a enviar à entidade correspondente no que concerne à reparação de infraestruturas: boca de incêndio, marco de água, poste de eletricidade, entre outras.

#### Principais Tarefas Operacionais:

- Temporal – 19 de janeiro 2013
- Inundações – 30 de março 2013
- Colaboração em exercícios e simulacros em estabelecimentos de ensino e empresas localizadas no concelho de Ourém;
- Participação em exercícios e simulacros fora do concelho, nomeadamente no Exercício Municipal de Ferreira do Zêzere e no Exercício Ibérico em Arruda dos Vinhos;
- Acompanhamento e resolução de situações de perigo coletivo;
- Coordenação entre várias entidades e organismos nas Peregrinações a Fátima, nomeadamente em maio, junho, agosto e outubro;
- III Acampamento Jovem ANAFS, no espaço Natureza Agroal, o qual contou com a organização e acompanhamento dos elementos deste Serviço;
- Participação nos briefings técnico-operacional distrital, no Comando Distrital de Operações de Socorro de Santarém;
- Acompanhamento e resolução de ocorrências de emergência, nomeadamente inundações, aluimento de terras, abate de árvores, entre outros, no concelho de Ourém;

- Participação em jornadas temáticas na área da Proteção Civil;
- Carregamento periódico de garrafas ARICAS dos respetivos Corpos de Bombeiros Voluntários;
- Tratamento dos dados de sinistralidade rodoviária recebidos mensalmente do Destacamento Territorial de Tomar da Guarda Nacional Republicana, em virtude do protocolo celebrado com esta entidade;
- Preparação e realização de ações de formação intituladas “Segurança na Escola” ministradas a funcionários dos agrupamentos escolares em colaboração com a Divisão de Educação e Ação Social;
- Participação na Festa da Criança 2013, com os meios afetos ao SMPC, bem como a participação das Corporações de Bombeiros do concelho, a Polícia de Segurança Pública e a Guarda Nacional Republicana, efetuando sensibilização e divulgando as medidas autoproteção às crianças e docentes de concelho;
- Atendimento semanal aos munícipes.

### **Gabinete Técnico Florestal**

#### Enquadramento Institucional

A constituição do Gabinete Técnico Florestal (GTF), a funcionar desde março de 2005, resulta de um acordo entre o município de Ourém e o Ministério de Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

Durante o presente ano foi estabelecido um contrato de prestação de serviços com a empresa municipal OuremViva de modo a operacionalizar este Gabinete.

O objetivo do GTF consiste em desenvolver tarefas de planeamento, operacionais, de gestão e controlo, administrativas e de formação e treino, entre as quais:

- Elaboração e atualização do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e Plano Operacional Municipal, participação nos processos de planeamento e de ordenamento dos espaços rurais e florestais;

- Acompanhamento dos programas de ação previstos no Plano de Desenvolvimento Florestal, centralização da informação relativa a incêndios florestais, promoção do cumprimento do estabelecido no Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, acompanhar e divulgar o índice diário do risco de incêndio florestal, relacionamento com as entidades públicas e privadas no âmbito da defesa da floresta contra incêndios (DFCI), coadjuvar o Exmo. Sr. Presidente da Câmara na Comissão Municipal de Proteção Civil em reuniões e situação de emergência;
- Supervisão e controlo das obras municipais e subcontratadas relativas à DFCI, construção e gestão do sistema de informação geográfica para DFCI, gestão da base de dados para DFCI, envio de propostas e pareceres de DFCI;
- Elaboração de relatórios de atividade relativos aos programas de ação previstos no plano de defesa da floresta; elaboração de informações periódicas (mensais) acerca dos incêndios ocorridos no município, elaboração de informação especial sobre os grandes incêndios.

A Lei n.º 20/2009, de 12 de maio, veio estabelecer a transferência de atribuições para os municípios do continente em matéria de constituição e funcionamento dos GTF, bem como outras no domínio da prevenção e da defesa da floresta, entre elas:

- Acompanhamento das políticas de fomento florestal;
- Acompanhamento e prestação de informação no âmbito dos instrumentos de apoio à floresta;
- Promoção de políticas e de ações no âmbito do controlo e erradicação de agentes bióticos e defesa contra agentes abióticos;
- Apoio à comissão municipal de defesa da floresta;
- Elaboração dos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios a apresentar à comissão municipal de defesa da floresta;
- Proceder ao registo cartográfico anual de todas as ações de gestão de combustíveis;
- Recolha, registo e atualização da base de dados da Rede de Defesa da Floresta contra Incêndios (RDFCI);

- Apoio técnico na construção de caminhos rurais no âmbito da execução dos planos municipais de defesa da floresta;
- Acompanhamento dos trabalhos de gestão de combustíveis de acordo com o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho;
- Preparação e elaboração do quadro regulamentar respeitante ao licenciamento de queimadas, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho;
- Preparação e elaboração do quadro regulamentar respeitante à autorização da utilização do fogo de artifício ou outros artefactos pirotécnicos, nos termos do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, a aprovar pela Assembleia Municipal.

### **Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios**

A Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI), do município de Ourém, (criada no âmbito da Lei n.º 14/2004 de 8 de maio) foi formalmente constituída a 13 de junho de 2005, funcionando como um centro de coordenação e ação local de âmbito municipal.

Com a alteração ao Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de julho, pelo Decreto-Lei n.º 17/2009 de 14 janeiro, foi revogado a Lei n.º 14/2004, pelo que teve que ser constituída nova CMDFCI, tendo as seguintes atribuições:

- Articular a atuação dos organismos com competências em matérias de defesa da floresta, no âmbito da sua área geográfica;
- Elaborar um plano de defesa da floresta contra incêndios, que defina as medidas necessárias para o efeito e que inclua a previsão e planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades perante a ocorrência de incêndios em consonância com o PNDFCI, com o respetivo plano distrital de defesa da floresta contra incêndios e com o respetivo plano regional;
- Avaliar e propor à Autoridade Florestal Nacional, de acordo com o estabelecido nos planos referidos na alínea b), os projetos de investimento de prevenção e proteção da floresta contra incêndios e levar a cabo a sua execução;

- Acompanhar o desenvolvimento dos programas de controlo de agentes bióticos e promover ações de proteção florestal;
- Desenvolver ações de sensibilização da população;
- Promover a criação de grupos de autodefesa dos aglomerados populacionais integrados ou adjacentes a áreas florestais, sensibilizando para tal a sociedade civil, e dotá-los de meios de intervenção, salvaguardando a formação do pessoal afeto a esta missão, para que possa atuar em condições de segurança;
- Proceder à identificação e aconselhar a sinalização das infraestruturas florestais de prevenção e proteção da floresta contra incêndios, para uma utilização rápida e eficaz por parte dos meios de combate;
- Identificar e propor as áreas florestais a sujeitar a informação especial, com vista ao condicionamento do acesso, circulação e permanência;
- Colaborar na divulgação de avisos às populações;
- Avaliar os planos de fogo controlado que lhe forem apresentados pelas entidades proponentes, no âmbito do previsto no Regulamento do Fogo Controlado;
- Emitir, quando solicitado, parecer sobre os programas nacionais de defesa da floresta.

A CMDFCI do Município de Ourém reúne, em média, quatro vezes por ano, assegurando este serviço todos os procedimentos administrativos que daí advêm.

Principais atividades desenvolvidas:

- Plano Operacional Municipal - 2013;
- Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndio – Aprovado em sede de CMDF em 23 de dezembro de 2013;
- Informação diária de divulgação do Índice de Risco de Incêndio, durante o período crítico;
- Atualização das fichas caracterizadoras dos pontos de água de abastecimento aos meios aéreos.

## **Comandante Operacional Municipal**

### Enquadramento Institucional

De acordo com o artigo 14.º da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, compete em especial ao Comandante Operacional Municipal:

- Acompanhar permanentemente as operações de proteção e socorro que ocorram na área do concelho;
- Promover a elaboração dos planos prévios de intervenção com vista à articulação de meios face a cenários previsíveis;
- Promover reuniões periódicas de trabalho sobre materiais de âmbito exclusivamente operacional, com os comandantes dos corpos de bombeiros;
- Dar parecer sobre o material mais adequado à intervenção operacional no respetivo município;
- Comparecer no local do sinistro sempre que as circunstâncias o aconselhem;
- Assumir a coordenação das operações de socorro de âmbito municipal, nas situações previstas no plano de emergência municipal, bem como quando a dimensão do sinistro requeira o emprego de meios de mais de um grupo de bombeiros.

Principais atividades desenvolvidas:

- Acompanhamento de todas as operações de socorro mais relevantes que se desenrolam na área do município;
- Acompanhamento permanente, durante o período crítico, de todos os fogachos e incêndios florestais ocorridos no concelho de Ourém;
- Preparação e acompanhamento das peregrinações a Fátima, nomeadamente em maio, junho, agosto e outubro;
- Elaboração e apresentação dos briefing's semanais durante os meses de julho, agosto e setembro;

- Participação em reuniões de trabalho com as mais diversas instituições (Comando Distrital de Operações de Socorro de Santarém, Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública, entre outras entidades);
- Colaboração na implementação do plano de emergência da Escola EB 2,3 Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão, Colégio de São Miguel, Escola Básica 2.º e 3.º Ciclo IV Conde de Ourém.
- Acompanhamento na elaboração das medidas de autoproteção dos Centros Escolares do concelho.

### 3. Análise Orçamental

#### 3.1 Evolução do orçamento da receita por classificação económica

Quadro – Evolução das Receitas Liquidadas a preços correntes

Descrição da Receita Liquidada	uni: Euro				
	2011	2012	var. (%)	2013	var. (%)
Impostos diretos	7.262.116,39	7.330.195,25	0,94	8.455.148,23	15,35
Imposto municipal sobre imóveis	4.216.961,00	4.577.439,67	8,55	5.880.795,73	28,47
Impostos municipal sobre veículos	819.027,81	916.523,11	11,90	1.087.382,83	18,64
Impostos municipal sobre transmissões	1.474.433,31	1.327.315,68	-9,98	921.037,27	-30,61
Derrama	652.495,09	508.916,79	-22,00	565.932,40	11,20
Impostos abolidos	99.199,18	0,00	-100,00	0,00	--
Impostos diversos	0,00	0,00	--	0,00	--
Impost. indiretos, taxas, multas ...	2.623.775,30	2.595.401,83	-1,08	2.540.922,04	-2,10
Mercados e feiras	157.268,01	136.814,41	-13,01	96.960,74	-29,13
Loteamentos e obras	429.514,65	478.069,59	11,30	446.951,86	-6,51
Ocupação da via pública	1.852,70	1.857,59	0,26	867,84	-53,28
Publicidade	77.429,18	80.575,30	4,06	76.043,05	-5,62
Saneamento	1.058.046,73	1.000.144,22	-5,47	1.024.204,02	2,41
Multas	826.557,49	814.545,12	-1,45	817.400,10	0,35
Outras	73.106,54	83.395,60	14,07	78.494,43	-5,88
Rendimentos de Propriedade	1.608.493,64	1.629.940,09	1,33	1.660.343,92	1,87
Transferências correntes	11.595.403,86	11.472.772,48	-1,06	12.797.012,69	11,54
Administração Central - Estado	11.407.287,76	11.176.128,38	-2,03	12.743.557,16	14,02
Estado - P. Comunit. Proj. Co-financiados	46.392,20	38.731,04	-16,51	4.075,20	-89,48
Outras (transferências correntes)	141.723,90	257.913,06	81,98	49.380,33	-80,85
Venda de bens e serviços correntes	1.956.879,97	2.014.154,09	2,93	1.840.727,02	-8,61
Venda de bens	9.102,95	26.076,07	186,46	6.292,20	-75,87
Serv. sociais recreat., cult. e de desporto	10.036,00	1.535,00	-84,71	0,00	-100,00
Saneamento - Ligação	147.029,37	163.027,85	10,88	59.600,61	-63,44
Resíduos Sólidos	1.612.370,41	1.611.879,14	-0,03	1.621.735,52	0,61
Trabalhos por conta de particulares	13.071,26	3.073,68	-76,49	807,89	-73,72
Cemitérios	24.371,83	21.143,64	-13,25	21.870,20	3,44
Parques de estacionamento	0,00	0,00	--	0,00	--
Rendas	52.021,03	53.083,80	2,04	30.118,70	-43,26
Outras (venda de bens e serv. correntes)	88.877,12	134.334,91	51,15	100.301,90	-25,33

Quadro – Evolução das Receitas Liquidadas a preços correntes (continuação)

uni: Euro

Descrição da Receita Liquidada	2011	2012	var. (%)	2013	var. (%)
Outras receitas correntes	279.618,89	358.769,20	28,31	377.582,98	5,24
Venda de bens de investimentos	5.677.746,00	4.802.387,50	-15,42	4.808.643,00	0,13
Transferências de capital	10.190.802,57	18.046.943,20	77,09	5.731.276,55	-68,24
Administração Central - Estado	4.033.412,99	3.731.688,00	-7,48	2.265.844,00	-39,28
Estado - P. Comunit. Proj. Co-financiados	6.147.689,58	8.695.475,42	41,44	3.053.140,56	-64,89
Outras (transferências de capital)	9.700,00	5.619.779,78	--	412.291,99	--
Ativos financeiros	585.665,01	179.420,80	--	22.768,84	--
Passivos financeiros	1.857.660,25	500.000,00	-73,08	4.118.152,72	723,63
Outras receitas de capital	0,00	0,00	--	0,00	--
Rep. não abatidas nos pagamentos	324,06	34.263,10	--	4.388,46	-87,19
<b>Total</b>	<b>43.638.485,94</b>	<b>48.964.247,54</b>	<b>12,20</b>	<b>42.356.966,45</b>	<b>-13,49</b>
<b>Total <sup>1</sup></b>	<b>36.103.079,69</b>	<b>43.661.860,04</b>	<b>20,94</b>	<b>33.430.170,73</b>	<b>-23,43</b>

(1) Receitas Totais (exclui os efeitos extraordinários das vendas de bens de investimento e de passivos financeiros)

## Impostos diretos

Compreende as receitas advindas dos impostos diretos municipais estabelecidos na lei das finanças locais, designadamente, o Imposto Municipal sobre Imóveis, o Imposto Municipal sobre Veículos, o Imposto Municipal sobre Transmissões e a Derrama.

Em 2013, as receitas relativas a estes impostos, denotam um acréscimo próximo de 15,4%, que em termos absolutos significa um incremento das receitas desta natureza ligeiramente superior a 1,1 milhões de euros.

Para a referida circunstância contribuíram os aumentos verificados no imposto sobre imóveis (28,5%, em termos absolutos, uma variação positiva na ordem de 1,3 milhões de euros), imposto municipal sobre veículos (18,6%, em termos absolutos, uma variação positiva próxima de 170,9 mil euros) e na derrama (11,2%, em termos absolutos, um aumento em cerca de 58 mil euros).

Em sentido oposto será de registar a quebra verificada no imposto sobre transmissões onerosas, em 30,6%, que em termos absolutos representa uma diminuição destas

receitas em 406,3 mil euros, permanecendo a tendência que já se verifica, sucessivamente, há diversos anos, refletindo a conjuntura económica adversa observada, particularmente na área do setor imobiliário.

### **Impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades**

Os impostos indiretos compreendem as receitas que recaem, exclusivamente, sobre o setor produtivo, incidindo sobre a produção, a venda, a compra ou a utilização de bens e serviços. Consideram-se igualmente as receitas que revistam a forma de taxas, licenças, emolumentos ou outras semelhantes pagas por unidades empresariais, nomeadamente, as respeitantes a mercados e feiras, loteamentos e obras, ocupação da via pública, publicidade e saneamento.

As taxas incluem os pagamentos dos particulares em contrapartida da emissão de licenças e da prestação de serviços, nos termos da lei, não havendo qualquer relação de valor entre os aludidos pagamentos e o custo dos serviços prestados. Incluem-se neste capítulo as cobranças a particulares relativas a mercados e feiras, loteamentos e obras, ocupação da via pública e saneamento. Englobam-se ainda as receitas provenientes de multas pela transgressão da lei, de posturas e de outros regulamentos.

Estas receitas denotam um ligeiro decréscimo em 2,1%, essencialmente por influência da diminuição das receitas reportadas a mercados e feiras (-29%), loteamentos e obras (-6,5%) e publicidade (-5,6%). Ao invés, observa-se um aumento das receitas com saneamento (+2,4%), as quais são as mais representativas ao significarem um valor ligeiramente superior a 1 milhão de euros, sendo ainda de destacar as multas com um valor de 817,4 mil euros.

### **Rendimentos de Propriedade**

Compreende as receitas provenientes do rendimento de ativos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos) e renda de ativos não produtivos, nomeadamente terrenos e ativos incorpóreos (direitos de autor, patentes e outros).

Estes rendimentos apresentam um aumento, face ao período homólogo do ano anterior, na ordem de 1,8%, atingindo um valor ligeiramente próximo de 1,7 milhões de euros.

A expressividade destas receitas é decorrente, essencialmente, do contrato de concessão em curso com a EDP, no âmbito da distribuição de energia em baixa.

Destacam-se ainda as receitas inerentes a torres eólicas instaladas na área territorial adstrita ao Município, tendo estas ascendido a um montante na ordem de 119,7 mil euros.

### **Transferências correntes**

Compreende os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação pré-estabelecida.

As receitas desta natureza demonstram um aumento em 11,5% refletindo, essencialmente, a alteração verificada no modelo de imputação do Fundo de Equilíbrio Financeiro, cuja configuração de transferências correntes sofreram um aumento por diminuição das transferências de capital.

Deste modo, verifica-se uma variação absoluta positiva superior a 1,3 milhões de euros.

### **Venda de bens e serviços correntes**

Compreende quer o produto da venda dos bens, inventariados ou não, que inicialmente não tenham sido classificados como bens de capital ou de investimento, quer ainda os recebimentos relativos à prestação de serviços.

Em 2012, verifica-se uma diminuição absoluta destas receitas em 173,4 mil euros o que significa uma quebra de 8,6%.

Este facto repercute, essencialmente, a diminuição absoluta das receitas com a venda de bens (-19,8 mil euros), ligação ao saneamento (-103,4 mil euros) e rendas (-23 mil euros)

A receita com maior expressividade neste contexto é a inerente aos resíduos sólidos a qual ascendeu a um valor ligeiramente superior a 1,6 milhões de euros, ou seja, representando 88% do total das receitas desta natureza económica.

### **Outras receitas correntes**

Rubrica de natureza residual, onde se incluem receitas como o reembolso de IVA e indemnizações.

Estas receitas sofreram um aumento em 5,2% que, em termos absolutos, significou uma variação positiva de 18,8 mil euros, assumindo particular relevo o reembolso de despesas com encargos de instalações.

### **Venda de bens de investimento**

Compreende os rendimentos provenientes da alienação, a título oneroso, de bens de capital que, na aquisição ou construção, tenham sido contabilizados como investimento.

Por comparação com o período económico anterior, estas receitas de efeito extraordinário, apresentam uma ligeiríssima variação de 0,13%.

Salienta-se que esta receita liquidada repercute a alienação de terrenos relativos aos complexos desportivos de Ourém, à entidade Maisourém, S.A (entidade na qual o Município de Ourém participa em 49% do capital), no âmbito do desenvolvimento de uma parceria público-privada.

### **Transferências de capital**

Compreende os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida destinados ao financiamento de despesas de capital. Inclui as receitas relativas a heranças jacentes e outros valores prescritos ou abandonados. Abrange também as quantias ou valores apreendidos, bem como a venda de géneros e mercadorias apreendidos e ainda as receitas referentes a fianças-crime quebradas e depósitos de contratos não cumpridos.

No que respeita a estas receitas, o ano de 2013, denota um expressivo decréscimo em 68,2% que, em termos absolutos, significa uma diminuição destas receitas superior a 12,3 milhões de euros.

Neste capítulo, importa reportar a diminuição das transferências de capital resultantes da Administração Central – Estado (-1,5 milhões de euros), decorrente da alteração do mecanismo de distribuição do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) entre a componente corrente e de capital.

Será ainda de referir a quebra ligeiramente superior a 5,6 milhões de euros no que concerne a financiamentos comunitários, circunstância que deriva do facto de estarmos perante a fase final do ciclo de investimento associado ao QREN 2007/2013.

Importa ainda referir que a diminuição observada nas outras receitas de capital (-5,2 milhões de euros) é resultante de um valor extraordinário de receitas verificado em 2012, no valor de 5,2 milhões de euros), decorrente do protocolo estabelecido com o Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima.

### **Ativos Financeiros**

Compreende as receitas provenientes da venda e amortização de títulos de crédito, designadamente obrigações e ações ou outras formas de participação.

O ano de 2013 apresenta uma receita próxima de 22,8 mil euros.

## **Passivos Financeiros**

Compreende o produto resultante dos empréstimos contraídos a curto, a médio e longo prazos.

Ao nível destas receitas cujo efeito é extraordinário, registou-se um aumento absoluto em 3,6 milhões de euros.

Será de referir que um valor ligeiramente superior a 3,3 milhões de euros se reporta ao empréstimo de longo prazo contraído no âmbito do PAEL e que, relativamente ao valor global utilizado do empréstimo de curto prazo (770 mil euros), não transita de ano económico qualquer montante em dívida, observando-se as disposições legais aplicáveis, pelo que se reflete igual montante no orçamento da despesa, inclusive no pagamento.

## **Outras receitas de capital**

Rubrica de natureza residual onde se incluem receita, designadamente, compensações relativas a sinistros, alienação de direitos de propriedade intelectual ou ainda contratos de cedência de know-how.

Durante o ano de económico de 2013, não se verificaram quaisquer receitas desta natureza, em similaridade com o ocorrido no ano anterior.

## **Reposições não abatidas aos pagamentos**

Abrange as receitas resultantes das entradas de fundos na tesouraria, em resultado de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores, ou em razão de não terem sido utilizados, na globalidade ou em parte, pelas entidades que os receberam. No decurso do ano em reporte, registaram-se reposições abatidas aos pagamentos, próximas de 4,4 mil euros.

## **Resumo das Receitas Liquidadas**

## Quadro – Resumo das Receitas Liquidadas a preços correntes

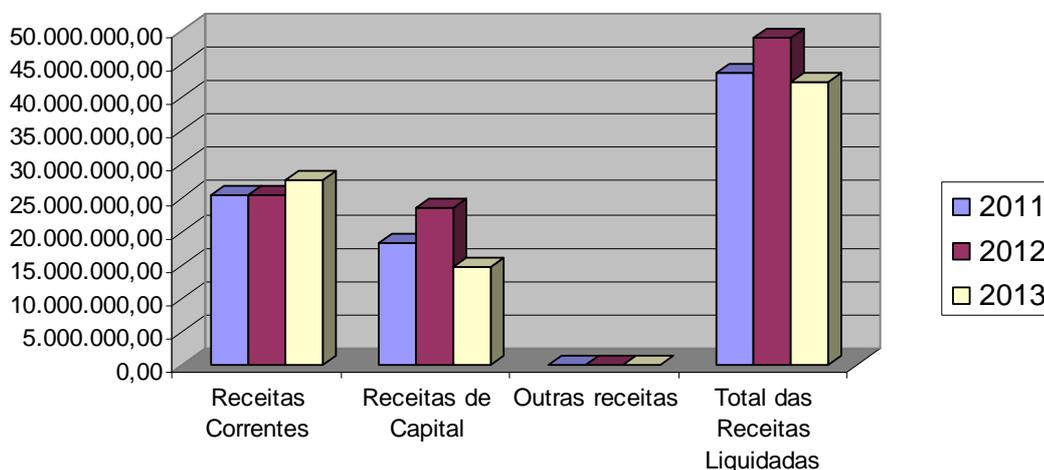
uni: Euro

Descrição da Receita Liquidada	2011	2012	var. (%)	2013	var. (%)
Receitas Correntes	25.326.288,05	25.401.232,94	0,30	27.671.736,88	8,94
Receitas de Capital	18.311.873,83	23.528.751,50	28,49	14.680.841,11	-37,60
Outras receitas	324,06	34.263,10	10473,07	4.388,46	-87,19
<b>Total das Receitas Liquidadas</b>	<b>43.638.485,94</b>	<b>48.964.247,54</b>	<b>12,20</b>	<b>42.356.966,45</b>	<b>-13,49</b>

No cômputo geral, o total das receitas liquidadas manifesta um diminuição próxima de 13,5%. Será relevante referir que, excluindo os efeitos extraordinários que se associam às receitas resultantes da venda de bens de investimento e de passivos financeiros, face a 2012, verificou-se uma quebra das receitas liquidadas na ordem de 23,4% que, em termos absolutos, representou uma diminuição ligeiramente superior a 10,2 milhões de euros.

Em termos de variação absoluta, as receitas liquidadas denotam um decréscimo ligeiramente superior a 6,6 milhões de euros, atingindo em termos totais, um valor próximo de 42,4 milhões de euros.

Gráfico - Resumo das Receitas Liquidadas



### 3.2 Evolução do orçamento da despesa por classificação económica

## Quadro – Evolução das Despesas Realizadas a preços correntes

uni: Euro

Descrição da Despesa	2011	2012	var. (%)	2013	var. (%)
Despesas com pessoal	7.594.605,09	6.394.605,43	-15,80	6.859.173,96	7,27
Remunerações certas e permanentes	6.047.905,79	5.148.884,00	-14,87	5.423.362,05	5,33
Abonos variáveis ou eventuais	122.080,19	58.498,63	-52,08	61.760,59	5,58
Segurança social	1.424.619,11	1.187.222,80	-16,66	1.374.051,32	15,74
Aquisição de bens	1.625.727,77	1.445.895,69	-11,06	986.221,94	-31,79
Matérias-Primas e subsidiárias	350.697,81	267.829,98	-23,63	121.500,66	-54,64
Combustíveis e lubrificantes	369.794,43	296.900,62	-19,71	245.208,34	-17,41
Material de escritório	74.335,72	96.630,80	29,99	60.616,52	-37,27
Alimentação - refeições confeccionadas	648.398,90	636.099,47	-1,90	469.612,73	-26,17
Material de transporte-peças	48.878,95	59.132,10	20,98	43.451,85	-26,52
Outros bens	66.139,94	42.473,08	-35,78	45.821,84	7,88
Aquisição de serviços	10.027.470,25	11.573.980,24	15,42	12.322.186,75	6,46
Encargos das instalações	463.815,96	580.036,39	25,06	625.374,24	7,82
Limpeza e Higiene	128.128,83	53.950,02	-57,89	133.201,03	146,90
Conservação de bens	344.267,53	385.377,73	11,94	277.170,83	-28,08
Locação de edifícios	74.148,14	31.093,32	-58,07	32.138,05	3,36
Comunicações	84.867,57	85.387,98	0,61	64.646,33	-24,29
Transportes	1.352.096,30	1.244.369,40	-7,97	1.646.290,30	32,30
Seguros	73.483,31	48.756,12	-33,65	35.291,93	-27,62
Estudos, pareceres, proj. e consultadoria	324.045,90	244.710,39	-24,48	181.692,83	-25,75
Publicidade	61.537,40	55.010,30	-10,61	5.904,09	-89,27
Vigilância e segurança	56.519,93	77.683,19	37,44	135.236,46	74,09
Assistência Técnica	27.847,52	35.703,41	28,21	21.297,35	-40,35
Encargos de cobrança	165.951,77	171.177,22	3,15	195.633,16	14,29
Manutenção de espaços verdes	906.877,85	464.918,84	-48,73	655.486,93	40,99
Exploração e manutenção de ETAR's	862.734,87	791.145,26	-8,30	1.081.852,27	36,75
Recolha, transp. e tratam, RSU's	1.590.829,83	1.590.829,83	0,00	2.640.482,17	65,98
Iluminação Pública	1.021.924,02	1.163.542,56	13,86	1.225.426,92	5,32
Outros serviços	2.488.393,52	4.550.288,28	82,86	3.365.061,86	-26,05
Juros e outros encargos	466.734,83	449.111,34	-3,78	586.476,90	30,59

Quadro – Evolução das Despesas Realizadas a preços correntes (continuação)

uni: Euro

Descrição da Despesa	2011	2012	var. (%)	2013	var. (%)
Transferências correntes	1.081.083,20	837.341,08	-22,55	680.458,21	-18,74
Administração Local	74.036,46	83.535,07	12,83	24.353,60	-70,85
Instituições sem fins lucrativos	653.941,67	512.835,79	-21,58	266.647,24	-48,01
Outras (transferências correntes)	353.105,07	240.970,22	-31,76	389.457,37	61,62
Subsídios	842.400,62	575.975,71	-31,63	736.637,79	27,89
Outras despesas correntes	750.906,19	475.276,22	-36,71	481.414,13	1,29
Aquisição de bens de capital	13.535.200,92	14.878.402,25	9,92	8.003.431,30	-46,21
Investimentos	9.323.518,60	6.355.676,06	-31,83	3.994.030,48	-37,16
Locação financeira	154.268,97	41.070,68	-73,38	0,00	-100,00
Bens de domínio público	4.057.413,35	8.481.655,51	109,04	4.009.400,82	-52,73
Transferências de capital	2.720.388,00	3.252.469,92	19,56	2.099.121,55	-35,46
Administração Local	565.923,00	860.429,21	52,04	487.939,57	-43,29
Instituições sem fins lucrativos	975.871,55	1.352.290,54	38,57	905.254,18	-33,06
Empresas Públicas	1.177.043,45	1.039.750,17	-11,66	705.927,80	-32,11
Empresas Privadas	0,00	0,00	--	0,00	--
Outras (transferências capital)	1.550,00	0,00	-100,00	0,00	--
Ativos financeiros	51.000,00	0,00	-100,00	0,00	--
Passivos financeiros	4.366.864,66	3.599.884,83	-17,56	4.243.572,70	17,88
Outras despesas de capital	100.000,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00
<b>Total</b>	<b>43.162.381,53</b>	<b>43.582.942,71</b>	<b>0,97</b>	<b>37.098.695,23</b>	<b>-14,88</b>

### Despesas com pessoal

Compreende todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que, necessariamente, requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela autarquia local, tanto aos seus funcionários e agentes, como aos indivíduos que, embora não tendo essa qualidade, prestem contudo serviço à autarquia nos estritos termos de contratos a termo, em regime de tarefa ou avença. Acrescem ainda as despesas que a autarquia local, como entidade patronal, suporta com o sistema de segurança social dos seus funcionários.

As despesas desta natureza apresentam um aumento em 7,3% que, em termos absolutos, significou um acréscimo ligeiramente superior a 464,6 mil euros, sendo de referir a influência decorrente em 2012 no que concerne à redução remuneratória e aos cortes do subsídio de férias e de natal, estes últimos não aplicados em 2013, em virtude da inconstitucionalidade deliberada pelo Tribunal Constitucional.

### **Aquisição de bens**

Compreende, de um modo geral, as despesas com bens de consumo (duráveis ou não), e que, por não contribuírem para a formação de capital fixo, não são caracterizáveis como despesas de investimento, designadamente matérias-primas e subsidiárias, combustíveis e lubrificantes, material de escritório, iluminação pública e outras eventuais despesas.

O ano económico de 2013 regista um decréscimo destas despesas em 31,8%, influenciadas pela quebra verificada, essencialmente, nas matérias-primas e subsidiárias (-54,6%) e nos combustíveis e lubrificantes (-17,4%), material de escritório (-37,3%, alimentação – refeições confeccionadas (-26,2%) e material de transporte – peças (-26,5%).

Em termos absolutos totais, a aquisição de bens significa um valor ligeiramente superior a 986,2 mil euros, tendo registado um decréscimo em 459,7 mil euros, face ao ano anterior.

### **Aquisição de serviços**

Compreende as despesas efetuadas com a aquisição de serviços a terceiros, designadamente a entidades empresariais ou a profissionais autónomos, tais como, encargos de instalações, conservação de bens, locação de bens, comunicações, transportes, representação dos serviços, seguros, estudos, encargos de cobrança de receitas e outras despesas com serviços.

Face a 2012, o ano económico de 2013 regista um acréscimo em 6,5%, traduzindo, essencialmente, o aumento verificado nas despesas relacionadas com encargos de instalações (+7,8%), limpeza e higiene (146,9%), transportes (+32,3%), vigilância e segurança (+74,1%), encargos de cobrança (+14,3%), manutenção de espaços verdes (+41%), exploração e manutenção de ETAR's (+36,8%), recolha, tratamento e transporte de RSU's (+66%) e iluminação pública (+5,3%)

Em oposição, verifica-se uma quebra nas despesas relativas à conservação de bens (-28,1%), comunicações (-24,3%), seguros (-27,6%), estudos, pareceres, proj. e consultadoria (-25,8%), publicidade (-89,3%) e assistência técnica (-40,4%).

Em termos globais, as despesas com a aquisição de serviços representam um valor ligeiramente superior a 12,3 milhões de euros, tendo registado uma variação absoluta em 748,2 mil euros.

### **Juros e outros encargos**

Compreende as despesas referentes a juros e outros encargos financeiros, designadamente juros de empréstimos, juros de locações financeiras, serviços bancários e outras eventuais despesas financeiras.

Estas despesas apresentam um aumento em 30,6%, atingindo em 2013, um valor na ordem dos 586,5 mil euros. Para os valores verificados contribuiu a aplicação de juros moratórios resultantes dos pagamentos efetuados após o prazo legalmente estabelecido, essencialmente nos anos anteriores.

### **Transferências correntes**

Compreende as importâncias concedidas sem qualquer contrapartida, quando retiradas do rendimento corrente da autarquia para financiar despesas correntes do destinatário, designadamente, despesas com Serviços e Fundos Autónomos, Administração Local, Instituições sem fins lucrativos, Famílias, Resto do Mundo e outros.

As despesas desta natureza sofreram um decréscimo em 18,7%, refletindo a diminuição das transferências para a administração local (-70,9%) e instituições sem fins lucrativos (-48%).

No total, estas despesas representaram um valor na ordem dos 680,5 mil euros.

### **Subsídios**

Compreendem os fluxos financeiros não reembolsáveis para as empresas públicas municipais, intermunicipais, empresas participadas e outras, destinadas a influenciar níveis de produção, preços ou fatores de produção.

Estas despesas sofreram um acréscimo em 27,9% e reportam na sua totalidade a indemnizações compensatórias concedidas a empresas municipais, resultantes da vigência de preços sociais (inferiores aos custos), em determinados equipamentos, cuja responsabilidade de gestão incide sobre uma empresa do setor empresarial local, nomeadamente no âmbito das piscinas municipais e equipamentos desportivos.

Em termos globais, as despesas reportadas a subsídios atingiram um valor na ordem dos 736,6 mil euros, denotando um aumento absoluto em 160,7 mil euros.

### **Outras despesas correntes**

Rubrica de natureza residual onde se incluem despesas tais como, restituição de IVA, ou as quotizações, tendo sofrido uma variação positiva em 1,3% (+6,1 mil euros).

Em termos absolutos, estas despesas atingiram um valor de 481,4 mil euros.

### **Aquisição de bens de capital**

Compreende as despesas com aquisição (e também grandes reparações) de bens que contribuam para a formação de capital fixo, originando, em regra, um aumento do

ativo, designadamente terrenos, instalações de serviços, instalações desportivas e recreativas, escolas, equipamento básico, equipamento administrativo, equipamento de transporte e outros, as despesas relativas a contratos de locação financeira e as despesas com a aquisição (e também grandes reparações) de bens de domínio público.

No que respeita a este capítulo, o ano de 2013, por comparação ao ano anterior, verifica um decréscimo de 46,2%, que em termos absolutos representa uma variação negativa próxima de 6,9 milhões de euros, para um total de despesas desta natureza ligeiramente superiores a 8 milhões de euros.

### **Transferências de capital**

Compreende as importâncias concedidas sem qualquer contrapartida, destinadas a financiar despesas de capital do destinatário, designadamente, despesas com Serviços e Fundos Autónomos, Administração Local, Instituições sem fins lucrativos, Famílias, Resto do Mundo e outros.

As transferências de capital concedidas assinalam uma diminuição em 35,5%. Deste modo, verificou-se uma variação absoluta negativa na ordem de 1,2 milhões de euros.

Neste contexto, destaca-se a quebra ocorrida para a Administração Local (-43,3%), onde assumem particular relevo as freguesias, para as instituições sem fins lucrativos (-33,1%) e para as empresas públicas (-32,1%).

Estas despesas assinalaram um valor total próximo de 2,1 milhões de euros.

### **Ativos Financeiros**

Compreende as despesas com títulos de crédito, incluindo obrigações, ações, quotas e outras formas de participação.

No ano de 2013 não se verificou qualquer despesa neste âmbito.

## Passivos Financeiros

Compreende as operações financeiras, designadamente amortização de empréstimos, regularização de adiantamentos e outros.

Estas despesas apresentam um aumento em 17,9%. Em termos totais, a amortização de empréstimos de médio e longo prazo representou um valor próximo de 3,5 milhões de euros.

## Outras despesas de capital

Nesta rubrica, encontra-se afeto o pagamento de 100 mil euros referente à liquidação da última das prestações consignadas à aquisição à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria dos créditos referentes à Cooperativa Agrícola de Ourém, CRL.

## Resumo das Despesas Realizadas

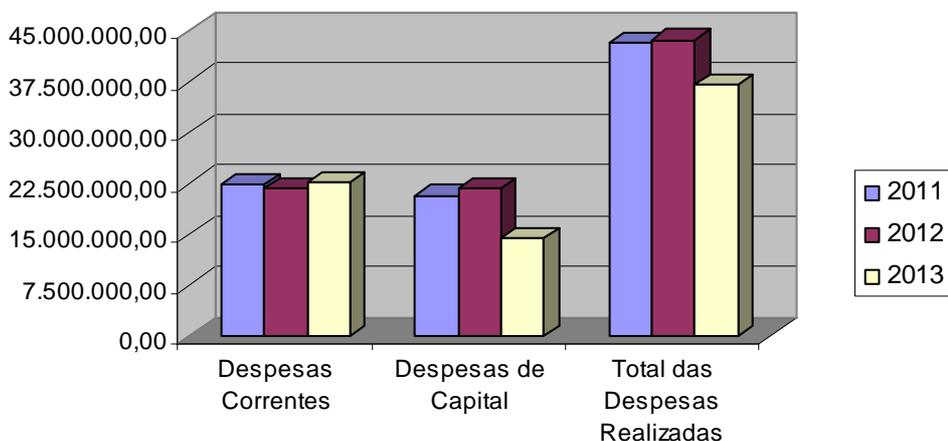
Quadro – Resumo das Despesas Realizadas a preços correntes

uni: Euro

Descrição da Despesa	2011	2012	var. (%)	2013	var. (%)
Despesas Correntes	22.388.927,95	21.752.185,71	-2,84	22.652.569,68	4,14
Despesas de Capital	20.773.453,58	21.830.757,00	5,09	14.446.125,55	-33,83
<b>Total das Despesas Realizadas</b>	<b>43.162.381,53</b>	<b>43.582.942,71</b>	<b>0,97</b>	<b>37.098.695,23</b>	<b>-14,88</b>

No cômputo geral, o total das despesas realizadas exibem uma variação negativa próxima de 14,9%, face ao valor registado no ano anterior, sendo o valor total obtido na ordem dos 37,1 milhões de euros. As despesas de correntes assinalam um crescimento de 4,1%, ascendendo a um valor próximo de 22,7 milhões de euros. Em sentido inverso regista-se uma diminuição das despesas de capital em 33,8%. Em suma, as despesas totais realizadas denotam uma variação absoluta negativa próxima de 6,5 milhões de euros.

Gráfico - Resumo das Despesas Realizadas



### 3.3 Evolução e estrutura das GOP's por objetivos e programas

#### 3.3.1 Evolução das GOP's

As despesas incidentes nas Grandes Opções do Plano sofreram uma diminuição na ordem dos 26,6%, face ao valor ocorrido em 2012. O volume total realizado situou-se na ordem dos 23,2 milhões de euros.

Quadro – Evolução das Despesas Realizadas em GOP's a preços correntes

Descrição	2011	2012	var. (%)	uni: Euro	
				2013	var. (%)
Educação	10.831.237,11	8.653.331,21	-20,11	6.641.895,67	-23,24
Ensino Básico	7.475.597,59	4.456.812,55	-40,38	2.848.224,12	-36,09
Ensino Secundário e Profissional	125.000,00	125.000,00	0,00	125.000,00	0,00
Ensino Superior	0,00	0,00	--	0,00	--
Ações de Cooperação e Apoio ao Ensino	3.230.639,52	4.071.518,66	26,03	3.668.671,55	-9,89
Cultura, Desporto e Tempos Livres	1.807.956,17	1.996.287,24	10,42	1.355.787,34	-32,08
Cultura	454.808,77	336.105,16	-26,10	222.027,61	-33,94
Desporto e lazer	1.335.094,90	1.640.745,93	22,89	1.133.474,49	-30,92
Património	18.052,50	19.436,15	7,66	285,24	-98,53

## Quadro – Evolução das Despesas Realizadas em GOP's a preços correntes (continuação)

uni: Euro

Descrição	2011	2012	var. (%)	2013	var. (%)
Ação Social	342.206,89	619.015,15	80,89	714.615,46	15,44
Habituação e Urbanismo	4.941.998,58	10.659.202,25	115,69	5.169.306,88	-51,50
Habituação	0,00	0,00	--	0,00	--
Planeamento Urbanístico	240.631,31	342.326,94	42,26	356.553,24	4,16
Iluminação	1.123.784,52	1.196.967,71	6,51	1.225.426,92	2,38
Urbanização	3.577.582,75	9.119.907,60	154,92	3.587.326,72	-60,66
Saneamento e Salubridade	3.598.195,96	3.356.445,44	-6,72	4.453.555,28	32,69
Despoluição das Bacias Hid. do Concelho	1.471.672,16	1.035.539,92	-29,64	1.168.251,88	12,82
Resíduos Sólidos	2.033.543,10	2.314.181,14	13,80	3.284.685,85	41,94
Higiene Pública	84.608,60	0,00	-100,00	0,00	--
Cemitérios	8.372,10	6.724,38	-19,68	617,55	-90,82
Protecção Civil	451.729,99	570.904,40	26,38	304.284,89	-46,70
Serviços Municipais de Protecção Civil	104.566,28	148.062,18	41,60	30.065,44	-79,69
Bombeiros	347.163,71	422.842,22	21,80	274.219,45	-35,15
Desenvolvimento Econ. e Abast. Púb.	857.628,50	673.454,59	-21,47	663.889,92	-1,42
Água	173.932,93	76.728,60	-55,89	22.588,32	-70,56
Energia	0,00	0,00	--	0,00	--
Turismo	248.385,88	321.005,83	29,24	219.973,29	-31,47
Feiras e Mercados	4.656,50	656,85	-85,89	0,00	-100,00
Apoio ao Tecido Empresarial	73.609,74	1.560,49	-97,88	80.501,04	5058,70
Outras Ações de Desenvolvimento	348.407,37	268.373,96	-22,97	335.246,23	24,92
Ações de Cooperação com o Exterior	8.636,08	5.128,86	-40,61	5.581,04	8,82
Comunicações e Transportes	2.308.474,51	1.615.773,03	-30,01	2.010.055,50	24,40
Rede Viária e Sinalização	2.128.603,23	1.563.747,62	-26,54	2.010.055,50	28,54
Transportes	179.871,28	52.025,41	-71,08	0,00	-100,00
Defesa do Meio Ambiente	933.833,30	531.935,34	-43,04	725.189,67	36,33
Parques e Jardins	906.877,85	464.918,84	-48,73	655.486,93	40,99
Protecção Ambiental	26.955,45	67.016,50	148,62	69.702,74	4,01
Freguesias	719.918,60	942.117,46	30,86	596.689,93	-36,67
Apoio ao Investimento	183.096,89	383.915,29	109,68	227.564,86	-40,73
Deleg. de competências - âmbito do Invest.	353.124,20	391.870,83	10,97	204.996,09	-47,69
Apoio a despesas correntes	173.760,66	97.416,74	-43,94	157.845,90	62,03
Deleg. de compet. - âmbito de desp. corr.	9.936,85	68.914,60	593,53	6.283,08	-90,88

## Quadro – Evolução das Despesas Realizadas em GOP's a preços correntes (continuação)

uni: Euro

Descrição	2011	2012	var. (%)	2013	var. (%)
Instalações e Serviços Municipais	599.422,90	775.562,06	29,38	590.626,03	-23,85
Edifícios	88.779,76	155.842,77	75,54	15.373,09	-90,14
Medidas de Modernização e Eficiência	432.559,59	604.957,43	39,86	554.478,30	-8,34
Outros investimentos	78.083,55	14.761,86	-81,09	20.774,64	40,73
<b>Total</b>	<b>27.392.602,51</b>	<b>30.394.028,17</b>	<b>10,96</b>	<b>23.225.896,57</b>	<b>-23,58</b>

## Educação

No decurso de 2013, as despesas realizadas no presente objetivo manifestam um decréscimo em 22,3%, circunstância que deriva da quebra verificada no programa “Educação Ensino Básico” e de 9,9% nas “Ações de Cooperação e Apoio ao Ensino”. O valor global deste objetivo situou-se ligeiramente superior a 6,6 milhões de euros.

Reporte dos projetos realizados mais significativos:

- Centro Escolar de Ourém (Caridade) (realização financeira);
- Escola do 1º CEB de Cova da Iria – Fátima (realização financeira);
- Centro Escolar de N.ª Sr.ª das Misericórdias (realização financeira);
- Centro Escolar de Ourém Nascente;
- Centro Escolar de Olival;
- Centro Escolar de Freixianda;
- Intervenções em escolas básicas (delegação de competências):
  - Escola IV Conde de Ourém;
  - Escola Cónego Dr. Manuel L. Perdigão;
  - Escola de Freixianda
- Aquisição do edifício dos Monfortinos em Fátima (aquisição por fases);
- Acordos de prolongamento de horários;
- Generalização de refeições escolares;
- Atividades de enriquecimento curricular;
- Transporte escolar;

- Aquecimento das escolas;
- Conservação e manutenção de equipamentos educativos;
- Vigilantes das escolas;
- Ação social escolar.

### **Cultura, Desporto e Tempos Livres**

Este objetivo evidencia uma diminuição em 32,1%, face ao valor verificado no ano transato, verificando-se decréscimo nos programas “Cultura” (-33,9%), “Desporto e Lazer” (-30,9%) e “Património” (-98,5%). O total das despesas inerentes a este objetivo ascendeu a um valor próximo de 1,4 milhões de euros.

Reporte dos projetos realizados mais significativos:

- Centro Cultural de Ourém (estudos e projetos);
- Programa Cultural;
- Apoios de capital atribuídos a associações culturais, desportivas e recreativas com sede na área do Município de Ourém (contratos-programa e protocolos estabelecidos em anos anteriores);
- Indemnizações compensatórias (preços sociais praticados nas piscinas municipais em equipamentos desportivos municipais e na Galeria e Museu Municipal);
- Locação operacional do espaço afeto à Biblioteca Municipal;
- Manutenção de espaços de lazer.

### **Ação Social**

O ano de 2013 registou um expressivo aumento das despesas verificadas ao nível deste objetivo em 15,4%, em alinhamento com o já verificado no ano anterior (+80,9%). Neste âmbito, as despesas ascenderam a um montante ligeiramente superior a 714,6 mil euros, as quais se reportam, essencialmente, ao contrato de gestão nesta área existente com a empresa municipal OurémViva, bem como a apoios

ao investimento concedidos a Instituições Particulares de Solidariedade Social, designadamente no âmbito do PARES.

### **Habitação e Urbanismo**

O volume total das despesas verificadas neste objetivo denota um substancial decréscimo, o qual se pautou numa variação negativa em 51,5%, atingindo, este objetivo, um valor total próximo de 5,2 milhões de euros. Neste contexto, reporta-se a diminuição verificada no programa de “urbanização” (-60,7%), em oposição ao aumento ocorrido nos programas de “Planeamento Urbanístico” (+4,2%), e “Iluminação” (+2,4%).

Reporte dos projetos realizados mais significativos:

- Revisão do Plano Diretor Municipal;
- Iluminação Pública (remodelação, ampliação e consumos);
- Requalificação da Av. D. José Alves Correia da Silva;
- Requalificação das 4 principais vias de entrada em Fátima – Estrada de Minde (realização financeira);
- Sistema Integrado de Mobilidade;
- ARU de Aljustrel;
- Requalificação da Rua das Covinhas (Fátima) (realização financeira);
- Requalificação da Rua de Castela (expropriações/aquisições de terrenos);
- Construção de Rotunda (Av. D. Nuno/Álamos/5 de Outubro – Ourém) (execução financeira – aquisição de terrenos);
- Diversas intervenções de urbanização das cidades e vilas existentes na área do Município.

### **Saneamento e Salubridade**

Este objetivo sofreu um aumento em 32,7%, mantendo um valor de despesas realizadas bastante significativo ( $\pm$  4,5 milhões de euros).

Reporte dos projetos realizados mais significativos:

- Ampliação e remodelação de esgotos;
- Exploração e manutenção de ETAR's;
- Recolha, tratamento e transporte de RSU's..;
- Limpeza urbana.

### **Proteção Civil**

As despesas inseridas neste objetivo sofreram uma diminuição em 46,7%, apresentando um valor total realizado de 304,3 mil euros. Os programas “Serviços Municipais de Proteção Civil” e “Bombeiros” denotam uma variação negativa em 79,7% e 35,2%, respetivamente.

### **Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público**

Este objetivo, apresenta uma ligeira variação negativa, a qual se situa na ordem de 1,4%, reportando um valor total das despesas realizadas próximo de 663,9 mil euros.

Reporte dos projetos realizados mais significativos:

- Requalificação do Agroal (2.ª fase);
- Fátima Cidade Mãe Natal (execução física e financeira – dez/2012 e jan/2013);
- Gestão de espaços promocionais (Ucharia do Conde);
- Gestão do Centro de Negócios de Ourém;
- Aquisição e créditos da Cooperativa Agrícola de Ourém à CCAML (realização financeira em prestações – última prestação);
- Ações de apoio ao emprego;
- CIMT (Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo) – Quotização e comparticipação do Município nos projetos em que aderiu.

### **Comunicações e Transportes**

O ano de 2013 apresentou um acréscimo das despesas afetas a este objetivo em 24,4%. Em termos totais, estas despesas situavam-se num valor ligeiramente superior a 2 milhões de euros.

Reporte dos projetos realizados mais significativos:

- Beneficiação do C.M. 1001 (Espite/Freiria – Limite do Concelho) (realização financeira);
- E.N. 113-1 (Seiça);
- Sinalização viária do concelho;
- Construção e/ou beneficiação de pontes e pontões;
- Beneficiação de diversos caminhos municipais.

### **Defesa do Ambiente**

As despesas realizadas e inseridas neste objetivo denotam um aumento em 36,3%, para o qual contribuiu a incremento verificada no programa “Parques e Jardins” (+41%) e “Proteção Ambiental” (+4%). O valor total de despesas realizadas no presente objetivo foi na ordem dos 725,2 mil euros.

Reporte dos projetos realizados mais significativos:

- Manutenção de espaços verdes públicos;
- Vigilância de espaços verdes públicos;
- Gabinete Técnico Florestal.

### **Freguesias**

O presente objetivo denota uma quebra em 36,7%. As despesas totais realizadas neste âmbito ascenderam a um montante próximo de 596,7 mil euros.

Neste contexto, importa destacar o apoio concedido para a construção/beneficiação de casas mortuárias (38,2 mil euros), construção/beneficiação de cemitérios (167,4 mil euros), intervenção florestal (16,8 mil euros), delegação de competências na área dos arranjos urbanísticos e espaços públicos (63 mil euros), rede viária (142 mil euros), ou ainda a promoção do desenvolvimento rural (157,8 mil euros).

### **Instalações e Serviços Municipais**

O ano de 2013 assinala uma quebra nas despesas realizadas adjacentes a este objetivo (-23,9%). Estas despesas totalizaram um valor na ordem dos 590,6 mil euros.

Reporte dos projetos realizados mais significativos:

- Aquisição de equipamento informático;
- Aquisição de software informático;
- Honorários para patrocínio judicial e pareceres;
- Promoção e imagem do Município;
- Vigilância e segurança dos edifícios municipais;
- Limpeza dos edifícios municipais.

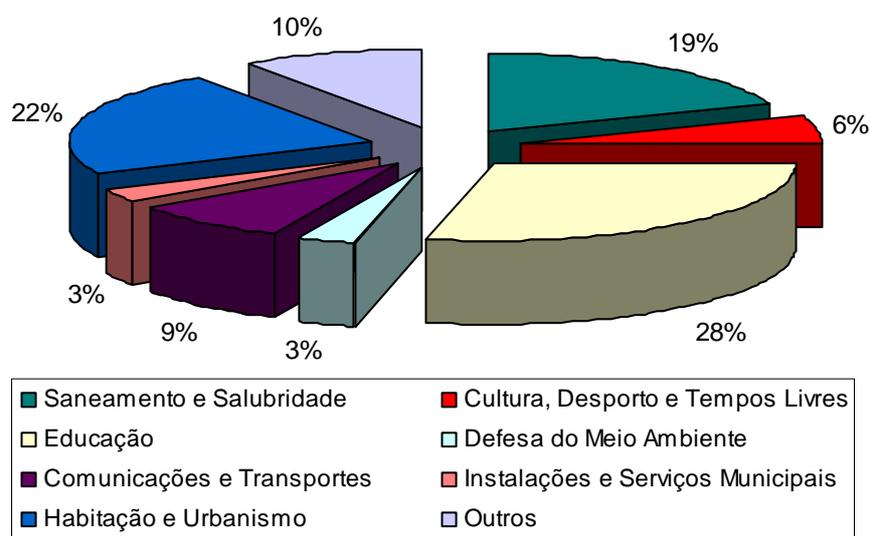
### **3.3.2 Estrutura das GOP's**

Conforme decorre da leitura do quadro e do gráfico seguidamente apresentado, a maior fatia das despesas realizadas em GOP's, no ano de 2013, reporta-se aos objetivos “Educação”, “Habitação e Urbanismo” e “Saneamento e Salubridade, tendo um peso no cômputo total das despesas em GOP's de, respetivamente, 28,6%, 22,3% e 19,2%.

## Quadro – Estrutura das Despesas Realizadas em GOP's

Descrição	Uni:Euro	
	2013	Peso (%)
Educação	6.641.895,67	28,60
Cultura, Desporto e Tempos Livres	1.355.787,34	5,84
Acção Social	714.615,46	3,08
Habitação e Urbanismo	5.169.306,88	22,26
Saneamento e Salubridade	4.453.555,28	19,17
Protecção Civil	304.284,89	1,31
Desenvolvimento Econ. e Abast. Púb.	663.889,92	2,86
Comunicações e Transportes	2.010.055,50	8,65
Defesa do Meio Ambiente	725.189,67	3,12
Freguesias	596.689,93	2,57
Instalações e Serviços Municipais	590.626,03	2,54
<b>Total</b>	<b>23.225.896,57</b>	<b>100,00</b>

Gráfico - Estrutura das Despesas Realizadas em GOP's



### 3.4 Evolução da execução orçamental

#### 3.4.1 Orçamento da Receita

O grau de execução orçamental da receita visa apurar a relação entre o valor de receita cobrada líquida (ótica das cobranças líquidas) na qual se consideram os efeitos resultantes dos reembolsos e restituições e da receita liquidada (ótica das liquidações), ambos os fatores comparativamente ao valor total previsto no orçamento da receita num determinado ano económico.

Na ótica das liquidações, o grau de execução orçamental da receita obtido foi na ordem dos 98,8%, sofrendo uma variação positiva em 8,5 p.b. face ao valor ocorrido no ano anterior. O grau de execução da receita corrente na ótica das liquidações foi próximo de 112%, ou seja, superando a integralidade das receitas inicialmente definidas em observância às regras previsionais estabelecidas no POCAL. Em oposição, o grau de execução da receita de capital ficou-se pelos 80,8%.

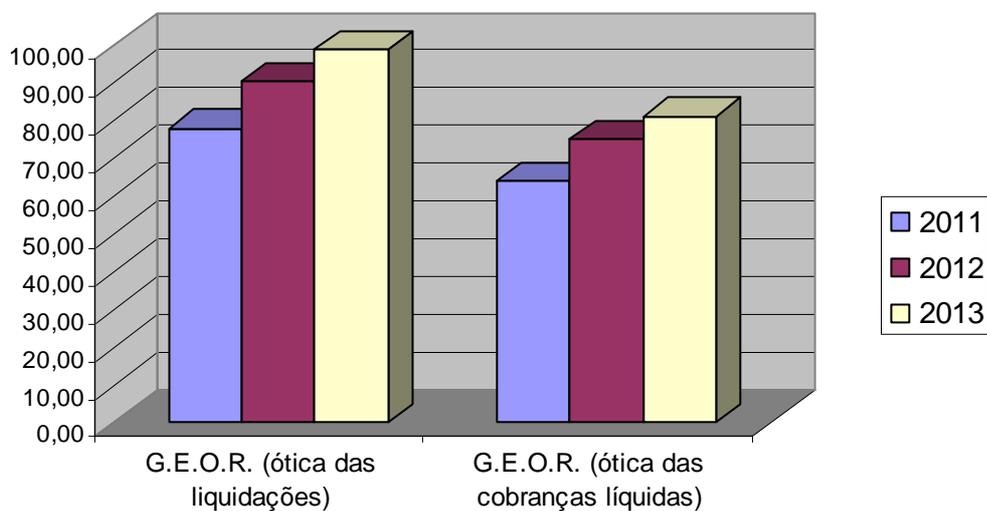
Na ótica das cobranças, o grau de execução orçamental situou-se nos 81,2%, ou seja, 4/5 da receita inicialmente prevista no orçamento, obteve cobrança, tendo o Município obtido o seu melhor grau de execução desde o indicador, desde que implementou o POCAL (2002).

Quadro – Evolução do Grau de Execução Orçamental da Receita

Descrição	Uni: Euro				
	2011	2012	var. (%)	2013	var. (%)
<i>(ótica das liquidações)</i>					
G.E.O.R (Corrente)	106,23	110,59	4,10	111,96	1,24
G.E.O.R (Capital)	57,00	75,23	31,98	80,78	7,38
G.E.O.R. (Total)	77,97	90,26	15,76	98,76	9,41
<i>(ótica das cobranças líquidas)<sup>a</sup></i>					
G.E.O.R (Corrente)	96,61	101,47	5,03	104,77	3,26
G.E.O.R (Capital)	39,53	55,34	40,00	49,17	-11,15
G.E.O.R. (Total)	63,85	74,94	17,37	81,22	8,39

<sup>a)</sup> considera os efeitos resultantes dos reembolsos e restituições

Gráfico - Grau de Execução do Orçamento da Receita



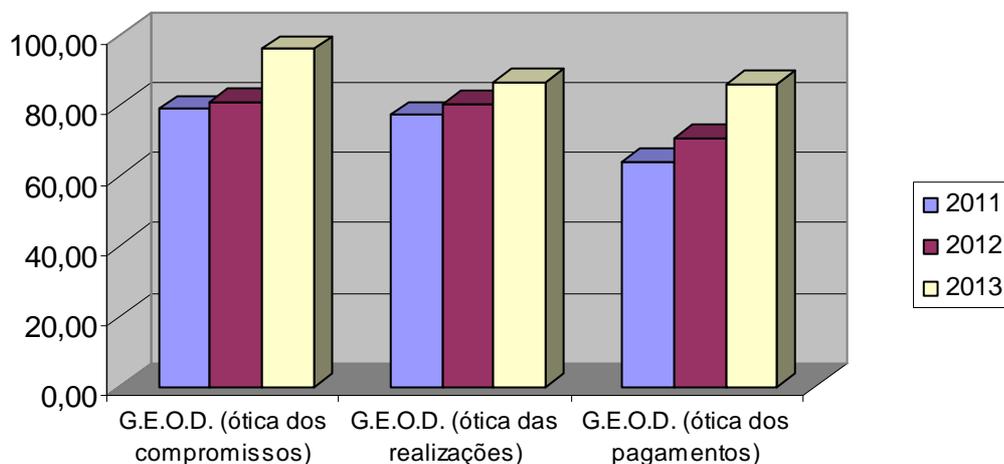
### 3.4.2 Orçamento da Despesa

Quadro – Evolução do Grau de Execução Orçamental da Despesa

Uni: Euro

Descrição	2011	2012	var. (%)	2013	var. (%)
<i>(ótica dos compromissos)</i>					
G.E.O.D (Corrente)	97,28	96,70	-0,60	99,56	2,96
G.E.O.D (Capital)	65,77	69,51	5,68	91,19	31,20
G.E.O.D. (Total)	78,81	80,88	2,63	95,92	18,60
<i>(ótica das realizações)</i>					
G.E.O.D (Corrente)	96,68	95,90	-0,80	93,47	-2,53
G.E.O.D (Capital)	63,32	69,17	9,23	77,44	11,97
G.E.O.D. (Total)	77,12	80,34	4,18	86,50	7,66
<i>(ótica dos pagamentos)</i>					
G.E.O.D (Corrente)	86,45	87,33	1,03	92,44	5,85
G.E.O.D (Capital)	48,24	58,80	21,91	77,37	31,58
G.E.O.D. (Total)	64,05	70,73	10,44	85,89	21,43

Gráfico - Evolução do Grau de Execução do Orçamento da Despesa



O grau de execução orçamental da despesa visa apurar a relação entre o valor da despesa comprometida (ótica dos compromissos), a despesa realizada (ótica das realizações) e da despesa paga (ótica dos pagamentos), e o total previsto no orçamento da despesa, num determinado ano económico.

Os graus de execução referidos denotam, uma melhoria significativa em todas as óticas apresentadas. Na ótica dos compromissos, o grau de execução orçamental foi de 95,9%. Na ótica das realizações, as quais se devem entender pelas despesas realizadas, o valor apurado demonstra que se executaram 86,5% das despesas previstas. Na ótica dos pagamentos, o grau de execução situou-se nos 86%, denotando uma variação positiva em 15,16 p.b. face ao valor ocorrido no ano anterior.

### 3.4.3 Grandes Opções do Plano

O nível de execução anual das GOP's (Grandes Opções do Plano), que inclui o PPI (Plano Plurianual de Investimentos) e as AMR's (Atividades Mais Relevantes), visa estabelecer a relação entre o valor da despesa comprometida (ótica dos compromissos), a despesa realizada (ótica das realizações) e da despesa paga (ótica dos pagamentos), e o total previsto, num determinado ano económico.

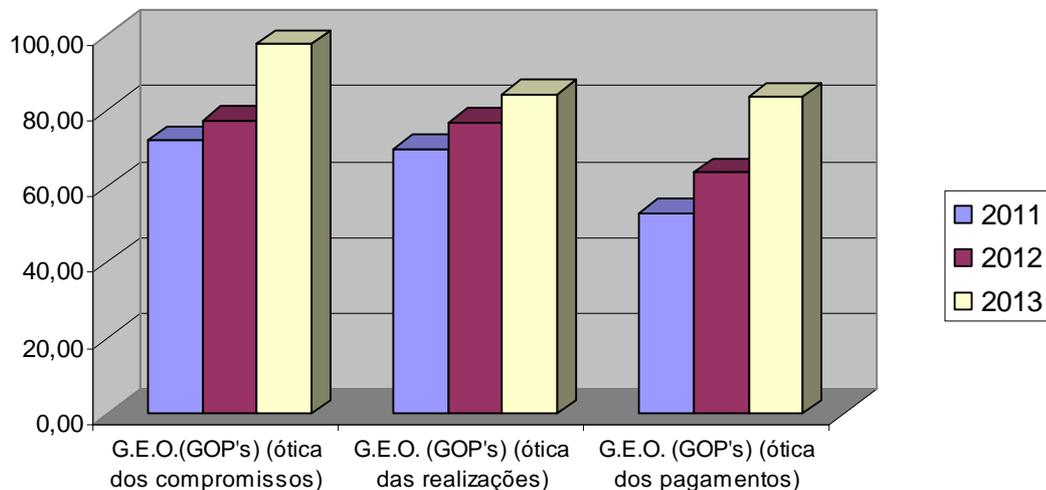
## Quadro – Evolução do Grau de Execução Orçamental das GOP's

(inclui desagregação pelo PPI e AMR's)

Uni: Euro

Descrição	2011	2012	var. (%)	2013	var. (%)
<i>(ótica dos compromissos)</i>					
G.E.O. (GOP's)	72,17	77,28	7,08	97,35	25,97
G.E.O. (PPI)	60,25	66,99	11,19	44,47	-33,62
G.E.O. (AMR's)	90,52	90,59	0,08	97,98	8,15
<i>(ótica das realizações)</i>					
G.E.O. (GOP's)	69,90	76,76	9,82	84,23	9,73
G.E.O. (PPI)	56,97	66,61	16,92	35,83	-46,21
G.E.O. (AMR's)	89,80	89,90	0,11	88,20	-1,89
<i>(ótica dos pagamentos)</i>					
G.E.O. (GOP's)	52,92	63,68	20,33	83,41	30,99
G.E.O. (PPI)	40,67	54,80	34,74	35,77	-34,72
G.E.O. (AMR's)	71,78	75,16	4,71	86,97	15,71

Gráfico - Grau de Execução Orçamental Anual das GOP's



Na ótica dos compromissos, na ótica das realizações e na ótica dos pagamentos, o grau de execução orçamental anual das GOP's foi, respetivamente, de 97,4%, 84,2% e 83,4%.

No que concerne ao PPI, este apresenta um grau de execução orçamental na ótica das realizações e dos pagamentos de 35,8%.

As AMR's apresentam um grau de execução orçamental, na ótica das realizações de 88,2% e na ótica dos pagamentos de 87%.

### 3.5 Compromissos assumidos para anos seguintes

No Quadro – Mapa resumo dos compromissos assumidos<sup>3</sup>

uni: euro

Ano	Montantes
2014	7.078.317,69
2015	4.212.850,95
2016	3.342.716,18
Seguintes	11.809.438,26
<b>TOTAL</b>	<b>26.443.323,08</b>

No término do ano económico em relato, verificava-se a existência de um total de 26,4 milhões de euros de compromissos.

Do montante reportado, e de acordo com os contratos assumidos, e face à sua potencial realização, os encargos irão incidir, essencialmente, nos anos económicos de 2014 (7,1 milhões euros) e de 2015 (4,2 milhões de euros).

Note-se que os compromissos assumidos reportados não contemplam a dívida sobre a qual já existe realização, designadamente os empréstimos bancários (amortização que ocorre no médio longo prazo) mas somente os atos assumidos perante terceiros, os quais apenas após cumprimento pela outra parte interveniente, do estabelecido se podem constituir como uma dívida municipal.

<sup>3</sup> Compromissos assumidos ainda sem realização, pelo que ainda não conferem dívida, com exceção do que respeita a empréstimos de médio longo prazo já contraídos

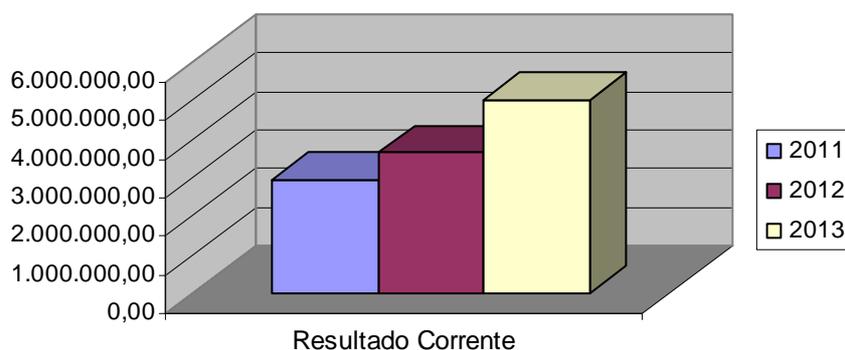
### 3.6 Evolução dos resultados orçamentais

#### 3.6.1 Resultado corrente

Quadro – Evolução dos Resultados Correntes a preços correntes

Descrição	2011	2012	var. (%)	uni: Euro	
				2013	var. (%)
Receitas correntes liquidadas	25.326.288,05	25.401.232,94	0,30	27.671.736,88	8,94
Despesas correntes realizadas	22.388.927,95	21.752.185,71	-2,84	22.652.569,68	4,14
<b>Resultado Corrente</b>	<b>2.937.360,10</b>	<b>3.649.047,23</b>	<b>24,23</b>	<b>5.019.167,20</b>	<b>37,55</b>
Nota Orçamental	poupança corrente	poupança corrente		poupança corrente	

Gráfico - Evolução dos Resultados Correntes



O ano de 2013 evidencia a ocorrência de um superavit corrente superior a 5 milhões de euros, ou seja, as receitas correntes liquidadas foram superiores às despesas correntes realizadas, permitindo a ocorrência de uma poupança corrente.

Contudo, importa observar dois fatores que influenciam a análise ao valor disposto e que contextualizam uma análise mais efetiva ao resultado apresentado.

O primeiro fator reporta-se às receitas liquidadas e às despesas realizadas que transitam de ano económico e que, deste modo, têm uma influência direta no resultado apurado.

Consequentemente, tendo por referência a influência decorrente do primeiro fator enunciado e extraíndo a sua influência do apuramento do resultado em análise, verifica-se que o resultado corrente se situa próximo de 4,8 milhões de euros, manifestando uma variação absoluta positiva na ordem de 1,1 milhão de euros, face ao volume apurado para o ano económico de 2012 (na ordem dos 3,7 milhões de euros).

Quadro – Evolução dos resultados correntes excluindo o impacto derivado do anterior a p.c.

Descrição	uni: Euro				
	2011	2012	var. (%)	2013	var. (%)
Resultado corrente obtido	2.937.360,10	3.649.047,23	24,23	5.019.167,20	37,55
Receitas liquidadas correntes que transitaram de ano	825.992,75	2.292.327,44	177,52	2.094.260,89	-8,64
Despesas realizadas correntes que transitaram de ano	2.618.170,56	2.368.510,04	-9,54	1.942.581,01	-17,98
<b>Resultado orçamental corrente, excluindo o impacto derivado do ano anterior</b>	<b>4.729.537,91</b>	<b>3.725.229,83</b>	<b>-21,23</b>	<b>4.867.487,32</b>	<b>30,66</b>

Como segundo fator, salienta-se ainda o impacto da despesa corrente inerente à aquisição de matérias-primas, a qual ascendeu a 121,5 mil euros, na medida em que as referidas despesas são transformadas em investimento, através da execução de obras por administração direta.

### 3.6.2 Resultado orçamental

O ano de 2013 regista um superavit orçamental próximo de 5,3 milhões de euros. Em termos de representatividade, o superavit ocorrido significa 12,4% do total das receitas liquidadas e 14,2% das despesas realizadas.

## Quadro – Evolução dos Resultados Orçamentais a preços correntes

uni: Euro

Descrição	2011	2012	var. (%)	2013	var. (%)
Total das Receitas Liquidadas	43.638.485,94	48.964.247,54	12,20	42.356.966,45	-13,49
Total das Despesas Realizadas	43.162.381,53	43.582.942,71	0,97	37.098.695,23	-14,88
<b>Resultado Orçamental</b>	<b>476.104,41</b>	<b>5.381.304,83</b>	<b>1030,28</b>	<b>5.258.271,22</b>	<b>-2,29</b>
Nota Orçamental	Superávit Orçamental	Superávit Orçamental		Superávit Orçamental	

## Quadro – Evolução do resultado orçamental obtido excluindo o impacto derivado do anterior a p.c.

uni: Euro

Descrição	2011	2012	var. (%)	2013	var. (%)
Resultado orçamental obtido	476.104,41	5.381.304,83	1030,28	5.258.271,22	-2,29
Receitas liquidadas que transitaram de ano	6.838.907,61	7.904.959,44	15,59	7.521.359,81	-4,85
Despesas realizadas que transitaram de ano	7.328.788,83	7.317.447,37	-0,15	5.213.728,44	-28,75
<b>Resultado orçamental, excluindo o impacto derivado do ano anterior</b>	<b>965.985,63</b>	<b>4.793.792,76</b>	<b>396,26</b>	<b>2.950.639,85</b>	<b>-38,45</b>

Importa contudo, considerar o efeito resultante da alienação de terrenos relativos aos complexos desportivos de Ourém e Fátima, à entidade Maisourém, S.A. (entidade na qual o Município participa em 49% do capital), no âmbito do desenvolvimento de uma parceria público-privada, cujo montante ascende a 4,8 milhões de euros.

Excluindo o impacto decorrente das receitas liquidadas e das despesas realizadas que transitam de ano económico, verificou-se a ocorrência de um resultado orçamental positivo próximo de 3 milhões de euros.

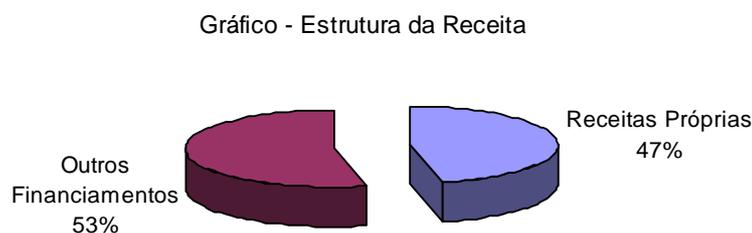
## 4. Fontes de Financiamento

### 4.1 Receitas Próprias

#### 4.1.1 Estrutura das Receitas Próprias

São consideradas Receitas Próprias, aquelas que o município pode arrecadar, nos termos da legislação aplicável, recorrendo a meios próprios e sem influência de organismos externos, nos termos da autonomia financeira de que dispõe. Desta forma, excluem-se destas, as receitas relativas a transferências ou a empréstimos contraídos.

A análise destas receitas permite aferir a capacidade da autarquia em gerar, localmente, recursos financeiros indispensáveis à prossecução da sua missão e dos objetivos propostos.

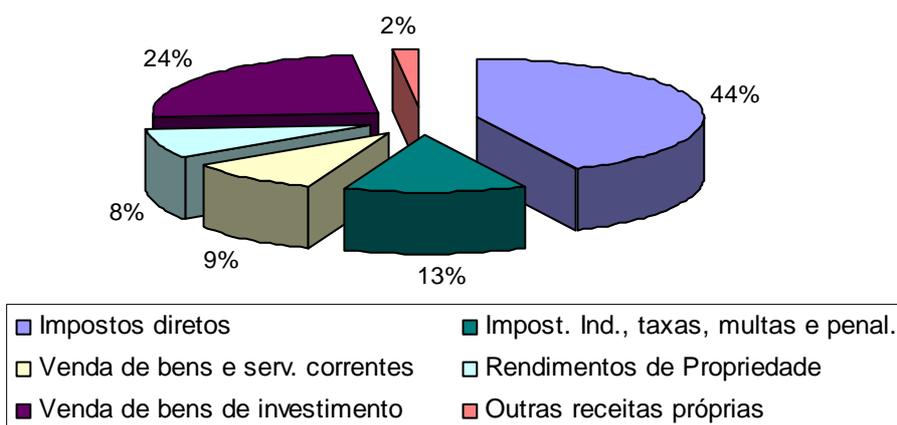


O gráfico acima apresentado denota que as receitas próprias do município representam 47% das receitas totais, valor que indicia, que esta autarquia, no ano de 2013, esteve maioritariamente dependente de financiamentos externos. Será ainda de referir que o valor apresentado denota uma melhoria deste indicador em 8 p.b, face ao valor obtido no ano anterior.

Os impostos diretos, onde se incluem os impostos sobre o património, são os recursos com maior expressão no conjunto das receitas próprias, rondando os 44%, seguidos da venda de bens de investimento (24%).

Os impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades, a venda de bens e serviços correntes e os rendimentos de propriedade, representam 13% 9% e 8%, respetivamente, do total das receitas próprias.

Gráfico - Estrutura das Receitas Próprias



#### 4.1.2 Evolução das Receitas Próprias

Quadro – Evolução das Receitas Próprias a preços correntes

Receitas Próprias	uni: Euro				
	2011	2012	var. (%)	2013	var. (%)
Total	19.994.295,20	18.910.268,76	-5,42	19.706.136,03	4,21

Em 2013, as receitas próprias assinalam um valor ligeiramente superior a 19,7 milhões de euros, denunciando uma variação positiva na ordem dos 4,2% face ao volume verificado no ano anterior.

#### 4.1.3 Indicadores

Através da análise dos indicadores seguidamente expostos, podemos verificar que as receitas próprias aumentaram a sua representatividade nas receitas totais em 20,5%. O grau de cobertura das despesas pelas receitas próprias é de 53%. As receitas próprias, *per capita*, foram na ordem dos 431,41 euros (+4,6%), e, por Km<sup>2</sup>, de 47.302,29 euros (+4,2%).

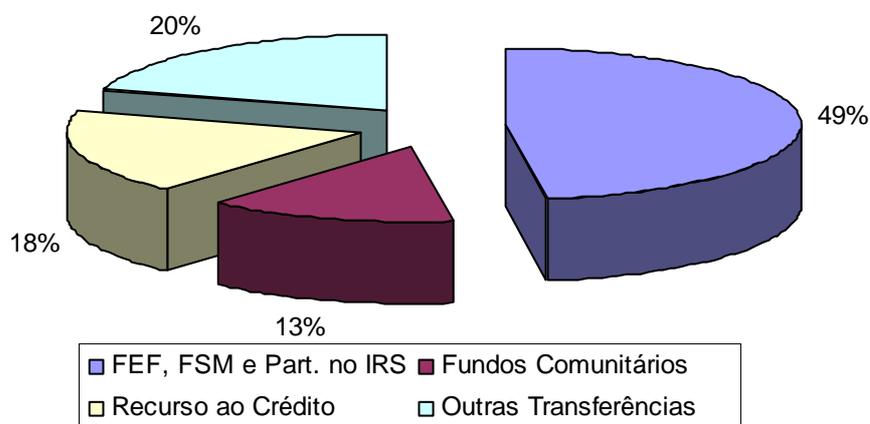
Quadro – Evolução dos Indicadores de Receitas Próprias

Indicadores	2011	2012	var. (%)	2013	var. (%)
Receitas Próprias / Receita Total	0,46	0,39	-15,71	0,47	20,46
Receitas Próprias / Despesa Total	0,46	0,43	-6,33	0,53	22,42
Receitas Próprias por Km2	47.993,99 €	45.391,91 €	-5,42	47.302,29 €	4,21
Receitas Próprias <i>per capita</i>	389,87 €	412,62 €	5,83	431,41 €	4,56

## 4.2 Outros Financiamentos

### 4.2.1 Estrutura dos Outros Financiamentos

Gráfico - Estrutura dos Outros Financiamentos



Conforme resulta da leitura do gráfico apresentado, em 2013, o maior recurso financeiro relativo aos “Outros Financiamentos”, provém da participação do município nos impostos do Estado (49%) e do recurso ao crédito (18%).

As receitas provenientes dos fundos comunitários representam 13% dos outros financiamentos.

### 4.2.2 Evolução dos Outros Financiamentos

## Quadro – Evolução dos Outros Financiamentos a preços correntes

uni: Euro

Outros Financiamentos	2011	2012	var. (%)	2013	var. (%)
<b>Total</b>	<b>23.644.190,74</b>	<b>30.053.978,78</b>	<b>27,11</b>	<b>22.650.830,42</b>	<b>-24,63</b>

Os “Outros Financiamentos” manifestam uma diminuição na ordem dos 24,6%, sendo o volume total verificado, em 2013, próximo de 22,7 milhões de euros.

#### 4.2.3 Participação do Município nos Impostos do Estado

No decurso de 2013, a participação do município nos impostos do Estado consubstanciou-se no Fundo de Equilíbrio Financeiro (Fundo Geral Municipal e Fundo de Coesão Municipal), no Fundo Social Municipal e na participação do IRS.

O FGM visa dotar os municípios de condições financeiras adequadas ao desempenho das suas atribuições, em função dos respetivos níveis de funcionamento e investimento sendo a sua distribuição efetuada com base nos seguintes critérios:

- 5% igualmente por todos os municípios;
- 65% na razão direta da população (ponderada) residente e da média diária de dormidas em estabelecimentos hoteleiros e parques de campismo, sendo a população residente nas Regiões Autónomas ponderada pelo fator 1.3, estabelecendo-se ainda os seguintes ponderadores marginais:
  - os primeiros 5000 habitantes – 3;
  - de 5001 a 10000 habitantes – 1;
  - de 10001 a 20000 habitantes – 0,25;
  - de 20001 a 40000 habitantes – 0,5;
  - de 40001 a 80000 habitantes – 0,75;
  - > 80001 – 1.
- 25% na razão direta da área ponderada por um fator relativo à amplitude altimétrica do município e 5% na razão direta da área afeta à Rede Natura 2000 e da área protegida; ou

- 20% na razão direta da área ponderada por um fator de amplitude altimétrica do município e 10% na razão direta da área afeta à Rede Natura 2000 e da área protegida, nos municípios com mais de 70% do seu território afeto à Rede Natura 2000 e de área protegida.

O Fundo de Coesão Municipal visa reforçar a coesão municipal, fomentando a correção de assimetrias em benefício dos municípios menos desenvolvidos e é a soma da compensação fiscal (CF) e da compensação por desigualdade de oportunidades (CDO) baseada no índice de desigualdade de oportunidades (IDO), os quais traduzem situações de desigualdade relativamente às correspondentes médias nacionais.

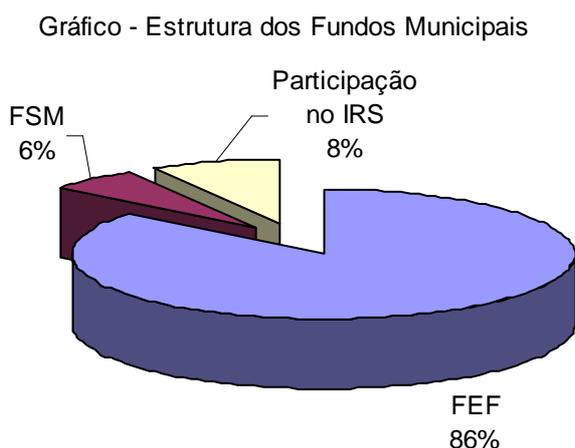
O Fundo Social Municipal constitui uma transferência financeira do Orçamento do Estado consignada ao financiamento de despesas determinadas, relativas a atribuições e competências dos municípios associadas a funções sociais, nomeadamente na educação, na saúde ou na ação social, sendo a sua repartição anual efetuada proporcionalmente por cada município, de acordo com os seguintes indicadores:

- 35% de acordo com os seguintes indicadores relativos às inscrições de crianças e jovens nos estabelecimentos de educação pré-escolar e ensino básico do município:
  - 4% na razão direta do número de crianças que frequentam o ensino pré-escolar público;
  - 12% na razão direta do número de jovens a frequentar o 1º ciclo do ensino básico público;
  - 19% na razão direta do número de jovens a frequentar o 2º e 3º ciclos do ensino básico público;
- 32,5% de acordo com os seguintes indicadores relativos ao número de utentes inscritos na rede de saúde municipal:
  - 10,5% na razão direta do número de beneficiários dos programas municipais de cuidados de saúde continuados;

- 22% na razão direta do número de utentes inscritos nos centros de saúde concelhios;
- 32,5% de acordo com os seguintes indicadores relativos ao número de utentes e beneficiários das redes municipais de creches, jardins de infância, lares, centros de dia e programas de ação social de cada município:
  - 5% na razão direta do número de inscritos em programas de apoio à toxicodependência;
  - 12,5% na razão direta do número de crianças até aos 3 anos de idade, que frequentam as creches e jardins de infância;
  - 15% na razão direta do número de adultos com mais de 65 anos residentes em lares ou inscritos em centros de dia e programas de apoio ao domicílio.

Os municípios têm ainda direito a uma participação fixa de 2% do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial e uma participação variável até 3% no IRS, sendo esta última aplicável em consonância com a deliberação do órgão deliberativo do município. Neste contexto, o Município de Ourém deliberou manter a participação de 5%.

#### 4.2.3.1 Estrutura dos Fundos Municipais



O fundo municipal que financeiramente produz maior volume de receitas para o município é o FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro) que representa cerca de 86% do total dos três fundos. O Fundo Social Municipal, o qual é um financiamento consignado a algumas despesas no âmbito da educação, saúde e ação social, constitui 6% dos fundos municipais, cabendo os restantes 8% à participação no IRS.

#### 4.2.3.2 Evolução dos Fundos Municipais

Por observação do quadro abaixo exposto, verifica-se que o FEF sofreu um quebra em 0,7%.e o FSM em 5,6%. De salientar que o montante inerente ao IRS e ao FSM foram iguais aos valores obtidos em 2012 o que evidencia um claro incumprimento ao estabelecido na Lei das Finanças (vigente em 2013).

Quadro – Evolução dos Fundos Municipais a preços correntes

uni: Euro

Descrição dos Fundos Municipais	2011	2012	var. (%)	2013	var. (%)
FEF	9.890.807,00	9.350.370,00	-5,46	9.287.617,28	-0,67
FSM	681.098,00	642.823,00	-5,62	642.823,00	0,00
Participação no IRS	877.419,00	904.975,00	3,14	904.975,00	0,00
<b>Total</b>	<b>11.449.324,00</b>	<b>10.898.168,00</b>	<b>-4,81</b>	<b>10.835.415,28</b>	<b>-0,58</b>

#### 4.2.4 Cooperação Técnica e Financeira

Quadro – Evolução da Cooperação Técnica e Financeira a preços correntes

uni: Euro

Cooperação Técnica e Financeira	2011	2012	var. (%)	2013	var. (%)
<b>Total</b>	<b>77.089,99</b>	<b>0,00</b>	<b>-100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>--</b>

Em 2013, a exemplo do já ocorrido no ano anterior, não se verificou qualquer receita enquadrável neste âmbito.

#### 4.2.5 Fundos Comunitários

## Quadro – Evolução dos Fundos Comunitários a preços correntes

uni: Euro

Fundos Comunitários	2011	2012	var. (%)	2013	var. (%)
Total	6.194.081,78	8.734.206,46	41,01	3.057.215,76	-65,00

No decurso de 2013, verificou-se uma quebra substancial das receitas relativas a fundos comunitários em 65%. Estas receitas ascenderam na ordem de 3,1 milhões de euros, constituindo ainda um importante recurso de financiamento, indispensável à realização de um notório conjunto de infraestruturas e equipamentos públicos.

#### 4.2.6 Endividamento Municipal

##### 4.2.6.1 Curto Prazo

Em 2013 utilizou-se um empréstimo de curto prazo contraído para fazer face a necessidades de tesouraria, tendo esse valor sido integralmente pago no mesmo ano económico. Dadas as características deste tipo de empréstimo, realça-se que, por observância às movimentações orçamentais que origina, nomeadamente refletindo igual valor, quer no orçamento da receita, quer no orçamento da despesa, este empréstimo acaba por apresentar um efeito nulo.

##### 4.2.6.2 Médio e Longo Prazo

Quadro – Evolução do financiamento reportado a empréstimos de m.l.p a preços correntes

uni: Euro

Empréstimos de m.l.p	2011	2012	var. (%)	2013	var. (%)
Total	597.660,25	0,00	-100,00	3.348.152,72	--

Como se verifica no quadro acima exposto, o recurso a empréstimos de médio e longo, apresentou uma variação absoluta próxima de 3,4 milhões de euros e resulta do recurso ao crédito no âmbito do PAEL.

#### 4.2.7 Indicadores

Quadro – Evolução dos Indicadores dos Outros Financiamentos

Indicadores	2011	2012	var. (%)	2013	var. (%)
Outros Financ. / Receita Total	0,54	0,61	13,28	0,53	-12,88
Outros Financ. / Despesa Total	0,55	0,69	25,88	0,61	-11,46
Outros Financiamentos por Km2	56.755,14 €	72.141,09 €	27,11	54.370,69 €	-24,63
Outros Financiamentos <i>per capita</i>	461,04 €	655,77 €	42,24	495,88 €	-24,38
Fundos Municipais / Receita Total	0,26	0,22	-15,17	0,26	14,93
Fundos Municipais / Despesa Total	0,27	0,25	-5,73	0,29	16,80
Fundos Municipais por Km2	27.482,77 €	26.159,79 €	-4,81	26.009,16 €	-0,58
Fundos Municipais <i>per capita</i>	223,25 €	237,80 €	6,51	237,21 €	-0,24
Coop. Tén. Financ. / Receita Total	0,00	0,00	-100,00	0,00	--
Coop. Tén. Financ. / Despesa Total	0,00	0,00	-100,00	0,00	--
Coop. Tén. Financeira por Km2	185,05 €	0,00 €	-100,00	0,00 €	--
Coop. Tén. Financeira <i>per capita</i>	1,50 €	0,00 €	-100,00	0,00 €	--
Fundos Comunitários / Receita Total	0,14	0,18	25,67	0,07	-59,54
Fundos Comunitários / Despesa Total	0,14	0,20	39,65	0,08	-58,88
Fundos Comunitários por Km2	14.868,18 €	20.965,45 €	41,01	7.338,49 €	-65,00
Fundos Comunitários <i>per capita</i>	120,78 €	190,58 €	57,79	66,93 €	-64,88
Empréstimos m.l.p. / Receita Total	0,01	0,00	-100,00	0,08	--
Empréstimos m.l.p. / Despesa Total	0,01	0,00	-100,00	0,09	--
Empréstimos m.l.p por Km2	1.434,61 €	0,00 €	-100,00	8.086,85 €	--
Empréstimos m.l.p <i>per capita</i>	11,65 €	0,00 €	-100,00	73,30 €	--

O quadro que se apresenta permite aferir que o peso dos outros financiamentos no total da receita diminuiu cerca de 12,9%. As receitas resultantes dos outros financiamentos cobriram 61% das despesas totais realizadas em 2013. Os outros financiamentos, *per capita*, foram na ordem dos 695,88 euros e, por Km<sup>2</sup>, de 54.370,69 euros.

Em 2013, os fundos municipais representaram 26% do total das receitas e cobriram 29% das despesas totais realizadas. Estas receitas significaram, *per capita*, um valor de 237,21 euros e, por Km<sup>2</sup>, de 26.009,16 euros.



Será de salientar que os fundos comunitários significaram 7% do total das receitas e financiaram 8% das despesas realizadas, tendo sido obtido um valor de financiamento, *per capita*, de 66,93 euros.

## 5. Aplicação dos Recursos Financeiros

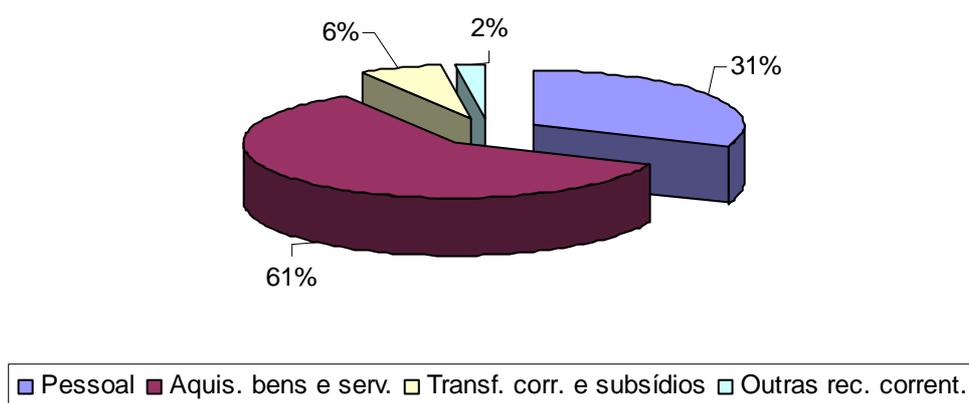
### 5.1 Despesas de Funcionamento

O conceito de despesas de funcionamento traduz as despesas consideradas como essenciais para o funcionamento da entidade coincidindo, quase na totalidade e na maioria das situações, com a despesa corrente. São, para o efeito, retirados os encargos financeiros com o serviço da dívida que constituem uma despesa de financiamento. De igual modo, não são consideradas neste grupo as despesas com a execução de projetos por administração direta que, na prática, são registadas por despesas correntes.

Assim sendo, as despesas de funcionamento consistem nas despesas com pessoal, a aquisição de bens e serviços, as transferências correntes e os subsídios, bem como aquelas que são registadas na conta residual, designada por “outras despesas correntes”.

#### 5.1.1 Estrutura das despesas de funcionamento

Gráfico - Estrutura das Despesas de Funcionamento



Conforme decorre da leitura do gráfico apresentado, a maior fatia das despesas de funcionamento realizadas no decurso de 2013 reporta-se à aquisição de bens e serviços (61%). As despesas com pessoal e as despesas relativas às transferências

correntes e subsídios, representam respetivamente 31% e 6% do total das despesas de funcionamento.

### 5.1.2 Evolução das despesas de funcionamento

Quadro – Evolução das Despesas de Funcionamento a preços correntes

Despesas de Funcionamento	uni: Euro				
	2011	2012	var. (%)	2013	var. (%)
<b>Total</b>	<b>21.922.193,12</b>	<b>21.303.074,37</b>	<b>-2,82</b>	<b>22.066.092,78</b>	<b>3,58</b>

As despesas de funcionamento sofreram um aumento em 3,6%, (note-se que a variação do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor se situou 0,4% no decurso de 2013).

Complementarmente, importa atender aos efeitos internos, relacionados com a disponibilização de novas infra-estruturas e conseqüentemente de novos serviços públicos, os quais induzem um crescimento natural das despesas de funcionamento.

### 5.1.3 Indicadores

Quadro – Evolução dos Indicadores das Despesas de Funcionamento

Indicadores	2011	2012	var. (%)	2013	var. (%)
Desp. Func. / Receitas Correntes	0,87	0,84	-3,11	0,80	-4,92
Desp. Func. / Despesas Correntes	0,98	0,98	0,02	0,97	-0,54
Desp. Func. / Despesas Totais	0,51	0,49	-3,76	0,59	21,69
Despesas de Funcionamento por Km <sup>2</sup>	52.621,68 €	51.135,56 €	-2,82	52.967,10 €	3,58
Despesas de Funcionamento <i>per capita</i>	427,47 €	464,83 €	8,74	483,08 €	3,93

A absorção das receitas correntes pelas despesas de funcionamento registou uma quebra em 4,9%. No ano em análise, estas despesas representam 59% das despesas totais. As despesas de funcionamento, *per capita*, foram na ordem dos 483,08 euros, e, por Km<sup>2</sup>, de 52.967,10 euros.

## 5.2 Despesas com pessoal

### 5.2.1 Evolução das despesas com pessoal

Quadro – Evolução das Despesas com Pessoal a preços correntes

uni: Euro

Despesas com Pessoal	2011	2012	var. (%)	2013	var. (%)
<b>Total</b>	<b>7.594.605,09</b>	<b>6.394.605,43</b>	<b>-15,80</b>	<b>6.859.173,96</b>	<b>7,27</b>

Estas despesas sofreram um aumento em aproximadamente 7,3%, sendo de referir a influência verificada em 2012, resultante das reduções e cortes remuneratórios estabelecidos na LOE/2012, os quais, parcialmente, não foram aplicados em 2013.

### 5.2.2 Indicadores

Quadro – Evolução dos Indicadores das Despesas com Pessoal

Indicadores	2011	2012	var. (%)	2013	var. (%)
Desp. Pessoal / Receitas Correntes	0,30	0,25	-16,05	0,25	-1,54
Desp. Pessoal / Despesas Correntes	0,34	0,29	-13,34	0,30	3,00
Desp. Pessoal / Despesas Totais	0,18	0,15	-16,61	0,18	26,01
Despesas de Pessoal por Km <sup>2</sup>	18.229,97 €	15.349,51 €	-15,80	16.464,65 €	7,27
Despesas de Pessoal <i>per capita</i>	148,09 €	139,53 €	-5,78	150,16 €	7,62

As despesas com pessoal consumiram 25% das receitas correntes liquidadas, evidenciando um valor igual ao ocorrido no ano. A representatividade das despesas com pessoal no total das despesas foi de 18% e significou *per capita*, um valor na ordem dos 150,16 euros e por Km<sup>2</sup> de 16.464,65 euros.

## 5.3 Aquisição de bens e serviços

### 5.3.1 Evolução das despesas relativas à aquisição de bens e serviços

## Quadro – Evolução das Despesas com Aquisição de Bens e Serviços a preços correntes

uni: Euro

Despesas c/ Aquis. Bens e Serviços	2011	2012	var. (%)	2013	var. (%)
<b>Total</b>	<b>11.653.198,02</b>	<b>13.019.875,93</b>	<b>11,73</b>	<b>13.308.408,69</b>	<b>2,22</b>

No que respeita às despesas com a aquisição de bens e serviços, denota-se um acréscimo destas, face ao ano anterior, em 2,2%.

### 5.3.2 Indicadores

## Quadro – Evolução dos Indicadores das Despesas com Aquisição de Bens e Serviços

Indicadores	2011	2012	var. (%)	2013	var. (%)
Desp. Aquis. B.S. / Receitas Correntes	0,46	0,51	11,40	0,48	-6,17
Desp. Aquis. B.S. / Desp. Correntes	0,52	0,60	15,00	0,59	-1,85
Desp. Aquis. B.S. / Despesas Totais	0,27	0,30	10,65	0,36	20,08
Despesas c/Aquis. B.S. por Km <sup>2</sup>	27.972,15 €	31.252,70 €	11,73	31.945,29 €	2,22
Despesas c/Aquis. B.S. <i>per capita</i>	227,23 €	284,09 €	25,02	291,35 €	2,56

Em 2013, 48% das receitas correntes foram afetas às despesas com a aquisição de bens e serviços, valor que significa uma diminuição deste fator em 6,2%. O peso destes consumos nas despesas correntes e nas despesas totais foi respetivamente de 59% e 36%. As despesas de funcionamento, *per capita*, foram de 291,35 euros e, por Km<sup>2</sup>, de 31.945,29 euros.

### 5.4 Serviço da dívida

O serviço da dívida constitui uma despesa decorrente do financiamento da atividade municipal no desenvolvimento das suas atribuições, nomeadamente através do recurso a empréstimos de médio e longo prazo.

#### 5.4.1 Evolução do serviço da dívida

## Quadro – Evolução das Despesas com o Serviço da Dívida a preços correntes

Serviço da Dívida	uni: Euro				
	2011	2012	var. (%)	2013	var. (%)
<b>Total</b>	<b>4.833.599,48</b>	<b>4.048.996,17</b>	<b>-16,23</b>	<b>4.830.049,60</b>	<b>19,29</b>
(excluindo a amortização do emp. de curto prazo)	3.546.217,52	3.535.827,26	-0,29	4.050.815,42	14,56

Estas despesas sofreram um aumento em 19,3%. No entanto, esta circunstância está influenciada pela utilização de um empréstimo de curto prazo. Excluindo o mencionado fator de influência (empréstimo a curto prazo), o qual assume um efeito nulo no âmbito orçamental (relação receita/despesa), estas despesas apresentam um acréscimo em 14,6%.

#### 5.4.2 Indicadores

## Quadro – Evolução dos Indicadores das Despesas com Serviço da Dívida

Indicadores	2011	2012	var. (%)	2013	var. (%)
Serviço da Dívida / Receitas Totais	0,08	0,07	-11,14	0,10	32,44
Serviço da Dívida / Despesas Totais	0,08	0,08	-1,26	0,11	34,59
Serviço da Dívida por Km <sup>2</sup>	8.512,28 €	8.487,34 €	-0,29	9723,51 €	14,56
Serviço da Dívida <i>per capita</i>	69,15 €	77,15 €	11,57	88,68 €	14,95

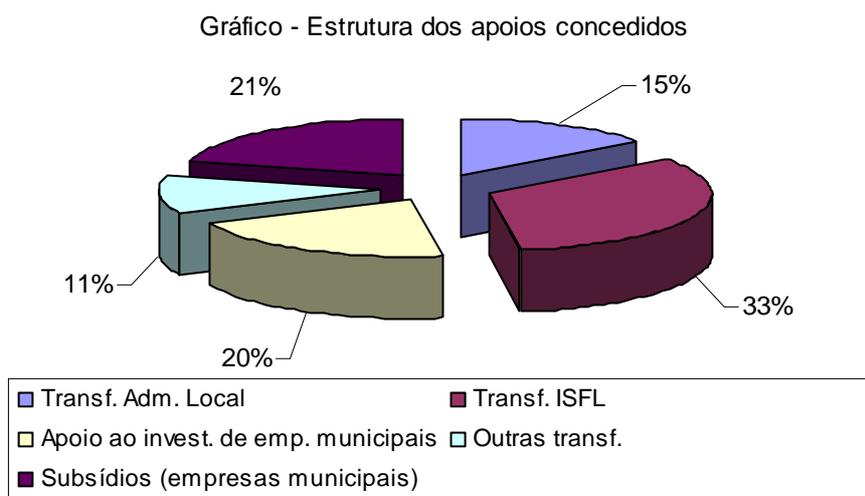
Nos indicadores acima expostos, exclui-se das despesas com o serviço da dívida, o volume reportado à amortização do empréstimo de curto prazo.

Deste modo, o serviço da dívida representa 11% das despesas totais e absorve 10% do cômputo das receitas. As despesas com o serviço da dívida, *per capita*, foram de 88,68 euros e , por Km<sup>2</sup>, de 9.723,51 euros.

### 5.5 Apoios concedidos a terceiros

#### 5.5.1 Estrutura dos apoios concedidos a terceiros

Aproximadamente 15% dos apoios concedidos são respeitantes a verbas cedidas à Administração Local (essencialmente, freguesias) e 20% reportam-se ao apoio ao investimento de empresas municipais. Note-se o peso relevante dos apoios concedidos às instituições sem fins lucrativos, os quais absorveram 31% destas despesas, bem como dos subsídios a empresas municipais, essencialmente pela prática de preços sociais (21%).



### 5.5.2 Evolução dos apoios concedidos a terceiros

Quadro – Evolução dos apoios concedidos a terceiros a preços correntes

uni: Euro

Apoios Concedidos	2011	2012	var. (%)	2013	var. (%)
Total	4.643.871,82	4.665.786,71	0,47	3.516.217,55	-24,64

No decurso de 2013, os apoios concedidos a terceiros significaram um valor na ordem dos 3,5 milhões de euros, denotando uma variação negativa em 24,6%, face ao valor verificado no ano anterior.

### 5.5.3 Indicadores

Os apoios concedidos afetam cerca de 8% das receitas totais, significam 9% do somatório das despesas realizadas totais e uma capitação por habitante de 76,98 euros.

Quadro – Evolução dos Indicadores dos apoios concedidos a terceiros

Indicadores	2011	2012	var. (%)	2013	var. (%)
Apoios concedidos / Receitas Totais	0,11	0,10	-10,46	0,08	-12,88
Apoios concedidos / Despesas Totais	0,11	0,11	-0,50	0,09	-11,47
Apoios concedidos por Km2	11.147,08 €	11.199,68 €	0,47	8.440,27 €	-24,64
Apoios concedidos <i>per capita</i>	90,55 €	101,81 €	12,43	76,98 €	-24,39

## 5.6 Investimento Municipal

### 5.6.1 Investimento direto

#### 5.6.1.1 Evolução do investimento direto

Quadro – Evolução do Investimento Direto Municipal a preços correntes

Investimento Directo Municipal	2011	2012	var. (%)	2013	var. (%)
<b>Total</b>	<b>13.380.931,95</b>	<b>14.837.331,57</b>	<b>10,88</b>	<b>8.003.431,30</b>	<b>-46,06</b>

uni: Euro

O período em análise evidencia um decréscimo do volume de investimento direto municipal em 46,1%, tendo o montante realizado ascendido a um na ordem dos 8 milhões de euros.

#### 5.6.1.2 Indicadores

Em 2013 o investimento direto municipal realizado absorveu 19% das receitas totais e significou 22% das despesas totais. O volume de investimentos diretos, *per capita*, foi de 175,21 euros e, por Km<sup>2</sup>, de 19.211,31 euros.

Quadro – Evolução dos Indicadores de Investimento Direto

Indicadores	2011	2012	var. (%)	2013	var. (%)
Investimento Direto / Receitas Totais	0,31	0,30	-1,18	0,19	-37,64
Investimento Direto / Despesas Totais	0,31	0,34	9,81	0,22	-36,63
Investimento Direto por Km2	32.119,38 €	35.615,29 €	1088	19.211,31 €	-46,06
Investimento Direto <i>per capita</i>	260,92 €	323,75 €	24,08	175,21 €	-45,88

### 5.6.2 Investimento total (direto e indireto)

Nesta análise, considerar-se-á como investimento do município não só o investimento por este realizado, denominado por investimento direto, mas também o investimento realizado por terceiros, mas que é financiado por transferências de capital, apenas na proporção do montante suportado pelo município.

#### 5.6.2.1 Evolução do investimento total

Quadro – Evolução do Investimento Total Municipal (direto e indireto) a preços correntes

Investimento Total Municipal	uni: Euro				
	2011	2012	var. (%)	2013	var. (%)
<b>Total</b>	<b>16.255.588,92</b>	<b>18.130.872,17</b>	<b>11,54</b>	<b>10.102.552,85</b>	<b>-44,28</b>

O investimento direto total reporta uma quebra em 44,3% e representa um volume ligeiramente superior a 10,1 milhões de euros.

#### 5.6.2.2 Indicadores

A absorção das receitas totais pelas despesas de investimento situou-se nos 24%, registando uma diminuição em 35,6%, face ao ano anterior. No ano em análise, estas despesas representaram 27% das despesas totais. A capitação das despesas de investimento municipal total foi na ordem dos 221,17 euros, e por Km<sup>2</sup>, de 24.250,01 euros.

Quadro – Evolução dos Indicadores de Investimento Total (direto e indireto)

Indicadores	2011	2012	var. (%)	2013	var. (%)
Investimento Total / Receitas Totais	0,37	0,37	-0,60	0,24	-35,59
Investimento Total / Despesas Totais	0,38	0,42	10,46	0,27	-34,54
Investimento Total por Km <sup>2</sup>	39.019,66 €	43.521,06 €	11,54	24.250,01 €	-44,28
Investimento Total <i>per capita</i>	316,97 €	395,61 €	24,81	221,17 €	-44,09

### 5.6.3 O investimento municipal e as suas principais fontes de financiamento

Quadro – O Investimento Mun. e as suas principais fontes de financiamento a preços correntes

Designação	uni: Euro					
	2011	Peso (%)	2012	Peso (%)	2013	Peso (%)
<b>Investimento Total a)</b>	<b>16.255.588,92</b>	--	<b>18.130.872,17</b>	--	<b>10.102.552,85</b>	--
Receitas de Capital (1)	18.311.873,83	86,18	23.528.751,50	86,57	14.680.841,11	74,52
Venda de Bens de Investimento	5.677.746,00	26,72	4.802.387,50	17,67	4.808.643,00	24,41
Participação nos Impostos do Estado (Capital)	3.956.323,00	18,62	3.731.688,00	13,73	1.865.844,00	9,47
Cooperação Técnica e Financeira	77.089,99	0,36	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundos Comunitários (Capital)	6.147.689,58	28,93	8.695.475,42	31,99	3.053.140,56	15,50
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recurso ao Crédito	597.660,25	2,81	0,00	0,00	3.348.152,72	17,00
Outras Receitas de Capital	1.855.365,01	8,73	6.299.200,58	23,18	1.605.060,83	8,15
Poupança Corrente (2)	2.937.360,10	13,82	3.649.047,23	13,43	5.019.167,20	25,48
<b>Total das Fontes de Financiamento (b)</b>	<b>21.249.233,93</b>	--	<b>27.177.798,73</b>	--	<b>19.700.008,31</b>	--
<b>Fontes de Financiamento / Investimento</b>	<b>1,31</b>	--	<b>1,50</b>	--	<b>1,95</b>	--
<b>(Fontes de Financ. - Investimento Total)</b>	<b>4.993.645,01</b>		<b>9.046.926,56</b>		<b>9.597.455,46</b>	

a) Investimento direto e indireto

b) (1) + (2)

Através da análise efetuada ao quadro apresentado, verifica-se que, no ano de 2013, as fontes de financiamento de capital foram superiores ao investimento total, em aproximadamente 9,6 milhões. Para esta circunstância contribuiu, nomeadamente, a poupança corrente verificada.

## 6. Cumprimentos legais na despesa

### 6.1 Cumprimento dos limites legais das despesas municipais com pessoal

Neste âmbito importa observar as limitações impostas pela LOE/2013 (Lei 66-B/2012), particularmente a redução de trabalhadores nas autarquias locais, prevista no artigo 65.º do mencionado diploma, no qual consta que, durante o ano de 2013, as autarquias locais reduzem, no mínimo, em 2% o número de trabalhadores face aos existentes em 31 de dezembro, sem prejuízo do cumprimento do disposto no artigo 59.º.

Ora, observada a evolução da pessoal disposta no ponto 2.2.2 do presente relatório, verifica-se que 2013 apresenta uma diminuição dos trabalhadores em 2,7%, ou seja, superando-se a meta legalmente estabelecida.

Complementarmente a legislação impõe uma redução em, pelo menos, 50% do número de trabalhadores com contrato em funções públicas a termo resolutivo. Considerando que, em 31 de dezembro de 2012, existiam dois trabalhadores nessa condição e que o apuramento efetuado em 31 de dezembro de 2013 revela a inexistência de trabalhadores na referida situação, conclui-se que também esta meta foi superada.

### 6.2 Cumprimento do limite da capacidade de endividamento

A Lei das Finanças Locais (revogada pela Lei 73/013 de 3 de setembro, a qual entra em vigor em 1 de janeiro de 2014) estabelece princípios orientadores em matéria de endividamento autárquico, redefinindo quer o conceito de endividamento, quer o modelo de apuramento dos limites.

Consequentemente, define-se que o montante de endividamento líquido municipal, o qual é compatível com o conceito transposto no SEC95, é equivalente à diferença

entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores e a soma dos ativos financeiros, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras e as aplicações de tesouraria. Para o cálculo deste limite, relevam ainda os montantes de endividamento líquido das entidades em que o município participa (proporcionalmente à sua participação), nomeadamente as associações de municípios e o setor empresarial local, caso se verifique incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no regime jurídico do setor empresarial local.

No âmbito do limite de endividamento líquido municipal, refere-se que o montante deste endividamento, em 31 de dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da parcela fixa no IRS e da participação nos resultados das entidades do setor empresarial local, relativas ao ano anterior. Já o limite geral dos empréstimos a médio e longo prazo refere que o montante em dívida não pode exceder, em 31 de dezembro de cada ano, a soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da parcela fixa de participação no IRS, da participação nos resultados das entidades do setor empresarial local e da derrama, relativas ao ano anterior.

Não obstante o anteriormente exposto, a LOE/2013 reporta no seu artigo 98.º que o limite de endividamento líquido de cada município para 2013, tendo em vista assegurar uma variação global nula do endividamento líquido municipal no seu conjunto, corresponde ao menor dos seguintes valores:

- a) Limite de endividamento líquido de 2012;
- b) Limite resultante do disposto no n.º 1 do artigo 37.º da Lei 2/2007, de 15 de janeiro alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de junho, 67-A/2007, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 4-B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio.

O limite de endividamento de médio e de longo prazos para cada município em 2013 é o calculado nos termos do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro,

alterada pelas Leis n.os 22-A/2007, de 29 de junho, 67-A/2007, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, a celebração de novos contratos de empréstimo de médio e longo prazos é limitada ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efetuadas pelos municípios no ano de 2011 proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada município, aferida nos termos da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro e respetivas alterações. O valor global das amortizações efetuadas no ano de 2011 é corrigido, até 30 de junho, pelo valor das amortizações efetuadas no ano de 2012. O rateio referido é prioritariamente utilizado pelos municípios em empréstimos de médio e longo prazos para investimentos no âmbito do QREN ou da reabilitação urbana.

Face às disposições legais referidas, o limite de endividamento líquido legal estabelecido ao Município de Ourém, para o ano económico de 2013 é de 14.385.129 euros de médio e longo prazo de 17.419.759 euros.

### **Endividamento municipal em 31 de dezembro de 2013**

Da análise do quadro apresentado nas páginas seguintes e face às disposições constantes na LOE/2013 e anteriormente referenciadas, conclui-se que o Município de Ourém, em 31 de dezembro de 2013, não se encontrava em excesso de endividamento líquido, dispondo de uma margem de próxima de 12,1 milhões de euros, cumprindo, deste modo, o objetivo legalmente estabelecido. Será de salientar uma redução do endividamento líquido ligeiramente superior a 7 milhões de euros.

Relativamente ao endividamento de médio, longo prazo, esta autarquia apresenta uma margem de endividamento na ordem de 3,4 milhões de euros. Porém será de referir que por aplicação da LOE/2013, a capacidade de recurso a empréstimos de médio longo prazo foi atribuída por rateio, tendo sido atribuído um valor de 639.959 euros a esta autarquia. De salientar que, na data de referência, este município disponha de um valor próximo de 5,2 milhões de euros, respeitante a empréstimos excecionados.

Importa ainda mencionar que o apuramento apresentado ainda não é o definitivo, considerando que será de imputar o contributo para o endividamento das entidades do setor empresarial local, circunstância que só será exequível após encerramento e aprovação das contas pelas entidades participadas, designadamente empresas municipais e associações de municípios. Contudo, os eventuais valores a imputar, face à sua reduzida relevância material no contexto dos valores apresentados, não deverão alterar substancialmente o sentido da análise disposta.

**1. LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL 2013**

				(€)
RECEITAS MUNICIPAIS	Receitas cobradas brutas (1)	Reembolsos e restituições pagos (2)	Receita cobrada líquida (3)=(1)-(2)	Observações
<b>TOTAL DE IMPOSTOS MUNICIPAIS*</b>	<b>6.821.278,46</b>	<b>63.954,33</b>	<b>6.757.324,13</b>	
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	4.577.439,67		<b>4.577.439,67</b>	* Valores anuais, os
Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)	1.327.315,68	63.900,71	<b>1.263.414,97</b>	quais devem
Imposto Municipal sobre Veículos (IMV)**	916.523,11	53,62	<b>916.469,49</b>	corresponder aos
Contribuição Autárquica			<b>0,00</b>	inscritos no formulário
Imposto Municipal de Sisa			<b>0,00</b>	Receitas Municipais',
<b>DERRAMA*</b>	<b>508.916,79</b>		<b>508.916,79</b>	relativo a 2012.
<b>TOTAL IMPOSTOS MUNICIPAIS E DERRAMA*</b>	<b>7.330.195,25</b>	<b>63.954,33</b>	<b>7.266.240,92</b>	(A)
<b>RECEITAS ARRECADADAS A TÍTULO DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DAS ENTIDADES DO SEL*</b>	-	-		(B)
<b>FEF + IRS (MAPA XIX DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2013)</b>	-	-	<b>10.234.195,00</b>	(C)
<b>TOTAL DE RECEITAS A CONSIDERAR PARA EFEITOS DE CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO</b>	-	-	<b>17.500.435,92</b>	(D) = (A) + (B) + (C)
<b>LIMITE AO ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO</b>	-	-	<b>1.750.043,59</b>	(E) = 10% x (D)
<b>LIMITE AO ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS</b>	-	-	<b>17.419.759,00</b>	(F) = LOE/2013
<b>LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO</b>	-	-	<b>14.385.129,00</b>	(G) = LOE/2013

\*\* Inclui o montante de receitas arrecadadas a título de Imposto Único Circulação (IUC).

**2. ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS**

(€)

CONTAS	Saldo devedor final do trimestre	Saldo credor final do trimestre	Observações
<b>1 DISPONIBILIDADES</b>	<b>1.492.967,27</b>		
11 Caixa	1.945,59		
12 Depósitos em instituições financeiras	1.491.021,68		
13 e 14 (...)			
15 Títulos negociáveis			
18 Outras aplicações de tesouraria			
<b>2 TERCEIROS</b>	<b>13.706.368,25</b>	<b>56.243.320,89</b>	
<b>21 Clientes, contribuintes e utentes</b>	<b>1.221.721,34</b>	<b>35.371,28</b>	
211 Clientes, c/c	83.179,45		
212 Contribuintes, c/c	205.745,82		
213 Utentes, c/c	128.059,81		
214 a 216 (...)			
217 Clientes e utentes c/ cauções		35.371,28	
218 Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	804.736,26		
219 Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
<b>22 Fornecedores</b>	<b>0,00</b>	<b>2.791.390,11</b>	
221 Fornecedores, c/c		239.096,93	
222 a 227 (...)			
228 Fornecedores - Faturas em receção e conferência		2.552.293,18	
229 Adiantamentos a fornecedores			
<b>23 Empréstimos obtidos</b>		<b>19.223.977,29</b>	
231 Em moeda nacional		19.223.977,29	
2311 De curto prazo		0,00	
23111 Empréstimos bancários			
23112 a 23119 (...)			
2312 De médio e longo prazo		19.223.977,29	
23121 Empréstimos bancários		19.223.977,29	
23123 Outros empréstimos obtidos			



CONTAS	Saldo devedor final do trimestre	Saldo credor final do trimestre	Observações
<b>24 Estado e outros entes públicos</b>		<b>23.003,47</b>	
<b>25 Devedores e credores pela execução do orçamento</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
251 Devedores pela execução do orçamento			
252 Credores pela execução do orçamento			
<b>26 Outros devedores e credores</b>	<b>6.225.404,07</b>	<b>1.157.960,90</b>	
261 Fornecedores de imobilizado	0,00	1.002.370,83	
2611 Fornecedores de imobilizado, c/c			
2612 a 2617 (...)		750.000,00	
2618 Faturas em receção e conferência		252.370,83	
2619 Adiantamentos a fornecedores de imobilizado			
262 Pessoal			
263 Sindicatos		595,10	
264 Administração autárquica	0,00	0,00	
2641 Associações de municípios			
2642 Municípios			
2643 Serviços municipalizados			
2644 Federações de municípios			
2645 Associações de freguesias			
2646 Freguesias			
2647 Empresas municipais e intermunicipais			
2648 e 2649 (...)			
265 e 266 (...)			
267 Consultores, assessores e intermediários			
268 Devedores e credores diversos	6.225.404,07	154.994,97	
269 Adiantamentos por conta de vendas			
<b>27 Acréscimos e diferimentos</b>	<b>6.259.242,84</b>	<b>33.011.617,84</b>	
271 Acréscimos de proveitos	6.258.916,82		
272 Custos diferidos	326,02		
273 Acréscimos de custos		1.076.145,19	
274 Proveitos diferidos		31.935.472,65	
2741 a 2744 (...)			

CONTAS	Saldo devedor final do trimestre	Saldo credor final do trimestre	Observações
2745 Subsídios para investimentos*		31.921.701,95	* Para o cálculo do endividamento líquido não entram as contas 2745 e 2749.
2748 Diferenças de câmbio favoráveis			
2749 Outros proveitos diferidos*		13.770,70	
<b>28 Empréstimos concedidos</b>			
<b>4 IMOBILIZAÇÕES</b>			
<b>41 Investimentos financeiros</b>	<b>1.608.070,00</b>		
411 Partes de capital	1.608.070,00		
412 Obrigações e títulos de participação			
413 (...)			
414 Investimentos em imóveis *			* Para o cálculo do endividamento líquido não entra a conta 414
415 Outras aplicações financeiras			
<b>TOTAL</b>	<b>16.807.405,52</b>	<b>56.243.320,89</b>	
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CÁLCULO DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO</b>	<b>16.807.405,52</b>	<b>24.307.848,24</b>	(A)

### 3. ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS

(€)

Empréstimos de médio e longo prazos	N.º	Capital em dívida no final do trimestre	Observações
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, para fazer face a prejuízos decorrentes de calamidades públicas (Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, com as alterações que entretanto lhe foram introduzidas)	1		
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, para aquisição, construção, ou recuperação de imóveis destinados a habitação social (Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, com as alterações que entretanto lhe foram introduzidas)	2		
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, para pagamento de dívidas à EDP (Orçamentos do Estado para 1992, 1993, 1994 e 1995)	3		

Empréstimos de médio e longo prazos	N.º	Capital em dívida no final do trimestre	Observações
Empréstimos contraídos até 31.12.2001, no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER) (artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 163/93, de 7.05, introduzido pela Lei n.º 34/96, de 29.08)	4.1		
Empréstimos contraídos em 2002, no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER) (artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 163/93, de 7.05, introduzido pela Lei n.º 34/96, de 29.08)	4.2		
Outros empréstimos contraídos em 2002 destinados à habitação social (al. c) do art.º 7.º da Lei n.º 1 6-A/2002, de 31 de Maio - 1.ª alteração à OE/2002)	4.3		
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, no âmbito de linhas de crédito para apoio à reparação dos danos causados pelas intempéries de Dezembro de 1995 e Janeiro 1996, criadas pelo Decreto-Lei n.º 47/96, de 15.05 (n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 10-B/96, de 23.03 - OE/1996)	5		
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, no âmbito da linha de crédito para apoio à reparação dos danos causados pelas intempéries no Inverno 2000/2001, criada pelo Decreto-Lei n.º 38-C/2001, de 8.02 (artigo 4.º da Lei n.º 2-A/2001, de 8.02)	6	1.513.378,38	
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, ao abrigo do Programa de Reabilitação Urbana, apoiado pelo Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (artigo 22.º da Lei n.º 52-C/96, de 27.12 - OE/1997 e artigo 22.º da Lei n.º 127-B/97, de 20.12 - OE/1998)	7		
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, no âmbito da linha de crédito criada pelo Decreto-Lei n.º 345/97, de 05.12 para apoio à reparação dos danos causados em infra-estruturas e equipamentos municipais (artigo 23.º da Lei n.º 127-B/97, de 20.12 - OE/1998)	8		
Empréstimos contraídos até 31.12.2001, para execução de projectos participados por fundos comunitários (artigo 32.º da Lei n.º 42/98, na redacção dada pelo artigo 28.º do OE/2000)	9.1	20.022,43	

Empréstimos de médio e longo prazos	N.º	Capital em dívida no final do trimestre	Observações
Empréstimos contraídos em 2002, para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários (al. c) do art.º 7.º da Lei n.º 16-A/2002, de 31 de Maio - 1.ª alteração à OE/2002)	9.2		
Empréstimos contraídos durante 2002 para a construção e reabilitação de infra-estruturas no âmbito do EURO 2004 (al. c) do art.º 7.º da Lei n.º 16-A/2002, de 31 de Maio - 1.ª alteração à OE/2002)	10.1		
Empréstimos contraídos durante 2003 para a construção e reabilitação de infra-estruturas no âmbito do EURO 2004 (n.º 6 do artigo 19.º da Lei n.º 32-B/2002, de 30.12 - OE/2003)	10.2		
Empréstimos contraídos no âmbito da linha de crédito bonificado para apoio à reparação dos danos causados pelos incêndios ocorridos desde 20 de Julho de 2003 em equipamentos e infra-estruturas municipais de relevante interesse público (artigo 3.º da Lei n.º 107/2003, de 10.12)	11		
Empréstimos contraídos em 2004, para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários (Despacho Conjunto n.º 177/2004, de S. Ex.as os Ministros das Finanças e das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, publicado na II Série do D.R. n.º 71, de 27.03.2004)	12		
Empréstimos contraídos em 2005, até 29.07, para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários abrangidos pelo n.º 6 do artigo 19.º da Lei n.º 55-B/2004, de 30.12-OE/2005	13		
Empréstimos contraídos em 2005, a partir de 30.07, para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários abrangidos pelo n.º 6 do artigo 19.º da Lei n.º 55-B/2004, de 30.12 – OE/2005, na redacção da Lei n.º 39-A/2005, de 29.7 (1.ª alteração à OE/2005)	14	667.776,19	
Empréstimos contraídos em 2006, para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários abrangidos pelo n.º 7 do artigo 33.º da Lei n.º 60-A/2005, de 30.12 - OE/2006	15		

Empréstimos de médio e longo prazos	N.º	Capital em dívida no final do trimestre	Observações
Empréstimos contraídos em 2006, para execução de programas de habitação social, renovação de áreas urbanas degradadas ou para a reabilitação de equipamentos destruídos pelos incêndios abrangidos pelo n.º 9 do artigo 33.º do OE/2006 (Despacho 22 262/2006, de 3/11)	16		
Empréstimos contraídos para execução de programas de reabilitação urbana, abrangidos pelo n.º 5 do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15/01	17	986.354,03	
Empréstimos contraídos, para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários, abrangidos pelo n.º 6 do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15/01	18	1.993.999,83	
Empréstimos contraídos para execução de investimentos na recuperação de infra-estruturas municipais afectadas por situações de calamidade pública, abrangidos pelo n.º 7 do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15/01	19		
Empréstimos contraídos para a conclusão dos PER cujos acordos de adesão tenham sido celebrados até 1995 (alínea b) do n.º 2 do artigo 61.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro)	20		
Empréstimos contraídos em 2008 destinados ao financiamento de investimentos no âmbito da Iniciativa Operações de Requalificação e Empréstimos contraídos em 2008/09 destinados ao financiamento de investimentos no âmbito da Iniciativa de Requalificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos (art.º 27º OE/2008, art.º 51.º, n.º 1 OE/2009)	21		
<b>Outros empréstimos de médio e longo prazos (não excepcionados e não incluídos nos pontos anteriores)</b>	22	14.042.446,43	
	<b>TOTAL</b>	<b>19.223.977,29</b>	

Outras dívidas de médio e longo prazos	N.º	Capital em dívida no final do trimestre	Observações
Dívida a empresas concessionárias do serviço de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão, consolidada até 31 de Dezembro de 1988 (alínea c) do n.º 2 do artigo 61.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro)	1		



RECAPITULATIVO			
Designação	N.º	Montante	Observações
Capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazos excecionados dos limites de endividamento municipal (somatório das linhas 1 a 21 do quadro de empréstimos mlp)	A	5.181.530,86	
Outras dívidas de médio e longo prazos excecionadas dos limites de endividamento municipal (dívidas EDP 1988)	B	0,00	

#### APURAMENTO DA SITUAÇÃO DE ENDIVIDAMENTO NO FINAL DO PERÍODO

(€)

Designação	Montante	Observações
TOTAL ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO CURTO PRAZO	0,00	(A) = Saldo credor conta 2311
EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO NÃO AMORTIZADOS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DO ANO EM CAUSA		(B) = Saldo credor conta 2311 em 31 de Dezembro
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS MUNICÍPIO	19.223.977,29	(C) = Saldo credor conta 2312
TOTAL ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICÍPIO	7.500.442,72	(D) = Passivos - Activos da linha (A) do Quadro 2. Activos e passivos financeiros
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS		(E) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento bancário de médio e longo prazos* (1)
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO		(F) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento líquido* (1)
CAPITAL EM DÍVIDA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS EXCEPCIONADOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	5.181.530,86	(G) = Campo A do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos
DÍVIDAS À EDP 1988	0,00	(H) = Campo B do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS A CONSIDERAR	14.042.446,43	(I) = (C) + (E) - (G) + (B)**
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO A CONSIDERAR	2.318.911,86	(J) = (D) + (F) - (G) - (H)
<b>Limites endividamento municipal (recapitulativo)</b>		
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	1.750.043,59	(K) = Campo (E) do Quadro 1
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	17.419.759,00	(L) = Campo (F) do Quadro 1
ENDIVIDAMENTO LIQUIDO	14.385.129,00	(M) = Campo (G) do Quadro 1



Situação face aos limites			
<b>ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO</b>	<b>Excesso</b>		(N) = Excesso, se (A) > (K); (N) = Margem, se (A) < (K)
	<b>Margem</b>	<b>1.750.043,59</b>	
<b>ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS</b>	<b>Excesso</b>		(O) = Excesso, se (I) > (L); (O) = Margem, se (I) < (L)
	<b>Margem</b>	<b>3.377.312,57</b>	
<b>ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO</b>	<b>Excesso</b>		(P) = Excesso, se (J) > (M); (P) = Margem, se (J) < (M)
	<b>Margem</b>	<b>12.066.217,14</b>	

### 6.3 Cumprimento dos limites legais no volume de pagamentos em atraso

A LOE/2013 e a LCPA (Lei 8/2012, de 21 de fevereiro) estabelecem a obrigatoriedade na diminuição do volume de pagamentos em atraso.

Quadro – Apuramento dos pagamentos em atraso no ano económico de 2013

Designação	Valor
Pagamentos em atraso em setembro 2012	3.829.604,27 €
Programa de Apoio à Economia Local (verbas libertadas de dezembro 2012 a dezembro 2013)	3.348.152,72 €
Pagamentos em atraso em dezembro 2013	376.547,16 €
Redução dos pagamentos em atraso	-2,74%
Redução necessária para cumprimento do n.º 1 do art. 96.º, do OE/2013	3.731.113,15 €
Redução realizada de setembro/2012 a dezembro de 2013	3.453.057,11 €
Montante de redução em falta	275.056,04 €

Conforme se pode verificar no quadro acima exposto, em 31 de dezembro de 2013, os pagamentos em atraso, apurados nos termos da LCPA, situavam-se em 376,5 mil euros, tendo-se observado, após considerada a influência das verbas libertadas ao abrigo do PAEL, uma redução deste indicador em 2,74%.

Deste modo, para se alcançar a meta definida na LOE/2013, faltou uma redução adicional na ordem dos 275 mil euros. O não cumprimento deste objetivo resulta da inesperada aplicação e posterior assunção, após negociação, de parte dos juros moratórios aplicados pela entidade SUMA (notas de débito de juros inerentes ao período de 2001 a 2011, inerentes ao hiato entre o prazo contratual estabelecido e a data do pagamento efetivo), pese embora existisse liquidez financeira para o seu

integral pagamento no término do ano económico de 2013 (vide saldo das contas de disponibilidades em 31/12/2013), a fase adiantada e o grau de execução orçamental, não permitiu o seu enquadramento orçamental, facto que motivou a que tal circunstância só viesse a ocorrer já no início de 2014.

Note-se que após pagamento do referido montante em janeiro de 2014, o Município de Ourém deixou de apresentar qualquer pagamento em atraso nos termos da LCPA, situação que se mantém até à presente data de elaboração deste relatório (abril de 2014).

## 7. Análise Económico-financeira

### 7.1 Análise da Situação Económica

#### 7.1.1 Condições Económicas

Quadro – Mapa de Condições Económicas

Designações	Exercícios	
	2013	2012
1. Rendibilidade		
1.1 Financeira <sup>(a)</sup>	-0,31%	-3,89%
1.2 Económica	-0,22%	-2,69%
1.3 Vendas	-33,94%	-384,00%
2. Equações Fundamentais		
2.1 Rendibilidade dos Fundos Próprios	-0,001	-0,035
2.2 Alavancagem	-0,004	-0,06
2.3 Rendibilidade dos Capitais Totais	-0,002	-0,03
3. Rotações		
3.1 Rotação do Ativo	0,006	0,007
3.2 Rotação do Ativo Corrente	0,13	0,12
3.3 Rotação do Ativo Imobilizado	0,006	0,007
4. Gestão		
4.1 de Matérias	2,11	1,61
4.2 Clientes, contribuintes e utentes		
4.2.1 Prazo médio de cobrança expresso em dias	120,7	72,7
4.3 Fornecedores c/c		
4.3.1 Prazo médio de pagam. expresso em dias	103,4	208,5

(a) Entendeu-se adotar o critério da exclusão do R.L.E. no total dos Fundos Próprios

### Rendibilidade

A rendibilidade pode ser entendida como a taxa representativa da remuneração dos capitais investidos na atividade.

Todos os indicadores de rendibilidade denotam uma assinalável melhoria. Consequentemente, salienta-se a existência de uma rendibilidade financeira negativa em 0,31%, já sem a expressividade do valor verificado no ano anterior (-3,89%), em resultado da substancial diminuição da dimensão da negatividade do resultado líquido do exercício obtido.

### Equações fundamentais

A rendibilidade dos fundos próprios indica a forma como a autarquia geriu o seu ativo. Este rácio regista um valor negativo (-0,001), o qual deriva do resultado do exercício obtido.

A alavancagem, designada também por *financial leverage factor*, representa não só as condições económicas, mas também as condições financeiras, tendo por referência a taxa de retorno dos capitais investidos. Desta forma, poderá apresentar-se o grau de alavancagem financeira para 2013 (-1,41) que resulta do rácio entre a rendibilidade financeira e a rendibilidade económica, manifestando este indicador, a existência de uma taxa de retorno dos capitais investidos negativa.

### Rotações

A autarquia apresenta valores significativamente modestos, no que concerne à rotação do ativo. No entanto, será conveniente mencionar que os rácios em causa sofrem a influência do volume de vendas ocorrido, variável esta, que não é preponderante no desenvolvimento da atividade do Município.

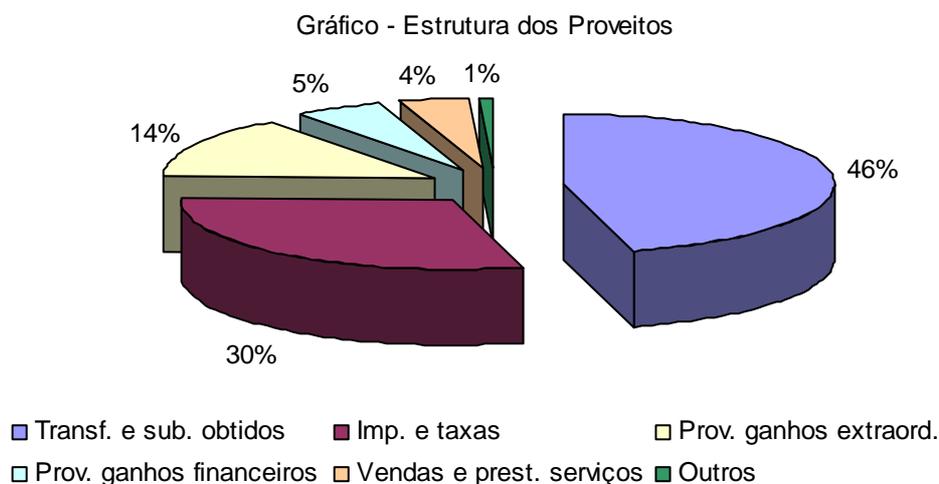
### Gestão

O prazo médio de cobrança a clientes, contribuintes e utentes expresso em dias, regista um aumento substancial. Desta forma, o prazo médio de cobrança expresso em dias situou-se na ordem dos 121 dias, essencialmente decorrentes de algumas dificuldades de cobrança no que concerne às áreas do saneamento e dos resíduos sólidos.

O prazo médio de pagamentos a fornecedores c/c indica uma melhoria substancial deste indicador, pelo que o prazo médio de pagamentos, no decurso de 2013, situou-se em torno dos 103 dias (209 dias em 2012).

## 7.1.2 Proveitos

### 7.1.2.1 Estrutura dos proveitos



A estrutura dos proveitos demonstra que 46% destes resultam de transferências e subsídios obtidos, onde assumem relevo preponderante as transferências relativas aos fundos provenientes do Orçamento de Estado. Os impostos e taxas representam 30 % dos proveitos totais. Os proveitos e ganhos extraordinários e os proveitos e ganhos financeiros significam 14% e 5%, respetivamente, do cômputo do total de proveitos. Os proveitos relativos à venda de bens e prestação de serviços significam 4% do total dos proveitos.

## 7.1.2.2 Evolução dos proveitos

Quadro – Evolução dos proveitos a preços correntes

uni: Euro

Proveitos	2011	2012	var. (%)	2013	var. (%)
<b>Vendas e prestações de serviços</b>	<b>1.396.325,60</b>	<b>1.434.970,76</b>	<b>2,77</b>	<b>1.260.932,42</b>	<b>-12,13</b>
Vendas	7.819,14	11.208,74	43,35	4.613,58	-58,84
Prestação de serviços	1.399.332,27	1.430.297,27	2,21	1.259.196,27	-11,96
Serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto	482,13	1.248,34	158,92	0,00	-100,00
Saneamento - Tarifa de Ligação	120.047,65	139.344,62	16,07	40.918,68	-70,63
Resíduos Sólidos	1.180.826,84	1.164.874,67	-1,35	1.185.891,45	1,80
Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	30.260,46	14.681,16	-51,48	7.159,00	-51,24
Trabalho por conta de particulares	11.596,66	1.061,29	-90,85	72,00	-93,22
Cemitérios	24.371,83	21.143,64	-13,25	21.870,20	3,44
Parques de Estacionamento	0,00	0,00	--	0,00	--
Outros	20.047,65	77.562,56	286,89	3.284,94	-95,76
<b>Impostos e taxas</b>	<b>7.898.860,47</b>	<b>8.543.708,75</b>	<b>8,16</b>	<b>9.392.306,95</b>	<b>9,93</b>
Impostos diretos	6.418.007,95	7.049.667,15	9,84	7.922.868,81	12,39
Imposto municipal sobre imóveis	3.893.278,26	4.395.848,77	12,91	5.260.531,30	19,67
Impostos municipal sobre veiculos/IUC	762.907,10	916.905,87	20,19	1.115.515,04	21,66
Imposto municipal sobre transmissões	1.083.282,76	1.159.608,73	7,05	1.009.397,87	-12,95
Derrama	586.661,00	577.303,78	-1,59	537.424,60	-6,91
Impostos abolidos	91.878,83	0,00	-100,00	0,00	--
Impostos indiretos e taxas	1.480.852,52	1.494.041,60	0,89	1.469.438,14	-1,65
Mercados e feiras	123.938,63	118.644,68	-4,27	110.831,26	-6,59
Loteamentos e obras	418.932,72	478.069,59	14,12	446.954,78	-6,51
Ocupação da via pública	1.828,50	1.857,59	1,59	867,84	-53,28
Publicidade	76.427,69	80.295,30	5,06	76.043,05	-5,30
Saneamento (Conserv. e tratamento)	787.598,96	731.549,24	-7,12	819.309,98	12,00
Outros	72.126,02	83.625,20	15,94	15.431,23	-81,55

## Quadro – Evolução dos proveitos a preços correntes (continuação)

uni: Euro

Proveitos	2011	2012	var. (%)	2013	var. (%)
<b>Proveitos Suplementares</b>	<b>128.460,09</b>	<b>193.829,48</b>	<b>50,89</b>	<b>173.297,46</b>	<b>-10,59</b>
Transferências e subsídios obtidos	15.271.487,69	14.903.546,40	-2,41	14.590.602,89	-2,10
Outros proveitos e ganhos operac.	0,00	0,00	--	0,00	--
<b>Trabalho para a própria entidade</b>	<b>202.578,07</b>	<b>275.422,75</b>	<b>35,96</b>	<b>111.153,58</b>	<b>-59,64</b>
<b>Proveitos e ganhos financeiros</b>	<b>1.646.652,57</b>	<b>1.673.606,41</b>	<b>1,64</b>	<b>1.679.143,99</b>	<b>0,33</b>
Juros obtidos	26.698,20	13.003,53	-51,29	4.827,32	-62,88
Rendimentos de participações de capital	0,00	6.387,02	--	0,00	--
Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00	--	4.934,08	--
Rendimentos de imóveis	1.614.890,19	1.654.215,86	2,44	1.669.381,69	0,92
<b>Proveitos e ganhos extraordinários</b>	<b>4.584.672,27</b>	<b>2.427.316,50</b>	<b>-47,06</b>	<b>4.574.240,42</b>	<b>88,45</b>
Ganhos em imobilizações	695.174,99	30.910,55	-95,55	928,04	-97,00
Benefícios de penalidades contratuais	867.219,92	84.158,45	-90,30	85.129,23	1,15
Transferências de capital	1.010.168,66	1.038.167,74	2,77	1.672.038,46	61,06
Outros proveitos e ganhos extraordinários	2.012.108,70	1.274.079,76	-36,68	2.816.144,69	121,03
<b>Total</b>	<b>31.129.036,76</b>	<b>29.452.401,05</b>	<b>-5,39</b>	<b>31.781.677,71</b>	<b>7,91</b>

Os proveitos totais evidenciam um acréscimo em 7,9%, refletindo, essencialmente, o aumento ocorrido nos proveitos relativos a impostos e taxas (+7,9%) e proveitos e ganhos extraordinários (+88,5%). Em sentido inverso, salientam-se as quebras com as vendas e prestações de serviços (-12,1%), proveitos suplementares (-10,6%), transferências e subsídios obtidos (-2,1%) e trabalhos para a própria entidade (-59,6%).

### Vendas e Prestações de Serviços

Nesta conta são registadas todas as operações de venda, resultantes da atividade autárquica corrente. Complementarmente, registam-se ainda os proveitos referentes aos trabalhos e serviços prestados que sejam próprios dos objetivos ou das finalidades principais da autarquia.

Estes proveitos ostentam um valor total próximo de 1,3 milhões de euros e assinalam uma variação negativa em 12,1%, face ao volume verificado no ano anterior.

Os proveitos de maior relevância neste âmbito, são os relativos aos resíduos sólidos os quais ascendem a um valor próximo de 1,2 milhões de euros, e a tarifa de ligação ao saneamento com um valor na ordem dos 40,9 mil euros.

### **Impostos e Taxas**

Esta conta destina-se ao registo das operações respeitantes a impostos e taxas das autarquias locais, os quais são discriminados de acordo com a elencagem destas receitas definidas na Lei das Finanças Locais.

Os proveitos com impostos e taxas situaram-se na ordem dos 9,4 milhões de euros e evidenciam um aumento ligeiramente superior a 9,9%.

No âmbito dos impostos diretos registam-se os acréscimos no Imposto Municipal sobre Imóveis (+19,7%) e no Imposto Municipal sobre Veículos (+21,7%). Em sentido inverso denota-se uma quebra nos proveitos relativos ao Imposto Municipal sobre Transmissões (-13%) e na derrama (-6,9%).

O IMI assinala um valor próximo de 5,3 milhões de euros e o Imposto Municipal sobre Veículos ligeiramente superior a 1,1 milhões de euros. O Imposto Municipal sobre Transmissões situou-se em 1 milhão de euros e a derrama em 537,4 mil euros.

Relativamente aos impostos indiretos e taxas, no seu cômputo denota-se uma diminuição em 1,7%, essencialmente decorrente do decréscimo inerente às taxas de mercados e feiras (-6,7%), loteamentos e obras (-6,5%) e publicidade (-5,3%), apesar do aumento verificado nos proveitos inerentes às taxas de saneamento (+12%).

### **Proveitos Suplementares**

Neste contexto, são registados os proveitos, inerentes ao valor acrescentado, das atividades que não sejam próprias dos objetivos da autarquia.

Estes proveitos apresentam uma diminuição em aproximadamente 10,6%, face ao volume verificado no ano anterior. No seu cômputo geral estes proveitos são na ordem dos 173,3 mil euros.

### **Transferências e subsídios obtidos**

Nestas conta registam-se as transferências a que as autarquias têm direito, designadamente nos termos da Lei das Finanças Locais e de acordo com a Lei do Orçamento de Estado respeitante a cada ano económico, que sejam de natureza corrente ou de capital, excepcionando as transferências destinadas ao financiamento de investimentos específicos e determinados por lei, por protocolo ou por contrato-programa, as quais configuram um subsídio ao investimento.

O ano de 2013 denota um decréscimo destes proveitos em 2,1%, ou seja, verificando-se uma variação absoluta negativa ligeiramente superior a 312,9 mil euros.

Neste âmbito assume particular preponderância a redução das transferências do Ministério da Educação no que concerne às atividades de enriquecimento curricular (-15,8%) e à transferência de competências (-10,7%).

No seu cômputo geral estes proveitos situam-se próximos de 14,6 milhões de euros.

### **Outros proveitos e ganhos operacionais**

Nesta conta registam-se os proveitos, alheios ao valor acrescentado, das atividades que não sejam próprias dos objetivos principais da autarquia.

Em 2013 não se verifica a existência de qualquer proveito desta natureza.

### **Trabalhos para a própria entidade**

Esta rubrica regista os trabalhos que a autarquia realiza para si mesma, sob a sua administração direta, aplicando meios próprios ou adquiridos para o efeito e que sejam destinados ao seu imobilizado ou que sejam de repartir por vários exercícios.

Relativamente a estes proveitos, verifica-se uma quebra destes proveitos (-59,6%), totalizando estes, em 2013, um montante de 111,2 mil euros, ou seja, apresentando uma variação absoluta negativa em 164,3 mil euros, face ao volume verificado em 2012.

### **Proveitos e ganhos financeiros**

Nesta conta registam-se designadamente, os proveitos inerentes aos juros obtidos, aos ganhos em entidades participadas, aos rendimentos de imóveis, aos rendimentos de participações de capital, às diferenças de câmbio favoráveis, aos descontos de pronto pagamento obtidos e aos ganhos na alienação de aplicações de tesouraria.

Os proveitos totais apurados neste âmbito são próximos de 1,7 milhões de euros e denotam uma variação positiva, face ao volume verificado no ano anterior, em 0,3%.

Para a referida circunstância contribuiu o aumento verificado nos rendimentos de imóveis (+0,9%) e apesar da quebra verificada nos juros obtidos (-62,9%).

Os proveitos mais expressivos neste âmbito são os inerentes a imóveis (representam 99,4% do total dos proveitos desta natureza), assumindo particular relevo a renda de concessão da energia elétrica em baixa e média tensão à EDP.

### **Proveitos e ganhos extraordinários**

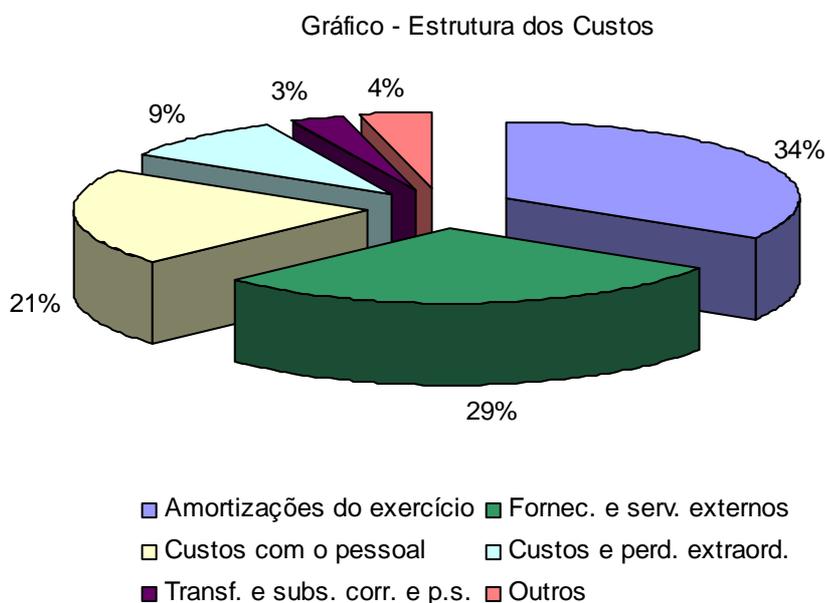
Nesta conta são registados, nomeadamente, os proveitos relativos à restituição de impostos, à recuperação de dívidas, aos ganhos em existências, aos ganhos em imobilizações, aos benefícios de penalidades contratuais, às correções relativas a exercícios anteriores ou outros diversos não especificados.

Estes proveitos manifestam um acréscimo em 88,5%, essencialmente decorrente da variação positiva verificada nas transferências de capital (+61,1%), e nos outros proveitos e ganhos extraordinários (+121%).

Em suma, os proveitos e ganhos extraordinários verificados em 2013 situaram-se num montante próximo de 4,6 milhões de euros, assumindo particular influência as correções relativas a exercícios anteriores registadas, particularmente no âmbito de impostos diretos: IMI  $\pm$  1,5 milhões de euros;  $\pm$  428,9 mil euros de juros moratórios de anos anteriores da SUMA.

### 7.1.3 Custos

#### 7.1.3.1 Estrutura dos custos



Com o peso mais preponderante na estrutura dos custos, surgem os fornecimentos e serviços externos e as amortizações, os quais representam, respetivamente, 34% e 29% dos custos totais.

Realce-se ainda o peso na estrutura dos custos com pessoal (21%), custos e perdas extraordinárias (9%) e com as transferências e subsídios correntes e prestações sociais (3%).

### 7.1.3.2 Evolução dos custos

Quadro – Evolução dos custos a preços correntes

uni: Euro

Custos	2011	2012	var. (%)	2013	var. (%)
<b>Custo das merc. vend. e mat. cons.</b>	<b>799.392,03</b>	<b>522.680,72</b>	<b>-34,62</b>	<b>623.433,15</b>	<b>19,28</b>
<b>Fornecimentos e Serviços Externos</b>	<b>10.188.818,82</b>	<b>10.998.226,61</b>	<b>7,94</b>	<b>9.225.579,66</b>	<b>-16,12</b>
Electricidade	1.403.002,26	1.591.907,20	13,46	1.676.410,35	5,31
Combustíveis	21.850,09	75.456,04	245,34	84.634,57	12,16
Água	21.071,64	29.478,18	39,90	26.324,83	-10,70
Material de Escritório	31.616,46	37.134,81	17,45	23.363,28	-37,09
Rendas e Alugueres	97.882,18	34.897,64	-64,35	35.244,40	0,99
Comunicação	86.049,33	76.380,32	-11,24	62.471,60	-18,21
Seguros	63.614,84	50.138,10	-21,18	35.424,32	-29,35
Deslocações e Estadas	13.117,01	7.552,88	-42,42	9.899,68	31,07
Patrocínio Jurídico/pareceres jurídicos	83.040,11	61.869,62	-25,49	108.326,88	75,09
Conservação e reparação	487.722,03	501.436,39	2,81	461.573,27	-7,95
Publicidade e propaganda	51.594,74	19.235,95	-62,72	4.172,02	-78,31
Limpeza, Higiene e Conforto	128.804,60	125.693,93	-2,42	92.247,85	-26,61
Vigilância e Segurança	169.165,61	167.316,48	-1,09	114.015,97	-31,86
Trabalhos Especializados	614.282,16	504.283,89	-17,91	385.912,65	-23,47
Edições e Publicações Periódicas Municipais	75.941,82	0,00	--	0,00	--
Exploração e Manutenção de ETAR's	760.530,27	787.570,72	3,56	857.182,30	8,84
Encargos de Cobrança	177.280,28	177.303,78	0,01	92.698,54	-47,72
Recolha, Transporte e Tratamento de RSU's	1.525.155,50	1.446.231,23	-5,17	1.421.602,06	-1,70
Transportes Escolares	1.420.337,14	1.193.707,07	-15,96	1.091.989,83	-8,52
Manutenção de espaços verdes	536.435,46	540.376,61	0,73	394.923,69	-26,92
Limpeza Urbana	376.474,67	385.841,62	2,49	389.693,39	1,00
Fornecimento de refeições	799.587,19	808.909,80	1,17	624.675,91	-22,78
Actividades educativas	464.619,97	908.395,24	95,51	752.407,94	-17,17
Acordos de prolongamento de horários	240.995,11	205.356,66	-14,79	209.682,89	2,11
Outros Fornecimentos e Serviços Externos	538.648,35	1.261.752,45	134,24	270.701,44	-78,55
<b>Transf. e Sub. Correntes Concedidos</b>	<b>1.483.599,82</b>	<b>1.460.352,92</b>	<b>-1,57</b>	<b>982.638,11</b>	<b>-32,71</b>
Transferências Correntes Conced.	836.538,88	810.327,58	-3,13	312.513,59	-61,43
Freguesias	15.271,60	70.751,76	373,16	10.000,00	-85,87

## Quadro – Evolução dos custos a preços correntes (continuação)

uni: Euro

Custos	2011	2012	var. (%)	2013	var. (%)
Associações de Municípios	1.462,94	1.507,59	19843,32	2.224,88	47,58
Instituições s/fins lucrativos	434.398,10	290.251,24	-33,18	256.844,59	-11,51
Famílias	27.493,60	30.733,74	11,79	22.995,55	-25,18
Outras transferências correntes concedidas	357.912,64	417.083,25	16,53	20.448,57	-95,10
Subsídios Correntes Concedidos	647.060,94	650.025,37	0,46	670.124,52	3,09
Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	644.585,94	647.550,34	0,46	668.009,52	3,16
<b>Custos com o Pessoal</b>	<b>7.059.581,36</b>	<b>6.761.360,37</b>	<b>-4,22</b>	<b>6.846.122,69</b>	<b>1,25</b>
Remuneração dos membros dos órgãos autárquicos	417.137,58	334.436,37	-19,83	331.387,08	-0,91
Remunerações do pessoal	5.420.897,35	5.244.394,84	-3,26	5.169.789,40	-1,42
Pensões	1.045,15	4.889,85	367,86	7.244,51	48,15
Encargos sobre remunerações	883.467,92	869.770,36	-1,55	1.060.365,96	21,91
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	79.621,73	44.004,02	-44,73	35.414,94	-19,52
Outros custos com pessoal	257.411,63	263.864,93	2,51	241.920,80	-8,32
<b>Outros custos e perdas operacionais</b>	<b>167.848,74</b>	<b>152.774,22</b>	<b>-8,98</b>	<b>150.785,49</b>	<b>-1,30</b>
<b>Amortizações do exercício</b>	<b>10.639.804,79</b>	<b>10.782.460,61</b>	<b>1,34</b>	<b>11.043.397,99</b>	<b>2,42</b>
<b>Provisões do Exercício</b>	<b>3.258.664,62</b>	<b>662.651,53</b>	<b>-79,66</b>	<b>260.808,31</b>	<b>-60,64</b>
<b>Custos e perdas financeiros</b>	<b>989.530,58</b>	<b>779.879,19</b>	<b>-21,19</b>	<b>332.102,18</b>	<b>-57,42</b>
Juros suportados - Empréstimos Bancários de médio longo prazo	966.122,00	755.728,56	-21,78	303.701,13	-59,81
Outros custos e perdas financeiros	7.622,84	8.067,57	5,83	7.494,45	-7,10
<b>Custos e Perdas Extraordinários</b>	<b>2.176.428,95</b>	<b>2.842.292,70</b>	<b>30,59</b>	<b>2.744.833,30</b>	<b>-3,43</b>
Transf. de capital concedidas	1.560.916,01	1.998.455,57	28,03	1.290.360,39	-35,43
Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	341.118,87	245.342,62	-28,08	64.424,37	-73,74
Freguesias	280.247,51	595.666,88	112,55	355.309,07	-40,35
Associações de Municípios	88.330,33	65.275,81	-26,10	15.460,10	-76,32
Instituições s/fins lucrativos	849.669,30	1.092.170,26	28,54	853.398,25	-21,86
Outras transferências de capital concedidas	1.550,00	0,00	--	1.768,60	--
Outros custos e perdas extraord.	1.219.797,14	1.753.112,95	43,72	1.454.472,91	-17,03
<b>Total</b>	<b>36.763.669,71</b>	<b>34.962.678,87</b>	<b>-4,90</b>	<b>32.209.700,88</b>	<b>-7,87</b>
<b>Total (s/amortizações)</b>	<b>26.123.864,92</b>	<b>24.180.218,26</b>	<b>-7,44</b>	<b>21.166.302,89</b>	<b>-12,46</b>

Os custos totais apresentam uma quebra em 7,9%, significando, em volume monetário, um valor na ordem dos 32,2 milhões de euros, ou seja denotando uma

variação absoluta negativa próxima de 2,8 milhões de euros. Extraído dos custos totais os custos relacionados com as amortizações, a variação ocorrida terá sido negativa em 12,5%.

### **Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas**

Esta conta serve de registo das saídas de existências nela mencionadas, por venda ou consumo (integração no processo produtivo).

Os custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas refletem um aumento em 19,3% e estão relacionadas, essencialmente, com a diminuição das matérias-primas e subsidiárias consumidas durante o período em análise, quando efetuada comparação com o ano anterior.

### **Fornecimentos e serviços externos**

Nesta conta registam-se todos os custos incorridos com a aquisição de bens de consumo corrente (não armazenáveis) e/ou de serviços prestados por terceiros.

Os custos desta natureza sofreram uma diminuição em 16,1%, que em termos absolutos significa uma variação negativa próxima de 1,8 milhões de euros, atingindo no seu cômputo um valor ligeiramente superior a 9,2 milhões de euros. Os custos com eletricidade, recolha, tratamento e transporte de rsu's e transportes escolares, são os mais representativos, significando 45% do total destes fornecimentos e serviços externos.

A variação ocorrida deriva, essencialmente, da quebra verificada nos custos com material de escritório (-37,1%), comunicação (-18,2%), seguros (-29,4%), publicidade e propaganda (-78,3%), limpeza, higiene e conforto (-26,6%), vigilância e segurança (-31,9%), trabalhos especializados (-23,5%), encargos de cobrança (-47,7%), transportes escolares (-8,5%), manutenção de espaços verdes (-26,9%), fornecimento de refeições (-22,8%) e atividades educativas (-17,2%). Em oposição, verifica-se um aumento na eletricidade (+5,3%), combustíveis (+12,2%), patrocínio jurídico/pareceres jurídicos (+75,1%), exploração e manutenção de ETAR's (+8,8%),

Relativamente ao aumento verificado nos combustíveis (+245%), será de mencionar que, sendo este bem aprovisionado no Estaleiro Municipal, desde 2009, que o que se reporta a aquisições para armazenamento passou a ser imputado em conta específica inerente aos custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas. Deste modo, será de referenciar que os custos totais com combustíveis em 2013 foram na ordem dos 313,8 mil euros (334,3 mil euros em 2012), circunstância que significou uma diminuição de 6,1%, face ao volume verificado no período anterior.

### **Transferências e subsídios correntes concedidos**

Nesta conta são registadas as transferências correntes concedidas às unidades institucionais, ou seja, as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades receptoras, qualquer contraprestação direta para com o organismo dador. Complementarmente incluem-se ainda os subsídios concedidos com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção, sem contrapartida a unidades produtivas, como é o caso das empresas públicas municipais, intermunicipais ou empresas participadas.

Os custos desta natureza ostentam uma quebra (-32,7%), em resultado da quebra das transferências correntes concedidas para as freguesias (-85,9%), instituições sem fins lucrativos (-11,5%), famílias (-25,2%), ou ainda ao nível da rubrica de outras transferências correntes concedidas (-95,1%), esta última com uma significativa influência em 2012, face à cobertura dos prejuízos obtidos pelo setor empresarial local em 2011.

Já no que concerne aos subsídios correntes concedidos, essencialmente decorrentes da prática de preços sociais nos serviços prestados pelas empresas municipais (o valor total atribuído às empresas municipais sob a forma de indemnização compensatória ascendeu a um valor na ordem dos 670,1 mil euros), assinala-se uma variação positiva em 3,1%.

### **Custos com pessoal**

Nesta conta registam-se as remunerações ilíquidas de todo o pessoal afeto ao Município, bem como todos os encargos patronais associados, designadamente: subsídio de refeição; abono para falhas; ajudas de custo; vestuário e artigos pessoais; prestações sociais diretas e a ADSE.

Estes custos denotam um acréscimo em 1,3%, decorrentes do aumento verificado, essencialmente, no que concerne aos encargos sobre remunerações (+21,9%) e pensões (+48,2%). Em sentido inverso, verificou-se uma quebra no que concerne aos custos com a remuneração dos membros dos órgãos autárquicos (-0,9%), do pessoal (-1,4%), dos seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais (-19,5%) e ainda dos outros custos com pessoal (-8,3%).

Não obstante a diminuição do número de funcionários (quer por aposentações, quer pela caducidade dos contratos de trabalho), importa observar os efeitos resultantes quer das reduções remuneratórias quer ao nível do subsídio de férias vigentes em 2012, face à vigência praticada em 2013 em resultado da inconstitucionalidade de algumas medidas, bem como o aumento estabelecido para os encargos da entidade patronal (127 mil euros para a CGA e 63 mil euros para a Segurança Social).

Deste modo, excluindo o efeito do aumento verificado ao nível dos encargos da entidade, estaríamos perante uma quebra na ordem dos 105 mil euros, face ao volume dos custos verificados em 2012.

### **Outros custos e perdas operacionais**

Esta conta de carácter residual regista uma quebra em 1,3%. Em termos globais, estes custos situaram-se na ordem dos 150,8 mil euros.

### **Amortizações do exercício**

Esta conta destina-se ao registo da depreciação das imobilizações corpóreas (exceção das incluídas em investimentos financeiros), incorpóreas e dos bens do domínio público, atribuída ao exercício, e desde que não tenham carácter extraordinário. As

amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, em função do tempo e da forma de utilização do respetivo imobilizado.

Estes custos denotam uma variação positiva em 2,4%, ascendendo a um valor total superior a 11 milhões de euros.

### **Provisões do exercício**

Esta conta regista, de forma global, no final do período contabilístico, a variação positiva da estimativa dos riscos, em cada espécie de provisão entre dois períodos contabilísticos que tiver características de custo operacional.

Estes custos, em 2013, ascenderam a 260,8 mil euros e resultam de riscos associados à dificuldade de cobrança/acionamento da garantia bancária prestada pela Aquino Construções S.A., no âmbito da empreitada de requalificação da Av. D. J. Alves Correia da Silva, em Fátima.

### **Custos e perdas financeiras**

Nesta conta registam-se designadamente, os custos inerentes aos juros suportados, perdas em entidades participadas, amortizações de investimentos em imóveis, provisões para aplicações financeiras, diferenças de câmbio desfavoráveis e perdas na alienação de aplicações de tesouraria

Os custos totais apurados neste âmbito são na ordem de 332,1 mil euros e denotam uma variação negativa, face ao volume verificado no ano anterior, em 57,4% (variação absoluta negativa em 447,8 mil euros).

### **Custos e perdas extraordinárias**

Nesta conta são registados, nomeadamente, os custos relativos às transferências de capital concedidas, às dívidas incobráveis, às perdas em existências, às perdas em imobilizações, às multas e penalidades, aos aumentos de amortizações e de provisões, às correções relativas a exercícios anteriores ou outros diversos não especificados.

Estes custos manifestam uma diminuição em 3,4%, decorrente da quebra das transferências de capital concedidas para as empresas públicas municipais (-73,7%), freguesias (-40,4%), associações de municípios (-76,3%) e instituições sem fins lucrativos (-21,9%).

No que concerne aos outros custos e perdas extraordinárias (com uma redução em 17%) assumem relevo as correções relativas a exercícios anteriores (1,4 milhões de euros), essencialmente decorrentes da transferência para proveitos diferidos de 400 mil euros de investimentos comparticipados pelo Ministério da Educação, de acerto de estimativas de acréscimo de custos relativos a encargos com remunerações no valor de 246,8 mil euros.

## 7.1.4 Resultados

### 7.1.4.1 Resultado operacional

O resultado operacional apresentou uma diminuição da sua negatividade em aproximadamente 39,8%. Desta forma, o resultado foi negativo apurado, situou-se num valor ligeiramente superior a 3,6 milhões de euros.

Quadro – Evolução do Resultado Operacional a preços correntes

uni: Euro

Resultado Operacional	2011	2012	var. (%)	2013	var. (%)
<b>Total</b>	<b>-8.699.998,26</b>	<b>-5.989.028,84</b>	<b>-31,16</b>	<b>-3.604.472,10</b>	<b>-39,82</b>

### 7.1.4.2 Resultado financeiro

Este indicador denota uma melhoria deste resultado em 50,7%, atingindo um valor ligeiramente superior a 1,3 milhões de euros.

## Quadro – Evolução do Resultado Financeiro a preços correntes

uni: Euro

Resultado Financeiro	2011	2012	var. (%)	2013	var. (%)
<b>Total</b>	<b>657.121,99</b>	<b>893.727,22</b>	<b>36,01</b>	<b>1.347.041,81</b>	<b>50,72</b>

## 7.1.4.3 Resultado corrente

## Quadro – Evolução do Resultado Corrente a preços correntes

uni: Euro

Resultado Corrente	2011	2012	var. (%)	2013	var. (%)
<b>Total</b>	<b>-8.042.876,27</b>	<b>-5.095.301,62</b>	<b>-36,65</b>	<b>-2.257.430,29</b>	<b>-55,70</b>

O quadro apresentado demonstra que o resultado corrente sofreu uma melhoria (em 55,7%), apresentando-se negativo num montante próximo de 2,3 milhões de euros.

## 7.1.4.4 Resultado Líquido do Exercício

## Quadro – Evolução do Resultado Líquido do Exercício a preços correntes

uni: Euro

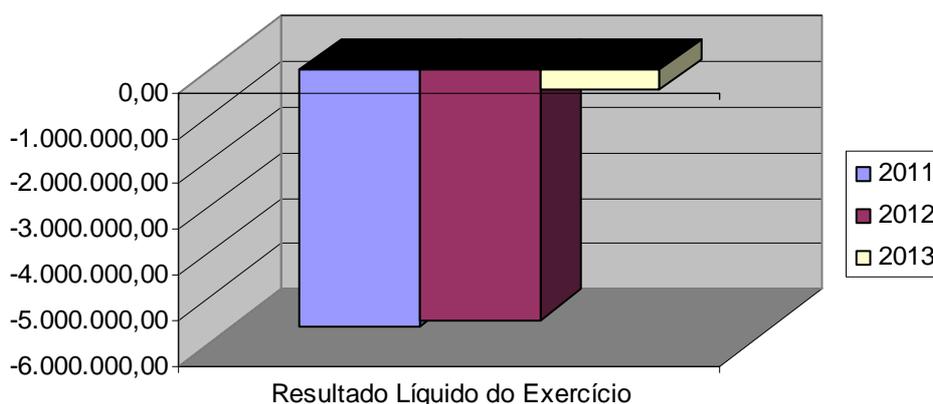
Resultado Líquido do Exercício	2011	2012	var. (%)	2013	var. (%)
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>-5.634.632,95</b>	<b>-5.510.277,82</b>	<b>-2,21</b>	<b>-428.023,17</b>	<b>-92,23</b>

Sobre a interpretação do resultado não será consentâneo quer com os objetivos das autarquias locais, quer sob a ótica conceptual, a associação do R.L.E., ao termo lucro ou prejuízo, visto que as autarquias locais visam essencialmente a satisfação das necessidades dos munícipes, pelo que se torna necessário demarcar a interpretação do resultado obtido, de qualquer analogia efetuada com base nos conceitos vigentes para o setor privado.

Importa ainda destacar a ausência de doutrina que disponha quer sobre a terminologia técnica, quer sobre a interpretação do valor obtido, pois a especificidade do POCAL e a especificidade das autarquias locais, nomeadamente em matéria de políticas contabilísticas, deriva na obtenção de resultados, em nada similares com os provenientes do regime contabilístico em vigor para o setor privado.

Porém, será importante constatar que esta autarquia diminuiu assinalavelmente a dimensão da negatividade deste indicador, transitando de um valor negativo superior a 5,5 milhões de euros obtido em 2012, para um valor negativo na ordem dos 428 mil euros.

Gráfico - Resultado Líquido do Exercício



Quadro – Comparação entre alguns municípios (dados de 2012)

Município	Custos com Amortizações	Valor do Activo Bruto
Abrantes	6.492.616 €	257.704.576 €
Ourém	10.782.461 €	287.779.467 €
Pombal	2.094.116 €	155.317.083 €
Santarém	5.295.178 €	267.413.743 €
Tomar	3.989.716 €	157.522.146 €
Torres Novas	5.582.013 €	199.315.031 €

Será ainda de referenciar a dimensão dos custos com amortizações verificados (superiores a 11 milhões de euros), os quais se julgam que estão a influenciar a comparabilidade deste indicador com outras autarquias locais, veja-se, por exemplo o quadro acima apresentado (dados extraídos do website da DGAL referentes ao ano económico de 2012), circunstância que se pretende avaliar no decurso de 2014.

## 7.2 Análise da Situação Financeira

### 7.2.1 Condições Financeiras

Quadro – Mapa de condições financeiras

Designações	Exercícios	
	2013	2012
(Fundo de Maneio)	1.546.342,30 €	-4.920.376,87 €
(Cash Flow Estático (MLL))	10.876.183,13 €	5.934.834,32 €
1. Estabilidade (s.l.)		
1.1 Solvabilidade	3,30	2,99
1.2 Autonomia	0,70	0,67
1.3 Estabilidade (s.r.)	2,30	1,99
2. Estrutura do Ativo		
2.1 Cobertura do A.I. em Fundos Próprios	0,70	0,67
2.2 Cobertura do A.I. em Capitais Permanentes	0,78	0,75
2.3 Peso Relativo do A.I. no Ativo Total	92,59%	91,92%
3. Liquidez		
3.1 Liquidez Geral	1,19	0,70
3.2 Liquidez Reduzida	1,15	0,68
3.2 Participação - Existências no Ativo Corrente	3,04%	2,76%
3.4 Financiamento do Ativo Corrente	0,16	-0,42
4. Complementares		
4.1 Capacidade de Endividamento	0,44	0,50
4.2 Financiamento do F.M. por Passivo de Financ.	0,49	-0,24
4.3 Cobertura do Passivo Corrente por F.P.	16,73	8,18
4.4 Estrutura do endividamento (dívidas a terceiros de curto prazo)	0,12	0,23
4.5 Grau de dependência de dívidas a médio e longo prazo	0,08	0,08
4.6 Racio de envelhecimento do Imobilizado	0,34	0,30

### Fundo de Maneio

O fundo de maneiio pode ser considerado como a margem de segurança da entidade, com a qual se pode fazer face ao exigível a curto prazo, devendo este ser suficiente para garantir o ajustamento da cadência de transformação de ativos em meios líquidos de resposta às dívidas e, além disso, permitir à entidade a existência de fundos fora da exigência imediata dos credores, para cobertura dos riscos que possam afetar, no futuro, a manutenção desse ajustamento.

O valor apresentado indica que o passivo corrente se encontra coberto pelo ativo corrente. Desta forma, o fundo de maneiio reflete-se num valor positivo (invertendo a negatividade que persistia à longo prazo), indicando que a curto prazo a autarquia não terá dificuldade em fazer face ao exigível a curto prazo.

Deste modo, salienta-se uma melhoria deste indicador num valor próximo de 6,5 milhões de euros, apresentando agora um valor positivo superior 1,5 milhões de euros.

### **Cash Flow Estático**

O cash flow revela a propensão para a obtenção de lucros e por um natural prolongamento da liquibilidade, assim corresponde às amortizações, às provisões e ao R.L.E.. O ano de 2013 denota uma variação positiva deste indicador, o qual se situa agora na ordem dos 10,9 milhões de euros.

### **Estabilidade**

Os rácios de estabilidade pretendem demonstrar a proporcionalidade das massas patrimoniais mais importantes.

A autarquia apresenta um bom nível de solvabilidade e estabilidade (s.r.). Quanto à autonomia, o valor supera a barreira dos 0,5, facto que resulta num índice de autonomia consistente.

### **Estrutura do Ativo**

No que diz respeito à estrutura do ativo, regista-se uma diminuição da cobertura do ativo imobilizado em capitais permanentes. O peso relativo do ativo imobilizado no ativo total é bastante pronunciado, denotando um valor de 93%.

### **Liquidez**

Estes índices permitem avaliar a aptidão da entidade em satisfazer os seus compromissos a curto prazo.

Os índices relacionados demonstram uma melhoria significativa destes indicadores, transitando de índices de debilidade para valores que demonstram uma boa capacidade da entidade em satisfazer os seus compromissos de curto prazo.

A representatividade das existências no total do ativo corrente registou uma pequena variação, significando, em 31 de dezembro, 3% deste total.

O financiamento do ativo corrente denota agora um valor positivo, refletindo a substancial melhoria observada no que concerne ao fundo de maneió obtido.

### **Complementares**

O rácio da capacidade de endividamento denota uma deterioração. Importa observar que o valor apresentado é inferior à unidade (1), pelo que, segundo este indicador, a autarquia dispõe de uma boa capacidade de endividamento. Contudo, convém ainda mencionar que a capacidade de endividamento apresentada não é similar à definição estabelecida na Lei das Finanças Locais, pelo que para melhor compreensão se aconselha leitura atenta ao ponto 6.2 do presente documento (cumprimentos legais na despesa – cumprimento ao limite da capacidade de endividamento).

O financiamento do fundo de maneió pelo passivo de financiamento é agora positivo.

O grau de dependência do ativo líquido total face ao financiamento resultante de dívidas a médio e longo prazo reflete que 8% do ativo líquido total se deve a financiamento externo.

A medida de envelhecimento do imobilizado denota um valor razoável, indiciando a existência de uma parte muito significativa de imobilizado novo ou recente.

### 7.2.2 Dívidas de terceiros

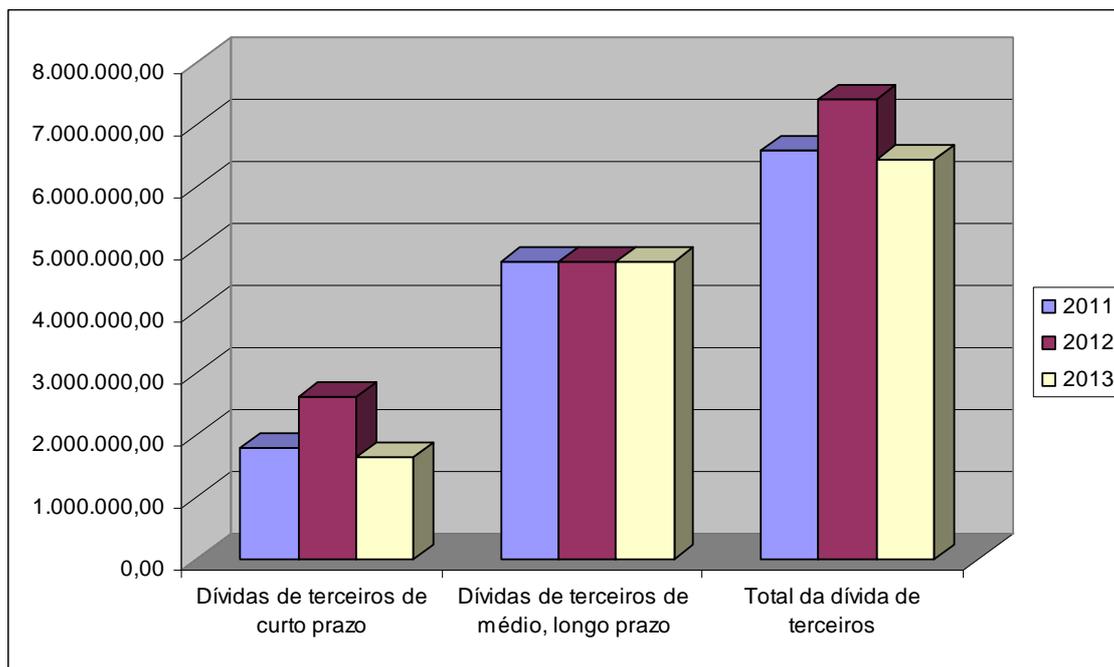
No que concerne a dívidas de terceiros de curto prazo, estas situam-se próximas de 1,7 milhões de euros, tendo sofrido uma diminuição em 36,8%. Neste âmbito assumem particular relevo as dívidas do Ministério da Educação, do MAISCENTRO (fundos comunitários) e do Santuário de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> do Rosário de Fátima.

O volume total das dívidas de terceiros ascendeu a um valor na ordem dos 6,5 milhões de euros, apresentando, em termos absolutos, uma variação negativa em 963,1 mil euros.

Quadro – Evolução das dívidas de terceiros a preços correntes

uni: Euro

Descrição da Receita Liquidada	2011	2012	var. (%)	2013	var. (%)
Dívidas de terceiros de curto prazo	1.800.735,95	2.614.052,66	45,17	1.650.960,66	-36,84
Empréstimos concedidos	0,00	0,00	--	0,00	--
Cientes c/c	4.089,79	83.300,50	1936,79	83.179,45	-0,15
Contribuintes c/c	405.392,74	97.907,42	-75,85	205.745,82	110,14
Utentes, c/c	148.917,87	104.587,02	-29,77	128.059,81	22,44
Cientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	0,00	0,00	--	0,00	--
Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	--	0,00	--
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	--	0,00	--
Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	--	70.879,82	--
Administração autárquica	0,00	0,00	--	0,00	--
Outros Devedores	1.242.335,55	2.328.257,72	87,41	1.163.095,76	-50,04
Dívidas de terceiros de médio, longo prazo	4.801.500,00	4.801.500,00	0,00	4.801.500,00	0,00
<b>Total da dívida de terceiros</b>	<b>6.602.235,95</b>	<b>7.415.552,66</b>	<b>12,32</b>	<b>6.452.460,66</b>	<b>-12,99</b>

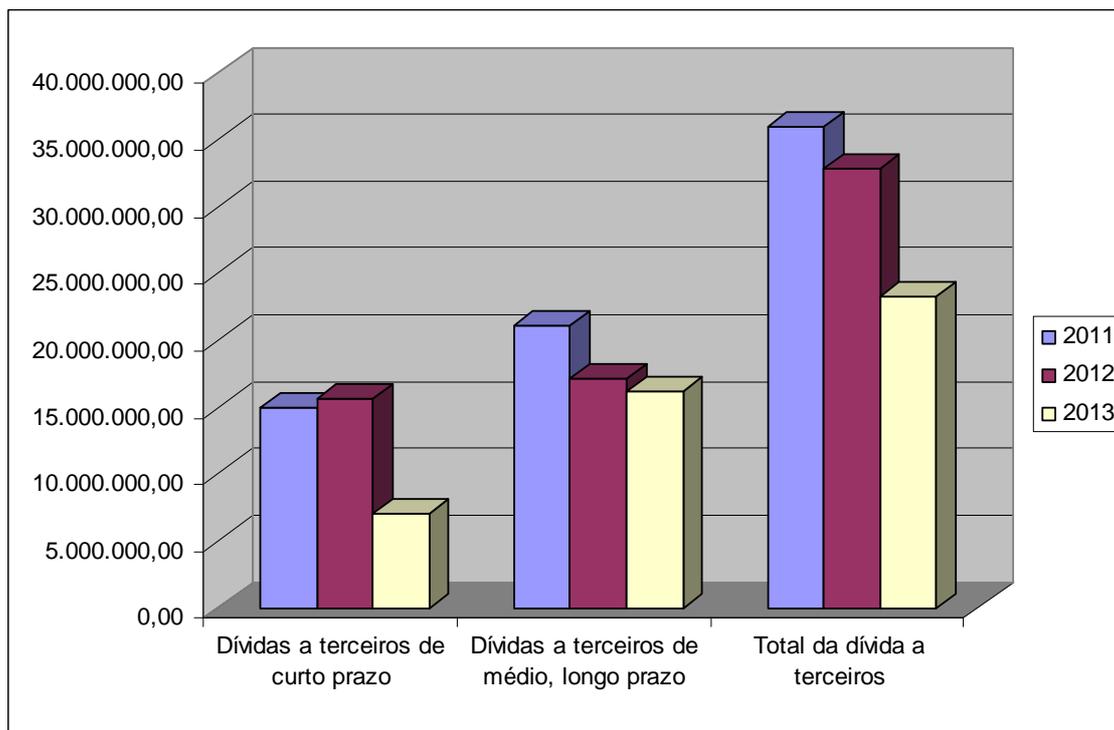


### 7.2.3 Dívidas a terceiros

#### Quadro – Evolução das dívidas a terceiros a preços correntes

uni: Euro

Descrição da Receita Liquidada	2011	2012	var. (%)	2013	var. (%)
Dívidas a terceiros de curto prazo	14.920.443,71	15.667.887,62	5,01	7.075.690,23	-54,84
Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00	--	0,00	--
Empréstimos de m/l prazo (amort. prox. 12 meses)	3.081.379,38	3.351.351,31	8,76	3.747.084,65	11,81
Adiantamento por conta de vendas	0,00	0,00	--	0,00	--
Fornecedores, c/c	1.878.274,37	1.569.432,41	-16,44	239.096,93	-84,77
Fornecedores, c/c - Faturas em receção e conferência	3.245.935,96	5.011.658,43	54,40	2.552.293,18	-49,07
Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00	--	0,00	--
Clientes e utentes c/cauções	26.829,59	34.558,01	28,81	35.371,28	2,35
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	--	0,00	--
Fornecedores de imobilizado, c/c	2.518.744,93	1.392.848,21	-44,70	0,00	--
Estado e outros entes públicos	149.775,54	163.044,79	8,86	93.883,29	-42,42
Administração autárquica	265.045,23	450.814,40	70,09	0,00	--
Outros Credores	2.933.084,89	2.263.789,39	-22,82	155.590,07	-93,13
Fornecedores de imobilizado - Fat. em receção e conferência	821.373,82	1.430.390,67	74,15	252.370,83	-82,36
Dívidas a terceiros de médio, longo prazo	21.086.293,51	17.163.045,96	-18,61	16.226.892,64	-5,45
Dívidas a instituições de crédito	19.367.902,72	15.998.045,96	-17,40	15.476.892,64	-3,26
Dívida a fornecedores imobilizado - locação financeira	33.390,79	0,00	--	0,00	--
Dívidas a fornecedores Imobilizado - aquis. mlp	1.685.000,00	1.165.000,00	-30,86	750.000,00	-35,62
<b>Total da dívida a terceiros</b>	<b>36.006.737,22</b>	<b>32.830.933,58</b>	<b>-8,82</b>	<b>23.302.582,87</b>	<b>-29,02</b>



No que concerne às dívidas a terceiros de curto prazo, denota-se um expressivo decréscimo destas em 54,8%, as quais ascenderam, em 2013, a um valor próximo de 7,1 milhões de euros, evidenciando uma diminuição absoluta superior a 5,5 milhões de euros. Se excluído o montante reportado referente à amortização de empréstimos de médio longo prazo que irá ocorrer nos próximos 12 meses (pelo que transita a sua influência para o curto prazo), teremos uma dívida a terceiros de curto prazo na ordem dos 3,3 milhões de euros (12,3 milhões de euros em 2012).

As dívidas a terceiros de médio e longo prazo apresentam uma diminuição em 5,5% que, em termos absolutos, significou uma quebra próxima de 936,2 mil euros. No cômputo geral, as dívidas desta natureza situam-se em 16,2 milhões de euros (20 milhões se acrescido o montante em dívida de empréstimos de médio e longo prazo que serão amortizados nos próximos 12 meses, razão pela qual surgem expostos nas dívidas a terceiros de curto prazo).

O valor total das dívidas a terceiros apurado situa-se na ordem dos 23,3 milhões de euros, apresentando uma diminuição em 29%, face ao valor registado em 2012 (quebra absoluta superior a 9,2 milhões de euros).

Se efetuada comparação com a dívida total existente na data de referência à aprovação do Plano de Ajustamento Financeiro (junho de 2012: dívida total de 37,7 milhões de euros), verifica-se uma diminuição da dívida total, no decurso do PAF (em 18 meses), próxima de 14,4 milhões de euros.

## 8. Contabilidade de custos

### Enquadramento

No cumprimento do disposto no ponto 2.8.3 do DL 54-A/99 de 22/2 - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) o Município de Ourém, continuou o trabalho desenvolvido no âmbito da Contabilidade de Custos (CC).

A implementação da Contabilidade de Custos no Município de Ourém ocorreu no ano 2009, pelo que este foi o quinto ano em que se dispôs de tão importante instrumento de gestão.

Atendendo ao disposto na Lei n.º 53-E/2006 de 29 de dezembro, a informação obtida na Contabilidade de Custos contribuirá de forma decisiva para a fixação de Taxas, Tarifas e Preços, dos bens e serviços produzidos e prestados pelo Município de Ourém.

Todos os custos (ótica económica) do Município foram tratados, tendo sido repartidos por custos diretos, indiretos e não incorporáveis.

O Município de Ourém tratou também os proveitos, embora o POCAL não exija o seu registo. Os proveitos são reconhecidos quando estes são obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento.

O custo das funções, dos bens e dos serviços corresponde aos respetivos custos diretos e indiretos relacionados com a produção, distribuição, administração geral e financeira.

A imputação dos custos indiretos foi efetuada, após o apuramento dos custos diretos por função através de coeficientes. O coeficiente de imputação dos custos indiretos de cada função corresponde à percentagem do total dos respetivos custos diretos no total geral dos custos diretos apurados em todas as funções.

O coeficiente de imputação dos custos de cada bem ou serviço corresponde à percentagem do total dos respetivos custos diretos no total dos custos diretos da função em que se enquadram.

Os custos indiretos de cada função resultam da aplicação do respetivo coeficiente de imputação ao montante total dos custos indiretos apurados. Os custos indiretos de cada bem ou serviço obtêm-se aplicando ao montante do custo indireto da função em que o bem ou serviço se enquadra o correspondente coeficiente de imputação dos custos indiretos.

### **Apuramento de resultados da Contabilidade de Custos**

Através da análise dos resultados finais produzidos pela aplicação AIRC/SCA relativa aos quadros CC7 – apuramento de custos por bens, serviços e CC9 – apuramento de custos por funções e relação de movimentos, procedemos à construção de alguns mapas que consideramos mais relevantes na atividade do município.

É de referir que da análise do resultado dos mapas CC's atrás referidos, não foram incluídos os custos indiretos, pelo facto destes, nalgumas funções, serem elevados e poderem vir a desvirtuar a análise dos dados. No entanto, tem-se trabalhado no sentido de diminuir ao máximo os custos indiretos.

A Função Administração Geral compreende os custos com as atividades de âmbito geral do município.

Seguidamente apresentam-se os centros de custo da Função Administração Geral com maior relevância

Administração Geral					
	2011	2012	Var. (%)	2013	Var. (%)
Actas	13.870,96 €	14.017,08 €	1,04	14.761,10 €	5,04
Apoio utilizadores int. e manutenção de HW e SW	5.740,77 €	37.985,10 €	84,89	35.787,47 €	-6,14
Recepção e registo de correspondência	21.227,44 €	15.484,72 €	-37,09	26.717,97 €	42,04
Formação de Pessoal	5.032,73 €	12.548,89 €	59,90	1.543,25 €	-713,15
Reparação/Manutenção de edifícios Municipais	73.921,31 €	93.997,50 €	21,36	111.607,16 €	15,78
Limpeza de Instalações Municipais	65.032,75 €	70.483,21 €	7,73	53.125,01 €	-32,67
Patrocínio Jurídico	94.190,44 €	61.689,62 €	-52,68	108.326,88 €	43,05
Gastos Gerais do Executivo e Gab. de Apoio	436.434,30 €	92.626,17 €	-371,18	32.348,81 €	-186,34
Gastos Gerais da Divisão de Tec. Inform. e Comunicação	18.954,58 €	34.343,48 €	44,81	20.807,26 €	-65,06
Gastos Gerais da Divisão de Gestão Urbanística	12.346,05 €	10.193,81 €	-21,11	9.252,73 €	-10,17
Gastos Gerais da Divisão de Gestão Financeira	52.376,60 €	210.677,68 €	75,14	36.890,49 €	-471,09
Gastos Gerais da Divisão Recursos Humanos, Plan e Admin	25.130,41 €	15.797,49 €	-59,08	14.652,80 €	-7,81
Gastos Gerais do Departamento Administração e Planeamento	11.013,60 €	6.302,64 €	-74,75	9.536,92 €	33,91
Gastos Gerais da Divisão de Pla. e Orden. o Território	30.393,22 €	49.799,98 €	38,97	10.303,66 €	-383,32
Gastos Gerais da Divisão de Estudos e Projectos	11.215,41 €	8.770,37 €	-27,88	6.407,85 €	-36,87
Gastos Gerais da Divisão de Obras Municipais	82.478,71 €	25.087,08 €	-228,77	30.043,91 €	16,50
Gastos Gerais da Divisão de Ambiente	15.391,53 €	61.107,82 €	74,81	12.079,82 €	-405,87
Gastos Gerais da Divisão de Educação e Acção Social	40.382,43 €	34.204,34 €	-18,06	98.990,51 €	65,45
Gastos Gerais da Divisão de Acção Cultural	47.180,16 €	14.379,68 €	-228,10	6.341,74 €	-126,75

Tendencialmente verifica-se uma diminuição dos custos em quase todos os bens e serviços, esta tendência decrescente deve-se, essencialmente, à implementação do Plano de Ajustamento Financeiro.

A função Proteção Civil e Luta Contra Incêndios compreende os serviços de prevenção, combate a incêndios e socorro às populações, bem como subsídios concedidos às instituições que prosseguem tais objetivos.

Proteção civil e luta contra incêndios					
	2011	2012	Var. (%)	2013	Var. (%)
Associação Humanitário Bombeiros Voluntários de Caxarias	88.014,89 €	79.172,24 €	-11,1689	44.172,51 €	-79,23
Associação Humanitário Bombeiros Voluntários de Fátima	71.696,04 €	28.951,97 €	-147,638	38.115,84 €	24,04
Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Ourém	166.277,78 €	304.709,55 €	45,43	211.622,61 €	-43,99

A função Ensino Não Superior e Serviços Auxiliares de Ensino reúne todos os apoios a estudantes em matéria de transportes escolares, bem como a recuperação, conservação e manutenção dos edifícios escolares.

Ensino não superior/Serviços auxiliares de ensino					
	2011	2012	Var. (%)	2013	Var. (%)
Prolongamento de horário	298.333,01 €	232.548,99 €	-28,29	212.642,48 €	-9,36
Fornecimento de refeições pré escolar	377.580,01 €	360.923,15 €	-4,62	252.830,59 €	-42,75
Atividades de enriquecimento escolar	190.375,77 €	200.229,35 €	4,92	125.123,95 €	-60,02
Enriquecimento Curricular áreas inic. ao desp. e artes	277.553,27 €	230.625,65 €	-20,35	206.982,24 €	-11,42
Fornecimento de refeições Ensino Básico	526.999,02 €	473.446,05 €	-11,31	363.945,01 €	-30,09
Transporte pré-escolar e 1º CEB	580.104,83 €	420.048,02 €	-38,10	436.432,33 €	3,75
Transportes alunos p/ piscinas - 1º CEB	32.725,42 €	20.275,32 €	-61,41	15.239,03 €	-33,05
Transportes alunos p/ piscinas - Pré-escolar	3.512,61 €	2.695,38 €	-30,32	2.439,31 €	-10,50
Transporte escolar 2º e 3º ciclos	560.177,17 €	380.566,10 €	-47,20	479.296,90 €	20,60
Transporte escolar Secundário e Profissional	272.376,61 €	226.442,56 €	-20,29	178.599,82 €	-26,79
Visitas de estudo	65.473,18 €	15.212,38 €	-330,39	19,27 €	-78843,33
Manutenção de espaços verdes nas escolas	110.531,87 €	86.982,96 €	-27,07	64.726,70 €	-34,38
Reparação e Manutenção das escolas e Jardins de Inf.	40.251,07 €	7.720,55 €	-421,35	140.750,59 €	94,51
Aquecimento das escolas	39.382,57 €	57.352,19 €	31,33	89.937,88 €	36,23
Encargos com instalações escolares	188.678,81 €	182.054,71 €	-3,64	181.880,29 €	-0,10

A variação negativa verificada no centro de custos “Visitas de estudo” é consequência das medidas restritivas implementadas no decurso do ano de 2013, que impossibilitaram o pagamento de horas extraordinárias aos motoristas, inviabilizando assim a cedência dos autocarros do Município de Ourém, a entidades externas.

A variação negativa ocorrida com as Atividades de Enriquecimento Curricular deve-se à diminuição do valor dos contratos com as entidades prestadoras do serviço, nomeadamente com a Insignare, Ourearte e Conservatório de Música de Ourém e Fátima.

As variações ocorridas no fornecimento de refeições do pré-escolar e do primeiro ciclo é o reflexo da conjuntura que se vive atualmente em Portugal, nomeadamente a falta de emprego que permite aos pais fornecerem as refeições, prescindindo assim desse serviço da autarquia, assim como processos de imigração.

A função Ação social absorve designadamente subsídios a infantários, terceira idade, deficientes e a outras instituições de assistência e de solidariedade social.

Ação Social					
	2011	2012	Var. (%)	2013	Var. (%)
Centro Bem Estar e Social - Bairro	22.370,09 €	189.643,98 €	88,20	0,00 €	--
APDAFF - Assoc. Prom. Din. Apoio à Família	320.295,05 €	169.489,30 €	-88,98	53.605,40 €	-216,18
Centro Desp. Social Cult. Cercal - Vales e Ninho Águia	0,00 €	0,00 €	--	0,00 €	--
Centro de Apoio do Olival	35.136,55 €	26.666,00 €	--	0,00 €	--
Centro Social Paroquial de Freixianda	80.000,00 €	30.000,00 €	--	0,00 €	--

No ano 2013, verifica-se apenas o custo de um apoio concedido no âmbito do PARES à APDAF (atribuído em anos anteriores), pois todos os outros contratos-programa neste âmbito já haviam terminado em 2012.

A função saneamento compreende todo o sistema de drenagem de águas residuais.

Saneamento					
	2011	2012	Var. (%)	2013	Var. (%)
Exploração e manutenção de Etar's	726.077,76 €	786.876,49 €	7,73	867.398,28 €	9,28
Manutenção das redes e sistemas de saneamento	85.464,84 €	76.384,31 €	-11,89	0,00 €	--

Não se verifica qualquer valor no ano de 2013 no centro de custo “Manutenção das Redes e Sistemas de Saneamento” pelo facto do Município de Ourém não ter estabelecido contrato com a empresa municipal neste âmbito.

Na função Resíduos Sólidos está representada a recolha, tratamento, eliminação ou reciclagem de resíduos sólidos, que comparativamente a 2012 teve uma variação negativa de 1,79%.

Resíduos Sólidos					
	2011	2012	Var. (%)	2013	Var. (%)
Recolha, transporte e tratamento de RSU's	1.526.214,18 €	1.457.010,65 €	-4,75	1.431.455,06 €	-1,79

A função Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza compreende a higiene pública, cemitérios e a proteção, conservação e valorização do património natural.

Protecção do meio ambiente e conservação da natureza					
	2011	2012	Var. (%)	2013	Var. (%)
<b>Limpeza Urbana</b>					
Fátima	185.313,10 €	210.518,50 €	11,97	209.905,00 €	-0,29
Ourém	142.854,76 €	125.628,42 €	-13,71	132.591,48 €	5,25
Sedes de Freguesia	47.330,04 €	48.382,78 €	2,18	47.218,09 €	-2,47
<b>Defesa do meio ambiente</b>					
Manutenção de espaços verdes públicos	150.414,67 €	416.548,52 €	63,89	309.146,68 €	-34,74
Gestão do Agroal	56.819,85 €	52.167,46 €	-8,92	16.600,09 €	-214,26
Gestão da Mata Municipal	33.251,03 €	15.130,18 €	-119,77	8.238,56 €	-83,65
Gestão e Promoção e Desenvolvimento Rural	131.975,37 €	165.592,20 €	20,30	89.592,20 €	-84,83
Parques, jardins e outros espaços verdes públicos	339.754,91 €	154.646,15 €	-119,70	104.641,25 €	-47,79
<b>Higiene Pública</b>					
Recolha de animais abandonados	3.101,69 €	5.129,27 €	39,53	5.420,37 €	5,37
Sanitários públicos	18.471,63 €	15.780,99 €	-17,05	14.588,40 €	-8,17

As variações negativas que ocorreram na Defesa do Ambiente devem-se essencialmente à redução verificada nos contratos-programa com a empresa Municipal Ourémviva.

Relativamente à função Cultura, destacamos as seguintes atividades do programa cultural do município:

Cultura					
	2011	2012	Var. (%)	2013	Var. (%)
Festas de Ourém	103.353,28 €	3.703,74 €	-2690,51	914,88 €	-304,83
Via-sacra	12.223,97 €	4.508,90 €	-171,11	4.303,84 €	-4,76
Passeio dos Idosos	13.109,46 €	9.821,29 €	-33,48	9.248,17 €	-6,20
Carnaval	19.270,55 €	8.333,33 €	-131,25	385,01 €	-2064,45
Galeria Municipal	36.532,42 €	47.357,82 €	22,86	28.510,72 €	-66,11
Cine-Teatro	28.178,36 €	28.939,32 €	2,63	33.941,76 €	14,74

A atividade Festas de Ourém destaca-se com uma variação percentual bastante negativa pois no ano 2012 e 2013 esteve a cargo da empresa Municipal OurémViva.

No que diz respeito ao Carnaval, foi uma atividade que não se efetuou em 2013, apenas na sexta-feira que antecede o dia, ocorre um pequeno evento efetuado pelas escolas da sede do concelho e que o município apoia.

O quadro abaixo indica a imputação dos custos dos bens da função 331 – Transportes Rodoviários, cujas obras foram efetuadas por administração direta e que dizem respeito a pequenas intervenções realizadas em diversas estradas e caminhos municipais.

Comunicações e transporte					
	2011	2012	Var. (%)	2013	Var. (%)
<b>Rede Viária</b>					
Freguesia de Alburitel	21.046,16 €	16.165,83 €	-30,19	1.503,91 €	-974,92
Freguesia de Atougua	41.212,13 €	21.671,00 €	-90,17	8.638,90 €	-150,85
Freguesia de Casal dos Bernardos	19.559,03 €	3.156,52 €	-519,64	1.276,18 €	-147,34
Freguesia de Caxarias	39.911,99 €	8.620,19 €	-363,01	6.286,47 €	-37,12
Freguesia de Cercal	17.846,13 €	9.795,10 €	-82,19	10.713,25 €	8,57
Freguesia de Espite	32.602,63 €	15.247,19 €	-113,83	22.088,59 €	30,97
Freguesia de Fátima	48.000,74 €	8.374,47 €	-473,18	22.392,49 €	62,60
Freguesia de Formigais	12.987,72 €	13.899,49 €	6,56	882,89 €	-1474,32
Freguesia de Freixianda	14.591,98 €	25.996,02 €	43,87	6.192,25 €	-319,82
Freguesia de Gondemaria	15.766,74 €	12.692,34 €	-24,22	35.393,20 €	64,14
Freguesia de Matas	32.410,51 €	14.228,66 €	-127,78	54.970,58 €	74,12
Freguesia de N.ª S.ª das Misericórdias	43.595,03 €	41.513,01 €	-5,02	15.170,93 €	-173,64
Freguesia de N.ª S.ª da Piedade	50.728,94 €	36.540,89 €	-38,83	19.638,42 €	-86,07
Freguesia de Olival	35.514,37 €	14.242,85 €	-149,35	18.147,50 €	21,52
Freguesia de Ribeira do Fárrio	3.941,72 €	19.149,05 €	79,42	9.378,64 €	-104,18
Freguesia de Rio de Couros	28.178,42 €	9.161,86 €	-207,56	2.579,85 €	-255,13
Freguesia de Seixa	10.404,28 €	48.243,82 €	78,43	21.357,73 €	-125,88
Freguesia de Urqueira	37.066,96 €	20.165,43 €	-83,81	42.910,25 €	53,01
<b>Sinalização Viária do Concelho</b>					
Sinalização semafórica	45.350,20 €	28.164,49 €	-61,02	30.772,91 €	8,48
Sinalização vertical diversa	61.395,32 €	39.954,08 €	-53,66	34.802,25 €	-14,80
Sinalização horizontal	25.643,65 €	16.737,10 €	-53,21	11.164,15 €	-49,92

Face à implementação do PAF, no decurso de 2013 o setor de obras por administração direta apenas efetuou pequenas obras de reparação nas vias públicas, razão pela qual se verificam variações negativas em quase todas as freguesias do concelho.

Relativamente à função Mercados e Feiras, salientamos o serviço de Conservação e Manutenção do Mercado Municipal, por ser a atividade mais relevantes da função.

Mercados e Feiras					
	2011	2012	Var. (%)	2013	Var. (%)
Mercado Municipal	138.217,31 €	159.701,86 €	13,45 €	92.270,89 €	-73,08

A diminuição dos custos com o Mercado Municipal deve-se essencialmente à redução verificada no contrato-programa com a OurémViva, nomeadamente, no que diz respeito à vigilância, limpeza, conservação e reparação.

### **Análise da Distribuição dos Custos**

O POCAL não obriga à apresentação da Demonstração de Resultados por Funções, no entanto, esta permite analisar comparativamente a representatividade da cada função, pelo que optamos pela sua apresentação.

#### Demonstração de Resultados por Funções

A análise é efetuada de forma comparativa entre as várias funções, de forma a apresentar a importância absoluta e comparativa que cada uma das funções tem na distribuição dos Custos Municipais.

Da análise da Demonstração de Resultados por Funções, verifica-se que em relação a 2012 houve uma diminuição significativa dos custos em termos brutos na ordem dos 2.708.239,73€, o que representa em termos percentuais cerca de 9,02%.

À semelhança dos anos anteriores são as funções sociais que absorvem maior volume de recursos municipais, representando cerca de 60,99% dos custos do Município. No entanto, é a função 331 – Transportes Rodoviários (que abrange viadutos, construção e conservação de arruamentos, vias, caminhos e sinalização e, ainda a construção, beneficiação e conservação de parques de estacionamento e terminais) que maior peso tem nos custos totais do município, seguida da função 211 – Ensino não Superior, que compreende toda a atividade relacionada com o ensino pré-escolar, básico, secundário. É de referir que nesta função estão também a ser incluídos todos os custos relacionados com o apoio de transportes escolares, recuperação e conservação das infraestruturas escolares.

Função	2011		2012		Var.	2013		Variação Absoluta	Var.
	Custos p/ função	%	Custos p/ função	%		%	Custos p/ função		
1 Funções Gerais	1.768.913,39 €	5,94	1.656.625,43 €	5,52	-6,78	1.246.95938 €	4,56	-409.666,05 €	-24,73
110 Serviços gerais de administração pública									
111 Administração geral	1.306.672,37 €	4,39	1.116.150,95 €	3,72	-17,07	815.35795 €	2,98	-300.793,00 €	-26,95
120 Segurança e ordem públicas									
121 Protecção civil e luta contra incêndios	462.241,02 €	1,55	540.474,48 €	1,80	14,47	431.601,43 €	1,58	-108.873,05 €	-20,14
122 Polícia Municipal	0,00 €		0,00 €			0,00 €		0,00 €	
2 Funções Sociais	17.710.716,02 €	59,52	17.834.953,32 €	59,40	0,70	16.660710,03 €	60,99	-1.174.243,29 €	-6,58
210 Educação									
211 Ensino não superior	5.385.091,65 €	18,10	4.875.470,04 €	16,24	-10,45	5.008735,97 €	18,33	133.265,93 €	2,73
212 Serviços auxiliares de ensino	1.888.612,28 €	6,35	2.278.664,80 €	7,59	17,12	1.687.957,17 €	6,18	-590.707,63 €	-25,92
220 Saúde	32.014,58 €	0,11	26.198,62 €	0,09	-22,20	26.903,81 €	0,10	705,19 €	2,65
221 Serviços individuais de saúde	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00	0,00	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00
230 Segurança e acção sociais									
231 Segurança Social	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00	0,00	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00
232 Acção social	695.524,44 €	2,34	780.920,33 €	2,60	10,94	743.264,81 €	2,72	-37.655,52 €	-4,82
240 Habitação e serviços colectivos									
241 Habitação	16.952,96 €	0,06	22.463,63 €	0,07	24,53	23.222,84 €	0,09	769,21 €	3,38
242 Ordenamento do território	384.312,75 €	1,29	217.122,16 €	0,72	-77,00	312.684,02 €	1,14	95.561,86 €	44,01
243 Saneamento	1.982.758,51 €	6,66	1.992.149,62 €	6,63	0,47	2.155.484,50 €	7,89	163.334,88 €	8,20
244 Abastecimento de água	1.959.005,34 €	6,58	1.979.442,29 €	6,59	1,03	1.916.586,42 €	7,02	-62.855,87 €	-3,18
245 Resíduos Sólidos	2.076.706,15 €	6,98	1.987.531,90 €	6,62	-4,49	1.731.066,87 €	6,34	-256.465,03 €	-12,90
246 Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	1.335.260,18 €	4,49	1.538.630,17 €	5,12	13,22	1.215.143,79 €	4,45	-323.486,38 €	-21,02
250 Serviços culturais, recreativos e religiosos									
251 Cultura	719.969,18 €	2,42	751.465,49 €	2,50	4,19	411.576,00 €	1,5	-339.889,49 €	-45,23
252 Desporto, recreio e lazer	1.230.535,34 €	4,14	1.370.401,89 €	4,56	10,21	1.423.244,64 €	5,21	52.842,75 €	3,86
253 Outras actividades cívicas e religiosas	3.972,66 €	0,01	14.492,38 €	0,05	72,59	4.839,19 €	0,02	-9.653,19 €	66,61
3 Funções Económicas	10.271.665,12 €	34,52	10.265.044,21 €	34,19	-0,06	9.210973,54 €	33,72	-1.054.070,67 €	-10,27
310 Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00	0,00	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00
320 Indústria e energia	1.129.574,53 €	3,80	1.265.110,21 €	4,21	10,71	1.304.929,56 €	4,78	39.819,35 €	3,15
330 Transporte e comunicações									
331 Transportes rodoviários	8.529.274,69 €	28,66	8.569.016,84 €	28,54	0,46	7.474.144,47 €	27,36	-1.094.872,37 €	-12,78
332 Transportes aéreos	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00	--	0,00 €	0,00	0,00 €	--
333 Transportes fluviais	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00	0,00	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00
340 Comércio e turismo									
341 Mercados e Feiras	293.605,33 €	0,99	176.286,93 €	0,59	-66,55	102.938,47 €	0,38	-73.348,46 €	-41,61
342 Turismo	196.445,25 €	0,66	179.927,34 €	0,60	-9,18	257.618,17 €	0,94	77.690,83 €	43,18
350 Outras funções económicas	122.765,32 €	0,41	74.702,89 €	0,25	-64,34	71.342,87 €	0,26	-3.360,02 €	-4,50
4 Outras funções	5.075,44 €	0,02	269.740,77 €	0,90	98,12	199.481,05 €	0,73	-70.259,72 €	-26,05
410 Operações da dívida autárquica	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00	0,00	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00
420 Transferências entre administrações	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00	0,00	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00
430 Diversas não especificadas	5.075,44 €	0,02	269.740,77 €	0,90	98,12	199.481,05 €	0,73	-70.259,72 €	-26,05
<b>TOTAL</b>	<b>29.756.369,97 €</b>	<b>93,65</b>	<b>30.026.363,73 €</b>	<b>100,00</b>	<b>0,90</b>	<b>27.318.124,00 €</b>	<b>100,00</b>	<b>-2.708.239,73 €</b>	<b>-9,02</b>

No âmbito da contabilidade de custos, e considerando que está implementada no Município de Ourém há cerca de cinco anos, importa ainda referir que continuamos a verificar inúmeras resistências à colaboração atempada e completa de registos dentro da estrutura organizacional do município, particularmente no que concerne ao preenchimento e apresentação de fichas de obra e de máquina, circunstância que dificulta a análise e a comparabilidade de informação deste tão importante instrumento de gestão – a Contabilidade de Custos.

Perante o acréscimo das competências dos Municípios e da necessidade constante de prestação de informação a entidades externas, a Contabilidade de Custos assume um



papel de crescente preponderância, pelo que se torna fundamental, uma integrada e oportuna cooperação de toda a estrutura organizacional do Município de Ourém.

## 9. Monitorização do Plano de Ajustamento Financeiro

Em 28 de setembro de 2012, o órgão deliberativo do Município de Ourém autorizou a adesão ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), no âmbito do Programa II, de acordo com o n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto.

No contexto do referido programa, foi disposto um quadro (Quadro – VI), com a lista de pagamentos em atraso, a financiar com o empréstimo a contratar, tendo por referência a data de 31 de março de 2012, nos termos da Portaria 281-A/2012, de 14 de setembro.

Consequentemente, em 16 de novembro de 2012 foi celebrado o contrato de empréstimo inerente ao PAEL, com o Estado Português (representado pela Direção Geral do Tesouro e Finanças), no valor de 3.487.457,23 euros.

Considerando que interpretação do Tribunal de Contas, em sede de submissão do processo de empréstimo a fiscalização prévia, foi divergente da anteriormente preconizada pela Direção Geral das Autarquias Locais e da Direção Geral do Tesouro e Finanças, tornou-se imperativo excluir as faturas posteriores a 30 de novembro de 2011, pelo que, em 30 de janeiro de 2013, foi celebrado um aditamento ao contrato, estabelecendo um empréstimo do Estado Português, no valor de 3.365.329,77 euros, alterando-se, para o efeito, o Quadro-VI previsto no PAEL.

Finalmente, em 11 de março de 2013, o processo de empréstimo celebrado entre o Município de Ourém e o Estado Português, obteve visto do Tribunal de Contas, tendo a primeira tranche sido transferida para o Município de Ourém, em 18 de abril de 2013 e a segunda e última, em 30, de setembro, de 2013.

### **Monitorização da Plano de Ajustamento Financeiro**

#### Identificação das medidas

## Quadro – Identificação das medidas do PAF

Ano 2013			
Medidas	Execução		Observações
	Implementada	Não implementada	
<b>B.1 Aumento da receita</b>			
1. Maximização dos preços cobrados pelo município, através da reapreciação dos tarifários		X	No plano aprovado, esta medida será executada gradualmente entre 2015 e 2017
2. Otimização e racionalização das taxas cobradas pelo município		X	No plano aprovado, esta medida será executada gradualmente entre 2015 e 2017
<b>3. Outras medidas com impacte no aumento da receita</b>			
3.1 Aumento previsível com avaliação em curso do IMI	X		Todos os imóveis foram avaliados nos termos do CIMI
3.2 Concessão do Saneamento		X	O concurso de concessão está em fase de reanálise.
<b>B.2 Redução da despesa</b>			
<b>4. Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com atividades que tenham impacto direto na diminuição de custos de funcionamento de infraestruturas municipais</b>			
<b>5. Outras medidas com impacte na redução da despesa</b>			
5.1 Inexistência de novos ingressos de pessoal nos anos de 2013 e 2014	X		Em 2013 não foram admitidos novos ingressos de pessoal, não contemplando o mapa de pessoal qualquer lugar a prover
5.2 Inexistência de horas extraordinárias em 2013 e 2014 e redução em anos seguintes	X		Em 2013 não foram autorizadas quaisquer horas extraordinárias
5.3 Redução dos Estágios Profissionais	X		Em 2013 não ocorreram quaisquer novos estágios profissionais
5.4 Redução dos Contratos de Emprego Inserção	X		Em 2013 não ocorreram quaisquer novos contratos de emprego inserção.
5.5 Redução na aquisição de matérias-primas	X		Foram implementadas medidas de racionalização na aquisição e utilização de matérias-primas, tendo a poupança superado a previsão estabelecida no plano.
5.6 Redução nas despesas com prémios, condecorações e ofertas	X		Foram implementadas medidas de racionalização na aquisição destes bens, tendo a poupança superado a previsão estabelecida no plano.
5.7 Racionalização na aquisição de peças para manutenções	X		Foram implementadas medidas de racionalização na aquisição destes bens. Contudo, a poupança obtida situou-se inferior à

			estabelecida no plano em 2,1 mil euros.
5.8 Racionalização no consumo de combustíveis	X		Foram implementadas medidas de racionalização na aquisição destes bens, tendo a poupança superado a previsão estabelecida no plano.
5.9 Racionalização no consumo de material de escritório	X		Foram implementadas medidas de racionalização na aquisição destes bens, tendo a poupança superado a previsão estabelecida no plano.
5.10 Racionalização nas despesas de comunicação	X		Foram implementadas medidas de racionalização na aquisição destes serviços, tendo a poupança superado a previsão estabelecida no plano.
5.11 Redução nas despesas com deslocações e estadas	X		Foram implementadas medidas de racionalização na aquisição destes serviços, tendo a poupança superado a previsão estabelecida no plano.
5.12 Redução nas despesas com estudos, pareceres e consultadoria	X		Foram implementadas medidas de racionalização na aquisição destes serviços. Contudo, a poupança obtida situou-se inferior à estabelecida no plano em 82,6 mil euros.
5.13 Redução na publicidade não obrigatória	X		Em 2013 não foi assumida qualquer despesa inerente a publicidade não obrigatória, tendo a poupança superado a previsão estabelecida no plano.
5.14 Redução nos apoios correntes concedidos a Freguesias (inexistência de novas atribuições em 2013 e 2014)	X		Em 2013 não foram atribuídos quaisquer novos apoios correntes a Freguesias, com exceção de um apoio global de 5 mil euros referentes a um patrocínio judicial a 5 Freguesias a extinguir. A poupança obtida situou-se inferior à estabelecida no plano, em 6,6 mil euros.
5.15 Redução nos apoios correntes concedidos a Instituições Sem Fins Lucrativos (inexistência de novas atribuições em 2013 e 2014)	X		Em 2013 não foram atribuídos quaisquer novos apoios correntes a Instituições Sem Fins Lucrativos. Contudo, face aos compromissos que transitaram de ano económico, a poupança obtida situou-se inferior à estabelecida no plano, em 82,7 mil euros.
5.16 Redução nos eventos, animação e desporto (Contrato-Programa com empresa municipal)	X		Foram estabelecidos contratos com as empresas municipais que, no seu conjunto, permitiram superar as previsões de poupança estabelecidas no plano.
5.17 Redução nas infraestruturas desportivas - Estádios (Contrato-Programa com empresa municipal)	X		
5.18 Redução em comunicação e imagem	X		

(Contrato-Programa com empresa municipal)			
5.19 Redução em Gestão do serviço de componente de apoio à família (Contrato-Programa com empresa municipal)	X		
5.20 Redução na promoção do desenvolvimento rural (Contrato-Programa com empresa municipal)	X		
5.21 Redução nos gastos de cedência de pessoal (Contrato-Programa com empresa municipal)	X		Não foram estabelecidos contratos-programa no que concerne ao ponto 5.22 e 5.23, pelo que a poupança é superior à inicialmente prevista.
5.22 Redução nos gastos anuais de funcionamento, recursos humanos e trabalhos especializados (Contrato-Programa com empresa municipal)	X		
5.23 Redução na brigada de intervenção urbana de Fátima (Contrato-Programa com empresa municipal)	X		
5.24 Redução nos apoios de capital concedidos a Freguesias (inexistência de novas atribuições em 2013 e 2014)	X		Em 2013 não foram atribuídos quaisquer novos apoios de capital a Freguesias, tendo a poupança superado a previsão estabelecida no plano.
5.25 Redução nos apoios de capital concedidos a Instituições Sem Fins Lucrativos (inexistência de novas atribuições em 2013 e 2014)	X		Em 2013 não foram atribuídos quaisquer novos apoios de capital a Instituições Sem Fins Lucrativos, tendo a poupança superado a previsão estabelecida no plano.
5.26 Redução nos serviços de consultadoria jurídica externa	X		Foram implementadas medidas de racionalização na aquisição destes serviços. Contudo, face aos compromissos anteriormente assumidos, a poupança verificada é inferior à estabelecida no plano, em 28,3 mil euros.
5.27 Concessão do saneamento			
5.27.1 Redução até à inexistência de contratualização externa de serviços na área do saneamento		X	O concurso de concessão está em fase de reanálise.
5.27.2 Inexistência de investimento direto municipal na área do saneamento		X	
5.27.2 Encargos previstos para a concedente, sendo compensados pelas receitas (vide B1 ponto 3.2)		X	

### Apuramento dos desvios nas medidas do PAF

O impacto positivo esperado em 2013, no âmbito das medidas do PAF, em resultado do aumento da receita de da poupança gerada, seria de aproximadamente 2,8 milhões de euros.

Conforme se pode verificar no quadro seguidamente apresentado, o impacto positivo obtido situou-se ligeiramente superior a 3,3 milhões de euros, pelo que, no que

respeita às medidas previstas implementar, o Município de Ourém, evidencia uma superação das metas num valor próximo dos 574,3 mil euros.

### Mapa – Apuramento de desvios nas medidas do PAF

Uni: Euro

Descrição das medidas	Valores Previstos - Ano económico de 2013		
	Previsão variação no PA: aumento de receita (+) ou diminuição de despesa (+) (1)	Varição executada no Orçamento (2011 - ano de referência no PAF/2013): Aumento de receita (+) ou diminuição de despesa (+) (2)	Desvio (3) = (2) - (1)
<b>B.1 Aumento da receita</b>			
1. Maximização dos preços cobrados pelo município, através da reapreciação dos tarifários	0	0	0
2. Otimização e racionalização das taxas cobradas pelo município	0	0	0
3. Outras medidas com impacte no aumento da receita	0	0	0
<i>3.1 Aumento previsível com avaliação em curso do IMI</i>	1.025.000	1.251.439	226.439
<i>3.2 Concessão do saneamento - retribuição do concessionário</i>	400.000	0	-400.000
<i>3.3 Inexistência de captação das taxas e tarifas associadas</i>	-468.250	0	468.250
<b>Total de Aumento da receita (B.1)</b>	<b>956.750</b>	<b>1.251.439</b>	<b>-294.689</b>
<b>B.2 Redução da despesa</b>			
4. Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com atividades que tenham impacto direto na diminuição de custos de funcionamento de infraestruturas municipais	0		0
5. Outras medidas com impacte na redução da despesa			0
5.1 Inexistência de novos ingressos de pessoal nos anos de 2013 e 2014	83.850	83.850	0
5.2 Inexistência de horas extraordinárias em 2013 e 2014 e redução em anos seguintes	51.175	51.175	0

5.3 Redução dos Estágios Profissionais	36.000	72.241	36.241
5.4 Redução dos Contratos de Emprego Inserção	8.750	25.046	16.296
5.5 Redução na aquisição de matérias-primas	150.000	229.197	79.197
5.6 Redução nas despesas com prémios, condecorações e ofertas	6.250	8.374	2.124
5.7 Racionalização na aquisição de peças para manutenções	7.500	5.427	-2.073
5.8 Racionalização no consumo de combustíveis	90.000	124.586	34.586
5.9 Racionalização no consumo de material de escritório	7.500	13.719	6.219
5.10 Racionalização nas despesas de comunicação	7.500	20.222	12.722
5.11 Redução nas despesas com deslocações e estadas	6.000	14.076	8.076
5.12 Redução nas despesas com estudos, pareceres e consultadoria	225.000	142.353	-82.647
5.13 Redução na publicidade não obrigatória	25.000	49.217	24.217
5.14 Redução nos apoios correntes concedidos a Freguesias (inexistência de novas atribuições em 2013 e 2014)	20.000	13.357	-6.643
5.15 Redução nos apoios correntes concedidos a Instituições Sem Fins Lucrativos (inexistência de novas atribuições em 2013 e 2014)	450.000	367.295	-82.705

5.16 Redução nos eventos, animação e desporto (Contrato-Programa com empresa municipal)	214.650	22.686	-191.964
5.17 Redução nas infraestruturas desportivas - Estádios (Contrato-Programa com empresa municipal)	50.350	268.274	217.924
5.18 Redução em comunicação e imagem (Contrato-Programa com empresa municipal)	38.500	-1.704	-40.204
5.19 Redução em Gestão do serviço de componente de apoio à família (Contrato-Programa com empresa municipal)	20.150	119.887	99.737
5.20 Redução na promoção do desenvolvimento rural (Contrato-Programa com empresa municipal)	70.400	13.261	-57.139
5.21 Redução nos gastos de cedência de pessoal (Contrato-Programa com empresa municipal)	15.900	145.970	130.070
5.22 Redução nos gastos anuais de funcionamento, recursos humanos e trabalhos especializados (Contrato-Programa com empresa municipal)	35.000	0	-35.000
5.23 Redução na brigada de intervenção urbana de Fátima (Contrato-Programa com empresa municipal)	9.800	45.966	36.166
5.24 Redução nos apoios de capital concedidos a Freguesias (inexistência de novas atribuições em 2013 e 2014)	-9.550	103.660	113.210
5.25 Redução nos apoios de capital concedidos a Instituições Sem Fins Lucrativos (inexistência de novas atribuições em 2013 e 2014)	-874.200	70.618	944.818
5.26 Redução nos serviços de consultadoria jurídica externa	100.000	71.700	-28.300
5.27 Concessão do saneamento			0
5.27.1 Redução até à inexistência de contratualização externa de serviços na área do saneamento	499.500	0	-499.500
5.27.2 Inexistência de investimento direto municipal na área do saneamento	455.853	0	-455.853
5.27.2 Encargos previstos para a concedente, sendo compensados pelas receitas (vide B1 ponto 3.2)	0	0	0
<b>Total Poupança gerada pela redução da despesa (B.2)</b>	<b>1.800.878</b>	<b>2.080.453</b>	<b>279.575</b>
B.3 Outras medidas			
6. Informação referente a eventuais concursos públicos que se encontrem a decorrer b)			0
7. Informação referente a processos judiciais e extrajudiciais pendentes, em resultado dos quais resulte significativo impacto financeiro para o município b)			0
8. Outras medidas b)			0
... discriminar cada medida numa linha			0

<i>Total aumento receita / poupança gerada pelas outras medidas (B.3)</i>	0	0	0
<b>Total impacte esperado (B.1+B.2+B.3)</b>	2.757.628	3.331.893	574.264

### Evolução da dívida a terceiros

#### Quadro – Evolução da dívida a terceiros face à previsão estabelecida no PAF

Uni: Euro

PAF - EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO						
Descrição	2011	1.º sem. 2012	2.º sem. 2012	2013 (previsto)	2013 (apurado)	Desvio obtido em 2013
<b>Dívida de Curto prazo</b>						
Empréstimos de CP	0	500.000	0	0	0	0
Empréstimos de MLP - Valor exigível a CP	3.081.379	3.351.115	3.351.351	3.555.004	3.747.085	192.081
Outra	<b>11.839.064</b>	<b>14.442.141</b>	<b>12.316.536</b>	<b>1.408.000</b>	<b>3.328.606</b>	<b>1.920.606</b>
Fomecedores c/c	5.124.210	5.862.208	6.581.091	250.000	2.791.390	2.541.390
Fomecedores de imobilizado c/c	3.340.119	3.216.935	2.823.239	750.000	252.371	-497.629
Estado e Outros Entes Públicos	149.776	131.261	163.045	50.000	93.883	43.883
Clientes, contribuintes e utentes	26.830	33.847	34.558	33.000	35.371	2.371
Administração autárquica	265.045	586.097	450.814	75.000	0	-75.000
Outros credores	2.933.085	4.611.793	2.263.789	250.000	155.590	-94.410
<b>Subtotal Curto prazo</b>	<b>14.920.444</b>	<b>18.293.256</b>	<b>15.667.888</b>	<b>4.963.004</b>	<b>7.075.690</b>	<b>2.112.686</b>
<b>Dívida de Médio e longo prazo</b>						
Empréstimos	19.367.903	17.938.621	15.998.046	16.001.270	15.476.893	-524.377
No âmbito do PAEL			0	3.302.005	3.228.576	-73.429
Outros empréstimos de médio/longo prazo	19.367.903	17.938.621	15.998.046	12.699.265	12.248.317	-450.948
Outra	1.718.391	1.491.461	1.165.000	1.523.596	750.000	-773.596
Fomecedores c/c	0	0	0	898.596	0	-898.596
Fomecedores de imobilizado c/c	1.718.391	1.491.461	1.165.000	625.000	750.000	125.000
Estado e Outros Entes Públicos	0	0	0	0	0	0
Clientes, contribuintes e utentes	0	0	0	0	0	0
Administração autárquica	0	0	0	0	0	0
Outros credores	0	0	0	0	0	0
<b>Subtotal Médio e longo prazo</b>	<b>21.086.294</b>	<b>19.430.082</b>	<b>17.163.046</b>	<b>17.524.866</b>	<b>16.226.893</b>	<b>-1.297.973</b>
<b>Total da dívida</b>	<b>36.006.737</b>	<b>37.723.338</b>	<b>32.830.934</b>	<b>22.487.870</b>	<b>23.302.583</b>	<b>814.713</b>

O PAF aprovado estabelece uma meta da dívida total, em 2013, na ordem dos 22,5 milhões de euros. Contudo, a dívida total apurada no mencionado período situou-se em 23,3 milhões de euros ou seja, situando-se superior ao valor estabelecido em 814,7 mil euros.

Sobre este assunto importa observar:

- Depósitos em instituições financeiras e caixa: aproximadamente 1,5 milhões de euros;
- Dívida contratualizada no âmbito das intempéries ocorridas em janeiro/2013: aproximadamente 1,1 milhões de euros;

Deste modo, caso a autarquia tivesse utilizado a totalidade do montante disponível em instituições financeiras e caixa ( $\pm$  1,5 milhões de euros), para abater dívida existente, no término do exercício, o objetivo teria sido superado com uma margem de 678,3 mil euros. A transição de ano económico com o referido montante em disponibilidades resulta, por um lado, de recebimentos concretizados em fase tardia do último mês, com confirmação da sua proveniência já no decurso de 2014 e, por outro lado, tendo em vista acautelar uma gestão adequada da liquidez no mês subsequente (janeiro de 2014).

Será ainda de referir que, no âmbito das intempéries ocorridas, em janeiro de 2013, o Município de Ourém sentiu a inevitável contingência de contratualizar despesa imprevista num montante de 1,1 milhão de euros. Note-se que a despesa referenciada não estava prevista realizar aquando da elaboração do PAF.

Pelas razões apresentadas considera-se que a evolução da dívida a terceiros se encontra superada, face às metas delineadas no PAF, sendo de realçar que, com a implementação do referido plano (dívida no início do PAF:  $\pm$  37,7 milhões de euros, em 30/06/2012), o Município de Ourém assinala, à data de 31/12/2013, uma diminuição expressiva da dívida a terceiros total, que em termos absolutos representou uma quebra ordem dos 14,4 milhões de euros (-38,2%).

## 10. Consolidação das contas do município com o grupo autárquico municipal

O n.º 3 do artigo 75.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro (revoga a Lei das Finanças Locais, com efeitos a 1 de janeiro de 2014) vem estabelecer que, para efeitos de consolidação de contas, o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades. Neste contexto, importa ainda observar o disposto nos n.ºs 4 e 5 do referido artigo os quais conceptualizam a existência ou presunção de controlo.

Relativamente aos prazos para a apreciação das contas consolidadas, refere o n.º 2 do artigo 76.º da Lei 73/2013, que a sua apreciação pelo órgão deliberativo deverá ocorrer durante a sessão ordinária do mês de junho, ou seja, após a aprovação das contas individuais das entidades que compõem o grupo autárquico, a qual se verifica no mês de abril do ano seguinte àquele a que respeitam, conforme disposto no n.º 1 do referido artigo.

Deste modo, as contas consolidadas apenas serão apreciadas posteriormente, razão pela qual não integram, neste momento, o presente relatório.

## **11. Outras disposições**

### **11.1 Proposta de aplicação de resultados**

---

Considerando que o Resultado Líquido do Exercício do Município de Ourém, referente a 2013, é negativo em 428.023.17€, não se propõe qualquer aplicação, devendo o mesmo permanecer em “Resultados Transitados”.

### **11.2 Evolução previsível da atividade**

---

A evolução previsível da atividade encontra-se disposta nos Documentos Previsionais aprovados para o presente ano económico e, em particular, no Orçamento para 2014 e Opções do Plano para o quadriénio 2014-2017.

### **11.3 Factos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício**

---

Após o término do ano exercício em análise, verificaram-se as aprovações de duas candidaturas formuladas a financiamento comunitário, as quais se reportam à remodelação do Edifício Paços do Concelho e à construção do Pavilhão Desportivo em Olival.